ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLII Nº 220

Brasília - DF, quarta-feira, 18 de novembro de 2015

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 11
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 13
Ministério da Cultura 14
Ministério da Defesa 19
Ministério da Educação 21
Ministério da Fazenda 24
Ministério da Justiça 33
Ministério da Saúde 39
Ministério das Cidades 43
Ministério das Comunicações 43
Ministério das Relações Exteriores 46
Ministério de Minas e Energia 47
Ministério do Desenvolvimento Agrário 58
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ... 61
Ministério do Esporte 62
Ministério do Meio Ambiente 62
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 63
Ministério do Trabalho e Previdência Social 75
Ministério dos Transportes 81
Ministério Público da União 83
Poder Legislativo 83
Poder Judiciário 83
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais ... 84

Atos do Poder Executivo

DECRETO DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da concessionária Autopista Fluminense S.A., o imóvel que menciona, localizado no Município de Silva Jardim, Estado do Rio de Janeiro.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos art. 3º, art. 5º, **caput**, alíneas "h" e "i", e art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, nos art. 29, **caput**, inciso VIII, e art. 31, **caput**, inciso VI, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e de acordo com o que consta do Processo ANTT nº 50505.057972/2015-58

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, em favor da concessionária Autopista Fluminense S.A., o imóvel situado às margens da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/RJ, localizado no Município de Silva Jardim, Estado do Rio de Janeiro, necessário à complementação da execução das obras de implantação de trevo em desnível no km 236+700m, cujas delimitações e coordenadas topográficas foram descritas na Deliberação nº 240/2015, da Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, publicada no Diário Oficial da União de 18 de agosto de 2015.

Art. 2º Fica a concessionária Autopista Fluminense S.A. autorizada a promover, com recursos próprios, a desapropriação da área de terrenos e benfeitorias de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. A expropriante fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da prévia obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras e atividades referidas no art. 1º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de novembro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
Antônio Carlos Rodrigues

MINISTÉRIO DA DEFESA

DECRETO DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grã-Mestra da Ordem do Mérito Militar, resolve

ADMITIR,

no Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Militar, no Grau de Grande Oficial, o General RAHEEL SHARIF, Chefe do Estado-Maior do Exército do Paquistão.

Brasília, 17 de novembro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
Aldo Rebelo

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 483, de 17 de novembro de 2015. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5401.

Nº 484, de 17 de novembro de 2015. Encaminhamento ao Congresso Nacional de proposta de modificação do Projeto de Lei nº 7, de 2015-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016".

Nº 485, de 17 de novembro de 2015. Solicita ao Congresso Nacional a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 6.493, de 2009, que "Dispõe sobre a organização e o funcionamento da Polícia Federal", enviado à Câmara dos Deputados com a Mensagem nº 958, de 2009.

CASA CIVIL
COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS

RESOLUÇÃO Nº 114, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

APROVA A VERSÃO 4.9 DO DOC-ICP-03 QUE CRIA O PROCESSO DE CREDENCIAMENTO DO PSBIO; APROVA A VERSÃO 3.9 DO DOC-IPC-05 QUE CRIA O SISTEMA BIOMÉTRICO DA ICP-BRASIL; APROVA A VERSÃO 4.1 DO DOC-ICP-08, QUE ESTABELECE OS PROCESSOS DE AUDITORIA; APROVA A VERSÃO 3.1 DO DOC-ICP-09 QUE ESTABELECE OS CRITÉRIOS DE FISCALIZAÇÃO. APROVA A VERSÃO 1.0 DO DOC ICP-05.03 QUE ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA NA ICP-BRASIL. APROVA A VERSÃO 1.0 DO DOC ICP-03.02 QUE ESTABELECE OS REQUISITOS MÍNIMOS DE SEGURANÇA NO PSBIO.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA - CG ICP-BRASIL, no exercício do cargo de COORDENADOR DO REFERIDO COMITÊ, no uso das atribuições legais previstas nos incisos I, III, V e VI do art. 4° da Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2001,

Considerando o Decreto nº 6.605, de 14 de outubro de 2008, que dispõe sobre o Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - CG ICP-Brasil e fixa a competência, prevista no § 6º art. 2º, do Secretário Executivo para coordená-lo na hipótese de ausência do Coordenador titular e suplente;

Considerando a necessidade de se aprimorar os mecanismos de segurança em relação a verificação da identidade de um requerente de um certificado digital quando do processo de emissão; e

Considerando que o uso de um sistema biométrico é o instrumento mais eficaz para identificar um indivíduo em um ato de emissão de um certificado digital, resolve:

Art. 1º Alterar o item 1, do DOC-ICP-03, versão 4.8, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Este documento estabelece os critérios e procedimentos a serem observados para o credenciamento, manutenção do credenciamento e descredenciamento de Autoridades Certificadoras (ACs), de Autoridades de Registro (ARs), de Autoridades de Carimbo do Tempo (ACTs), Prestadores de Serviço de Suporte (PSSs) e de Prestadores de Serviço Biométrico (PSBios), no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º Alterar as alíneas "c" e "d", ao item 2.1, do DOC-ICP-03, versão 4.8, que passam a vigorar com a seguinte redação:

c) atender aos requisitos relativos à qualificação econômico-financeira estabelecidos, conforme a atividade a ser desenvolvida, nos anexos I, II, III, IV e V; e

d) atender às diretrizes e normas técnicas da ICP-Brasil relativas à qualificação técnica ou contratual, contantes dos documentos relacionados nos Anexos I, II, IV e V, aplicáveis aos serviços a serem prestados.

Art. 3º Alterar o item 2.1.4.1, do DOC-ICP-03, versão 4.8, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Para efeito dos processos tratados neste documento, considera-se PSS aquele que desempenha atividade descrita nas Políticas de Certificado (PC) e na Declaração de Práticas de Certificação (DPC) da AC a que estiver vinculado, diretamente ou por intermédio da AR, ou nas Políticas de Carimbo do Tempo (PCT) e na Declaração de Práticas de Carimbo do Tempo

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

(DPCT) da ACT a que estiver vinculado, ou ainda nas atividades de PSBio, classificando-se, conforme o tipo de atividade prestada, em três categorias:

1. disponibilização de infraestrutura física e lógica;

2. disponibilização de recursos humanos especializados; ou

3. disponibilização de infraestrutura física e lógica e de recursos humanos especializados.

Art. 4º Alterar a alínea "a" do item 2.1.4.2, do DOC-ICP-03, versão 4.8, que passa a vigorar com a seguinte redação:

a) estar operacionalmente vinculados a, pelo menos, uma AC ou candidato a AC, ou uma AR ou candidato a AR, ou uma ACT ou candidato a ACT, ou a um PSBio ou candidato a PSBio;

Art. 5º Acrescentar o item 2.1.5 ao DOC-ICP-03, versão 4.8, com a seguinte redação:

2.1.5. Critérios para credenciamento de PSBio

Os PSBios deverão ser entidades com capacidade técnica para realizar a identificação (1:N) biométrica, tornando um registro/requerente único em um ou mais bancos/sistemas de dados biométrico para toda ICP-Brasil, e a verificação (1:1) biométrica do requerente de um certificado digital a comparação de uma biometria, que possua característica perene e unívoca, de acordo com os padrões internacionais de uso, como, por exemplo, impressão digital, face, íris, voz, coletada no processo de emissão do certificado digital com outra que está armazenada, com o mesmo registro/indexador deste requerente, em um ou mais bancos/sistemas de dados biométrico da ICP-Brasil, como estabelecido no DOC-ICP-05.03 [16], bem como os descritos neste documento.

Os candidatos ao credenciamento como PSBios devem ainda:

a) apresentar a relação de eventuais candidatos ao credenciamento para desenvolver as atividades de PSS;

b) ter sede administrativa localizada no território nacional; e

c) ter instalações operacionais e recursos de segurança física e lógica compatíveis com a atividade de identificação biométrica, localizadas no território nacional, ou contratar PSS que as possua.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

JAQUES WAGNER
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

Art. 6º Alterar o item 2.2.1.6, do DOC-ICP-03, versão 4.8, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Em cada etapa da tramitação, a entidade que receber a solicitação de credenciamento de AC, AR, ACT ou PSBio tem prazo de até 30 (trinta) dias corridos para analisá-la e encaminhá-la à entidade de nível imediatamente superior, caso a solicitação seja acatada ou, se recusada, devolvê-la ao postulante com fundamentação da recusa.

Art. 7º Acrescentar o item 2.2.6 ao DOC-ICP-03, versão 4.8, com a seguinte redação:

2.2.6. Procedimentos para credenciamento de PSBio

2.2.6.1. Solicitação

2.2.6.1.1. As solicitações dos candidatos ao credenciamento como PSBio na ICP-Brasil serão encaminhadas ao ITI, por intermédio da cadeia hierárquica, mediante a apresentação dos documentos a seguir relacionados:

a) Formulário SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO DE PRESTADOR DE SERVIÇOS BIOMÉTRICOS, ADE-ICP-03.I [15], devidamente preenchido e assinado pelos representantes legais do candidato e da AC;

b) Documentos relacionados no Anexo V;

c) Identificação do local onde o PSBio realizará as suas operações e manterá seus equipamentos, documentação e materiais utilizados;

d) Identificação do serviço de diretório ou página web onde se obtêm o arquivo com a publicação da Política de Segurança - PS e a relação das autoridades certificadoras credenciadas na ICP Brasil atendidas pelos serviços biométricos os quais estão credenciado junto a ICP Brasil.

2.2.6.1.2. A solicitação de credenciamento será protocolada perante o Protocolo Geral do ITI e recebida, em até 30 (trinta) dias, por intermédio de despacho fundamentado.

2.2.6.1.3. Caso a solicitação de credenciamento não contenha todos os documentos relacionados no Anexo V, o ITI determinará a intimação do candidato para que, sob pena de arquivamento do processo, supra as irregularidades no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento de ofício enviado pelo ITI com comprovação de recebimento pelo destinatário.

2.2.6.2. Auditoria Pré-Operacional

2.2.6.2.1 Após a publicação do despacho de recebimento, o candidato a PSBIO deverá remeter à AC Raiz, por intermédio da cadeia hierárquica de AC, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, o formulário de REQUERIMENTO DE AUDITORIA [4], devidamente preenchido, declarando estar em conformidade com todos os requisitos exigidos pelas resoluções do CG da ICP-Brasil relacionados à atividade de prestador de serviços biométricos e pronto para ser auditado no prazo de 15 (quinze) dias a contar daquele momento.

2.2.6.2.2 Tal requerimento deverá ser preenchido e assinado pelos representantes legais do candidato a PSBio e da AC.

2.2.6.2.3 Durante as diligências de auditoria a AC Raiz poderá exigir documentação adicional contendo especificações sobre equipamentos, produtos de hardware e software, procedimentos técnicos e operacionais adotados pela candidata.

2.2.6.2.4 Caso o relatório de auditoria aponte o não-cumprimento de quaisquer dos critérios para credenciamento exigidos pelo item 2.1, a AC Raiz intimará a candidata, via cadeia hierárquica, para que os cumpra no prazo que fixar, a contar do recebimento de ofício enviado pela AC Raiz com comprovação de recebimento pelo destinatário.

2.2.6.2.5 Após a comunicação da candidata de que atendeu os critérios de credenciamento apontados como não cumpridos no relatório de auditoria, a AC Raiz intimará a candidata, via cadeia hierárquica, por meio de ofício enviado com comprovação de recebimento pelo destinatário, determinando a realização de auditoria complementar, de modo a verificar as medidas adotadas.

2.2.6.2.6 A desistência de solicitação de credenciamento em tramitação poderá ser requerida até a data em que for recebido na AC Raiz o REQUERIMENTO DE AUDITORIA.

2.2.6.2.7 Apresentado o relatório final de auditoria, a AC Raiz manifestar-se-á sobre o deferimento ou indeferimento da solicitação de credenciamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

2.2.6.2.8 Sobre a decisão de indeferimento de solicitação de credenciamento, caberá recurso administrativo da candidata ao Comitê Gestor da ICP-Brasil.

2.2.6.3. Ato de credenciamento

2.2.6.3.1. O deferimento ou o indeferimento do credenciamento será fundamentado e comunicado, via cadeia hierárquica, ao PSBio que deu encaminhamento ao requerimento.

2.2.6.3.2. O PSBio que já estiver credenciado na ICP-Brasil poderá prestar serviço a qualquer Autoridade Certificadora, devendo apenas a AC contratante comunicar ao ITI com 5 (cinco) dias de antecedência e publicar o fato em sua página web.

2.2.6.3.3. O ato de credenciamento será publicado no Diário Oficial da União, devendo o PSBio, por seu representante legal, apresentar termo de compromisso, com a descrição de suas responsabilidades e o compromisso de desempenhar suas funções de acordo com padrões de idoneidade que asseguram a independência e neutralidade de suas avaliações bem como o devido rigor técnico e operacional.

2.2.6.4. Vedações ao credenciamento

É vedada a contratação, subcontratação ou terceirização total ou parcial das atividades cadastramento, atualização ou consulta para fins de verificação de dados biométricos do requerente pelos PSBio credenciados no âmbito da ICP-Brasil, salvo a contratação de empresas fornecedoras de soluções biométricas, identificação (1:N) para um cadastro novo e verificação (1:1) em consultas online da biometria solicitada, desde que previamente solicitadas ao ITI, conforme Anexo V deste documento.

Art. 8º Acrescentar o item 3.5 ao DOC-ICP-03, versão 4.8, com a seguinte redação:

3.5 Manutenção de credenciamento de PSBio

A entidade credenciada para desenvolver as atividades de PSBio deverá, via cadeia hierárquica:

a) Comunicar, desde logo, ao ITI:

i. qualquer alteração em seus atos constitutivos, estatuto, contrato social ou administradores;

ii. violação, de que tenha conhecimento, das diretrizes e normas técnicas da ICP-Brasil,

iii. qualquer alteração na sua Política de Segurança - PS;

b) Encaminhar ao ITI, até o dia 15 (quinze) de dezembro de cada ano, cronograma das auditorias a serem realizadas durante o ano seguinte;

c) Encaminhar ao ITI relatórios de auditorias em até 30 (trinta) dias após a conclusão das mesmas.

d) Observar osDOC-ICP-05.03 [16] e a PS aplicável;

Art. 9º Alterar o item 4.5, do DOC-ICP-03, versão 4.8, que passa a vigorar com a seguinte redação:

4.5. Descredenciamento de PSBio.

4.5.1. Hipóteses para o descredenciamento de PSBio

a) A pedido do próprio PSBio, mediante requerimento, em relação às suas atividades;

b) Por determinação do ITI, em razão de descumprimento de qualquer dos critérios e procedimentos exigidos para o seu funcionamento, após o decurso do prazo para regularização, sem que a entidade tenha sanado a irregularidade e mediante processo administrativo.

4.5.2. Procedimentos para descredenciamento de PSBio

4.5.2.1. Descredenciamento solicitado pelo próprio PSBio

Na hipótese de o descredenciamento ser solicitado pelo próprio PSBio, o mesmo comunicará o fato, com 60 (sessenta) dias de antecedência, diretamente ao ITI e às Autoridades Certificadoras que o contrataram e publicará em sua página web a decisão de encerrar suas atividades de prestação de serviços biométricos no âmbito da ICP-Brasil.

4.5.2.2. Descredenciamento por determinação do ITI

Na hipótese de descredenciamento por determinação do ITI, o PSBio descredenciado ficará impedido de apresentar novo pedido de credenciamento pelo prazo de 24 (vinte quatro) meses contados da publicação de que trata o item 4.5.2.3.

4.5.2.3. Descredenciamento por quaisquer das hipóteses anteriormente previstas:

a) O ITI divulgará o fato, logo após a consumação da respectiva hipótese, no Diário Oficial da União e em sua página web;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

b) O PSBio deverá cessar suas atividades de prestação de serviços biométricos no âmbito da ICP-Brasil imediatamente após a publicação de que trata a alínea anterior;

c) Os documentos e dados biométricos dos titulares de certificados digital ICP-Brasil utilizados durante o período de operação na ICP-Brasil deverão ser armazenadas por outro PSBio credenciado, após aprovação do ITI;

d) Quando houver mais de um PSBio interessado, assumirá a responsabilidade do armazenamento aquele indicado pela AC.

4.5.2.4 - Da Responsabilidade.

a) A AC responderá solidariamente com o PSBio por qualquer dano oriundo de falha na prestação do serviço;

b) O PSBio, ainda que descredenciado, não poderá, sob pena de responsabilidade civil, criminal e administrativa, ceder, a qualquer título, os dados biométricos armazenados no desempenho de suas atividades na ICP-Brasil, à exceção do previsto na alínea "c" do item 4.5.2.3.

Art. 10 Acrescentar o item 4.6 ao DOC-ICP-03, versão 4.8, com a seguinte redação:

4.6. Obrigações Subsistentes

As ACs, as ARs, os PSSs, as ACTs e os PSBios operacionalmente vinculados têm o dever de observar as diretrizes e normas técnicas da ICP-Brasil, inclusive as obrigações que subsistirem após o encerramento das atividades de emissão de certificados.

Art. 11 Acrescentar uma referência no item 5.2, do DOC-ICP-03, versão 4.8, com a seguinte redação:

[16]	REGULAMENTO DO USO DE BIOMETRIA NO AMBITO DA ICP BRASIL - SISTEMA BIOMETRICO DA ICP-BRASIL	DOC-ICP-05.03

Art. 12 Acrescentar uma referência no item 5.3, do DOC-ICP-03, versão 4.8, com a seguinte redação:

[15]	Formulário SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO DE PRESTADOR DE SERVIÇOS BIOMÉTRICOS	ADE-ICP-03.I

Art. 13 Acrescentar o Anexo V, ao DOC-ICP-03, versão 4.8, com a seguinte redação:

ANEXO V
DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DE PRESTADOR DE SERVIÇOS BIOMÉTRICOS - PSBio

O candidato a desenvolver as atividades de PSBio deve entregar ao ITI os seguintes documentos atualizados, por intermédio da cadeia hierárquica da AC ou candidata a AC à qual pretende se vincular:

1. Relativos a sua habilitação jurídica:

a) Ato constitutivo, devidamente registrado no órgão competente; e

b) Documentos da eleição de seus administradores, quando aplicável;

2. Relativos a sua regularidade fiscal:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do candidato, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade junto à Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do candidato, ou outra equivalente, na forma da lei; e

d) Prova de regularidade do candidato junto à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

3. Relativos a sua qualificação econômico-financeira (exceto entidades da administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal):

3.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio do requerente;

3.2. Parecer de Contador que possua certidão emitida pelo Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI)1, atestando a boa situação econômico-financeira do candidato ou, alternativamente, atendimento ao seguinte:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, acompanhados de planilha evidenciando os cálculos previstos na alínea seguinte;

b) Será considerada em boa situação econômico-financeira o candidato que demonstrar, no exercício referido nas demonstrações financeiras, possuir RSPL (retorno sobre o patrimônio líquido) igual ou superior à TJLP média (Taxa de Juros de Longo Prazo, aprovada pelo Conselho Monetário Nacional, divulgada pelo Banco Central do Brasil com o código 256) a ser calculado da seguinte maneira:

$$RSPL = \frac{LL}{PL} \times 100 \geqslant TJLP$$

Onde:

RSPL = Retorno Sobre o Patrimônio Líquido;
LL = Lucro Líquido do exercício;
PL = (patrimônio líquido inicial + patrimônio líquido final)/2;
TJLP = média das taxas a.a. divulgadas pelo BACEN no código 256 para o exercício.

c) Caso o candidato tenha obtido prejuízo no último exercício social exigível, poderá ser efetuado cálculo da média dos cinco últimos exercícios exigíveis. Para tanto será apurada a média aritmética do patrimônio líquido dos cinco últimos balanços, exigíveis pela legislação vigente, e a respectiva média aritmética dos resultados obtidos em cada balanço patrimonial considerado na apuração da média do PL. Neste caso, a comparação será realizada com a menor TJLP divulgada para o mesmo período a que se referir a média do patrimônio líquido;

d) Caso o resultado obtido na alínea "b" ou "c" seja menor que a TJLP, mas for maior que zero, o candidato deverá comprovar, com base nos documentos exigidos nesta resolução, que possui PL igual ou superior a R$ 1.000.000,00;

e) Caso a empresa tenha sido criada há menos de um ano e não seja exigível, nos termos da legislação vigente, a apresentação de balanço patrimonial e demonstração contábil do último exercício, deverá apresentar seguro de responsabilidade civil e operacional no valor mínimo de R$ 1.000.000,00.

4. Relativos a sua qualificação técnica:

a) Declaração de que assinará, após o credenciamento, Termo de Confidencialidade, sob o compromisso de obedecer as normas e políticas de segurança do ITI.

b) Política de Segurança (PS), atendendo às condições mínimas estabelecidas na POLÍTICA DE SEGURANÇA DA ICP-BRASIL[12].

NOTA 2: As empresas cadastradas no Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores - SICAF, registro cadastral oficial do Poder Executivo Federal, poderão, para fins do disposto no item 2, apresentar seu extrato.

Art. 14 Alterar o item 3.1.1.1, alínea a, do DOC-ICP-05, versão 3.8, que passa a vigorar com a seguinte redação:

a) Validação da solicitação de certificado - compreende as etapas abaixo, realizadas mediante a presença física do interessado, com base nos documentos de identificação citados nos itens 3.1.9, 3.1.10 e 3.1.11:

i. confirmação da identidade de um indivíduo: comprovação de que a pessoa que se apresenta como titular do certificado de pessoa física é realmente aquela cujos dados constam na documentação e/ou biometria apresentada, vedada qualquer espécie de procuração para tal fim. No caso de pessoa jurídica, comprovar que a pessoa física que se apresenta como a sua representante é realmente aquela cujos dados constam na documentação apresentada, admitida a procuração apenas se o ato constitutivo previr expressamente tal possibilidade, devendo-se, para tanto, revestir-se da forma pública, com poderes específicos para atuar perante a ICP-Brasil e com prazo de validade de até 90 (noventa) dias. O responsável pela utilização do certificado digital de pessoa jurídica deve comparecer presencialmente, vedada qualquer espécie de procuração para tal fim.

Art. 15 Acrescentar o item 3.1.1.7, do DOC-ICP-05, versão 3.8, com a seguinte redação:

3.1.1.7. As AC devem disponibilizar, para todas as AR vinculadas a sua respectiva cadeia, uma interface para verificação biométrica do requerente junto ao Sistema Biométrico da ICP-Brasil, em cada processo de emissão de um certificado digital ICP-Brasil, conforme estabelecido no DOC-ICP-03 [6] e DOC-ICP-05.02 [10].

Art. 16 Alterar o item 3.1.9, do DOC-ICP-05, versão 3.8, que passa a vigorar com a seguinte redação:

3.1.9. Neste item devem ser definidos os procedimentos empregados pelas AR vinculadas a uma AC para a confirmação da identidade de um indivíduo. Essa confirmação deverá ser realizada mediante a presença física do interessado, com base em documentos de identificação legalmente aceitos e pelo processo de identificação biométrica ICP-Brasil.

Art. 17 Alterar o item 3.1.9.1, do DOC-ICP-05, versão 3.8, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Deverá ser apresentada a seguinte documentação, em sua versão original, e coletada as seguintes biometrias para fins de identificação de um indivíduo solicitante de certificado:

a) Cédula de Identidade ou Passaporte, se brasileiro;

b) Carteira Nacional de Estrangeiro - CNE, se estrangeiro domiciliado no Brasil;

c) Passaporte, se estrangeiro não domiciliado no Brasil;

d) Comprovante de residência ou domicílio, emitido há no máximo 3 (três) meses da data da validação presencial; e

e) Mais um documento oficial com fotografia, no caso de certificados de tipos A4 e S4.

f) Fotografia da face do requerente de um certificado digital ICP-Brasil, conforme disposto no DOC ICP-05.03 [11].

g) Impressões digitais do requerente de um certificado digital ICP-Brasil, conforme disposto no DOC ICP-05.03 [11].

Art. 18 Acrescentar uma referência no item 9.2, do DOC-ICP-05, versão 3.8, com a seguinte redação:

[10]	PROCEDIMENTOS PARA IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE E COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES NO PROCESSO DE EMISSÃO DE UM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL	DOC-ICP-05.02
[11]	REGULAMENTO DO USO DE BIOMETRIA NO AMBITO DA ICP BRASIL - SISTEMA BIOMETRICO DA ICP-BRASIL	DOC-ICP-05.03

Art. 19 Alterar a alínea "a", do item 2, do DOC-ICP-08, versão 4.0, contendo o texto abaixo:

a) Pré-operacionais: são as auditorias realizadas antes do início das atividades do candidato a Prestador de Serviço de Certificação (PSC), quer seja Autoridade Certificadora (AC), Autoridade de Carimbo do Tempo (ACT), Autoridade de Registro (AR), Prestador de Serviço de Suporte (PSS) ou Prestador de Serviço Biométrico (PSBio);

Art. 20 Acrescentar uma linha à tabela do item 3.1, do DOC-ICP-08, versão 4.0, contendo o texto abaixo:

PSBio	ITI/DAFN/CGAF	Empresa de Auditoria Independente, credenciada junto ao ITI

Art. 21 Alterar a alínea "a", do item 4.1, ao DOC-ICP-08, versão 4.0, contendo o texto abaixo:

a) Tipo 1: entidades autorizadas a realizar auditoria em AC, ACT, AR e PSBio, com respectivos PSS, este tipo é destinado às empresas de auditoria independentes cadastradas junto ao CNAI.

Art. 22 Acrescentar o inciso III, na alínea "a", do item 4.5, ao DOC-ICP-08, versão 4.0, contendo o texto abaixo:

III) caso de PSBio, áreas de sistema biométrico (ambientes físicos e lógicos), criptografia, segurança patrimonial, protocolos de comunicação em rede e sistemas de processamento eletrônico de informações.

Art. 23 Acrescentar o item 5.4, ao DOC-ICP-08, versão 4.0, contendo o texto abaixo:

5.4 Cada PSBio protocolará no ITI, até o dia 15 (quinze) de dezembro de cada ano, para aprovação da DAFN, seu PLAAO para o ano civil seguinte, contemplando os PSS subordinados, por meio do formulário ADE-ICP-08-C[4].

Art. 24 Alterar a alínea "j", do item 1.1, ao DOC-ICP-09, versão 3.0, contendo o texto abaixo:

j) PRESTADOR DE SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO (PSC) - Qualquer entidade credenciada para operar na ICP-Brasil, como: as Autoridades Certificadoras (AC); as Autoridades de Registro (AR); as Autoridades de Carimbo do Tempo (ACT), os Prestadores de Serviço de Suporte (PSS), os Prestadores de Serviço Biométrico (PSBio); ou entidade vinculada, como o Laboratório de Ensaios e Auditoria (LEA) e outros que executem ou determinem a execução de itens de certificação presentes nas resoluções da ICP-Brasil;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 25 Aprovar a versão 1.0 dos documentos DOC-ICP-03.02 - REQUISITOS MÍNIMOS DE SEGURANÇA PSBIO e do DOC-ICP-05.03 - Procedimentos para Identificação Biométrica na ICP-BRASIL.

Art. 26 Ficam aprovadas as novas versões dos Documentos: DOC-ICP-03 - CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DAS ENTIDADES INTEGRANTES DA ICP-BRASIL (versão 4.9); DOC-ICP-05 - REQUISITOS MÍNIMOS PARA AS DECLARAÇÕES DE PRÁTICAS DE CERTIFICAÇÃO DAS AUTORIDADES CERTIFICADORAS DA ICP-BRASIL (versão 3.9); DOC-ICP-08 - CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DE AUDITORIAS NAS ENTIDADES DA ICP-BRASIL e DOC-ICP-09 - CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES INTEGRANTES DA ICP-BRASIL.

§ 1º Todas as demais cláusulas dos referidos documentos, nas suas versões imediatamente anteriores, em sua ordem originária, integram as presentes versões e mantêm-se válidas.

§ 2º Os documentos referidos no caput encontram-se disponibilizados, em sua totalidade, no sítio http://www.iti.gov.br.

Art. 27 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. As entidades da ICP-Brasil tem o prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação, para se adequarem às mudanças previstas no artigo 17 e até 12 (doze) meses para os demais artigos.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

SÚMULA Nº 79, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2015

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, inc. XII, e tendo em vista o disposto nos arts. 28, inc. II, e 43, caput, § 1º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, no art. 38, § 1°, inc. II, da Medida Provisória n° 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, no art. 17-A, inciso II, da Lei n° 9.650, de 27 de maio de 1998, e nos arts. 2º e 3º, do Decreto n° 2.346, de 10 de outubro de 1997, bem como o contido no Ato Regimental/AGU nº 1, de 02 de julho de 2008, tendo em vista os autos do Processo nº: 00407.006086/2014-15, e

Considerando a jurisprudência iterativa do Superior Tribunal de Justiça, edita a seguinte Súmula:

"O termo inicial do prazo decadencial para impetração de Mandado de Segurança, no qual se discuta regra editalícia que tenha fundamentado eliminação de candidato em concurso público, é a data em que este toma ciência do ato administrativo que determina sua exclusão do certame."

Legislação Pertinente: Artigo 23 da Lei 12.016/2009.

Precedentes: **Superior Tribunal de Justiça**: ERESP nº 1.124.254/PI, Corte Especial, Rel. Min. Sidnei Beneti, Dje de 12/08/2014. MS nº 17.433/DF, Re. Min. Arnaldo Esteves, Dje de 05/12/2012 **Supremo Tribunal Federal:** AgrMS nº 30.620/DF, Segunda Turma Rel. Min. Gilmar Mendes, Dje de 27/09/2011; ARE 855147/CE, Rel. Min. Cármen Lúcia, Dje 17/12/2014; RE 711.000/RN, Rel. Min. Dias Tóffoli, Dje de 20/11/2012.

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

SÚMULA Nº 80, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, inc. XII, e tendo em vista o disposto nos arts. 28, inc. II, e 43, caput, § 1º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, no art. 38, § 1°, inc. II, da Medida Provisória n° 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, no art. 17-A, inciso II, da Lei n° 9.650, de 27 de maio de 1998, nos arts. 2º e 3º, do Decreto n° 2.346, de 10 de outubro de 1997, no art. 8º, VII e art. 36, XIII do Decreto nº 7.392, de 13.12.2010, bem como o contido no Ato Regimental/AGU nº 1, de 02 de julho de 2008, e, tendo em vista os Processos Administrativos nºs 00407.002398/2013-79 e 00692.001484/2013-96, resolve editar a presente Súmula:

"Para concessão de aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social - RGPS, a conversão de tempo de serviço/contribuição especial em comum deve observar o fator de conversão vigente à época em que requerido o benefício, devendo ser desconsiderado, para esta finalidade, o fator de conversão vigente à época da prestação da atividade laboral."

Legislação Pertinente: Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991; Decreto nº 357, de 7 de dezembro de 1991; Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.

Precedentes:
Superior Tribunal de Justiça - Primeira Seção: REsp 1.310.034, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 19/12/2012; **Terceira Seção:** REsp 1.151.363, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 05/04/2011; **Primeira Turma:** AgRg no REsp 1.399.678, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 25/06/2015; AgRg no REsp 1.401.326, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 29/05/2015; **Segunda Turma:** AgRg no AREsp 704.721, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 17/08/2015; AgRg no AREsp 666.891, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 06/05/2015; **Quinta Turma:** AgRg nos EDcl no REsp 1.248.476, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 14/05/2015.

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 24, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), os trabalhos de auditoria realizados pelas unidades de auditoria interna e o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT) e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, tendo em vista o disposto no art. 24, inciso IX, da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, nos artigos 14, 15 e 20 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, resolve:

Art. 1º Esta Instrução dispõe sobre a elaboração, a apresentação e o acompanhamento do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e do Relatório Anual de Auditoria Interna (RAINT), e os aspectos operacionais relativos aos trabalhos de auditoria das unidades de auditoria interna da administração pública federal direta e indireta sujeitas à orientação normativa e supervisão técnica do Órgão Central e dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

CAPÍTULO I

DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA

Art. 2º O PAINT será elaborado pela unidade de auditoria interna das entidades da administração direta e indireta, com finalidade de definir temas e macroprocessos a serem trabalhados no exercício seguinte.

§ 1º São princípios orientadores do PAINT a segregação de função e a necessidade de preservação da independência.

§ 2º Não constarão no PAINT atribuições que caracterizem atos de gestão.

Art. 3º Na elaboração do PAINT, a unidade de auditoria interna deverá considerar o planejamento estratégico, a estrutura de governança, o programa de integridade e o gerenciamento de riscos corporativos, os controles existentes, os planos, as metas, os objetivos específicos, os programas e as políticas do respectivo órgão ou entidade.

Art. 4º O PAINT conterá, no mínimo:

I - relação dos macroprocessos ou temas passíveis de serem trabalhados, classificados por meio de matriz de risco, com a descrição dos critérios utilizados para a sua elaboração;

II - identificação dos macroprocessos ou temas constantes da matriz de risco, a serem desenvolvidos no exercício seguinte, considerando o prazo, os recursos disponíveis e os objetivos propostos; e

III - estimativa de horas destinadas às ações de capacitação e participação em eventos que promovam o fortalecimento das atividades de auditoria interna.

§ 1º A matriz de risco conterá o resultado da análise dos riscos associados a um macroprocesso ou tema, em termos de impacto e de probabilidade, que possam vir a afetar os objetivos do órgão ou entidade pública

§ 2º As ações de capacitação e participação em eventos previstas no PAINT deverão estar alinhadas às atividades de auditoria, de acordo com o seu caráter multidisciplinar e a atuação profissional dos servidores.

Art. 5º A proposta do PAINT deverá ser submetida à análise prévia do respectivo órgão de controle interno até o último dia útil do mês de outubro do exercício anterior ao de sua execução.

Art. 6º O respectivo órgão de controle interno deverá encaminhar manifestação sobre a proposta do PAINT à unidade de auditoria interna no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, incluindo, quando for o caso, recomendação de inclusão de macroprocessos ou temas que não tenham sido programados.

§ 1º A ausência de manifestação formal do órgão de controle interno no prazo estipulado no **caput** não impede a adoção das providências previstas nos arts. 7º e 8º.

§ 2º O não atendimento às recomendações de que trata o **caput** deverá ser devidamente justificado pela unidade de auditoria interna quando do encaminhamento definitivo do PAINT ao respectivo órgão de controle interno.

Art. 7º O Conselho de Administração ou a instância com atribuição equivalente ou, inexistindo, o dirigente máximo do órgão ou entidade, deverá aprovar o PAINT até o último dia útil do mês de dezembro do ano anterior ao de sua execução.

Art. 8º O PAINT aprovado será encaminhado ao respectivo órgão de controle interno e ao Conselho Fiscal ou instância com atribuições equivalentes até o último dia útil do mês de fevereiro de cada exercício a que se aplica.

CAPÍTULO II

DOS ASPECTOS OPERACIONAIS RELATIVOS AOS TRABALHOS DE AUDITORIA

Art. 9º O planejamento operacional dos trabalhos de auditoria, com a definição dos objetivos, escopo, prazo, questões de auditoria e alocação de recursos deverá ser elaborado pelas unidades de auditoria interna ao longo da execução do PAINT.

Art. 10. Para efetuar a avaliação dos controles internos, as unidades de auditoria interna deverão adotar as melhores práticas, considerando, no mínimo, os seguintes componentes: ambiente de controle, avaliação de riscos, atividades de controle, informação e comunicação e atividades de monitoramento.

§ 1º A análise de que trata o **caput** poderá abranger uma subsidiária, uma divisão, uma unidade operacional ou um macroprocesso do órgão ou entidade.

§ 2º Para efeitos desta Portaria, considera-se:

I - ambiente de controle - conjunto de normas, processos e estrutura que fornece a base para a condução do controle interno no órgão ou entidade;

II - avaliação de riscos - processo dinâmico e interativo que visa a identificar, a avaliar e a mensurar os riscos relevantes que possam comprometer a integridade do órgão ou entidade e o alcance das metas e dos objetivos organizacionais;

III - atividades de controle - conjunto de ações estabelecidas por meio de políticas e procedimentos que auxiliam o órgão ou entidade a mitigar os riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos traçados;

IV - informação - processo de validação da consistência, documentação e guarda dos registros gerados a partir das atividades de controle interno necessárias para que o órgão ou entidade alcance seus objetivos;

V - comunicação - processo contínuo de compartilhamento e obtenção de informações que possibilita a compreensão do órgão ou entidade sobre as responsabilidades de controle interno e sua importância; e

VI - atividades de monitoramento - conjunto de ações destinadas a acompanhar e avaliar a eficácia dos controles internos.

Art. 11. Os relatórios de auditoria conterão, no mínimo:

I - objetivos da auditoria;

II - escopo do trabalho;

III - critérios de análise utilizados, as causas, as consequências constatadas e as recomendações que visam a aprimorar os controles avaliados, para o saneamento de impropriedades ou irregularidades porventura identificadas em cada achado de auditoria; e

IV - conclusão dos trabalhos, com base nos achados de auditoria.

Art. 12. As unidades de auditoria interna deverão informar ao respectivo órgão de controle interno, preferencialmente em meio eletrônico, a finalização do relatório de auditoria em até 30 (trinta) dias após sua conclusão.

Parágrafo único. Os órgãos de controle interno poderão requisitar, a qualquer momento, os relatórios produzidos pelas unidades de auditoria interna.

Art. 13. As unidades de auditoria interna, ao final de cada trabalho realizado, enviarão, pelo menos, o resumo dos relatórios de auditoria ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria, ao Conselho Fiscal ou órgão equivalente ou, em sua falta, ao dirigente máximo do órgão ou entidade.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CAPÍTULO III

DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA

Art. 14. A apresentação dos resultados dos trabalhos de auditoria interna será efetuada por meio do RAINT, que conterá o relato das atividades de auditoria interna executadas.

Art. 15. O RAINT conterá, no mínimo:

I - descrição dos trabalhos de auditoria interna realizados de acordo com o PAINT;

II - análise consolidada acerca do nível de maturação dos controles internos do órgão ou entidade, com base nos trabalhos realizados, identificando as áreas que apresentaram falhas relevantes e indicando as ações promovidas para regularização ou mitigação dos riscos delas decorrentes;

III - descrição dos trabalhos de auditoria interna realizados sem previsão no PAINT, indicando sua motivação e seus resultados;

IV - relação dos trabalhos de auditoria previstos no PAINT não realizados ou não concluídos, com as justificativas para a sua não execução e, quando aplicável, com a previsão de sua conclusão;

V - descrição dos fatos relevantes que impactaram positiva ou negativamente nos recursos e na organização da unidade de auditoria interna e na realização das auditorias;

VI - descrição das ações de capacitação realizadas, com indicação do quantitativo de servidores capacitados, carga horária, temas e a relação com os trabalhos programados;

VII - quantidade de recomendações emitidas e implementadas no exercício, bem como as vincendas e as não implementadas na data de elaboração do RAINT, com a inclusão, neste caso, dos prazos de implementação e as justificativas do gestor; e

VIII - descrição dos benefícios decorrentes da atuação da unidade de auditoria interna ao longo do exercício.

Art. 16. O RAINT será disponibilizado aos respectivos órgãos de controle interno até o último dia útil de fevereiro de cada ano, após a apreciação pelo Conselho de Administração ou instância de atribuição equivalente ou, em sua falta, pelo dirigente máximo do órgão ou entidade.

CAPITULO IV

DO MONITORAMENTO

Art. 17. As unidades de auditoria interna manterão controle, preferencialmente por sistema informatizado, das recomendações por elas expedidas, pelos órgãos de controle interno e externo e, quando for o caso, pelo Conselho Fiscal, pelo Conselho de Administração ou por outros órgãos ou entidades de regulação e fiscalização.

§ 1º As unidades de auditoria interna apresentarão ao Conselho de Administração ou à instância de atribuição equivalente ou, em sua falta, ao dirigente máximo da organização, no mínimo, mensalmente, relatório sobre a situação das recomendações referidas no **caput**.

§ 2º No caso de recomendação, não implementada ou implementada parcialmente, o relatório de que trata o § 1º deverá conter as justificativas dos gestores responsáveis pelas áreas auditadas, com indicação de prazo para seu cumprimento.

§ 3º O relatório de que trata o § 1º ficará à disposição dos órgãos de controle.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. Compete à unidade de auditoria interna conhecer e intermediar, quando necessário, os trabalhos de auditoria realizados pelos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Art. 19. Em até 30 (trinta) dias da sua conclusão os RAINT deverão estar publicados na página do órgão ou entidade na internet em local de fácil acesso pelos órgãos e cidadãos interessados, assegurada a proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 20. Os casos omissos serão resolvidos pelo Órgão Central do Sistema de Controle Interno.

Art. 21. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Fica revogada a Instrução Normativa nº 07, de 29 de dezembro de 2006.

VALDIR MOYSÉS SIMÃO

SECRETARIA DE PORTOS
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 4.432, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.001733/2015-41 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 393ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Caetés Serviços Portuários Ltda. - EPP, CNPJ nº 22.866.871/0001-25, com sede na avenida Dr. Antônio Gouveia, nº 61, Edifício Ocean Tower, sala 501, Pajuçara, Maceió - AL, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio portuário, exclusivamente com embarcações com potência até 2.000 hp, na forma e condições fixadas no Termo de Autorização nº 1.241-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 4.433, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.001175/2015-12 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 393ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Green Logistics Ltda. - EPP, CNPJ nº 14.811.090/0001-05, com sede na av. Alexandre Ferreira da Silva, nº 2027- A, Novo Horizonte II, Macapá, AP, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio portuário, operando exclusivamente com embarcações sem propulsão ou com potência de até 2.000 hp, na forma e condições fixadas no Termo de Autorização nº 1.242-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 4.434, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.001732/2015-11 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 393ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Pipes Empreendimentos Ltda., CNPJ nº 06.065.767/0001-85, com sede à praça Goiás, nº 15, Centro, Carolina - MA, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviços de transporte de passageiros, veículos e cargas, na navegação interior de travessia interestadual, na Região Hidrográfica do Parnaíba, sobre o rio Parnaíba, entre os municípios de Nova Iorque/MA e Porto Alegre/PI, na forma e condições fixadas no Termo de Autorização nº 1.243-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 4.435, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.000454/2015-69 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 393ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Woodhollow Participações S.A., CNPJ nº 20.619.793/0001-39, com sede à Gleba Santa Cruz s/nº - lote 67, sítio Queluz, Itaituba - PA, como empresa brasileira de navegação - EBN, com a finalidade específica de obtenção de financiamento junto ao Fundo de Marinha Mercante - FMM, para a construção de embarcações adequadas ao transporte de cargas na navegação interior de percurso longitudinal, bem como para obtenção de pré-registro de embarcações em construção, em estaleiro brasileiro, no Registro Especial Brasileiro - REB, sem direito de afretamento de embarcação, na forma e condições fixadas no Termo de Autorização nº 1.244-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 4.436, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.000455/2015-11 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 393ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Woodhollow Participações S.A., CNPJ nº 20.619.793/0001-39, com sede na Gleba Santa Cruz, lote 67, Sítio Queluz, s/nº, Santarenzinho, Itaituba, PA, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, com a finalidade específica de obter financiamento junto ao Fundo de Marinha Mercante - FMM, para construção de embarcações adequadas às navegações de apoio portuário, apoio marítimo, cabotagem e longo curso, bem como para obtenção de pré-registro de embarcações em construção, em estaleiro brasileiro, no Registro Especial Brasileiro - REB, sem direito a afretamento de embarcação, na forma e condições fixadas no Termo de Autorização nº 1.245-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 4.437, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.002033/2015-72 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 393ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Vilhena Importação e Exportação Eireli - EPP, CNPJ nº 14.982.996/0001-92, com sede à av. Alcindo Cacela, nº 3.986, Condor, Belém - PA, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviços de transporte de passageiros e veículos, na navegação interior de travessia interestadual, na Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental, sobre o rio Gurupi, entre o município de Viseu - PA e a localidade de Maracacueira, no município de Carutapera - MA, na forma e condições fixadas no Termo de Autorização nº 1.246-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 4.438, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.002147/2015-12 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 393ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Top Marine Offshore Brasil Apoio Marítimo Eireli - ME, CNPJ nº 21.257.385/0001-47, com sede na rua Dom Diniz nº 22, Ilha da Conceição, Niterói, RJ, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio portuário, exclusivamente com embarcações com potência de até 2.000 hp, na forma e condições fixadas no Termo de Autorização nº 1.247-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO Nº 4.439, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, à vista dos elementos constantes do processo nº 50300.000868/2003 e tendo em vista o que foi deliberado na 393ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 12 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 125-ANTAQ, de 21 de julho de 2004, da empresa Agemar Transportes e Empreendimentos Ltda., CNPJ nº 08.745.465/0001-83, para alterá-lo, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 1º Termo Aditivo, em decorrência da retirada de restrição de tonelagem de porte bruto - TPB.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 4.440, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, à vista dos elementos constantes do processo nº 50300.001066/2009-57 e tendo em vista a aprovação da Superintendente de Outorgas Substituto, conforme delegação contida na Portaria nº 282/2014-DG, de 3 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 574-ANTAQ, de 7 de agosto de 2009, da empresa Pipes Empreendimentos Ltda., CNPJ nº 06.065.767/0001-85, para alterá-lo, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 2º Termo Aditivo, em decorrência de alteração de frota e esquema operacional.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 4.441, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, à vista dos elementos constantes do processo nº 50300.002718/2014-38 e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Outorgas Substituto, conforme delegação contida na Portaria nº 282/2014-DG, de 3 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 1.166-ANTAQ, de 20 de março de 2015, da microempreendedora individual Ruth dos Santos Fonseca 20910975434, CNPJ nº 20.871.996/0001-18, para alterá-lo, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 1º Termo Aditivo, em decorrência de alteração de frota.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 4.442, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, à vista dos elementos constantes do processo nº 50300.001054/2009-22 e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Outorgas Substituto, conforme delegação contida na Portaria nº 282/2014-DG, de 3 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 565-ANTAQ, de 7 de agosto de 2009, da empresa Pipes Empreendimentos Ltda., CNPJ nº 06.065.767/0001-85, para alterá-lo, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 4º Termo Aditivo, em decorrência de alteração de frota.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 4.443, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 20, inciso IV do Regimento Interno, considerando o que consta do processo n° 50300.001866/2015-16 e tendo em vista o que foi deliberado na 393ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 12 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Aprovar a celebração de Contrato de Uso Temporário entre a Administração do Porto de Maceió - APMc e a empresa Ferrostaal Industrieanlagen Óleo e Gás do Brasil Ltda., inscrita no CNPJ sob o n° 15.415.752/0001-90, visando a exploração de área com 77.852,00 m² (setenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e dois metros quadrados), integrante da poligonal do Porto Organizado de Maceió, cuja destinação será orientada à instalação de unidade de apoio sistêmico aos serviços de fabricação, montagem e integração de módulos de plataformas de petróleo, nos termos do art. 36 e seguintes da norma aprovada pela Resolução nº 2.240-ANTAQ, de 4 de outubro de 2011, alterada pela Resolução nº 2.826-ANTAQ, de 12 de março de 2013, pelo período de 18 (dezoito) meses.

Art. 2º Determinar à APMc o encaminhamento, a esta Agência, de cópia do referido Contrato de Uso Temporário, no prazo de até 30 (trinta) dias após sua assinatura, em consonância com o disposto no § 5º do art. 38 da norma aprovada pela Resolução nº 2.240-ANTAQ, alterada pela Resolução nº 2.826-ANTAQ.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 4.444, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50306.001304/2014-31 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 393ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Julgar insubsistente o Auto de Infração nº 000879-6, lavrado em 30 de junho de 2014, em desfavor da empresa J. A. Leite Navegação Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 04.355.608/0001-90, por restar descaracterizada a prática infracional imputada à processada, determinando o arquivamento do processo administrativo sancionador nº 50306.001304/2014-31.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 4.445, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.000102/2015-11 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 393ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Julgar insubsistente o Auto de Infração nº 001291-2, lavrado em 23 de janeiro de 2015, em desfavor da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, inscrita no CNPJ sob o n° 33.000.167/0210-28, por não ter restado confirmada a materialidade da prática infracional, determinando o arquivamento do processo administrativo sancionador nº 50300.000102/2015-11.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 4.446, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50305.001128/2014-48 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 393ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Julgar insubsistente o Auto de Infração n° 000948-2, lavrado em 29 de julho de 2014, em desfavor da empresa Alubar Metais S/A, inscrita no CNPJ sob o n° 83.673.756/0001-29, determinando o arquivamento do processo administrativo sancionador nº 50305.001128/2014-48, em razão da impossibilidade de penalização da empresa em comento, face à irretroatividade da norma sancionadora.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 4.447, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.000106/2015-91 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 393ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Julgar subsistente o Auto de Infração n° 001289-0, lavrado em 23 de janeiro de 2015, em desfavor da empresa J. F. de Oliveira Navegação Ltda., inscrita no CNPJ sob o n° 22.797.070/0002-36, uma vez que, à época da autuação, a interessada não havia adaptado a sua outorga.

Art. 2º Determinar o arquivamento do processo administrativo sancionador nº 50300.000106/2015-91, sem aplicação de penalidade de multa pecuniária à empresa em comento, uma vez que aprovada, por ocasião da 385ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de junho de 2015, a adaptação do Contrato de Adesão MT/DP n° 48/1997, de sua titularidade.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 4.448, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50302.001128/2013-97 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 393ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Revogar o artigo 4º da Resolução n° 2.151-ANTAQ, de 14 de julho de 2011, o artigo 2º, alínea "c" da Resolução n° 2.057-ANTAQ, de 9 de maio de 2011, o artigo 3º da Resolução n° 1.988-ANTAQ, de 1º de abril de 2011, e o artigo 2º, alínea "c" da Resolução n° 2.046-ANTAQ, de 29 de abril de 2011, determinando o consequente arquivamento do processo administrativo contencioso nº 50302.001128/2013-97, sem aplicação de penalidade à Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 4.449, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 20, inciso IV, do Regimento Interno, consoante delegação prevista no art. 1º da Portaria nº 182/2014-SEP, de 5 de junho de 2014, considerando o que consta do processo n° 50000.002115/2000 e tendo em vista o que foi deliberado na 393ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 12 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Aprovar a adaptação do Contrato de Adesão MT/DP n° 093/2000, de 20 de novembro de 2000, que autorizou a empresa Sociedade Fogás Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 04.563.672/0004-09, a explorar, na modalidade de terminal de uso privado - TUP, a instalação portuária situada no município de Porto Velho - RO, eis que atendidas as exigências de que trata a Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, bem como o disposto na norma aprovada pela Resolução nº 3.290-ANTAQ, de 13 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 4.450, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 20, inciso IV do Regimento Interno, considerando o que consta do processo n° 50300.001033/2015-55 e tendo em vista o que foi deliberado na 393ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 12 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar a operação, mediante registro, da instalação portuária de titularidade da empresa Araújo Comércio de Produtos Alimentícios e Navegação Eirelli - ME, CNPJ nº 08.595.121/0001-35, localizada no município de Tabatinga - AM, para apoio operacional ao desenvolvimento das atividades de empresa de navegação interior, consoante disposição contida no inciso II do art. 39 da norma aprovada pela Resolução nº 3.290-ANTAQ, de 13 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO Nº 4.451, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50306.002540/2013-94 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 393ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia do interessado, a autorização outorgada ao empresário individual E. C. P. do Amaral - ME, CNPJ nº 18.704.206/0001-68, por meio do Termo de Autorização nº 1.023-ANTAQ, e da Resolução nº 3.229-ANTAQ, ambos de 9 de janeiro de 2014, para operar, como empresa brasileira de navegação - EBN.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 4.452, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50301.000763/2008-08 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 393ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia da interessada, a autorização outorgada à empresa Safe Supply Offshore Ltda., CNPJ nº 06.082.991/0001-85, por meio do Termo de Autorização nº 452-ANTAQ, e da Resolução nº 1.084-ANTAQ, ambos de 3 de julho de 2008, para operar, como empresa brasileira de navegação - EBN.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 4.453, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50301.001448/2013-57 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 393ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia da interessada, a autorização outorgada à empresa Delta Navegação e Serviços Ltda., CNPJ nº 08.767.736/0001-00, por meio do Termo de Autorização nº 983-ANTAQ, e da Resolução nº 3.050-ANTAQ, ambos de 13 de setembro de 2013, para operar, como empresa brasileira de navegação - EBN.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 4.454, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.001958/2015-04 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 393ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Indeferir o pleito formulado pela Superintendência do Porto de Itajaí - SPI visando autorização para cobrança de nova rubrica tarifária, no âmbito da Tabela III, relativa à operação de transbordo, por movimento e por unidade de contêineres cheios ou vazios, em face do terminal de uso privado - TUP explorado pela empresa Portonave S/A - Terminais Portuários de Navegantes, por já arcar a autorizada com as rubricas tarifárias correspondentes, descabendo a instituição de nova exação pela manutenção de áreas que já se encontram sob a sua gestão.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 4.455, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 20, inciso IV do Regimento Interno, considerando o que consta do processo 50300.002411/2014-37 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada por ocasião de sua 393ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Aprovar a alteração dos valores originalmente autorizados para aquisição de veículos, no âmbito do Plano de Aplicação de Recursos apresentado pela Administração do Porto de São Francisco do Sul - APSFS - aprovado pela Resolução nº 4.102-ANTAQ, de 18 de maio de 2014 - em virtude de nova cotação de preços, prorrogando por 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação desta Resolução, o prazo para que as aquisições previstas no Plano em comento sejam processadas, na forma estabelecida pela Lei n° 10.520, de 17 de junho de 2002.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 4.456, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50308.001906/2014-79 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 393ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Julgar parcialmente subsistente o Auto de Infração n° 001190-8, lavrado em 28 de novembro de 2014, para aplicar a penalidade de multa pecuniária no valor total de R$ 109.400,00 (cento e nove mil e quatrocentos reais), em desfavor da empresa Pedreiras Transportes do Maranhão Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 06.273.742/0001-77, na forma do art. 78-A, inciso II da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, sendo:

I - R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), pela prática da infração capitulada no inciso XXI do art. 32 da norma aprovada pela Resolução n° 3.274-ANTAQ, de 6 de fevereiro de 2014; e

II - R$ 59.400,00 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais), pela prática da infração capitulada no inciso XXXVIII do art. 32 da norma aprovada pela Resolução n° 3.274-ANTAQ.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 4.457, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50308.001216/2014-11 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 393ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Julgar subsistente o Auto de Infração nº 000932-6, para aplicar duas sanções de advertência à empresa UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 08.219.477/0001-74, titular do Termo de Permissão de Uso nº 01/2010-ASJUR/EMAP, na forma do art. 78-A, inciso I da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, pelo cometimento das infrações capituladas nos incisos XVI e XXXVIII da norma aprovada pela Resolução nº 3.274-ANTAQ de 6 de fevereiro de 2014.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 4.458, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50301.001392/2004 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 393ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia da interessada, a autorização outorgada à empresa 3 Golf Ltda., CNPJ nº 85.404.903/0001-90, por meio do Termo de Autorização nº 383-ANTAQ, e da Resolução nº 859-ANTAQ, ambos de 23 de agosto de 2007, para operar, como empresa brasileira de navegação - EBN.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 4.459, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50306.000520/2008-11 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 393ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia da interessada, a autorização outorgada à empresa Masseg Transportes e Assessoria Ltda., CNPJ nº 05.158.534/0001-64, por meio do Termo de Autorização nº 455-ANTAQ, e da Resolução nº 1.090-ANTAQ, ambos de 22 de julho de 2008, para operar, como empresa brasileira de navegação - EBN.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 4.460, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 20, inciso IV do Regimento Interno, considerando o que consta do processo n° 50301.002405/2013-99 e tendo em vista o que foi deliberado na 393ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 12 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Aplicar as penalidades de advertência e multa pecuniária no valor total de R$ 11.000,00 (onze mil reais), em desfavor da empresa Mac Laren Oil Estaleiros Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 05.646.148/0001-11, na forma do art. 78-A, incisos I e II da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, respectivamente, pela prática das infrações capituladas nos incisos X e XXV do art. 18 da norma aprovada pela Resolução nº 1.660-ANTAQ, de 8 de abril de 2010, à época em vigor, consignadas no quadro abaixo:

Descrição das Irregularidades	Capitulação da Infração	Penalidade
Operar a instalação portuária estaleiro, em desacordo com o Termo de Autorização nº 201/2005-ANTAQ.	Art. 18, inciso XXV da Resolução n° 1.660-ANTAQ, de 08/04/2010, à época em vigor.	Advertência
Não apresentar certificado do Corpo de Bombeiros Militar válido.	Art. 18, inciso XXV da Resolução n° 1.660-ANTAQ, de 08/04/2010, à época em vigor.	Multa Pecuniária R$ 8.250,00
Deixar de manter em condições de segurança física e operacional e em boas condições de conservação e funcionamento as instalações do Terminal, especificamente os cais de n° 20 e nº 40.	Art. 18, inciso X da Resolução n° 1.660-ANTAQ, de 08/04/2010, à época em vigor.	Multa Pecuniária R$ 2.750,00
Total		R$ 11.000,00

Art. 2º Convalidar os atos praticados pela Comissão Processante no período compreendido entre o final da vigência da Ordem de Serviço n° 278/2013-SFC, em 16 de novembro de 2013, e o início da vigência da Ordem de Serviço n° 86/214-SFC, em 27 de junho de 2014.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO Nº 4.461, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 20, inciso IV do Regimento Interno, considerando o que consta do processo n° 50314.002475/2014-89 e tendo em vista o que foi deliberado na 393ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 12 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Aplicar a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais) em desfavor da empresa Vanzin Serviços Aduaneiros Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 07.770.268/0001-51, na forma do art. 78-A, inciso II da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, pela prática da infração tipificada no inciso XIV do art. 34 da norma aprovada pela Resolução nº 3.274-ANTAQ, de 6 de fevereiro de 2014, consubstanciada no fato de ocupar área no Porto Organizado do Rio Grande (armazém D-4), para armazenagem de fertilizantes, sem prévio procedimento licitatório e sem o competente instrumento contratual.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 4.462, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 20, inciso IV do Regimento Interno, considerando o que consta do processo n° 50303.001210/2014-92 e tendo em vista o que foi deliberado na 393ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 12 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Aplicar a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 123.750,00 (cento e vinte e três mil, setecentos e cinquenta reais), em desfavor da Superintendência do Porto de Itajaí - SPI, inscrita no CNPJ sob o nº 00.662.091/0001-20, na forma do art. 78-A, inciso II da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, pela prática da infração tipificada no inciso XXXI do art. 33 da norma aprovada pela Resolução nº 3.274-ANTAQ, de 6 de fevereiro de 2014, consubstanciada no fato da SPI ter celebrado com a empresa APM Terminals Itajaí S.A., o Contrato nº 006/2014, denominado "Contrato de Autorização de Uso Não Exclusivo de Área Pública", caracterizando a exploração, por arrendamento, de área do Porto Organizado de Itajaí, sem prévio procedimento licitatório.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 4.463, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 20, inciso IV do Regimento Interno, considerando o que consta do processo n° 50310.000475/2014-84 e tendo em vista o que foi deliberado na 393ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 12 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Aplicar a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 70.875,00 (setenta mil, oitocentos e setenta e cinco reais), em desfavor da empresa MFX do Brasil Equipamentos de Petróleo Ltda., inscrita no CNPJ sob o n° 13.060.983/0003-65, na forma do art. 78-A, inciso II da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, pela prática da infração tipificada no inciso XXXI do art. 18 da norma aprovada pela Resolução n° 1.660-ANTAQ, de 8 de abril de 2010, à época em vigor, consubstanciada na exploração de terminal de uso privado sem a devida autorização da ANTAQ.

Art. 2º Conceder o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que a empresa MFX do Brasil Equipamentos de Petróleo Ltda. apresente à ANTAQ o requerimento de outorga, com a documentação relativa à regularização do respectivo terminal, sob pena de interdição de suas instalações.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 4.464, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 20, inciso IV do Regimento Interno, considerando o que consta do processo n° 50310.001187/2014-47 e tendo em vista o que foi deliberado na 392ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 8 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Julgar parcialmente subsistente o Auto de Infração n° 937-7, lavrado em 6 de agosto de 2014, pela Unidade Regional de Salvador - URESV.

Art. 2º Aplicar a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), em face da empresa Marenostrum Consultoria e Assistência Marítima Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 00.122.107/0001-02, na forma do art. 78-A, inciso II da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, pela prática da infração tipificada no art. 21, inciso XVII da norma aprovada pela Resolução n° 2.510-ANTAQ, de 19 de junho de 2012, consubstanciada no fato de operar na navegação de apoio portuário sem autorização da ANTAQ.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 4.465, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 20, inciso IV do Regimento Interno, considerando o que consta do processo n° 50310.002138/2013-41 e tendo em vista o que foi deliberado na 392ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 8 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Aplicar a penalidade de multa pecuniária no valor total de R$ 166.031,25 (cento e sessenta e seis mil, trinta e um reais e vinte e cinco centavos), em face da Prefeitura Municipal de Corumbá, inscrita no CNPJ sob o nº 03.330.461/0001-10, na forma do art. 78-A, inciso II da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, sendo:

I - R$ 1.031,25 (um mil, trinta e um reais e vinte e cinco centavos), em razão da prática da infração capitulada no inciso XIII do art. 13 da norma aprovada pela Resolução nº 858-ANTAQ, de 23 de agosto de 2007, à época em vigor, consubstanciada na não obtenção do licenciamento ambiental do porto de Corumbá;

II - R$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais), pela prática da infração capitulada no inciso LI do art. 13, da norma aprovada pela Resolução n° 858-ANTAQ, consubstanciada no fato de não observar as normas e procedimentos para ocupação da área denominada Centro de Convenções; e

III - R$ 137.500,00 (cento e trinta e sete mil e quinhentos reais), em razão da prática da infração capitulada no inciso LIV do art. 13, da norma aprovada pela Resolução n° 858-ANTAQ, consubstanciada no fato de promover a exploração de área localizada no porto de Corumbá com desvio de finalidade.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

ACÓRDÃO-102-2015-ANTAQ

Processo: 50301.000015/2014-65.
Parte: MILMARES EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA.
Ementa:
Trata o presente Acórdão do exame de pedido de reconsideração interposto pela empresa Milmares Equipamentos e Serviços Marítimos Ltda., CNPJ nº 03.867.644/0001-70, em face de deliberação da Diretoria Colegiada por ocasião de sua 386ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de junho de 2015, consignada nos termos da Resolução n° 4.208-ANTAQ, de 30 de junho de 2015, que aplicou à recorrente a penalidade de advertência, pela prática da infração tipificada no inciso VII do art. 21 da norma aprovada pela Resolução nº 2.510-ANTAQ, de 19 de junho de 2012.
Acórdão:
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 392ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 8 de outubro de 2015, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, por conhecer o pedido de reconsideração interposto pela empresa Milmares Equipamentos e Serviços Marítimos Ltda., dada a sua regularidade e tempestividade para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se, por conseguinte, a íntegra da decisão proferida no âmbito da 386ª Reunião Ordinária de Diretoria - ROD, realizada em 25 de junho de 2015. Participaram da reunião o Diretor-Geral, Relator, Mário Povia, o Diretor Fernando José de Pádua Costa Fonseca, o Diretor Adalberto Tokarski, a Procuradora-Chefe Substituta Natália Hallit Moysés, e o Secretário-Geral, Joelson Neves Miranda.
Brasília-DF, 17 de novembro de 2015.

MÁRIO POVIA
Diretor-Geral
Relator

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA
Diretor

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor

ACÓRDÃO-103-2015-ANTAQ

Processo: 50302.000380/2014-61.
Parte: T-GRÃO CARGO TERMINAL DE GRANÉIS S.A.
Ementa:
Trata o presente Acórdão do exame de pedido de reconsideração interposto pela empresa T-Grão Cargo Terminal de Granéis S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.933.023/0001-84, em face de deliberação da Diretoria Colegiada por ocasião de sua 386ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de junho de 2015, consignada nos termos da Resolução n° 4.218-ANTAQ, de 30 de junho de 2015, que aplicou à recorrente a penalidade de multa pecuniária no valor total de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), pela prática das infrações capituladas nos incisos I e XXXVIII do art. 32 da norma aprovada pela Resolução nº 3.274-ANTAQ, de 6 de fevereiro de 2014.
Acórdão:
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 392ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 8 de outubro de 2015, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, por não conhecer o pedido de reconsideração interposto pela empresa T-Grão Cargo Terminal de Granéis S.A., por considerá-lo intempestivo, mantendo-se, por conseguinte, a íntegra da decisão proferida no âmbito da 386ª Reunião Ordinária de Diretoria - ROD, realizada em 25 de junho de 2015. Participaram da reunião o Diretor-Geral Mário Povia, o Diretor, Relator, Fernando José de Pádua Costa Fonseca, o Diretor Adalberto Tokarski, a Procuradora-Chefe Substituta Natália Hallit Moysés, e o Secretário-Geral, Joelson Neves Miranda.
Brasília-DF, 17 de novembro de 2015.

MÁRIO POVIA
Diretor-Geral

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA
Diretor-Relator

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor

ACÓRDÃO-104-2015-ANTAQ

Processo: 50312.000965/2013-80.
Parte: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS.
Ementa:
Trata o presente Acórdão do exame de pedido de reconsideração interposto pela empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0004-54, em face de deliberação da Diretoria Colegiada por ocasião de sua 383ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de maio de 2015, consignada nos termos da Resolução n° 4.100-ANTAQ, de 18 de maio de 2015, que aplicou à recorrente a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais), pela prática da infração capitulada no inciso XXXI do art. 18 da norma aprovada pela Resolução n° 1.660-ANTAQ, de 8 de abril de 2010, à época em vigor, concedendo-lhe o prazo de 60 (sessenta) dias para o encaminhamento à ANTAQ da documentação necessária à obtenção de outorga para a instalação portuária denominada "Píer de Rebocadores", devendo, em caso contrário, abster-se de realizar quaisquer atividades além do abastecimento de embarcações destinadas ao terminal de uso privado - TUP de Tubarão.
Acórdão:
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 392ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 8 de outubro de 2015, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, por conhecer o pedido de reconsideração interposto pela empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, por considerá-lo tempestivo, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se, por conseguinte, a íntegra da decisão proferida no âmbito da 383ª Reunião Ordinária de Diretoria - ROD, realizada em 4 de maio de 2015. Participaram da reunião o Diretor-Geral, Relator, Mário Povia, o Diretor Fernando José de Pádua Costa Fonseca, o Diretor Adalberto Tokarski, a Procuradora-Chefe Substituta Natália Hallit Moysés, e o Secretário-Geral, Joelson Neves Miranda.
Brasília-DF, 17 de novembro de 2015.

MÁRIO POVIA
Diretor-Geral
Relator

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA
Diretor

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor

ACÓRDÃO-105-2015-ANTAQ

Processo: 50311.002101/2012-21.
Parte: COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA.
Ementa:
Trata o presente Acórdão do exame de pedido de reconsideração interposto pela Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA, CNPJ nº 14.372.148/0001-61, em face de deliberação da Diretoria Colegiada por ocasião de sua 382ª Reunião Ordinária, realizada em 16 de abril de 2015, consignada nos termos da Resolução n° 4.060-ANTAQ, de 17 de abril de 2015, que aplicou à recorrente a penalidade de multa pecuniária no valor total de R$ 66.825,00 (sessenta e seis mil, oitocentos e vinte e cinco reais), pela prática das infrações tipificadas nos incisos XXVlII e LI do art. 13 da norma aprovada pela Resolução n° 858-ANTAQ, de 23 de agosto de 2007, à época em vigor.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 392ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 8 de outubro de 2015, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, por conhecer o pedido de reconsideração interposto pela Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA, por considerá-lo tempestivo, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se, por conseguinte, a íntegra da decisão proferida no âmbito da 382ª Reunião Ordinária de Diretoria - ROD, realizada em 16 de abril de 2015. Participaram da reunião o Diretor-Geral, Relator, Mário Povia, o Diretor Fernando José de Pádua Costa Fonseca, o Diretor Adalberto Tokarski, a Procuradora-Chefe Substituta Natália Hallit Moysés, e o Secretário-Geral, Joelson Neves Miranda.

Brasília-DF, 17 de novembro de 2015.

MÁRIO POVIA
Diretor-Geral
Relator

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA
Diretor

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor

ACÓRDÃO-106-2015-ANTAQ

Processo: 50300.002522/2014-43.
Parte: TRANSPORTES BERTOLINI LTDA.

Ementa:

Trata o presente Acórdão do exame de Processo Administrativo Sancionador - PAS instaurado em desfavor da empresa Transportes Bertolini Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 04.503.660/0013-80, visando a apuração da irregularidade consubstanciada no Auto de Infração nº 001182-7, lavrado em 11 de novembro de 2014, no âmbito da Gerência de Fiscalização de Portos e Instalações Portuárias - GFP, desta Agência.

Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 392ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 8 de outubro de 2015, o Diretor, Relator, Adalberto Tokarski, votou como segue:

"a) Por declarar a nulidade do Auto de Infração n° 001182-7, lavrado em 11 de novembro de 2014, em face da empresa Transportes Bertolini Ltda., uma vez que eivado de vício insanável; e; b) Pelo arquivamento do presente processo, conforme preconiza o artigo 39 da Norma aprovada pela Resolução nº 3.259-ANTAQ/2014, sem lavratura de novo Auto de Infração, uma vez que a empresa se regularizou perante à ANTAQ, mediante a assinatura do Contrato de Adesão n° 67-ANTAQ/2015. Cientifique-se a empresa Transportes Bertolini Ltda., acerca da presente decisão."

O Diretor Fernando Fonseca divergiu verbalmente do voto proferido pelo Diretor Relator, manifestando-se contrariamente à nulidade do Auto de Infração n° 001182-7 e ao arquivamento do respectivo processo sancionador, votando pela aplicação da penalidade de advertência à empresa processada.

O Diretor Mário Povia verbalmente acompanhou, na íntegra, o voto do Diretor, Relator, Adalberto Tokarski.

Assim, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, com base no art. 67, da Lei nº 10.233/2001, em fazer prevalecer o entendimento expresso no voto relator, acompanhado pelo Diretor Mário Povia.

Participaram da reunião o Diretor-Geral, Mário Povia, o Diretor Fernando José de Pádua Costa Fonseca, o Diretor, Relator, Adalberto Tokarski, a Procuradora-Chefe Substituta, Natália Hallit Moysés e o Secretário-Geral, Joelson Neves Miranda.

Brasília-DF, 17 de novembro de 2015.

MÁRIO POVIA
Diretor-Geral

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA
Diretor

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor-Relator

ACÓRDÃO-107-2015-ANTAQ

Processo: 50300.002428/2013-11.
Parte: INDRA SOLUÇÕES E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS S.A.

Ementa:

Trata o presente Acórdão do exame de recurso administrativo interposto pela empresa Indra Soluções e Serviços Tecnológicos S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.645.738/0001-79, em face da decisão que aceitou a proposta da empresa Global Web Outsourcing do Brasil S.A., habilitando e declarando-a como licitante vencedora do Pregão Eletrônico nº 03/2014.

Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 392ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 8 de outubro de 2015, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, por conhecer o recurso administrativo interposto pela empresa Indra Soluções e Serviços Tecnológicos S.A., em face da decisão do pregoeiro que aceitou a proposta da empresa Global Web Outsourcing do Brasil S.A. e a habilitou, declarando-a como licitante vencedora do Pregão Eletrônico nº 03/2014, para, no mérito, negar-lhe provimento, uma vez que restou comprovado nos autos que os procedimentos adotados durante o referido Pregão Eletrônico não acarretaram prejuízo a quaisquer participantes do certame. Participaram da reunião o Diretor-Geral Mário Povia, o Diretor, Relator, Fernando José de Pádua Costa Fonseca, o Diretor Adalberto Tokarski, a Procuradora-Chefe Substituta Natália Hallit Moysés, e o Secretário-Geral, Joelson Neves Miranda.

Brasília-DF, 17 de novembro de 2015.

MÁRIO POVIA
Diretor-Geral

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA
Diretor-Relator

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor

ACÓRDÃO-108-2015-ANTAQ

Processo: 50307.001954/2013-96.
Parte: PETRÓLEO SABBÁ S.A.

Ementa:

Trata o presente Acórdão do exame de pedido de reconsideração interposto pela empresa Petróleo Sabbá S/A, CNPJ nº 04.169.215/0019-10, em face de deliberação da Diretoria Colegiada por ocasião de sua 381ª Reunião Ordinária, realizada em 19 de março de 2015, consignada nos termos da Resolução n° 4.033-ANTAQ, de 27 de março de 2015, que aplicou à recorrente a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 26.250,00 (vinte e seis mil e duzentos e cinquenta reais), pela prática da infração capitulada no inciso XXXI do art. 18 da norma aprovada pela Resolução n° 1.660-ANTAQ, de 8 de abril de 2010, à época em vigor, concedendo-lhe o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para regularização perante a ANTAQ, sob pena de interdição de suas operações.

Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 392ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 8 de outubro de 2015, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, por conhecer o pedido de reconsideração interposto pela empresa Petróleo Sabbá S/A, por considerá-lo tempestivo, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se, por conseguinte, a íntegra da decisão proferida no âmbito da 381ª Reunião Ordinária de Diretoria - ROD, realizada em 19 de março de 2015. Participaram da reunião o Diretor-Geral, Mário Povia, o Diretor Fernando José de Pádua Costa Fonseca, o Diretor, Relator, Adalberto Tokarski, a Procuradora-Chefe Substituta Natália Hallit Moysés, e o Secretário-Geral, Joelson Neves Miranda.

Brasília-DF, 17 de novembro de 2015.

MÁRIO POVIA
Diretor-Geral

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA
Diretor

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor-Relator

ACÓRDÃO-109-2015-ANTAQ

Processo: 50310.001187/2014-47.
Parte: MARENOSTRUM CONSULTORIA E ASSISTÊNCIA MARÍTIMA LTDA.

Ementa:

Trata o presente Acórdão do exame de Processo Administrativo Sancionador - PAS instaurado em desfavor da empresa Marenostrum Consultoria e Assistência Marítima Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 00.122.107/0001-02, visando à apuração da suposta prática das infrações tipificadas no art. 21, incisos IV e XVII da Resolução nº 2.510-ANTAQ, de 19 de junho de 2012, consoante disposto no Auto de Infração nº 937-7, lavrado pela Unidade Regional de Salvador - URESV, em 6 de agosto de 2014.

Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 392ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 8 de outubro de 2015, o Diretor, Relator, Adalberto Tokarski, votou como segue:

"a) Por considerar parcialmente subsistente o Auto de Infração n° 937-7, lavrado em desfavor da empresa Marenostrum Consultoria e Assistência Marítima Ltda., inscrita no CNPJ sob o n° 00.122.107/0001-02.

b) Por aplicar a penalidade de multa pecuniária, no valor de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), em desfavor da referida empresa, pela prática da infração tipificada no art. 21, inciso XVII da norma aprovada pela Resolução n° 2.510-ANTAQ/2012, consubstanciada no fato de operar na navegação de apoio portuário sem autorização da ANTAQ."

O Diretor Fernando Fonseca, então, adotou parcialmente o voto-relator, divergindo em relação ao quantum da penalidade de multa pecuniária a ser aplicada, para a qual sugeriu o valor de R$ 28.350,00 (vinte e oito mil, trezentos e cinquenta reais).

O Diretor Mário Povia verbalmente acompanhou, na íntegra, o voto do Diretor, Relator, Adalberto Tokarski.

Assim, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, com base no art. 67, da Lei nº 10.233/2001, em fazer prevalecer o entendimento expresso no voto-relator, acompanhado pelo Diretor Mário Povia. Participaram da reunião o Diretor-Geral, Mário Povia, o Diretor Fernando José de Pádua Costa Fonseca, o Diretor, Relator, Adalberto Tokarski, a Procuradora-Chefe Substituta, Natália Hallit Moysés e o Secretário-Geral, Joelson Neves Miranda.

Brasília-DF, 17 de novembro de 2015.

MÁRIO POVIA
Diretor-Geral

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA
Diretor

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor-Relator

ACÓRDÃO-110-2015-ANTAQ

Processo: 50310.002138/2013-41.
Parte: MUNICÍPIO DE CORUMBÁ.

Ementa:

Trata o presente Acórdão do exame de Processo Administrativo Contencioso - PAC instaurado em desfavor do Município de Corumbá, inscrito no CNPJ sob o nº 03.330.461/0001-10, visando a apuração de supostas irregularidades apontadas no âmbito de procedimento ordinário de fiscalização realizado pela Unidade Regional de Corumbá - URECO, e, também, a averiguação de fatos noticiados na imprensa local.

Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 392ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 8 de outubro de 2015, o Diretor, Relator, Mário Povia, votou como segue:

"1. Pela aplicação da penalidade de multa pecuniária em face do Município de Corumbá no montante de R$ 1.031,25 (um mil, trinta e um reais e vinte e cinco centavos), em razão da prática da infração capitulada no inciso XIII do art. 13 da norma aprovada pela Resolução nº 858-ANTAQ, de 23 de agosto de 2007, à época em vigor, consubstanciada na não obtenção do licenciamento ambiental do porto de Corumbá; 2. Pela aplicação da penalidade de multa pecuniária em face do Município de Corumbá no montante de R$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais), pela prática da infração capitulada no inciso LI do art. 13, da norma aprovada pela Resolução n° 858-ANTAQ, consubstanciada no fato de não observar as normas e procedimentos para ocupação da área denominada Centro de Convenções; 3. Pela aplicação da penalidade de multa pecuniária em face do Município de Corumbá no montante de R$ 137.500,00 (cento e trinta e sete mil e quinhentos reais), em razão da prática da infração capitulada no inciso LIV do art. 13, da norma aprovada pela Resolução n° 858-ANTAQ, consubstanciada no fato de promover a exploração de área localizada no porto de Corumbá com desvio de finalidade; e 4. Determinar à SFC em conjunto com a SOG que atuem junto ao Ministério dos Transportes e à Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR com vistas à redefinição do regime de exploração do porto de Corumbá. Cientifique-se a Prefeitura do Município de Corumbá, a Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR, o Ministério dos Transportes - MT e o Ministério Público Federal em Corumbá, acerca da presente decisão."

O Diretor Adalberto Tokarski divergiu verbalmente quanto à aplicação da penalidade de multa pecuniária, reputando ser mais adequado ao caso em tela a celebração de Termo de Ajuste de Conduta - TAC junto ao Município de Corumbá.

O Diretor Fernando Fonseca verbalmente acompanhou, na íntegra, o voto do Diretor, Relator, Mário Povia. Assim, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, com base no art. 67, da Lei nº 10.233/2001, em fazer prevalecer o entendimento expresso no voto-relator, acompanhado pelo Diretor Fernando Fonseca. Participaram da reunião o Diretor-Geral, Relator, Mário Povia, o Diretor Fernando José de Pádua Costa Fonseca, o Diretor Adalberto Tokarski, a Procuradora-Chefe Substituta, Natália Hallit Moysés e o Secretário-Geral, Joelson Neves Miranda.

Brasília-DF, 17 de novembro de 2015.

MÁRIO POVIA
Diretor-Geral
Relator

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA
Diretor

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE PORTOS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

DESPACHO DO GERENTE
Em 13 de novembro de 2015

Processo nº 50310.000723/2015-78.
Nº 53 - Penalizado: Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA, CNPJ nº 14.372.148/0001-61. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer o recurso interposto, uma vez que tempestivo, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se a aplicação da penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 10.000,00, pela prática da infração prevista no Art. 23, IV, da Norma aprovada pela Resolução nº 2190/2011-Antaq.

NEIRIMAR GOMES DE BRITO

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

RESOLUÇÃO Nº 324, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP), EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO a emissão da Resolução n° 318/2015, publicada no D.O.U n° 217, de 13.11.2015, seção 1, bem como o que consta nos autos do Processo Administrativo CDP n° 1686/2015; CONSIDERANDO, ainda, o disposto no Art. 87, inciso III, da Lei n° 8.666/93, resolve: I - retificar o item I da Resolução n° 318/2015, de 10.11.2015, nos seguintes termos: Onde se lê: "aplicar ao Escritório de Advocacia NELSON WILLIANS & ADVOGADOS ASSOCIADOS a penalidade de suspensão de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, com base na Cláusula Nona do Contrato n° 22/2014 e inciso III do art. 87 da Lei n° 8.666/93"; Leia-se "aplicar ao Escritório de Advocacia NELSON WILLIANS & ADVOGADOS ASSOCIADOS a penalidade de suspensão de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos, com base na Cláusula Nona do Contrato n° 22/2014 e inciso III do art. 87 da Lei n° 8.666/93"; II - determinar a publicação deste ato no Diário Oficial da União - D.O.U.

MARCOS RODRIGUES DE MATOS

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

DECISÃO Nº 140, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Portaria nº 190/GC-5, de 20 de março de 2001, e considerando o que consta do processo nº 00058.025984/2015-61, deliberado e aprovado na 14ª Reunião Deliberativa de Diretoria, realizada em 17 de novembro de 2015, decide:

Art. 1º Renovar, por 5 (cinco) anos, a autorização operacional para exploração de serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola outorgada à sociedade VALE DO PARANAPANEMA AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA. - EPP, CNPJ nº 05.979.285/0001-78, com sede social em Assis (SP).

Art. 2º A exploração do serviço autorizado somente poderá ser realizada por aeronave devidamente homologada.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Decisão nº 153, de 16 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2010, Seção 1, página 13.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Diretor-Presidente

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

PORTARIA Nº 3.063, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, resolve:

Art 1º Tornar pública a emissão dos Certificados Suplementares de Tipo (CST) abaixo relacionado, emitidos nas datas respectivamente indicadas:

Nº CST	Detentor do CST	Descrição	Aplicabilidade - Aeronaves	Data
2015S11-05	BHE & Associates - USA	ST11047SC (Installation of upgraded hardware to replace Rockwell Collins Pro Line 4 displays with Rockwell Collins Pro Line 21 displays, add an Integrated Flight Information System (IFIS), and enable Localizer Performance with Vertical guidance (LPV) capability)	Dassault modelos Falcon 2000; Falcon 2000EX.	13.11.2015

Art. 2º O inteiro teor das aprovações encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/certificacao/PST/index_pst.asp.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DINO ISHIKURA

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751/SIA, de 6 de julho de 2015, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 3.035 - Inscreve o aeródromo privado Fazenda Epemaju (PA) (Código OACI: SNGM) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.135133/2015-36.

Nº 3.036 - Inscreve o aeródromo privado Fazenda Sibéria (MA) (Código OACI: SDOE) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.004997/2015-15.

Nº 3.037 - Inscreve o aeródromo privado Fazenda Vale do Boi II (MT) (código OACI: SIVY) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.087470/2015-18.

Nº 3.038 - Inscreve o aeródromo privado Fazenda Figueira II (MS) (código OACI: SITL) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.124910/2015-17.

Nº 3.039 - Inscreve o aeródromo privado Fazenda Fortuna (PA) (código OACI: SIVR) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.079329/2015-33.

Nº 3.040 - Inscreve o aeródromo privado Fazenda Couto Magalhães (MT) (código OACI: SIRM) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.167042/2014-89.

Nº 3.041 - Inscreve o aeródromo privado Pista Aldeia Pykararankre (PA) (código OACI: SIPL) no cadastro de aeródromos.A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.135030/2015-76.

Nº 3.042 - Inscreve o aeródromo privado Pista Aldeia Aukre (PA) (código OACI: SISA) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.135071/2015-62

Nº 3.043 - Inscreve o aeródromo privado Pista Aldeia Moykarako (PA) (código OACI: SIWK) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.135102/2015-85.

Nº 3.044 - Inscreve o aeródromo privado KL Aviação Agrícola (RS) (código OACI: SIUL) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.106877/2012-09.

Nº 3.045 - Inscreve o aeródromo privado Gaelo (RS) (código OACI: SIRD) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.128042/2015-44.

Nº 3.047 - Inscreve o aeródromo privado Independência (PA) (código OACI: SITT) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.018225/2015-52.

Nº 3.048 - Inscreve o aeródromo privado Clube de Voo Aeroquadra (SP) (código OACI: SIVQ) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.124878/2015-70.

Nº 3.049 - Inscreve o heliponto privado Berrini One (SP) (código OACI: SITO) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.149340/2015-78.

Nº 3.050 - Inscreve o heliponto privado Cruz (BA) (código OACI: SIUK) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.147620/2015-41.

Nº 3.051 - Inscreve o heliponto privado Ford Camaçari (BA) (código OACI: SIXQ) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.102438/2015-61.

Nº 3.052 - Inscreve o heliponto privado Ilha do Cavaco (RJ) (código OACI: SIVA) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.080313/2015-73.

Nº 3.054 - Inscreve o heliponto privado Del Rio (CE) (código OACI: SIVL) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.124843/2015-31.

Nº 3.055 - Inscreve o heliponto privado Gold Star (SP) (código OACI: SIVM) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.077941/2015-71.

RODRIGO OTÁVIO RIBEIRO

SUPERINTENDÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS AÉREOS

PORTARIAS DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS AÉREOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 39, inciso XXXVII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, tendo em vista o disposto na Portaria nº 190/GC-5, de 20 de março de 2001, resolve:

Nº 3.046 - Autorizar, por 12 (doze) meses, o funcionamento jurídico da sociedade empresária HELIBAHIA - AEROINSPEÇÃO E SERVIÇOS AÉREOS ESPECIALIZADOS LTDA., CNPJ 15.669.513/0001-67, com sede social em Salvador (BA) como empresa de serviço aéreo público especializado nas atividades aerocinematografia, aerodemonstração, aerofotografia, aeroinspeção, aeropublicidade e aeroreportagem. Processo nº 00058.020907/2012-71.

Nº 3.053 - Autorizar, por 12 (doze) meses, o funcionamento jurídico da sociedade empresária AIR TAG SERVIÇOS AÉREOS ESPECIALIZADOS LTDA., com sede social em Itajaí (SC) como empresa de serviço aéreo público especializado nas atividades aeropublicidade e aeroreportagem. Processo nº 00058.043807/2015-66.

Nº 3.056 - Autorizar, por 12 (doze) meses, o funcionamento jurídico da sociedade empresária ALFA SIERRA - SERVIÇOS AÉREOS ESPECIALIZADOS LTDA., com sede social em Itapema (SC) como empresa de serviço aéreo público especializado na atividade aeropublicidade. Processo nº 00058.100382/2015-08.

Nº 3.057 - Autorizar, por 12 (doze) meses, o funcionamento jurídico da sociedade empresária AMAZÔNIA RURAL AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA - ME, CNPJ 21.151.645/0001-03, com sede social em Araguaína (TO), como empresa de serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola. Processo nº 00058.000703/2014-86.

Nº 3.058 - Autorizar, por 12 (doze) meses, o funcionamento jurídico da sociedade empresária AEROINFOC - INSPEÇÃO, FOTOGRAFIA E CINEMATOGRAFIA S/S LTDA - ME, CNPJ: 21.280.218/0001-17, com sede social em Rio de Janeiro (RJ) como empresa de serviço aéreo público especializado na atividade de aeroinspeção. Processo nº 00058.080500/2015-46.

Nº 3.059 - Autorizar, por 12 (doze) meses, o funcionamento jurídico da sociedade empresária AERO AGRÍCOLA CAMPO NOVO LTDA - ME, CNPJ 03.454.131/0001-37, com sede social em Campo Novo do Parecis (MT), como empresa de serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola. Processo nº 00058.118170/2014-98.

Nº 3.060 - Autorizar, por 12 (doze) meses, o funcionamento jurídico da sociedade empresária FLY LED BRASIL AEROPUBLICIDADE LTDA, com sede social em Jataí (GO) como empresa de serviço aéreo público especializado na atividade de aeropublicidade. Processo nº 00058.101645/2015-98.

Nº 3.061 - Autorizar, por 12 (doze) meses, o funcionamento jurídico da sociedade empresária CANAÃ AEROAGRÍCOLA LTDA, com sede social em Lagoa da Confusão (TO), como empresa de serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola. Processo nº 00058.096766/2015-19.

Nº 3.062 - Autorizar, por 12 (doze) meses, o funcionamento jurídico da sociedade empresária MG AIR - AERO PUBLICIDADE LTDA, com sede social em São Paulo (SP) como empresa de serviço aéreo público especializado na atividade aeropublicidade. Processo nº 00058.096764/2015-11.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RICARDO BISINOTTO CATANANT

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Agricultura,Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Nº 92, de 02 de julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União Nº 125, de 03 de julho de 2014, Seção 1, página 15, onde se lê: 'Rua Itabuna', leia-se 'Itatuba'.

SECRETARIA DO PRODUTOR RURAL E COOPERATIVISMO
SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

ATO Nº 8, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Em cumprimento ao disposto no § 2°, do art. 4º, da Lei n° 9.456, de 25 de abril de 1997, e no inciso III, do art. 3°, do Decreto nº 2.366, de 5 de novembro de 1997, e o que consta do Processo nº 21000.007788/2015-40, o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares divulga, para fins de proteção de cultivares de berinjela (Solanum melongena L.), os descritores mínimos definidos na forma do Anexo I. O formulário estará disponível aos interessados pela internet no endereço: http://www.agricultura.gov.br/vegetal/registros-autorizacoes/protecao-cultivares/formularios-protecao-cultivares>olerícolas.

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador

ANEXO I

INSTRUÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS ENSAIOS DE DISTINGUIBILIDADE, HOMOGENEIDADE E ESTABILIDADE DE CULTIVARES DE BERINJELA (Solanum melongena L.)

I. OBJETIVO

Estas instruções visam estabelecer diretrizes para as avaliações de distinguibilidade, homogeneidade e estabilidade (DHE), a fim de uniformizar o procedimento técnico de comprovação de que a cultivar apresentada é distinta de outra(s) cujos descritores sejam conhecidos, é homogênea quanto às suas características dentro de uma mesma geração e é estável quanto à repetição das mesmas características ao longo de gerações sucessivas. Aplicam-se às cultivares de BERINJELA (Solanum melongena L).

II. AMOSTRA VIVA

1. Para atender ao disposto no art. 22 e seu parágrafo único da Lei nº 9.456 de 25 de abril de 1997, o requerente do pedido de proteção obrigar-se-á a manter e a apresentar ao SNPC, amostras vivas da cultivar objeto da proteção, como especificado a seguir:

- 5 gramas ou 1000 sementes como amostra de manipulação e exame (apresentar ao SNPC);
- 5 gramas ou 1000 sementes como germoplasma (apresentar ao SNPC); e
- 5 gramas ou 1000 sementes mantidas pelo obtentor.

2. As sementes não devem ser tratadas, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

3. O material propagativo deve apresentar boas condições sanitárias, vigor e deve atender aos critérios estabelecidos nas Regras de Análise de Sementes - R.A.S.

4. A amostra deverá ser disponibilizada ao SNPC após a obtenção do Certificado de Proteção. Entretanto, sempre que durante a análise do pedido for necessária a apresentação da amostra para confirmação de informações, o requerente deverá disponibilizá-la.

III. EXECUÇÃO DOS ENSAIOS DE DISTINGUIBILIDADE, HOMOGENEIDADE E ESTABILIDADE - DHE

1. Os ensaios devem ser realizados por, no mínimo, dois ciclos independentes de cultivo, em condições ambientais similares.

2. Os ensaios devem ser conduzidos em um único local. Caso nesse local não seja possível a visualização de todas as características da cultivar, a mesma poderá ser avaliada em outro local.

3. Os ensaios de campo deverão ser conduzidos em condições que assegurem o desenvolvimento normal das plantas. O tamanho das parcelas deverá ser tal que as plantas ou partes de plantas possam ser retiradas para medições e contagens, sem prejuízo das observações que poderão ser feitas no final do ciclo de crescimento.

4. Os métodos recomendados para observação das características são indicados na primeira coluna da Tabela de características, segundo a legenda abaixo:

- MG: mensuração única de um grupo de plantas ou partes de plantas;
- MI: mensuração de um número de plantas ou partes de plantas, individualmente; e
- VG: avaliação visual única de um grupo de plantas ou partes de plantas.

5. Cada ensaio deve incluir no mínimo 20 plantas, divididas em duas ou mais repetições. As observações deverão ser feitas em, no mínimo, 10 plantas ou partes de 10 plantas.

6. Para a avaliação da homogeneidade, deve-se aplicar a população padrão de 1% e a probabilidade de aceitação de, pelo menos, 95%. No caso de uma amostra com 20 plantas, será permitida, no máximo, 1 planta atípica.

7. Para a descrição da cultivar as avaliações deverão ser realizadas nas plantas com expressões típicas, sendo desconsideradas aquelas com expressões atípicas.

IV. CARACTERÍSTICAS AGRUPADORAS

1. Para a escolha das cultivares similares a serem plantadas no ensaio de DHE, utilizar as características agrupadoras.

2. Características agrupadoras são aquelas nas quais os níveis de expressão observados, mesmo quando obtidos em diferentes locais, podem ser usados para a organização dos ensaios de DHE, individualmente ou em conjunto com outras características, de forma que cultivares similares sejam plantadas agrupadas.

3. As seguintes características são consideradas úteis como características agrupadoras:

a)Fruto: comprimento (característica 16);
b)Fruto: relação comprimento/diâmetro máximo (característica 18);
c)Fruto: forma geral (característica 19);
d)Fruto: cor principal da epiderme (no ponto de maturação) (característica 22);
e)Fruto: listras (característica 26);
f)Fruto: cor da polpa (característica 36).

V. SINAIS CONVENCIONAIS

- (+), (a) - (b): ver item "IX OBSERVAÇÕES E FIGURAS";
- MG, MI, VG: ver item III, 4;
- QL: Característica qualitativa;
- QN: Característica quantitativa; e
- PQ: Característica pseudo-qualitativa.

VI. NOVIDADE E DURAÇÃO DA PROTEÇÃO

1. A fim de satisfazer o requisito de novidade estabelecido no inciso V, art. 3º, da Lei nº 9.456, de 1997, para poder ser protegida, a cultivar não poderá ter sido oferecida à venda no Brasil há mais de doze meses em relação à data do pedido de proteção e, observado o prazo de comercialização no Brasil, não poderá ter sido oferecida à venda ou comercializada em outros países, com o consentimento do obtentor, há mais de quatro anos.

2. Conforme estabelecido pelo art. 11 da Lei nº 9.456, de 1997, a proteção da cultivar vigorará, a partir da data da concessão do Certificado Provisório de Proteção, pelo prazo de 15 (quinze) anos.

VII. INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DA TABELA DE DESCRITORES

1. Ver formulário na internet

2. Para solicitação de proteção de cultivar, o interessado deverá apresentar, além deste, os demais formulários disponibilizados pelo SNPC.

3. Todas as páginas deverão ser rubricadas pelo Requerente ou Representante Legal e pelo Responsável Técnico.

VIII. TABELA DE DESCRITORES DE BERINJELA (Solanum melongena L.)

Nome proposto para a cultivar:

Característica	Identificação da Característica	Código de cada descrição
1. Plântula: pigmentação antocianínica do hipocótilo QL VG	ausente presente	1 2
2. Plântula: intensidade de pigmentação antocianínica do hipocótilo QN VG	fraca média forte	3 5 7
3. Planta: hábito de crescimento QN VG	ereto semiereto horizontal	1 3 5
4. Planta: altura QN MI (+)	muito baixa baixa média alta muito alta	1 3 5 7 9
5. Haste: distância entre os cotilédones e o nó da primeira flor QN MI/VG	curta média longa	3 5 7
6. Haste: pigmentação antocianínica QL VG	ausente presente	1 2
7. Haste: intensidade da pigmentação antocianínica QN VG	fraca média forte	3 5 7
8. Haste: pilosidade QN VG	fraca média forte	3 5 7
9. Lâmina foliar: tamanho QN MI (+)	muito pequeno pequeno médio grande muito grande	1 3 5 7 9
10. Lâmina foliar: sinuosidade da borda QN VG	ausente ou muito fraca fraca média forte muito forte	1 3 5 7 9
11. Lâmina foliar: bulado QN VG	ausente ou muito fraco fraco médio forte muito forte	1 3 5 7 9
12. Lâmina foliar: intensidade da cor verde QN VG	clara média escura	3 5 7
13. Inflorescência: número de flores QL MG/VG	uma a três mais de três	1 2
14. Flor: tamanho QN VG	pequeno médio grande	3 5 7
15. Flor: intensidade da cor roxa QN VG	clara média escura	3 5 7
16. Fruto: comprimento QN VG/MI (+)	muito curto curto médio longo muito longo	1 3 5 7 9
17. Fruto: diâmetro máximo QN VG/MI (+)	muito pequeno curto médio grande muito grande	1 3 5 7 9
18. Fruto: relação comprimento/diâmetro máximo QN MI	muito pequena pequena média grande muito grande	1 3 5 7 9
19. Fruto: forma geral PQ VG (+)	globular ovoide obovada em forma de pêra em forma de clave elipsoide cilíndrica	1 2 3 4 5 6 7
20. Fruto: ápice PQ VG (+)	deprimido aplanado arredondado pontiagudo	1 2 3 4
21. Apenas para cultivares com frutos cilíndricos. Fruto: curvatura QN VG	ausente ou muito fraca fraca média forte muito forte	1 3 5 7 9
22. Fruto: cor principal da epiderme (no ponto de maturação) PQ VG	branca verde violeta	1 2 3
23. Apenas para cultivares com cor da epiderme verde e violeta: Fruto: intensidade da cor principal da epiderme (no ponto de maturação) QN VG	muito clara clara média escura muito escura	1 3 5 7 9
24. Fruto: brilho (no ponto de maturação) QN VG	fraco médio forte	3 5 7
25. Fruto: manchas QL VG (+)	ausente presente	1 2
26. Fruto: listras QL VG (+)	ausente presente	1 2
27. Fruto: costelamento (saliências em forma de costela) QN VG	ausente ou muito fraco fraco médio forte muito forte	1 3 5 7 9

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

28. Fruto: comprimento do pedúnculo QN MI (+)	muito curto curto médio longo muito longo	1 3 5 7 9
29. Fruto: pigmentação antocianínica embaixo do cálice QL VG	ausente presente	1 2
30. Fruto: intensidade da pigmentação antocianínica embaixo do cálice QN VG	fraca média forte	3 5 7
31. Fruto: tamanho do cálice QN VG	pequeno médio grande	3 5 7
32. Fruto: pigmentação antocianínica no cálice QN VG	ausente presente	1 2
33. Fruto: intensidade da pigmentação antocianínica no cálice QN VG	muito fraca fraca média forte muito forte	1 3 5 7 9
34. Fruto: espinhos no cálice QN VG (+)	ausente ou muito poucos poucos médio muitos muitíssimos	1 3 5 7 9
35. Fruto: dobras ou rugas no cálice QN VG	muito fracas fracas médias fortes muito fortes	1 3 5 7 9
36. Fruto: cor da polpa QL VG	esbranquiçada esverdeada	1 2
37. Fruto: cor da epiderme (na maturação fisiológica) PQ VG	amarela laranja ocre marrom	1 2 3 4
38. Ciclo até o início do florescimento QN VG/MG	precoce médio tardio	3 5 7
39. Ciclo até a maturidade fisiológica QN VG/MG	precoce médio tardio	3 5 7

IX. OBSERVAÇÕES E FIGURAS

1. Ver formulário na internet.

X. TABELA DE MEDIDAS ABSOLUTAS PARA CARACTERÍSTICAS AVALIADAS PELOS MÉTODOS MI E MG

Característica / Médias observadas	Cultivar Candidata	Cultivar	Cultivar
4. Planta: altura	cm	cm	cm
5. Haste: distância entre os cotilédones e o nó da primeira flor	cm	cm	cm
9. Lâmina foliar: tamanho	cm	cm	cm
16. Fruto: comprimento	cm	cm	cm
17. Fruto: diâmetro máximo	cm	cm	cm
28. Fruto: comprimento do pedúnculo	cm	cm	cm
38. Ciclo até o início do florescimento	dias	dias	dias
39. Ciclo até a maturidade fisiológica	dias	dias	dias

XI. BIBLIOGRAFIA

ADINOLFI, A.; BIANCHI, M.. Caratterizzazione di varieta di Melanzana. Quaderno n. 38 dell'E.N.S.E.

PHILIPS, R.; RIX, M., 1995. Vegetables. Macmillan Reference Books.

DAUNAY, M. C.; LESTER, R. N.; ANO, G., 2001. Eggplant. p. 199-222 in Tropical Plant Breeding (569 p.), Scient. Ed., Charrier, A., Jacquot, M., Hamon, S., Nicolas, D., CIRAD; Science Publishers, Inc., Enfield (USA), Plymouth UK, 569 p.

UNIÃO PARA PROTEÇÃO DAS OBTENÇÕES VEGETAIS. TG/117/4. Genebra, 2002. Disponível em: http://www.upov.int/en/publications/tg-rom/tg117/tg_117_4.pdf. Acesso em: 12 nov. 2015.

CARVALHO. S. I. C.; BIANCHETTI, L. de B.; FERNANDEZ, F. L.. Avaliação de descritores para a proteção de cultivares de berinjela. Brasília, 2015. Anexo da correspondência do Chefe Adjunto de Transferência e Tecnologia da Embrapa Hortaliças, enviada ao Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em 31 de agosto de 2015.

DECISÃO Nº 109, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O Coordenador do Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em cumprimento ao disposto no § 7° do art. 18 da Lei n° 9.456, de 25 de abril de 1997 e pelo Decreto n° 2.366, de 5 de novembro de 1997, DEFERE os pedidos de proteção de cultivar das espécies relacionadas:

Espécie	Denominação da Cultivar	Número do Protocolo
Alstroemeria L.	ZALSATTY	21806.000040/2013-89
Zantedeschia Spreng	FLAMIGO	21806.000319/2013-62
Solanum lycopersicum L.	MESTIÇO	21806.000151/2014-76
Solanum lycopersicum L.	DUNCAN	21806.000224/2014-20
Oryza sativa L.	BRS Catiana	21806.000259/2014-69
Paullinia cupana Kunth var. sorbilis	BRS Onhiamuaçabê	21806.000310/2014-32
Gossypium hirsutum L.	FM 940GLT	21806.000056/2015-53
Gossypium hirsutum L.	FM 913GLT	21806.000058/2015-42
Eucalyptus spp	CNB007	21806.000077/2015-79
Avena sativa L.	URS ALTIVA	21806.000159/2015-13

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação desta.

RICARDO ZANATTA MACHADO

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO ACRE

PORTARIA Nº 54, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

O Superintendente da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Acre, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Regimento Interno das SFA's, art. 44, item XXII, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 14/06/2010, e tendo em vista as disposições no art. 2º da IN 22 de 20 de junho de 2013, processo 21004.000239/2015-12, resolve:

Art. 1º - Habilitar o Médico Veterinário JOSÉ DA CONCEIÇÃO NASCIMENTO GUIMARÃES, inscrito no CRMV/Nº 0009, sem vínculo com a Administração Federal, exercendo legalmente a profissão no Serviço Oficial de Defesa e Inspeção Sanitária, no Município de Rio Branco/AC, para emitir Guia de Transportes de Animais - GTA, de animais silvestres, oriundo dos estabelecimentos dos quais é responsável: (Parque Ambiental Chico Mendes e Centro de Triagem Cláudio Reis dos Santos), observando as normas e dispositivos legais em vigor.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAIMUNDO BARROS LIMA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIAS DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DA AGRICULTURA NO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições previstas no Artigo 44, do Regimento Interno das SFA, aprovado através da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, Portaria Ministerial nº 1508, de 16 de setembro de 2015, publicada no DOU nº 180, de 21 de setembro de 2015, e para fins de aplicação do disposto no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, resolve:

Nº 633 - Habilitar o Médico Veterinário LUIZ AUGUSTO SCHUASTZ CRMV-PR nº 12206, para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL DE AVES no Estado do Paraná (processo nº 21034.004210/2015).

Nº 634 - Habilitar o Médico Veterinário ALESSANDRA GAZOLA CRMV-PR nº 11493, para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL de AVES no Estado do Paraná (processo nº 21034.004209/2015).

Nº 635 - Habilitar a Médica Veterinária THELMA ELISA WISTUBA, CRMV-PR Nº 07513 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL das espécies EQUINA, ASININA e MUAR no Estado do Paraná (processo nº 21034.004271/2015).

DANIEL GONÇALVES FILHO

MACHADO DE ASSIS



O autor de "Dom Casmurro", "Quincas Borba", entre outras obras, é patrono **in memoriam** da Imprensa Nacional desde janeiro de 1997.

Patrono da Imprensa Nacional

Machado de Assis, no início de sua carreira literária, trabalhou, de 1856 a 1858, como aprendiz de tipógrafo, usando o prelo que hoje está em exposição no Museu da Imprensa. Em 1867 regressa ao órgão oficial para trabalhar como ajudante do diretor de publicação do **Diário Oficial**, cargo que ocupou até 6 de janeiro de 1874.

IMPRENSA NACIONAL 1808

MACHADO DE ASSIS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 947, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Habilitação à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.000661/2015-36, de 26/02/2015, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa Foxconn Brasil Indústria e Comércio Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 08.285.374/0001-02, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

- Unidade digital de armazenamento de dados ("Intelligent Storage System") baseado em SSD ("Solid State Drive").

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 91, de 23 de fevereiro de 2007.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº 01200.000661/2015-36, de 26/02/2015.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO PANSERA
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

ARMANDO MONTEIRO
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

PORTARIA Nº 948, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do processo MCTI nº 01200.002661/2015-71, de 9 de julho de 2015, que os produtos e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvidos pela empresa Safesoft Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 05.728.496/0002-19, atendem às condições de bens de informática e automação, desenvolvidos no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto 1: Aparelho para acionamento de travas elétricas em veículos automotivos, baseado em técnica digital.

Modelos: FE0213; FE0322; FE0416; FE0417; FE0418; FE0432.

Produto 2: Conversor de interface serial para ethernet, em rede com fio.

Modelos: CES-0200-232-024; CES-0200-485-024.

Produto 3: Conversor de interface serial para ethernet, em rede sem fio.

Modelos: CWS-0200-485; CWS-0200-232.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO PANSERA

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.820/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 187ª Reunião Ordinária, ocorrida em 6 de novembro de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.003217/2015-72

Requerente: BAYER S.A.

CQB: 05/96

Endereço: Rua Domingos Jorge 1100, Prédio 9501, 2º andar, São Paulo - SP

Assunto: Liberação planejada no meio ambiente (RN8)

Extrato Prévio: 4749/2015, publicado em 19/8/15

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A BAYER S.A. solicitou à CTNBio autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente intitulada: "Avaliação da eficiência e desempenho agronômico de plantas de algodão geneticamente modificado, eventos GlyTol x TwinLink x COT102 (GLT x COT102) e TwinLink x COT102", a fim de avaliar as características agronômicas e realizar ensaios de Valor de Cultivo e Uso (VCU) de linhagens isogênicas experimentais dos eventos geneticamente modificados, em comparação com testemunhas convencionais ou com OGMs aprovados comercialmente. Os ensaios serão instalados em Campo Verde (MT), Sapezal (MT), Luis Eduardo Magalhães (BA) e Trindade (GO). A área ocupada com OGM será de 2,49 ha e a área total da LPMA será de 3,39 ha nas duas localidades. No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana. A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.821/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 187ª Reunião Ordinária, ocorrida em 6 de novembro de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo: 01200.004799/2008-85

Requerente: SGS Gravena Pesquisa, Consultoria e Treinamento Agrícola Ltda.

CQB: 281/209

Endereço: Rodovia Deputado Cunha Bueno (SP 253), km 221,5 , Jaboticabal-SP

Assunto: Extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB)

Unidade Operativa: Unidade Operativa de Primavera do Leste/MT

Extrato Prévio: 4823/2015, publicado em 6/10/15

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A SGS Gravena Pesquisa, Consultoria e Treinamento Agrícola Ltda. solicitou à CTNBio incluir no CQB 281/209, a área de experimentação agrícola de 43,0 ha, na Unidade Operativa de Primavera do Leste (MT), para realizar atividades de Liberação Planejada no Meio Ambiente, transporte e descarte de OGM (planta) da Classe de Risco 1.No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana. A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.822/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 187ª Reunião Ordinária, ocorrida em 6 de novembro de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº. 01200.004008/1996-77

Requerente: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia

CQB: 04/96

Endereço: SAIN Parque Rural - Final Av. W/5 Norte, Caixa Postal 02372, Brasília-DF

Assunto: Extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB

Extrato Prévio: 4604/2015, publicado em 20/5/15

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia solicitou à CTNBio incluir no CQB 04/96 a Casa de Vegetação nº 47, localizada no Campo Experimental da Unidade, em Brasília-DF. Serão realizadas atividades de pesquisa em regime de contenção de OGM da classe de risco 1 (plantas). No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana. A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.823/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

Processo nº: 01200.003998/2005-23

Requerente: Fundação de Medicina Tropical do Amazonas - FMTAM

CQB: 229/06

Próton: 62015/2015

Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio

Extrato Prévio: 4831/15 publicado em 15/10/2015

Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Portaria n° 00261/2015-GDP/FMT-HVD, publicada no Diário Oficial do Estado, no dia 11 de setembro de 2015, nomeando Marilaine Martins (Presidente), Márcia Costa Castilho, Moisés Leite Motta, Rossicléia Lins Monte, Antonio Magela Tavares, Jorge Luiz de S. Pimentel, Arimatéia Portela de Azevedo, Luana de Carlos Souza Müller e José Geraldo M. de Araújo para comporem a CIBIo local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 17 de novembro de 2015

Nº 268 - O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria no 140 de 03 de julho de 2012; e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº. 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2016.

15-0605 - MAGAL E AS FORMIGAS
Processo: 01580.065436/2015-18
Proponente: WRITE PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 07.627.467/0001-05
Valor total aprovado: R$ 2.520.250,95
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 94.238,40
Banco: 001- agência: 1504-0 conta corrente: 17.293-6
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.300.000,00
Banco: 001- agência: 1504-0 conta corrente: 17.295-2

15-0611 - ESQUERDA VOLVER?
Processo: 01580.072018/2015-87
Proponente: LAGOA FILMES LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 12.598.893/0001-06
Valor total aprovado: R$ 951.150,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 202.217,50
Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 43.100-1

15-0612 - MANGUEIRA EM 2 TEMPOS
Processo: 01580.070964/2015-99
Proponente: NOVA ERA PRODUÇÕES DE ARTE LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 29.415.130/0001-77
Valor total aprovado: R$ 824.578,69
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 579.999,75
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 23.280-7

15-0613 - NOVE NA TERRA DO SOL
Processo: 01580.072022/2015-45
Proponente: MOVIMENTAL PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 16.482.084/0001-87
Valor total aprovado: R$ 805.248,64
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 764.986,20
Banco: 001- agência: 1251-3 conta corrente: 40.405-5

15-0615 - AMAZÔNIA ANCESTRAL
Processo: 01580.064869/2015-56
Proponente: RENATO CESAR DE ARRUDA CASTANHO - ME
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 03.228.054/0001-05
Valor total aprovado: R$ 2.601.508,14
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 877.626,80
Banco: 001- agência: 0385-9 conta corrente: 60.831-9
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.593.805,93
Banco: 001- agência: 0385-9 conta corrente: 60.832-7

Art. 2º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE VOGAS

SECRETARIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL

PORTARIA Nº 48, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a Homologação do Resultado Final do Edital de Divulgação n.º 01 de, 2 de julho de 2015 - PRÊMIO PONTOS DE MÍDIA LIVRE III EDIÇÃO.

A SECRETÁRIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Art. 13 do Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012 e em conformidade com o item 12.1 do Edital de Divulgação N.º 01 de, 2 de julho de 2015 - PRÊMIO PONTOS DE MÍDIA LIVRE - III EDIÇÃO, publicado no Diário Oficial da União de 3 de julho, Sessão 3, páginas 13-16, resolve:

Art. 1º Art. 1º Divulgar a Homologação do Resultado Final contendo a relação dos projetos selecionados e a lista de classificação, em conformidade com o item 12.1 do Edital.

Art. 2º Em conformidade com o item 13.1, os candidatos convocados para o recebimento do prêmio deverão enviar no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir data de publicação do resultado final, a documentação complementar abaixo descrita, a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico (e-mail) cosen@cultura.gov.br.

Parágrafo Único: Em conformidade com o item 13.2 do Edital, a candidatura selecionada e convocada que não atender ao ato convocatório, na forma dos itens 13.1.1 e 13.1.2 do Edital, será colocada no final das listas de classificação, devendo a SCDC/MinC convocar, sucessivamente, o candidato melhor classificado, até completar-se o número total de prêmios.

I - CATEGORIA NACIONAL: PROJETOS SELECIONADOS

N.º	Nome da Iniciativa	Entidade Cultural	CNPJ	Cidade	UF	Região	Média Final	Situação Final
1	Noosfero: A plataforma web livre para redes de mídias sociais, educacionais, de economia solidária e cidadania	Colivre - Cooperativa de Trabalho em Tecnologias Livres	07.970.746/0001-77	Salvador	BA	Nordeste	100	Selecionado
2	Baobáxia	Casa de Cultura Taina	03.273.803/0001-08	Campinas	SP	Sudeste	100	Selecionado
3	Centro de Educação para Surdos Rio Branco	Centro de Educação para Surdos Rio Branco	61.370.094/0008-51	São Paulo	SP	Sudeste	98,5	Selecionado
4	Núcleo Piratininga de Comunucação	Núcleo Piratininga de Comunicação	02.510.093/0001-20	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	98,5	Selecionado
5	Coletivo de Comunicação do Movimento dos Atingidos por Barragens	Coletivo de Comunicação do Movimento dos Atingidos por Barragens	73.316.457/0001-83	Erechim	RS	Sul	97,5	Selecionado
6	Outras Palavras	Associação Planeta Porto Alegre	06.138.273/0001-83	São Paulo	SP	Sudeste	97,5	Selecionado
7	Rádio Amnésia	Centro Cultural Coco de Umbigada	08.616.844/0001-73	Olinda	PE	Nordeste	97	Selecionado
8	Agência de Notícias das Favelas - Democratizando a Informação	Agência de Notícias das Favelas	08.157.020/0001-82	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	95,5	Selecionado
9	Observatório do Direito à Comunicação	Intervozes Coletivo Brasil de Comunicação Social	06.040.910/0001-84	São Paulo	SP	Sudeste	95	Selecionado
10	PORTAL CORREIO NAGO	Instituto Mídia Étnica	10.603.062/0001-41	Salvador	BA	Nordeste	95	Selecionado

II - CATEGORIA NACIONAL: PROJETOS CLASSISIFCADOS - LISTA DE SUPLENTES

N.º	Nome da Iniciativa	Entidade Cultural	CNPJ	Cidade	UF	Região	Média Final	Situação Final
1	Muká Mukaú - Portal Web de Cultura Viva Pataxó	Instituto Tribos Jovens	05.257.717/0001-37	Porto Seguro	BA	Nordeste	94	Classificado
2	Occa Aberta	Thydêwa	05.297.512/0001-85	Ilheus	BA	Nordeste	93,5	Classificado
3	Ponto de Cultura Tambor de Crioula Arte Nossa comunicando ações inclusivas através da cultura imaterial do Brasil	Associação Folclórica Tambor de Crioula Arte Nossa: A África no Maranhão	07.998.309/0001-61	São Luiz	MA	Nordeste	93	Classificado
4	TV UNE	TV UNE	12.489.689/0001-49	São Paulo	SP	Sudeste	93	Classificado
5	Nós Digitais - TV Nós	Nós Digitais - TV Nós	05.140.204/0001-41	São Carlos	SP	Sudeste	92	Classificado
6	Criar Brasil - Centro de Imprensa, Assessoria e Rádio	Criar Brasil - Centro de Imprensa, Assessoria e Rádio	00.113.999/0001-85	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	90,5	Classificado
7	Rede TV Jovem	Organização Não Governamental Ação pela Cidadania	05.598.166/0001-75	Salvador	BA	Nordeste	90	Classificado
8	Fábrica de Imagens - ações educativas em cidadania e gênero	Fábrica de Imagens - ações educativas em cidadania e gênero	02.346.978/0001-35	Fortaleza	CE	Nordeste	90	Classificado
9	Agência Jovem de Notícias	Viração Educomunicação	11.228.471/0001-78	São Paulo	SP	Sudeste	89	Classificado
10	iTEIA - REDE COLABORATIVA DE CULTURA, ARTE E INFORMAÇÃO	Instituto Intercidadania	07.553.412/0001-06	Olinda	PE	Nordeste	88,5	Classificado
11	Antropofagia.com.br/Projeto INTERNETOTEM	Associação Teatro Oficina Uzyna Uzona	53.255.451/0001-36	São Paulo	SP	Sudeste	88	Classificado
12	Rede Jovem de Cidadania (RJC)	Associação Imagem Comunitária - Grupo de Pesquisa e Experimentação em Mídias de Acesso Público	02.291.981/0001-07	Belo Horizonte	MG	Sudeste	87	Classificado
13	FAROFAFÁ	Associação Cultural Feira Moderna	23.099.858/0001-50	São Paulo	SP	Sudeste	87	Classificado
14	Rádio e TV Software Livre	Associação Software Livre	05.971.682/0001-01	Porto Alegre	RS	Sul	87	Classificado
15	Série LGBT Deus Grego	Associação Artistica Janet Finatti	07.969.858/0001-08	Varginha	MG	Sudeste	86,5	Classificado
16	Televisão América Latina	Televisão América Latina - TAL	05.576.331/0001-98	São Paulo	SP	Sudeste	85,5	Classificado
17	Viva Vida - Construindo a Cidadania	Viva Vida - Construindo a Cidadania	07.506.274/0001-04	Miguel Alves	PI	Nordeste	85	Classificado
18	Portal Rádio Margarida	Centro Artístico Cultural Belém Amazônia	83.340.638/0001-07	Belém	PA	Norte	83,5	Classificado
19	CECIP - Comunicação, Cultura e Cidadania	CECIP - CENTRO DE CRIAÇÃO DE IMAGEM POPULAR	29.260.676/0001-04	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	81,5	Classificado
20	Coletivo Catarse: comunicação para transformar	Cooperativa Catarse - Coletivo de Comunicação	07.236.218/0001-99	Porto Alegre	RS	Sul	81,5	Classificado
21	Promovendo a interação entre geração de saberes tradicionais no uso de plantas medicinias	Associação Amigos da Rede Fitovida	10.521.278/0001-68	Belford Roxo	RJ	Sudeste	79	Classificado
22	Ação Aprendiz Digital	Fundação Pro-Cerrado	86.819.323/0001-27	Goiânia	GO	Centro-Oeste	79	Classificado
23	Portal Envolverde	Portal Envolverde	08.694.758/0001-89	São Paulo	SP	Sudeste	77	Classificado
24	Ponto de Cultura WebTV Cidade Tiradentes	Grupo Ecológico e Cultural Tio Pac - GEC Tio Pac	05.161.020/0001-68	São Paulo	SP	Sudeste	76	Classificado
25	Cipó Comunicação Interativa	Cipó Comunicação Interativa	03.083.873/0001-01	Salvador	BA	Nordeste	75	Classificado
26	EDUCOMLAB - CONECTANTO JOVENS COMUNICADORES DO BRASIL	Associação Cultural e Ecológica Celebração ao Renascimento das Artes	03.159.024/0001-86	São José dos Campos	SP	Sudeste	73,5	Classificado
27	Observatório Quilombola	KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço	00.113.248/0001-69	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	73	Classificado
28	SAÚDE DE GUERREIRA e TERÉM DE GRIÔ	Flor de Pequi - brincadeiras e ritos populares	12.042.112/0001-94	Pirenópolis	GO	Centro-Oeste	73	Classificado
29	Ponto de Mídia Livre Ribeirinha	Academia de Ciências e Artes	05.500.065/0001-10	Fortaleza	CE	Nordeste	72,5	Classificado
30	Cineclube, Midias Livres e Cidadania Cultural	Pólis-Instituto de Estudo, Formação e Assessoria em Políticas Sociais	57.752.206/0001-95	São Paulo	SP	Sudeste	72,5	Classificado
31	Revista Ponto de Escambo	Associação Escambo Cultural	18.670.875/0001-66	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	72,5	Classificado
32	Festival Nacional Curta no Celular	Instituto Entenda	19.170.283/0001-48	Taubaté	SP	Sudeste	71,5	Classificado
33	PONTO DE VISTA - Cine debate afro	MOVIMENTO NEGRO AFRO JAMAICA DE SERRINHA	17.016.518/0001-16	Serrinha	BA	Nordeste	71	Classificado
34	Rede Urbana de Ações Socioculturais	Rede Urbana de Ações Socioculturais	05.834.872/0001-79	Brasília	DF	Centro-Oeste	71	Classificado
35	Núcleo de mídia comunitária	ASSOCIAÇÃO DAS ENTIDADES ADMINISTRADORAS E USUÁRIAS DO CANAL COMUNITÁRIO DA CIDADE DE TAUBATÉ	05.356.414/0001-71	Taubaté	SP	Sudeste	70,5	Classificado

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

36	APP Raiz - A Cultura do Brasil em suas Mãos	Associação Raiz	08.952.648/0001-70	São Paulo	SP	Sudeste	70	Classificado
37	AEILIJ - Associação de Escritores e Ilustradores de Literatura Infantil e Juvenil	AEILIJ - Associação de Escritores e Ilustradores de Literatura Infantil e Juvenil	03.374.569/0001-05	Teresópolis	RJ	Sudeste	69,5	Classificado
38	Estudio de criação audiovisual Casa do Jongo	Grupo Cultural Jongo da Serrinha	04.065.309/0001-10	MADUREIRA	RJ	Sudeste	69,5	Classificado
39	Estação Era Uma Vez	Estação Era Uma Vez	10.375.001/0001-74	São Luis	MA	Nordeste	68,5	Classificado
40	Instituto Punaré	Instituto Punaré	08.896.229/0001-68	Teresina	PI	Nordeste	68	Classificado
41	Revista Ocas	Ocas - Organização Civil de Ação Social	04.847.090/0001-01	São Paulo	SP	Sudeste	67,5	Classificado
42	www.paimaneco.org.br : Revista Eletrônica de Divulgação da Umbanda e das Culturas a Ela Associadas	Sociedade Espiritualista Edmundo Rodrigues Ferro	84.808.740/0001-49	Curitiba	PR	Sul	67,5	Classificado
43	Associação de Capoeira Kilombolas	Associação de Capoeira Kilombolas	14.588.743/0001-39	Eunápolis	BA	Nordeste	67	Classificado
44	As Veias do Frei	Companhia Vitória Régia	15.768.948/0001-69	Manaus	AM	Norte	67	Classificado
45	Cultura e Comunicação Comunitária	Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Itatibense	05.865.850/0001-76	Itatiba do Sul	RS	Sul	66,5	Classificado
46	Comunica Brasil	Fundação Gente	10.893.327/0001-93	São José	SC	Sul	66	Classificado
47	Portal Dynamite Online - Prêmio Dynamite de Música Independente	Associação Cultural Dynamite	07.157.970/0001-44	São Paulo	SP	Sudeste	65	Classificado
48	Portal Museu da Pessoa	Instituto Museu da Pessoa.Net	05.210.186/0001-27	São Paulo	SP	Sudeste	65	Classificado
49	Na Trilha de Memórias Vivas: Reelaborando Histórias	Centro de produção, promoção e formação em arte e cultura - Ponto de cultura artestação	07.453.259/0001-09	Rio Grande	RS	Sul	64,5	Classificado
50	Midiace - Audiodescrição para quem não vê - Ponto de Mídia Livre	Mídia Acessível Produções Artísticas e Culturais	10.290.588/0001-19	Belo Horizonte	MG	Sudeste	64,5	Classificado
51	FilmInBrasil WebTV	INSTITUTO HARMONYA DO BRASIL	30.171.698/0001-79	Niterói	RJ	Sudeste	63,5	Classificado
52	Rádio Três Rios	Instituto Cultural Israelita Brasileiro	62.778.576/0001-31	São Paulo	SP	Sudeste	63	Classificado
53	Galeria Livre	Centro Regional de Cultura e Arte	06.088.964/0001-10	Tauá	CE	Nordeste	62,5	Classificado
54	COMISSÃO NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA - HITÓRICO EM REVISTA	Associacao Comunitaria Musicarte Lazer	83.516.963/0001-70	Timbó	SC	Sul	62,5	Classificado
55	Divulgação Culturart	Grupo Culturart	73.908.345/0001-11	São Raimundo Nonato	PI	Nordeste	62	Classificado
56	Cinema de Dois Lados	Instituto Expedito Teodósio	18.326.794/0001-43	Caxias	MA	Nordeste	61,5	Classificado
57	ICA e Umbanda EAD - democratização e regaste cultural das religiões afro-brasileiras	ICA e Umbanda EAD - democratização e regaste cultural das religiões afro-brasileiras	08.717.697/0001-28	Bauru	SP	Sudeste	61,5	Classificado
58	Cine O Grito do Samba	Casa de Cultura, Esporte e Cidadania Dona Joana	17.278.238/0001-86	Água Fria	BA	Nordeste	61	Classificado
59	O Megafone	Cooperativa Paulista de Teatro	51.561.819/0001-69	São Paulo	SP	Sudeste	60,5	Classificado
60	Blog do Pivô	Pivô Arte e Pesquisa	16.796.068/0001-69	São Paulo	SP	Sudeste	60,5	Classificado
61	CINCLUBE ARMAÇÃO 11 ANOS	INSTITUTO 3 VERMELHO - I3V	02.408.046/0001-70	Florianópolis	SC	Sul	60	Classificado
62	Ciganos na Rede	Embaixada Cigana do Brasil - Phralipen Romani	10.691.115/0001-23	São Paulo	SP	Sudeste	60	Classificado

III - CATEGORIA ESTADUAL: PROJETOS SELECIONADOS

Nº	Nome da Proposta	Coletivo Cultural	Representante indicado pelo Coletivo Cultural	CPF	Cidade	UF	Região	Média Final	Situação Final
1	Radio Yandê, a rádio indígena de todos	Radio Yandê, a rádio indígena de todos	DENILSON DE OLIVEIRA MONTEIRO	750.889.912-15	Niterói	RJ	Sudeste	96	Selecionado
2	Espalha Semente	Espalha Semente	Thaís Brito da Silva	817.846.945-68	Salvador	BA	Nordeste	96	Selecionado
3	Agência Informativa Pulsar Brasil	Agência Informativa Pulsar Brasil	Jaqueline Aparecida Deister Moraes	121.448.707-64	Niterói	RJ	Sudeste	96	Selecionado
4	Coletivo Terra Vermelha	Coletivo Terra Vermelha	Jorge de Barros Oliveira	237.667.431-04	Campo Grande	MS	Centro-Oeste	95,5	Selecionado
5	Coletivo cultural Rádio Cerrado.	Rádio Cerrado	Alexandre Mundim de Oliveira	722.041.841-87	Brasília	DF	Centro-Oeste	93,5	Selecionado
6	TVDrone	TVDrone	Juliano Silva Vieira	384.320.738-06	São Paulo	SP	Sudeste	93,5	Selecionado
7	Vanguarda Cultural - Uma Odisséia noos Trópicos	Navegando na Vanguarda - Projeto de Cultura e Meio Ambiente Amazônicos	Aroldo Pedrosa Araújo	110.346.292-04	Macapá	AP	Norte	90,5	Selecionado
8	Caravana Holiday Filmes do Arraial	Caravana Holiday Filmes do Arraial	Flávio Cândido da Silva	247.426.786-72	Belmiro Braga	MG	Sudeste	90,5	Selecionado
9	Afreaka	Afreaka	Flora Pereira da Silva	358.262.648-29	São Paulo	SP	Sudeste	90,5	Selecionado
10	Associação Ilê Ibomin	Associação Ilê Ibomin	Leandro Vilas Verde Cunha	800.857.175-68	Salvador	BA	Nordeste	89,5	Selecionado
11	Multi-mídia, Educação e Resistências em uma plataforma virtual	Plataforma Sementeia	Kellen Maria Juqueira	092.463.828-11	Campinas	SP	Sudeste	88,5	Selecionado
12	Ponto de Mídia Livre Editora Educadora Ecoaecoa - Publicação da Coleção RPG Comunativo mais jogo de cartas para produção literária e edição do RPG Comunativo em Libras	EcoaEcoa Coletivo	ALISSA GOTTFRIED	002.730.880-41	Porto Alegre	RS	Sul	88	Selecionado
13	Vaidapé	Vaidapé	Henrique Coaracy Brasil Santana Gandolfo	439.888.968-02	São Paulo	SP	Sudeste	88	Selecionado
14	Diferente, Pero no Mucho	Diferente, Pero no Mucho	Vanessa Silva	345.348.928-45	Jundiaí	SP	Sudeste	88	Selecionado
15	Festival Imagem-Movimento	Festival Imagem-Movimento (FIM)	Carla Priscila Antunes dos Santos	953.754.492-34	Macapá	AP	Norte	87,5	Selecionado
16	Canal Plá	Canal Plá	José Alves dos Santos Neto	129.151.027-32	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	87	Selecionado
17	Rádio Aqualtune FM - A Voz Negra da Resistência Popular	Rádio Aqualtune FM	Beatriz da Luz Cruz	018.079.232-66	Ananindeua	PA	Norte	86,5	Selecionado
18	Cinescadão Radioativo	Núcleo Audiovisual Cinescadão	Flávio Galvão de Moraes	151.039.288-25	São Paulo	SP	Sudeste	86,5	Selecionado
19	Pontão de Cultura e Comunicação	Pontão de Cultura e Comunicação	Talita Barbosa de Souza	087.190.274-51	Natal	RN	Nordeste	85	Selecionado
20	Jovens Multiplicadores da Agroecologia	Jovens Multiplicadores da Agroecologia	Getúlio Roberto da Silva	119.729.924-65	Riacho das Almas	PE	Nordeste	85	Selecionado
21	Amazônia em Chamas	Amazônia em Chamas	Luah Sampaio Nogueira	008.527.632-47	Belém	PA	Norte	84,5	Selecionado
22	Rede de Mídia Livre Bahia1798	Rede de Mídia Livre Bahia1798	Lucimara Oliveira Rocha	836.695.585-00	Salvador	BA	Nordeste	84,5	Selecionado
23	Meio Desligado - Música independente brasileira	Meio Desligado - Música independente brasileira	Marcelo Augusto Santiago	080.261.416-79	Belo Horizonte	MG	Sudeste	84	Selecionado
24	É de Lei	Ponto de Cultura É de Lei	Priscilla Cavalieri Oliveira	368.976.258-84	São Paulo	SP	Sudeste	84	Selecionado
25	Puntero Izquierdo	Puntero Izquierdo	Daniel Barbosa Cassol	965.753.950-15	Porto Alegre	RS	Sul	83	Selecionado

IV - CATEGORIA ESTADUAL: PROJETOS CLASSISIFCADOS - LISTA DE SUPLENTES

Nº	Nome da Proposta	Coletivo Cultural	Representante indicado pelo Coletivo Cultural	CPF	Cidade	UF	Região	Média Final	Situação Final
1	Pontão TV em Movimento: Escola de Mídia Comunitária	Pontão TV em Movimento: Escola de Mídia Comunitária	Paula Danielli Rocha Nogueira	728.837.581-15	Brasília	DF	Centro-Oeste	81,5	Classificado
2	Canal O Cubo	Canal O Cubo	Thiago Ribeiro Fraga	094.901.507-54	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	81,5	Classificado
3	CASA DA CULTURA DIGITAL PORTO ALEGRE	CASA DA CULTURA DIGITAL PORTO ALEGRE	Lucas Osorio Alves da Silva	007.058.070-70	Porto Alegre	RS	Sul	80,5	Classificado
4	OcupArte	OcupArte	Luciana de Lima Lopes Leite	838.768.803-78	Teresina	PI	Nordeste	80	Classificado
5	Coletivo Cultural "Eg Kar Ti"	Coletivo Cultural "Eg Kar Ti"	Susana Andréa Inácio Belfort	734.429.503-25	Chapecó	SC	Sul	80	Classificado
6	Coletivo Afefé	Coletivo Afefé	Ilana Porteman Brasil	044.260.517-03	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	80	Classificado
7	Encontro de Culturas na Web	Cavaleiros de Jorge	Narelly Batista Pereira	037.211.961-12	Goiânia	GO	Centro-Oeste	79,5	Classificado
8	Cineclube Nangetu em Rede de cineclubes de terreiro	Cineclube Nangetu em Rede de cineclubes de terreiro	Oneide Monteiro Rodrigues	381.022.932-68	Belém	PA	Norte	79	Classificado
9	Jovem em Rede	Jovem em Rede	Gilzane Morais Magalhaes	606.516.952-87	Marabá	PA	Norte	79	Classificado
10	Nuvem - Estação Rural de Arte e Tecnologia	Nuvem - Estação Rural de Arte e Tecnologia	Bruno Caldas Vianna	008.382.947-40	Itatiaia	RJ	Sudeste	78	Classificado
11	R.U.A Foto Coletivo	R.U.A Foto Coletivo	Isabella Santos Lanave	045.138.539-05	Curitiba	PR	Sul	77,5	Classificado
12	Rede de EcoEducadores CoMPaz	Rede de EcoEducadores CoMPaz	Juliana Rocha de Souza David	814.088.030-20	Triunfo	RS	Sul	77,5	Classificado
13	Manguerê Digital	Manguerê Digital	Fabio Carvalho de Souza	007.719.777-19	Vitória	ES	Sudeste	77,5	Classificado
14	Kizomba Digital São Paulo	Kizomba Nacional	Ariele Campos Souza Moura	310.645.148-39	Taboão da Serra	SP	Sudeste	75,5	Classificado
15	Projeto Común Tierra: Difundindo conhecimentos sobre a vida comunitária sustentável!	Projeto Común Tierra	Leticia Rigatti ramires Barcellos	003.661.170-09	Porto Alegre	RS	Sul	75,5	Classificado
16	Capixabas na Rota dos Baobás	Rede Mocambos - ES	Lourenço Ribeiro Filho	655.458.002-63	Vitória	ES	Sudeste	75	Classificado
17	Brigada de Audiovisual Eduardo Coutinho	Brigada de Audiovisual Eduardo Coutinho	Lucas dos Santos Tinti	309.431.928-97	São Paulo	SP	Sudeste	74,5	Classificado
18	MARE Museu de Arte para Pesquisa e Educação.	MARE Museu de Arte para Pesquisa e Educação.	Adriana Felicia Ribeiro	187.013.698-57	São Paulo	SP	Sudeste	74	Classificado
19	Projeto Banco de Memórias	Coletivo Pilar Cultural	José Guilherme Maia Lopes	302.704.688-89	Votorantim	SP	Sudeste	73,5	Classificado
20	Quadrilhas.TV - Transmitindo a cultural	Quadrilhas.TV	Mahatma Gandhi Araújo Vieira	025.311.044-02	Campina Grande	PB	Nordeste	73,5	Classificado
21	EmQuadra: registros de ocupação nos espaços urbanos de Brasília	Em Quadra	Tainá Mara Moreira Xavier	011.582.881-82	Brasília	DF	Centro-Oeste	73	Classificado
22	O Barato de Floripa	O Barato de Floripa	Clara Joséphine Figueiredo Caldeira da Silva	353.711.578-40	Florianópolis	SC	Sul	73	Classificado
23	Rede MS Ponto a Ponto	Rede MS Ponto a Ponto	Agnaldo Silveira Cardoso	110.248.791-00	Campo Grande	MS	Centro-Oeste	72,5	Classificado
24	Metal Punk Attack	Pé de Macaco S/A	Matheus Altarugio Campos	390.363.818-86	São Carlos	SP	Sudeste	71,5	Classificado
25	Revista Rever	Revista Rever	Irlan Simões da Cruz Santos	043.723.225-50	Aracaju	SE	Nordeste	71	Classificado
26	SURFOREGGAE	SURFOREGGAE	RANGEL MELKUNAS	282.293.878-42	São Paulo	SP	Sudeste	70,5	Classificado
27	Mormaço Sonoro	Picolé da Massa	Keila dos Santos Serruya	837.998.692-04	Manaus	AM	Norte	70	Classificado
28	TRIPBY	TRIPBY	Raquel Teixeira Costa	112.465.426-76	Juiz de Fora	MG	Sudeste	68,5	Classificado
29	Mestres do Coco de Pernambuco	Mestres do Coco de Pernambuco	Thalyane Ferreira de Moraes	089.469.414-64	Recife	PE	Nordeste	68	Classificado
30	Rádio Comunitária no Assentamento Monte Alegre	Rádio Comunitária - Assentamento Monte Alegre	Matheus Henrique de Souza Santos	395.216.878-51	Araraquara	SP	Sudeste	67,5	Classificado

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

31	Grupo Capoeira Sol Nascente	Grupo Capoeira Sol Nascente	Edmilson José de Souza	835.648.531-20	Ceilância	DF	Centro-Oeste	67,5	Classificado
32	Super Tinga	Ação Periférica	luciano da Luz Moucks	803.872.680-49	Porto Alegre	RS	Sul	66,5	Classificado
33	PROGRAMA CANAVIAL - a voz da cultura da zona da mata	PONTO DE CULTURA POÇO COMPRIDO	Manoel Felipe de Andrade Neto	090.660.774-41	Vicência	PE	Nordeste	66	Classificado
34	Do Buraco ao Mundo	Do Buraco ao Mundo	Nivaldo Aureliano Léo Neto	064.566.074-42	João Pessoa	PE	Nordeste	65,5	Classificado
35	Ispia Junino: Ponto de Mídia Junina do Ceará	Ispia Junino: Ponto de Mídia Junina do Ceará	Angelo Tomasini Pessoa Martins	837.468.623-53	Fortaleza	CE	Nordeste	65	Classificado
36	"Comunicação, Educação e Cultura Italiana"	Coletivo Cultural - Italiani In Brasile	Jaciano Antônio Ecker	009.927.350-09	Três Palmeiras	RS	Sul	64,5	Classificado
37	Revista Feminista De Salto Alto	Coletivo de Salto Alto	Karla Bianka Santos Vasconcelos Ramalho	023.272.891-73	Brasília	DF	Centro-Oeste	64,5	Classificado
38	PAPO NO AR	Universidade da Cultura	Leandro Borges	809.814.537-91	Cabo Frio	RJ	Sudeste	64,5	Classificado
39	Desinfo Brasil - autogestão, independência e autonomia	Desinfomémonos Brasil	Mariana da Costa Aguiar Petroni	220.185.698-21	Campinas	SP	Sudeste	64,5	Classificado
40	Expansão do Projeto Maravilhas de Pernambuco	Projeto Maravilhas de Pernambuco	Mariana Dantas Gueiros	068.475.404-51	Garanhuns	PE	Nordeste	64,5	Classificado
41	Foobá	Foobá	JIMMY LOPES DE MACEDO	037.494.833-02	Crato	CE	Nordeste	64	Classificado
42	Cena Underground Cultura Ativa	Cena Underground	Edgar Kchrystofer Barreto Silva	050.351.539-67	Colombo	PR	Sul	64	Classificado
43	Projeto Lixarte	Projeto Lixarte	Gustavo Santos Silva	368.869.658-16	Curitiba	RS	Sul	63	Classificado
44	Site - Portal Rap Ceara	RAP CEARÁ	Afranio Mota do Nascimento	034.044.073-26	Fortaleza	CE	Nordeste	61,5	Classificado
45	Nota de Rodapé - jornalismo e arte	Nota de Rodapé - jornalismo e arte	Moriti Silva Neto	245.724.088-31	São Paulo	SP	Sudeste	60,5	Classificado
46	Cineclube Lumiar	Cineclube Lumiar	Pedro Kiua Gwinner Fahel	106.905.967-66	Nova Friburgo	RJ	Sudeste	60,5	Classificado
47	O CANIBAL	O CANIBAL	Clarisse Meireles	072.646.917-30	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	60,5	Classificado
48	Rede de Comunicação Popular Vias de Fato	Jornal Via de Fatos	Rejane Silva Galeno	998.773.503-78	São Luiz	MA	Nordeste	60	Classificado

V - CATEGORIA LOCAL: PROJETOS SELECIONADOS

N.º	Nome da Iniciativa	Coletivo Cultural	Representante indicado pelo Coletivo Cultural	CPF	Cidade	UF	Região	Média Final	Situação Final
1	Nigéria - Mídia livre com propósito social	Coletivo Nigéria	Roger Quentin Pires	026.297.243-36	Fortaleza	CE	Nordeste	100	Selecionado
2	Gaivota.fm.br	Gaivota 2.0	Felipe Schmidt Fonseca	918.921.470-68	Ubatuba	SP	Sudeste	97,5	Selecionado
3	Grupo de Jovens Comunicadores	Grupo de Jovens Comunicadores	Maycon Santos	057.967.637-41	Niterói	RJ	Sudeste	97	Selecionado
4	Rádio Kiriri	Rádio Kiriri	Sérgio Eduardo de Castro oliveira Melo	792.610.435-34	Banzaê	BA	Nordeste	97	Selecionado
5	CABAÇA: um espaço autônomo de comunicação do território a serviço dos povos da cabruca e da Mata Atlantica, no Sul da Bahia	CABAÇA: um espaço autônomo de comunicação do território a serviço dos povos da cabruca e da Mata Atlantica, no Sul da Bahia	Caio Marcelo Formiga	012.140.435-85	Arataca	BA	Nordeste	96	Selecionado
6	Rádio-Jornal a Voz Comunitára	Rádio-Jornal a Voz Comunitára	Cesar Barros de Moraes	602.787.737-53	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	96	Selecionado
7	Comunicultura do Mar	Comunicultura do Mar	Rosângela TIigre da Silva	820.028.355-00	Vera Cruz	BA	Nordeste	96	Selecionado
8	Jornal Brasil de Fato - SP	Brasil de Fato - SP	Cláudia Cordeiro Rocha	381.952.558-09	São Paulo	SP	Sudeste	94,5	Selecionado
9	WederãLab	WederãLab	Leandro Parinai'a	024.627.621-59	Água Boa	MT	Centro-Oeste	94,5	Selecionado
10	Ações do Projeto Jovem Reporter	Projeto Jovem Reporter	ECICLEIDE GOMES DE LIMA	029.541.814-19	Campina Grande	PB	Nordeste	93,5	Selecionado
11	Núcleo de Comunicação Social Pensar Filmes	Pensar Filmes	Jailton Trindade de Jesus	004.942.415-78	Pintadas	BA	Nordeste	93,5	Selecionado
12	Maré Vive	Maré Vive	Josinaldo Medeiros de Oliveira	135.063.927-35	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	93	Selecionado
13	FABRICA DO GIBI	Coletivo Kuandeí	Raimundo Talvanes de Moura	730.273.833-53	Limoeiro do Norte	CE	Nordeste	93	Selecionado
14	Ruídos Urbanos	Coletivo Sopapo de Mulheres	Clarissa Azevedo da Silveira	924.216.600-68	Porto Alegre	RS	Sul	93	Selecionado
15	Egbé Ifá Omi Ewé Mimó	Egbé Ifá Omi Ewé Mimó	Maria José Lopes do Espírito Santo	194.851.585-72	Arembepe	BA	Nordeste	92	Selecionado
16	AlmA Londrina Rádio Web	AlmA Londrina Rádio Web	Rakelly Calliari Schacht	039.906.079-01	Londrina	PR	Sul	91	Selecionado
17	Plataforma de Comunicação Colaborativa PQTD!	COLETIVO P\'RA QUEM TEM DISPOSIÇÃO PRODUÇÕES - PQTD!	JIMMY CARTER LOPES SALGADO	025.395.414-29	Foz do Iguaçu	PR	Sul	90,5	Selecionado
18	Portal A Ponte - Guia Cultural e Turístico do Recôncavo	A Ponte	Antônio Heleno Caldas Laranjeira	055.345.315-76	Muritiba	BA	Nordeste	90,5	Selecionado
19	Chiquita para sempre: comunicação e diversidade	As Filhas da Chiquita	Jose Eloi Iglesias Comesanha	007.331.408-07	Ananindeua	PA	Norte	91	Selecionado
20	Mídia Livre Comunitária	Rádio Comunitária Liberdade FM	Eloidemar Guilherme	009.927.350-09	Três Palmeiras	RS	Sul	90	Selecionado
21	Acervo Cultne	Acervo Cultne	Natila Lima de Oliveira	059.368.497-40	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	90	Selecionado
22	Jornal-Zine A Cacimba	O Borná de Teatro	Francisco de Assis de Silva	044.891.344-52	Açu	RN	Nordeste	89,5	Selecionado
23	Trabalho de Mesa - Programa Semanal sobre teatro	Trabalho de Mesa	Geórgia Rafaela Silva Nascimento	008.781.131-69	Brasília	DF	Centro-Oeste	89,5	Selecionado
24	Revista Ora e quadro Idearia	Coletivo Museu da Oralidade	Paulo de Morais	050.499.746-74	Três Corações	MG	Sudeste	89,5	Selecionado
25	Alvo Cultural	Alvo	Jean Felipe Almeida de Andrade	813.825.370-34	Porto Alegre	RS	Sul	89	Selecionado
26	Coletivo Maloca - Núcleo de Mídias	Coletivo Maloca	WANDER C. P. LINO	690.585.711-49	Cuiabá	MT	Centro-Oeste	89	Selecionado
27	Barão de Itararé e a Mídia Alternativa	Coletivo Barão de Itararé	Altamiro Afonso Borges	035.759.478-99	São Paulo	SP	Sudeste	88,5	Selecionado
28	Correspondência Poética	Correspondência Poética	David Alves da Silva	295.141.768-39	São Paulo	SP	Sudeste	88,5	Selecionado
29	Revista Intera	Intera	Thiago Hermido da Silva	810.514.762-91	Manaus	AM	Norte	88	Selecionado
30	Contando Histórias - O poder da oralidade no resgate da ancestralidade	Coletivo Ilê Asé D\\\'Osoguiã	Edmar Barbosa Bonfim	582.172.157-15	João Pessoa	PB	Nordeste	88	Selecionado
31	Tambores da Paz	Ilé Axé Omilodé	Maria Goreti da Silva	033.968.424-05	João Pessoa	PB	Nordeste	88	Selecionado
32	Diversidade Amazônica	Serpentário Produções	Andréia Santos Machado	523.828.692-91	Vilhena	RO	Norte	87,5	Selecionado
33	Nós, mulheres da periferia	Nós, mulheres da periferia	Bianca Pedrina Manoel	330.151.708-05	Carapicuíba	SP	Sudeste	87,5	Selecionado
34	Informativo Òxe	Òxe Produtora Comunitária	Fabia Pierangeli	199.968.818-06	Francisco Morato	SP	Sudeste	87	Selecionado
35	Rádio Carapanã	Rádio Carapanã	Erick Siderval da Silva	021.083.342-46	Parintins	AM	Norte	87	Selecionado
36	Ilha de Paquetá - PQT	Ilha de Paquetá - PQT	José Felipe dos Santos Lima	109.328.987-26	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	87	Selecionado
37	Coletivo Missão Criativa	Missão Criativa	Lucas Nicácio do Nascimento	031.065.935-39	Porto Seguro	BA	Nordeste	86,5	Selecionado
38	Coletivo indígena: Educação para as midias e narrativas indígenas Livres	Coletivo Indígena	Naine Terena de Jesus	941.492.081-15	Cuiabá	MT	Centro-Oeste	86,5	Selecionado
39	CINEMA TABAJARA	Coletivo Tabajara	Natanael Portela de Souza	702.177.853-87	Tianguá	CE	Nordeste	86,5	Selecionado
40	Agencia Papagoiaba	Agencia Papagoiaba	Romario Regis Francisco	135.571.487-77	São Gonçalo	RJ	Sudeste	86,5	Selecionado
41	Revista Afirmativa - Coletivo de Comunicação Popular	Revista Afirmativa - Coletivo de Comunicação Popular	Alane Teixeira Resis	045.776.025-71	Salvador	BA	Nordeste	85,5	Selecionado
42	Oficinas gratuitas de Inclusão Digital, Fotojornalismo, Audiovisual, Artes Plásticas e Arte Digital, como formadoras e propagadoras da Cultura do Software Livre em Tacaratu, no Sertão Pernambucano"	TACARATU FILHOS DA TERRA	ANA MARIA DE ARAUJO	513.970.214-20	Recife	PE	Nordeste	85,5	Selecionado
43	F.R.A.U.D.I - Frente Revolucionária do Audiovisual	F.R.A.U.D.I - Frente Revolucionária do Audiovisual	DAYANNE NAESSA MAXILIELLY SILVA SANTOS	075.596.986-38	Belo Horizonte	MG	Sudeste	85,5	Selecionado
44	Desabafo Social	Desabafo Social	Monique Evelle Nascimento Costa	053.488.415-60	Salvador	BA	Nordeste	85,5	Selecionado
45	CINE MACIÇO	CINE MACIÇO	PEDRO MACHADO CARNEIRO	004.492.409-75	Florianópolis	SC	Sul	85,5	Selecionado

VI - CATEGORIA LOCAL: PROJETOS CLASSISIFCADOS - LISTA DE SUPLENTES

N.º	Nome da Iniciativa	Coletivo Cultural	Representante indicado pelo Coletivo Cultural	CPF	Cidade	UF	Região	Média Final	Situação Final
1	Cinema de Guirrilha da Baixada	Cinema de Guerrilha da Baixada	José Ricardo dos Santos Rodrigues	015.606.757-99	São João de Meriti	RJ	Sudeste	85	Classificado
2	Detroit Break Power Move Brasil 23º anos da Crew que revolucionou o Power Movie (dança de rua) no Brasil	Detroit Break Power Move Brasil	Ubiratan Teodoro da Silva	312.241.188-12	São Paulo	SP	Sudeste	85	Classificado
3	Coletivo Quilombola de Cinema Zumbi dos Palmares	Coletivo Quilombola de Cinema Zumbi dos Palmares	Riane Barbosa do Nascimento	049.889.035-08	Bahia	BA	Nordeste	85	Classificado
4	AGÔ Canal de TV de Mídia Livre	AGO CANAL DE TV MÍDIA LIVRE	UILSON PEREIRA FRANÇA GABRIEL	254.916.008-81	São Paulo	SP	Sudeste	84,5	Classificado
5	Programa de TV Online Firme No Blindão	Movimento ORC e Posse Reagir	Alexandre Santos Rodrigues	042.427.687-96	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	84	Classificado
6	Revista Gambiarra - Jornalismo, Cultura e Ativismo	Revista Gambiarra - Jornalismo, Cultura e Ativismo	Ana Paula Santos Marques	057.802.465-99	Vitória da Conquista	BA	Nordeste	84	Classificado
7	Conexão Jovem	Conexão Jovem	Ergon Nunes Bezerra de Lima	558.718.103-06	Horizonte	CE	Nordeste	84	Classificado
8	Olhos Abertos	Olhos Abertos	Marcos Antônio Veloso do Nascimento	370.757.057-68	João Pessoa	PB	Nordeste	84	Classificado
9	Jornal A Margem - Uma Visão Popular dos Fatos	Jornal A Margem - Uma Visão Popular dos Fatos	Julia Carla Duarte	014.454.944-18	João Pessoa	PB	Nordeste	84	Classificado

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10	Cineclube Cidadania	Cineclube Cidadania	Ana Cláudia Dias de Vasconcelos	387.091.124-72	Jaboatão dos Guararapes	PE	Nordeste	83,5	Classificado
11	Reggae também tem história das pessoas preta	África Mãe do Leão	Danillo Rosa Marcelino	323.763.828-58	São Paulo	SP	Sudeste	83,5	Classificado
12	Cineclube da Irmandade dos Rosário	Cineclube da Irmandade dos Rosário	Rodolfo Augusto do Rosário Lira	020.863.912-85	Ananindeua	PA	Norte	83,5	Classificado
13	Espaço Imaginário	Espaço Imaginário	Glacia de Moraes Rego Soares	012.084.127-44	Rio de Contas	BA	Nordeste	83	Classificado
14	Portal Rádio Livre	Rádio Interferência	Lucas Afonso Corrêa de Almeida	146.785.547-26	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	83	Classificado
15	CINE CLUBE TUTOIA	COLETIVO TUTROYA	TELMA LUCIA ALVES TEIXEIRA	186.172.472-15	Tutóia	MA	Nordeste	83	Classificado
16	Difusora Comunitária	Sociedade Amigos do Casca - SAC	Diublan Alves Cavalcante	958.160.624-68	Delmiro Gouveia	AL	Nordeste	82,5	Classificado
17	Ponto de Mídia Livre Casa do Boneco de Itacaré	Ponto de Mídia Livre Casa do Boneco de Itacaré	Ronaldo Eli Júnior	993.016.445-68	Itacaré	BA	Nordeste	82	Classificado
18	Macabu, a voz do campo	Tribo do Sol	Ana Maria Alves Pereira	087.381.726-58	Bom Jardim	RJ	Sudeste	82	Classificado
19	Reciclando Pensamentos	Comando Selva	Marcus Vinicius de Aquino Santana	026.235.977-40	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	81,5	Classificado
20	Arte na Ruína	Arte na Ruína	CLEILSON ALVES DA SILVA	009.488.362-96	Xapuri	AC	Norte	81,5	Classificado
21	Lab Livre - Incubadora Cultural	Coletivo Usiarte	André Maglahães Fernandes	222.978.978-39	Sertãozinho	SP	Sudeste	81,5	Classificado
22	Continuidade do Ponto de Cultura Museu do Comum	Terra Zine	Antonio Teixeira Faria Azevedo Junior	136.651.727-05	Vila Velha	ES	Sudeste	81	Classificado
23	Revista Bastião	Revista Bastião	Gabriel Rizzo Hoewell	024.973.640-36	Porto Alegre	RS	Sul	80,5	Classificado
24	Teréns Eco-Cultural	Teréns Ponto de Memória	LUIZ SEVERINO DOS SANTOS	156.465.993-34	Tutóia	MA	Nordeste	80,5	Classificado
25	Na Rua - Comunicação em Direitos Humanos	Na Rua	Dillyane de Sousa Ribeiro	038.963.513-89	Fortaleza	CE	Nordeste	80	Classificado
26	CIT Terminal de Informação Cultural	CIT Terminal de Informação Cultural	CAROLINA FIUZA PAROLIN	056.823.259-31	Curitiba	PR	Sul	80	Classificado
27	Rede TiVi Griô	Rede TiVi Griô - TV Comunitária da Chapada Diamantina	Delvan Dias de Souza	052.132.045-38	Lençóis	BA	Nordeste	79,5	Classificado
28	Favela News	Favela News	Iane Mendes da Silva	092.361.704-39	Recife	PE	Nordeste	79,5	Classificado
29	DUSOM DSP	Dusompaulistano	Bruno Bezerra Trindade	371.185.098-76	São Paulo	SP	Sudeste	79,5	Classificado
30	PROJETO 72HORAS RIO	72HORAS RIO	Cristiano Vicente dos Santos	081.091.047-03	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	79,5	Classificado
31	Laboratório de Singularidades Nuas	Laboratório de Singularidades Nuas	Eduardo Martins Zimermann Camargo	043.457.109-10	Curitiba	PR	Sul	79,5	Classificado
32	Casa das Sementes Livres: mídias apropriadas na roça!	Escola da Mata Atlântica	Tadzia de Oliva Maya	104.688.517-04	Silva Jardim	RJ	Sudeste	79	Classificado
33	II Fórum Pernembucano de Literatura de Cordel	Cordarte	Shirley Izabela de Lima Rodrigues	038.391.214-85	Recife	PE	Nordeste	78,5	Classificado
34	Cine do Povo: Ações Comunitárias de Mídia Livre	Cineclube Comunitário do Povo	Fred Igor Santiago Ferreira	031.358.975-59	Cachoeira	BA	Nordeste	78,5	Classificado
35	Mídia Infiltrada Conexão Fábrica de Inventos	Coletivo Ecos - Coletivo Cosmopolita de Mídia Livre	Renato Galdino Fernandes do Nascimento	095.113.804-94	Natal	RN	Nordeste	78,5	Classificado
36	Coletivo Beleza da Margem	Beleza da Margem	Rafael Brêtas Lage Frederico	051.247.676-42	Belo Horizonte	MG	Sudeste	78	Classificado
37	Jornal Fala Roça	Jornal Fala Roça	Michel da Silva	158.274.737-74	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	78	Classificado
38	Cineclube Cinema no Teatro	Núcleo Imperatrizense de Cinema Experimental	Antônio Fabrício Evangelista Barbosa	007.203.733-44	Imperatriz	MA	Nordeste	77,5	Classificado
39	Projeto Cafuné	CAFUNÉ	Denis Davi Rian Lopes de Souza	343.696.218-01	São Bernardo do Campo	SP	Sudeste	77	Classificado
40	Coletivo de Cinema Tv Buraco	Coletivo Cinematográfico Tv Buraco	Wigna Ribeiro da Silva	101.583.074-96	Mossoró	RN	Nordeste	77	Classificado
41	ALDEIA NAGO AGENDA CULTURAL	AGENDA CULTURAL ALDEIA NAGO	ANTONIO HELDER BARBOSA SANTOS	073.778.865-87	Salvador	BA	Nordeste	77	Classificado
42	Agência Mural	Agência Mural	Vagner de Alencar Silva	027.434.995-75	São Paulo	SP	Sudeste	77	Classificado
43	Projeto Tela Preta	Coletivo Cultural Terra Preta	Anderson de Sousa Ferreira	216.332.418-40	Belém	PA	Norte	76,5	Classificado
44	Revista o Viés	Revista o Viés	João Victor Borba Moura e Silva	046.380.849-58	Santa Maria	RS	Sul	76,5	Classificado
45	CINEARTS - Oficinas de Cinema	CINEARTS - Oficinas de Cinema	Anderson Soares Caldas	917.221.365-53	Salvador	BA	Nordeste	76	Classificado
46	Rede Da Quebrada Pra Estrada	Coletivo "Da Quebrada Pra Estrada"	André Gustavo de Castro Matos	165.430.538-36	São Paulo	SP	Sudeste	76	Classificado
47	Dialógico	Dialógico	Augusto Martins Barreto	007.300.625-46	Salvador	BA	Nordeste	76	Classificado
48	Rádio na Praça - Na onda da ComVivência	Rádio na Praça - Na onda da ComVivência	Uelton da Silva Pereira	119.712.866-21	Cajuri	MG	Sudeste	75,5	Classificado
49	Agência Ponto	Coletivo Rede AGE	Paulo Roberto Franca da Mata	104.090.666-48	Divinópolis	MG	Sudeste	75,5	Classificado
50	Fala com a Brigida! Produção cultural para novos produtores e artistas	Brígidas	Charlaine Suelen Rodrigues Souza	093.389.407-48	São Paulo	SP	Sudeste	75,5	Classificado
51	Fórum Popular de Cultura de Contagem: disseminando a arte independente	Fórum Popular de Cultura de Contagem	Jessé Duarte Ferreira	069.815.986-12	Contagem	MG	Sudeste	75	Classificado
52	LOUCURARTE - CONECTANDO E COMPARTILHANDO ARTE	COMPANHIA DE DANÇA LOUCURARTE	RONIE CHARLES DE LIMA	827.800.305-00	Nossa Senhora da Glória	SE	Nordeste	75	Classificado
53	Revista Zagaia	Coletivo Zagaia	Thiago Mendonça	270.506.818-06	São Paulo	SP	Sudeste	75	Classificado
54	Kilombaobá	Comunidade Quilombola de Retiro	Wallace da Conceição dos Anjos	030.877.807-31	Santa Leopoldina	ES	Sudeste	75	Classificado
55	Revista Laboratório de Poéticas - antenas&raízes (impressa e digital)	Laboratório de Poéticas	William Bezerra Figueiredo	286.380.878-88	Diadema	SP	Sudeste	75	Classificado
56	UM VERÃO POR DIA	UM VERÃO POR DIA	Flavia Passos Carvalho	069.249.327-11	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	75	Classificado
57	Hora RAP	Hora RAP	Jefferson Cleber dos Santos Costa	060.084.366-10	Belo Horizonte	MG	Sudeste	74,5	Classificado
58	Mosaico Cultural	Coletivo Cultural Casa de Mosaico	Juliano Rossi de Jesus	973.172.926-72	Porto Alegre	RS	Sul	74,5	Classificado
59	Memórias do Pampa	Memórias do Pampa	Dione Piazer Franchi	002.442.640-74	Bagé	RS	Sul	74,5	Classificado
60	Esta terra é nossa: a voz e a vez da câmera camponesa	Comunica Luta	Ana Lúcia Nunes de Sousa	009.854.251-64	Corumbiara	RO	Norte	74	Classificado
61	Imaginacom - Um projeto de Comunicação Comunitária	Imaginacom	Carlos Jerônimo Vilhena de Toledo	306.540.838-43	Cubatão	SP	Sudeste	74	Classificado
62	Revoada - Projetos em Cultura Digital	Revoada	Gabriel de Souza Fedel	318.498.528-80	Campinas	SP	Sudeste	74	Classificado
63	Bagaceira Talhada - Cultura sergipana como protagonista	Bagaceira Talhada	Kaippe Arnon Silva Reis	058.561.895-07	Aracaju	SE	Nordeste	74	Classificado
64	Cineclube 7ª Arte	Cineclube 7ª Arte	Ruyter Fernandes Barbosa	993.822.961-15	Acreúna	GO	Centro-Oeste	74	Classificado
65	Núcleo de Audiovisual Karabina	KARABINA PRODUÇÕES	Emerson Lopes Barbosa	107.710.764-10	Monteiro	PB	Nordeste	74	Classificado
66	Mundo Invisível - cidadania, voz e visibilidade para trabalhadoras sexuais	Mundo Invisível	Renato Pereira Martins Filho	048.953.678-60	Porto Alegre	RS	Sul	74	Classificado
67	OJUOMÍDIA - COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E VIRTUAL	OJUOMÍDIA	ANA PAULA DE SOUZA LOPES	103.867.097-77	Duque de Caxias	RJ	Sudeste	73,5	Classificado
68	Cine Clube Cris de Paris	Cine Clube Cris de Paris	Dino José de Oliveira Alves	050.613.864-00	Maceió	AL	Nordeste	73,5	Classificado
69	ARTEBICIMOB - Arte, Bicicleta e Mobilidade	ARTEBICIMOB - Arte, Bicicleta e Mobilidade	Fernando Chotguis Rosenbaum	024.929.459-10	Curitiba	PR	Sul	73,5	Classificado
70	Observatório-Móvel	Observatório-Móvel	Nara Beatriz Milioli Tutida	378.426.259-72	Florianópolis	SC	Sul	73,5	Classificado
71	Projeto Comunica Oju Oya	Comunica Oju Oya	Wesley Máximo da Silva	094.212.244-50	Recife	PE	Nordeste	73,5	Classificado
72	Produção Livre de Conteúdo Audivisual e Círculo de exebições do Projeto Escola de Cinema do Serão	Agência Colaborativa em Cinema de Quixadá	Lucas de Oliveria Arraes	049.055.673-60	Quixadá	CE	Nordeste	73,5	Classificado
73	Coletivo Súbito	Coletivo Súbito	Pedro Santos Queiroz	352.502.808-38	São Paulo	SP	Sudeste	73,5	Classificado
74	Play Mulheres: Plataforma de Ativismo Feminino	Estúdio de Serviço para Cinema	Larissa Oliveira Santos	033.697.995-56	Salvador	BA	Nordeste	73	Classificado
75	ABADEUS	ABADEUS	Shirlei Maria Helena Guimaraes Monteiro	780.306.339-04	Criciúma	SC	Sul	73	Classificado
76	Grupo Maxado	Grupo Maxado	Julio Cesar de Lima	263.682.298-45	São José dos Campos	SP	Sudeste	73	Classificado
77	PROJETO: m@trizes.com	CENTRO CULTURA DANBIRAXÉ	Firmino Inacio Fonseca Neto	406.188.463-87	São Luís	MA	Nordeste	72,5	Classificado
78	Cultura Negra AS	Axe Omin Saba	Josenildo João da Silva	748.813.374-91	Bezerros	PE	Nordeste	72,5	Classificado
79	Coletivo Aba Tyba Tribo da Paz	Coletivo Aba Tyba Tribo da Paz	Matheus Lopes Vilela	155.866.557-99	João Neiva	ES	Sudeste	72,5	Classificado
80	Videoteca Popular: Z.o. A. A (Zonas Audiovisuais Alternativas)	NCA - Núcleo de Comunicação Alternativa	Paulo Emilio de Resende Botelho Rizzaro Pucci	355.985.108-47	São Paulo	SP	Sudeste	72,5	Classificado
81	ComunicaSul Cobertura Colaborativa	ComunicaSul Comunicação Colaborativa	Renata Vicentini Mielli	125.943.128-27	São Paulo	SP	Sudeste	72,5	Classificado
82	A Onda #FrequenciasSonoraseDigitais II	Coletivo TDV	Poliana Helena Alves Vieira	329.155.338-14	São Paulo	SP	Sudeste	72,5	Classificado
83	Rede Lítero Sócio Cultural Fulanas de Tal	Coletivo Fulanas de Tal	Ane Alves	921.504.207-59	Nova Iguaçu	RJ	Sudeste	72	Classificado
84	Projeto de Acessibilidade à Pessoa Especial (PRAPES)	Projeto de Acessibilidade à Pessoa Especial (PRAPES)	Fabiana Ramiro Boechat do Nascimento	099.799.437-18	Belford Roxo	RJ	Sudeste	72	Classificado
85	Revista bit Lilás- Afrofuturismo, Gênero e Comunicação 4.0	Liga Panelladexpressão: Afrofuturismo, Gênero, Economia Solidária e Cultura Digital	Leila Regina Lopes	457.594.480-72	Brasília	DF	Centro-Oeste	72	Classificado
86	Agroecovídeo	Coletivo Agroecológico de Rio Pomba	Oriane Laurie Descout	019.528.356-23	Rio Pomba	MG	Sudeste	72	Classificado
87	AGÊNCIA ECCom - AGÊNCIA ESCOLA DE EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA	AGÊNCIA ECCom - AGÊNCIA ESCOLA DE EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA	JESUS DUARTE FILHO	225.445.181-20	Anápolis	GO	Centro-Oeste	72	Classificado
88	Oficina Popular de Audiovisual e Curtas do Coletivo Macaco Chinês	Coletivo Macaco Chinês	Rodrigo da Silva Dutra	102.813.917-93	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	72	Classificado
89	Cineclube TransCine - Cinema em Trânsito	Cineclube TransCine - cinema em trânsito	Mariana Sena Madureira Figueiró	891.340.521-00	Campo Grande	MS	Centro-Oeste	71,5	Classificado
90	Passeando pelas ruas: histórias do meu bairro e da minha cidade	Passeando pelas ruas: histórias do meu bairro e da minha cidade	Philippe Arthur dos Reis	377.830.518-20	São Paulo	SP	Sudeste	71,5	Classificado
91	PROJETO ALDEIA HIP HOP	Aldeia Hip Hop	Luís Cláudio Santos Domingos	058.946.867-77	Pedro Canário	ES	Sudeste	71,5	Classificado

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

92	Portal Digital F5 - Atuação e Atualização em Franca	Coletivo Francamente	Jacques Felipe Iatchuk Vieira	342.329.328-44	Franca	SP	Sudeste	71	Classificado
93	Flash Mob Gabaon 2016	Cia Maria Mãe das Artes	Fabiane Schor	061.591.269-97	Campo Largo	PR	Sul	71	Classificado
94	Coletivo Força Tururu	Coletivo Força Tururu	Carmerindo João Lira Neto	076.648.174-39	Paulista	PE	Nordeste	71	Classificado
95	Bom Jardim Produções	Bom Jardim Produções	Francisco Josenildo F. do Nascimento	757.453.303-25	Fortaleza	CE	Nordeste	70,5	Classificado
96	Mulheres e Quadrinhos. Arte sequencial a favor da liberdade	Lady's Comics	Mariamma Fonseca Santana	088.859.096-20	Belo Horizonte	MG	Sudeste	70,5	Classificado
97	Coletivo Camaradas	Coletivo Camaradas	Alexandre Lucas da Silva	757.045.873-72	Crato	CE	Nordeste	70	Classificado
98	SITE CLICHETES	Clichetes	Carolina Santos da Cunha	721.098.401-10	São Paulo	SP	Sudeste	70	Classificado
99	Núcleo de Comunicação e Audiovisual	Núcleo de Comunicação e Audiovisual	Cleidiane Alves Oliveira Souza	069.672.456-19	Itaobim	MG	Sudeste	70	Classificado
100	Batalha Central	Batalha Central	Daniel Bidia Olmedo Tejera	334.041.488-27	Piracicaba	SP	Sudeste	70	Classificado
101	Tv janela na Nossa Rua	Tv janela na Nossa Rua	Valdenor xavier de Moura	346.661.253-53	Fortaleza	CE	Nordeste	70	Classificado
102	Quilombo Vivo: Portal Caiana	Quilombo Vivo	Ítalo Jones Alves de Meneses Marinho	032.315.564-22	Campina Grande	PB	Nordeste	69,5	Classificado
103	Comunicadores Da Hora - a rede dos midiativistas do futuro	Comunicadores Da Hora - a rede dos midiativistas do futuro	Florence Poznanski	018.473.816-42	Belo Horizonte	MG	Sudeste	69,5	Classificado
104	Mídia Livre Vai Jão	Mídia Livre Vai Jão	Ana Maria Masson Furlan	384.380.998-40	Campinas	SP	Sudeste	69,5	Classificado
105	Barra de Caravelas em Ação	Coletivo Cultural Barra de Caravelas	Benedito Belgaço Belmiro	037.840.175-09	Caravelas	BA	Nordeste	69,5	Classificado
106	Coletivo Vão dos Olhos	Coletivo Vão dos Olhos	Lais Brenda Gomes Pinheiro	074.740.339-25	Antonina	PR	Sul	69,5	Classificado
107	Periferia digital: Vidança Novas Midias	Vidança midias LIvres	Marcelo Carneiro da Costa	484.460.413-91	Fortaleza	CE	Nordeste	69,5	Classificado
108	MOVIMENTO DO VÍDEO POPULAR	Movimento Vídeo Popular	Michel Pinho de Araújo	000.828.541-14	Brasília	DF	Centro-Oeste	69,5	Classificado
109	A Bem Soar	A Bem Soar	Rafael Vasquez Martins	326.752.368-02	São João del Rei	MG	Sudeste	69,5	Classificado
110	Cultura e Mídia	Cultura e Mídia	Vilamar Pinheiro de Moraes Sousa	337.747.493-53	Teresina	PI	Nordeste	69,5	Classificado
111	Circular Pocket	Circular Pocket	Daniela Giannini	065.019.629-51	Maringá	PR	Sul	69,5	Classificado
112	Canal Casa dos Hólons	Casa dos Hólons	Thiago Tognozzi	226.666.578-25	São Paulo	SP	Sudeste	69,5	Classificado
113	TVUMLAW (Sua Imagem é a Nossa Voz)	TVUMLAW (Sua Imagem é a Nossa Voz)	Ivanildo Batista de Andrade	424.136.483-72	Fortaleza	CE	Nordeste	69	Classificado
114	Motiva & Ambiental	Motiva & Ambiental	Gerson Antonio Tasca	501.909.959-00	Ita	SC	Sul	69	Classificado
115	Ponte Plural	Ponte Plural	Luiza Alves Bittencourt Coelho	092.958.307-84	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	69	Classificado
116	TV Restinga na Web	TV Restinga na Web	Márcio de Souza Figueira	742.276.450-34	Porto Alegre	RS	Sul	68,5	Classificado
117	Peixe Ninja SP	Aquário Centro Cultural	Silas Alves de Souza	308.683.338-67	São Paulo	SP	Sudeste	68,5	Classificado
118	Mostra de Imagens Livres	Cineclube da Laia	Marcone Alves de Sousa	027.229.814-08	Camaragibe	PE	Nordeste	68,5	Classificado
119	Revista Trupe	Revista Trupe	LIS DIAS DE OLIVEIRA	857.790.805-42	Salvador	BA	Nordeste	68	Classificado
120	PROJETO COMPUTADOR E CINEMA NA COMUNIDADE	Agência de Comunicação Educativa de São João Batista	Luzidália Martins Serra	028.656.653-21	São João Batista	MA	Nordeste	68	Classificado
121	Poesia dia a dia	Panacéia Delirante	LILITH DE MORAIS MARQUES	033.649.905-14	Salvador	BA	Nordeste	67,5	Classificado
122	A primeira Rádio em Portunhol	A primeira Rádio em Portunhol	Lucas Rodrigues Cunha	014.941.626-10	Belo Horizonte	MG	Sudeste	67,5	Classificado
123	Nonada - Jornalismo Travessia	Nonada - Jornalismo Travessia	Rafael Silveira Gloria	015.720.230-58	Porto Alegre	RS	Sul	67,5	Classificado
124	MISTURA BRASILEIRA	MISTURA BRASILEIRA	FÁTIMA DE CASTRO CLEMENTE	001.672.387-28	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	67,5	Classificado
125	Projeto Ler a vida	Sol Nascente	RAIMUNDO NONATO DA SILVA FILHO117.819.708-58	117.819.708-58	São Bernardo do Campo	SP	Sudeste	67	Classificado
126	Cadernos Artesanais do Samba do Compositor Paranaense	Samba do Compositor Paraense	Teotônio Arruda de Souto Maior	047.809.469-80	Curitiba	PR	Sul	67	Classificado
127	Cristalizar Vídeo Produções (CVP) - empreendimento econômico solidário de audiovisual comunitário	Cristalizar Vídeo Produções ? CVP	Leandro Artur Anton	636.737.540-68	Porto Alegre	RS	Sul	67	Classificado
128	Cinemando nos bairros	Cineclube Vagalume	Caroline Petrin da Rosa	015.434.340-45	Caçapava do Sul	RS	Sul	66,5	Classificado
129	Maré de Mídias Livres: transversalizalizando linguagens e técnicas para o fortalecimento da identidade quilombola	Casa Maré das Artes	Mariana Coeli Segnini Mori	400.475.668-50	Aracati	CE	Nordeste	66,5	Classificado
130	Memórias e Histórias: Ilustradas, Recitadas e Reconhecidas.	Grupo de Artes Integradas ?Os Ribeirinhos?	MARIA JOSÉ RODRIGUES PEREIRA	196.438.705-10	Delmiro Gouveia	AL	Nordeste	66,5	Classificado
131	Cineclube Professor Assuramaya	Cineclube Professor Assuramaya	Mabel de Souza Caldas	357.798.539-91	Bom Jardim	RJ	Sudeste	66,5	Classificado
132	Narrativas documentais e processos pedagógicos consolidando um Ponto de Cultura.	Núcleo Rizoma	Sandro Juliati	071.878.0574-8	Vila Velha	ES	Sudeste	66,5	Classificado
133	Projeto Cultural o Candeeiro	Projeto Cultural o Candeeiro	Arthur Antunes de Souza Azevedo	075.171.484-43	Santana do Seridó	RN	Nordeste	65,5	Classificado
134	Gravação de Apresentações das Folias de Reis na Gruta	Grupos de Folias de Reis de Patrocínio	Edson Sebastião Menezes	350.964.386-00	Patrocínio	MG	Sudeste	65,5	Classificado
135	Guaranésia Memórias Museu Virtual	Guaranésia Memórias - Museu Virtual	Ivan Soares David	457.873.956-20	Guaranésia	MG	Sudeste	65,5	Classificado
136	Rádio Mercado Sul	Rádio Mercado Sul	Juliana Bernardes Ribeiro da Costa	008.815.491-26	Brasília	DF	Centro-Oeste	65,5	Classificado
137	ESTÚDIO LIVRE DE TRADIÇÕES AFRODESCENDENTE MOJÚBA	Cultura e Tradição Afro Descendente MO Juba	Marcos André dos Alves dos Santos	049.033.084-30	Bayeux	PB	Nordeste	65,5	Classificado
138	IntervençãoEXPOgráfica	Abayomi Ateliê	Marisa Cristina de Souza	337.907.218-40	São Paulo	SP	Sudeste	65,5	Classificado
139	Audio literatura no ar	Radiofascinacao.com	José Flávio Freitas Caetano	012.507.360-72	Passo Fundo	RS	Sul	65,5	Classificado
140	Cine Vagalume	Cine Vagalume	Fawaz Abdel Rahim Salman Abu Tahum	499.268.105-00	Ituberá	BA	Nordeste	65,5	Classificado
141	Moinho Coletivo e Cineclube Catavento - Circulando Conhecimentos Audiovisuais na Formação Democrática dos Sujeitos	Moinho Coletivo	Felipe Garcia Camargo	358.877.418-13	Campinas	SP	Sudeste	65	Classificado
142	Teia Formativa e de Comunicação - Mocambo Cultural	Mocambo Cultural - Coletivo de Artistas e Articuladores Negros	Francisco das Chaga Silva	034.253.198-09	Porto Velho	RO	Norte	65	Classificado
143	DNA Urbano	DNA Urbano	Adriano Soares Costa	020.918.895-20	Vitória	ES	Sudeste	65	Classificado
144	Ponto de Cultura e Mídia Livre Casa Ecoativa - Ilha do Bororé - Completa	Casa Ecoativa	Mariana Andrea Gonçalves Belmont	352.940.038-64	São Paulo	SP	Sudeste	65	Classificado
145	ASA - Ação Social Alternativa	Ação de Mídia Livre	Maurício Tancredo costa Nascimento	009.133.903-05	Maranguape	CE	Nordeste	64,5	Classificado
146	Estação Saudade - Visitando o passado para valorizar o presente	Estação Saudade - Visitando o passado para valorizar o presente	Reinaldo Formagio Filho	012.510.756-06	São Sebastião do Paraíso	MG	Sudeste	64,5	Classificado
147	A Voz da Periferia	A Voz da Periferia	André dos Santos Ferreira	605.237.813-18	Fortaleza	CE	Nordeste	64	Classificado
148	Ápice	Ápice	Ingrid Caron Decker	049.731.069-41	Florianópolis	SC	Sul	64	Classificado
149	Movimento Volta Cultural	Movimento Volta Cultural	Karine Monteiro Valente	086.512.107-95	Volta Redonda	RJ	Sudeste	64	Classificado
150	Narrativas não narradass: identidades, memórias e territórios de travestis e mulheres trans da Avenida Dom Pedro II de Belo Horizonte	Coletivo Transversal	Tomás Soares Pereira German	066.636.756-04	Belo Horizonte	MG	Sudeste	64	Classificado
151	A Carroça	A Carroça	Ana Flávia Baldisserotto	737.836.330-87	Porto Slegre	RS	Sul	64	Classificado
152	Web TV A Cara da Coroa	Web TV A Cara da Coroa	JOSÉ VITOR COSTA SILVA	415.387.258-00	São Paulo	SP	Sudeste	64	Classificado
153	Cabo de Conexão: via de expressão juvenil e comunitária!	Manifesto Artístico Cultural - MAC	Agenor Barreto Cavalcanti Júnior	090.170.744-93	Cabo de Santo Agostinho	PE	Nordeste	63,5	Classificado
154	Ponto de cultura e mídias livres Batuka Ação	Batuka Ação	Fábio Luiz Ferreira Braga	328.709.588-97	Taboão da Serra	SP	Sudeste	63,5	Classificado
155	Move Cultura	Move Cultura	Jefferson Ramos Candido	087.926.766-76	Contagem	MG	Sudeste	63,5	Classificado
156	Cineclube Amarcord - Atividades 2015-2016	Cineclube Amarcord	Raffaele Petrini	032.288.873-59	São Luís	MA	Nordeste	63,5	Classificado
157	Plataforma de artes visuais SC	Plataforma de artes visuais	Denise Bendiner	261.989.288-02	Florianópolis	SC	Sul	63,5	Classificado
158	Programa Resistência	Casa do Hip Hop e Matizes Afro indigenas do Ceará - HIPMAC	Allyson Bruno Gabriel Alves	013.490.713-23	Caucaia	CE	Nordeste	63	Classificado
159	Equipe de Comunicação, Agitação e Propaganda - Levante Popular da Juventude	Levante Popular da Juventude BH	CAIO CESAR CLIMACO VIEIRA	092.998.386-66	Belo Horizonte	MG	Sudeste	63	Classificado
160	WebTV AraruTV	AraruTV	Marcos Serpa Telles da Rocha	023.019.077-40	Araruama	RJ	Sudeste	63	Classificado
161	Arte TV - Rádio TV Web Comunitária	Arte TV - Rádio TV Web Comunitária	Mario Renato Lima Marques	029.789.680-60	Porto Alegre	RS	Sul	63	Classificado
162	Cine em Movimento	CINECLUBE ARUANDA	Rafael Felix de Araújo	082.646.364-97	Condado	PB	Nordeste	63	Classificado
163	Kombi do Reggae Cultural e Digital	Kombi do Reggae Cultural e Digital	Armando da Silva Oliveira	974.210.734-34	Olinda	PE	Nordeste	63	Classificado
164	Coletivo Cultural Ouvido Médio	Ouvido Médio	Rafael Carvalho Roggia	924.116.140-04	Cruz Alta	RS	Sul	63	Classificado
165	Bolívia Cultural	Planeta América Latina	ANGEL ANTONIO ANDRADE VARGAS	227.429.988-96	São Paulo	SP	Sudeste	62,5	Classificado
166	Sobre Nossa Visão Distorcida	Sobre Nossa Visão Distorcida	Paula Um Mi Kim	324.986.768-30	São Paulo	SP	Sudeste	62,5	Classificado
167	Das Rimas ao Repente	Quilombo Louco Record	Jean Richard Silva Miranda	805.467.813-49	Teresina	PI	Nordeste	62	Classificado
168	Comunidade Quilombola Barreirinho	Comunidade Quilombola Barreirinho	Santos Figueiredo de Souza	066.100.096-60	Joaíma	MG	Sudeste	62	Classificado
169	Cineclube Gigoia	Cineclube Gigoia	Ieda Rozenfeld Olhovetchi	985.307.637-34	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	61,5	Classificado
170	Arquivo Autoral	Arquivo Autoral	Renato Oliveira D´Prospero	011.047.269-12	Curitiba	PR	Sul	61,5	Classificado
171	SARAU ARTÍSTICO LITERÁRIO	Sarau Artístico Literário	Silvana Delácio de Oliveira e Silva	663.992.467-68	Olinda	PE	Nordeste	61,5	Classificado
172	Blog Tribus Jovens	Tribo Jovens	CASSIO PEREIRA LEAL	000.077.402-20	Santarém	PA	Norte	61	Classificado
173	Aplicativo Iê Capoeira	Coletivo Iê Capoeira	Everaldo Figuereido dos Anjos Filho	011.312.665-44	Salvador	BA	Nordeste	60,5	Classificado
174	Barriguda Filmes	Barriguda Filmes	José Gomes da Silva Filho	339.290.334-53	Alexandria	RN	Nordeste	60,5	Classificado
175	Encontros, conectando as pessoas suas trajetórias e o futuro	Coletivo Exclamação	Joyce Izauri de Jesus Venturini	335.727.578-35	São Paulo	SP	Sudeste	60,5	Classificado

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

176	ExposiçãoFotografica Intinerante:Mulheres Negra:Cultuta e Protagonista	Fórum Permanente de Combate ao Racismo de Itapecerica da Serra	Kátia de Oliveira Andrade	085.873.448-62	Itapecerica da Serra	SP	Sudeste	60,5	Classificado
177	Abemanjá Gbadé	Estatuto da Casa de Mina Jêjê Nagô De Abê Monjó e Toy Gbadé	Leonardo Sales Sena Chagas	794.136.332-15	Belém	PA	Norte	60,5	Classificado
178	EITA - ESPAÇO INTERATIVO DE TRABALHOS ARTISTICOS	Grupo Teruá	Liana Cavalcante Costa	600.256.083-12	Fortaleza	CE	Nordeste	60,5	Classificado
179	GAM - Grupo Art"Mandaia	GAM - Grupo Art"Mandaia	Lúcio Vinicius Oliveira Lima	046.779.765-03	Salvador	BA	Nordeste	60	Classificado
180	Lotos	Lotos	Daniel Barros Sousa	050.389.119-35	Itajaí	SC	Sul	60	Classificado
181	TV OLINDA - A sua TV na internet	Eu curto Olinda	Gilson José da Silva	719.016.714-53	Olinda	PE	Nordeste	60	Classificado
182	Viva Marajó	Liga da Cultura Marajoara	Jonas Pinheiro Vasconcelos	841.460.872-87	Curralinho	PA	Norte	60	Classificado
183	Cia Fábrica de Cultura	Cia Fábrica de Cultura	Luciana Arrigoni da Silva	106.604.527-58	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	60	Classificado
184	Saúde e Arte	Grupo Saúde e Arte	Marcio Noe Robattini	763.001.450-34	Porto Alegre	RS	Sul	60	Classificado

Art. 3º Em consonância com o item 12.2 do Edital, para a fase Homologação do Resultado Final deste concurso, não caberá pedido de recurso.
Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVANA BENTES

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 659, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 77 de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL VALADARES ALVES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
158753 - Desfile de Carnaval das Escolas de Samba LIESF 2016
LIGA DAS ESCOLAS DE SAMBA DE FLORIANÓPOLIS-LIESF
CNPJ/CPF: 07.697.475/0001-28
Processo: 01400062766201522
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 5.418.008,89
Prazo de Captação: 18/11/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Produção e organização do Desfile oficial de Carnaval da cidade de Florianópolis-SC, das Escolas de Samba afiliadas à Liga das Escolas de Samba de Florianópolis-LIESF, entre 05 a 09 de fevereiro de 2016, na Passarela do Samba Nego Quirido, com público previsto em cerca de 22 mil pessoas, com acesso democratizado e acessibilidade para pessoas com necessidades especiais. Um espetáculo inesquecível de Artes Cênicas (Dança), preservando e perpetuando o patrimônio cultural do Carnaval na "Ilha da Magia".

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
153475 - XXI - Circuito Internacional de Arte Brasileira
Daniela Gontijo Silva - ME
CNPJ/CPF: 01.767.693/0001-05
Processo: 01400041422201580
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 2.237.828,00
Prazo de Captação: 18/11/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Realização de 4 exposições de 140 artistas Brasileiro,que representarão oficialmente 35 cidades de 16 Estados de todas as regiões brasileiras, dando a eles a oportunidade de alavancar suas carreiras artísticas . Contribuindo para divulgar a arte brasileira no cenário nacional e internacional, valorizando suas raízes e abrindo o mercado internacional de forma direta e legalizada.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
1414429 - Almanaque Brasil Socioambiental 2016
INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
CNPJ/CPF: 00.081.906/0001-88
Processo: 01400093161201401
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 793.243,00
Prazo de Captação: 18/11/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Elaboração da terceira edição do Almanaque Brasil Socioambiental, em comemoração aos 20 anos dos Instituto Socioambiental. A publicação apresenta uma perspectiva inovadora para entender o Brasil e o mundo, focada em temas socioambientais, por meio de conteúdo organizado em verbetes consistentes e fartamente ilustrados, em linguagem acessível e didática.

PORTARIA Nº 660, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 77 de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL VALADARES ALVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18)
15 3189 - O HOMEM DE AGROLÂNDIA
La Vaca Productora de Arte Ltda
CNPJ/CPF: 13.206.870/0001-63
SC - Florianópolis
Período de captação: 11/11/2015 a 31/12/2015
14 13610 - O Encontro das Sombras
Play One Empreendimentos LTDA.
CNPJ/CPF: 04.933.060/0001-18
SP - São Paulo
Período de captação: 17/11/2015 a 31/12/2015
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
14 0293 - Edição do livreto: O HOMEM QUE CRIAVA SACIS
Benedito Borges
CNPJ/CPF: 331.483.769-00
PR - Itaguajé
Período de captação: 01/11/2015 a 30/11/2015

PORTARIA Nº 661, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 77 de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL VALADARES ALVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
150262 - Festival Panorama 2015
Associação Cultural Panorama
CNPJ/CPF: 08.818.683/0001-09
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 1.640.364,90

RETIFICAÇÕES

Na retificação, publicada no D.O.U. n. 219, de 17/11/2015, Seção 1, pagina: 14, referente ao projeto A Menina do Rio:
Onde se lê: Pronac: 11 13091
Leia-se: Pronac: 14 13091
Na retificação, publicada no D.O.U. n. 217, de 13/11/2015, Seção 1, pagina: 11, referente ao projeto QUARTETO INSTRUMENTAL - DELCIO TAVARES:
Onde se lê: Prazo de Captação: 01/01/2014 a 31/12/2014
Leia-se: Prazo de Captação: 01/01/2015 a 31/12/2015
Na portaria nº 0009/15 de 08/01/2015, publicada no D.O.U. em 09/01/2015, Seção 1, referente ao Projeto Long Life - Cultura e Atitude - Pronac: 13 6957
Onde se lê: Prazo de captação: 01/01/2015 a 30/11/2015
Leia-se: Prazo de captação: 01/01/2015 a 31/12/2015
Na portaria nº 503/15 de 27/08/2015, publicada no D.O.U. em 28/08/2015, Seção 1, referente ao Projeto Tragédia romântica, a comédia - Pronac: 15 3230
Onde se lê: Prazo de captação: 28/08/2015 a 22/12/2015
Leia-se: Prazo de captação: 28/08/2015 a 31/12/2015
Na portaria nº 308/15 de 27/05/2015, publicada no D.O.U. em 28/05/2015, Seção 1, referente ao Projeto Mostra Tango Brasil - Pronac: 15 1858
Onde se lê: Prazo de captação: 28/05/2015 a 30/12/2015
Leia-se: Prazo de captação: 28/05/2015 a 31/12/2015

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 348/DPC, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

Altera as Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem -NORMAM-12/DPC (1ª Revisão).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no artigo 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário - LESTA), resolve:

Art. 1º Alterar as "Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem" (NORMAM-12/DPC), aprovadas pela Portaria nº 78/DPC, de 15 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 18 de abril de 2011; alterada pela Portaria nº 100/DPC, de 19 de maio de 2011, publicada no DOU de 20 de maio de 2011 (1ª Modificação); alterada pela Portaria nº 206/DPC, de 30 de setembro de 2011, publicada no DOU de 11 de outubro de 2011 (2ª Modificação); alterada pela Portaria nº 95, de 23 de maio de 2012, publicada no DOU de 30 de maio de 2012 (3ª Modificação); alterada pela Portaria nº 202/DPC, de 5 de outubro de 2012, publicada no DOU de 8 de outubro de 2012 (4ª Modificação); alterada pela Portaria nº 27/DPC, de 20 de fevereiro de 2013, publicada no DOU de 27 de fevereiro de 2013 (5ª Modificação); alterada pela Portaria nº 328/DPC, de 11 de novembro de 2013, publicada no DOU de 13 de novembro de 2013 (6ª Modificação); Portaria nº 194/DPC, de 8 de agosto de 2014, publicada no DOU de 11 de agosto de 2014 (7ª Modificação), Portaria nº 227/DPC, de 10 de setembro de 2014, publicada no DOU de 11 de setembro de 2014 (8ª Modificação); Portaria nº 77/DPC, de 6 de abril de 2015, publicada no DOU de 13 de abril de 2015 (9ª Modificação); Portaria nº 110/DPC, de 8 de maio de 2015, publicada no DOU de 11 de maio de 2015 (10ª Modificação); Portaria nº 218/DPC, de 20 de julho de 2015, publicada no DOU de 22 de julho de 2015 (11ª Modificação); e Portaria nº 281/DPC, de 14 de setembro de 2015, publicada no DOU de 16 de setembro de 2015 (12ª Modificação), conforme abaixo especificado. Esta modificação é denominada 13ª Modificação.

I - No Capítulo 2 - "DOS PRÁTICOS":

a) Na Seção IV - "DOS DEVERES":

1. No item 0228 - "DOS DEVERES DO PRÁTICO":

1.1 Substituir o texto pelo seguinte:

"a) Compete ao Prático no desempenho das suas funções:

1) Assessorar o Comandante da embarcação na condução da faina de praticagem, atendendo, com presteza e de forma eficiente, as exigências do Serviço de Praticagem;

2) Manter-se apto a prestar o Serviço de Praticagem em todos os tipos de embarcações e em toda a extensão da ZP, observada a restrição prevista na alínea p) do item 0224;

3) Estabelecer as comunicações que se fizerem necessárias com outras embarcações em trânsito na ZP, de modo a garantir a segurança do tráfego aquaviário;

4) Comunicar à CP/DL/AG as variações de profundidade e de correnteza dos rios, canais, barras e portos, principalmente depois de fortes ventos, grandes marés e chuvas prolongadas, assim como quaisquer outras informações de interesse à segurança do tráfego aquaviário;

5) Comunicar à CP/DL/AG qualquer alteração ou irregularidade observada na sinalização náutica;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

6) Comunicar, com a maior brevidade possível, ao Comandante da embarcação e à CP/DL/AG, a existência de condições desfavoráveis ou insatisfatórias para a realização da faina de praticagem e que impliquem risco à segurança da navegação;

7) Manter-se atualizado quanto às particularidades do governo, da propulsão e das condições gerais das embarcações, a fim de prestar com segurança e eficiência o Serviço de Praticagem;

8) Manter-se atualizado quanto às alterações promovidas nos diversos documentos náuticos e nas características dos faróis, balizamentos e outros auxílios aos navegantes na ZP;

9) Cooperar nas atividades de busca e salvamento (SAR) e de levantamentos hidrográficos na sua ZP, quando solicitados pela CP/DL/AG;

10) Assessorar a CP/DL/AG nas fainas de assistência e salvamento marítimo, quando por esta solicitado;

11) Manter atualizados seus dados pessoais junto à CP/DL/AG com jurisdição sobre a ZP;

12) Integrar Bancas Examinadoras pertinentes ao Processo Seletivo à Categoria de Praticante de Prático e ao Exame de Habilitação para Prático, quando designado pela DPC ou pela CP;

13) Executar as atividades do Serviço de Praticagem, mesmo quando em divergência com a empresa de navegação ou seu representante legal, devendo os questionamentos serem debatidos nos foros competentes, sem qualquer prejuízo para a continuidade do Serviço. Divergências relativas a assuntos técnico-operacionais referentes à segurança do tráfego aquaviário, à salvaguarda da vida humana nas águas e à prevenção da poluição hídrica serão dirimidas pela Autoridade Marítima;

14) Cumprir a Escala de Rodízio Única de Serviço de Prático ratificada pela CP/DL/AG;

15) Cumprir o número mínimo de fainas de praticagem estabelecido para manter-se habilitado;

16) Submeter-se aos exames médicos e psicofísicos de rotina, estabelecidos na Seção IX destas Normas;

17) Portar o colete salva-vidas na faina de transbordo lancha/embarcação/lancha;

18) Cumprir as Normas da Autoridade Marítima (NORMAM, NPCP/NPCF) e comunicar à CP/DL/AG sempre que, no desempenho da função de Prático, observar o seu descumprimento;

19) Manter-se em disponibilidade na ZP, durante todo o Período de Escala, para atender a qualquer faina de praticagem. Em caso de necessidade de afastamento da ZP por motivo de força maior, o Prático deverá ser substituído na Escala e o fato informado à CP/DL/AG na primeira oportunidade;

20) Contribuir para a qualificação dos Praticantes de Prático da ZP, conforme estabelecido pela CP;

21) Realizar o Curso de Atualização para Práticos (ATPR) de acordo com o item 0250 destas Normas; e

22) Apresentar-se para a faina de praticagem em perfeitas condições de higidez física e mental, não tendo ingerido substâncias ou medicamentos que possam vir a comprometer o desempenho de suas atividades, especialmente o tempo de reação e de julgamento.

b) Os Práticos que não fazem parte do efetivo da ZP, conforme preconizado no item 0246 desta norma, poderão requerer ao DPC, via CP, a sua dispensa para uma específica área da ZP, em decorrência de fainas de praticagem mais severas. A solicitação terá caráter definitivo e não eximirá o Prático do cumprimento dos subitens 14), 15) e 19) deste item, ressalvadas as determinações do CP."; e

2. No item 0229 - "DOS DEVERES DO PRATICANTE DE PRÁTICO":

2.1 Na alínea a):

2.1.1 Substituir o texto pelo seguinte:

"Cumprir o Programa de Qualificação de Praticante de Prático estabelecido pela CP, sempre orientado por um Prático;"; e

2.2 Na alínea c):

2.2.1 Substituir o texto pelo seguinte:

"Cumprir os deveres do Prático, especificamente os descritos no item 0228, alínea a), subalíneas 8, 11, 16, 17 e 22."; e

b) Na Seção VI - "DA MANUTENÇÃO DA HABILITAÇÃO":

1. No item 0239 - "COMPROVAÇÃO DAS FAINAS DE PRATICAGEM REALIZADAS":

1.1 Incluir após a alínea b) o seguinte texto:

"c) A partir de 01DEZ2015, concomitantemente com o preconizado nos subitens acima, será obrigatório o lançamento individual das fainas de praticagem executadas no "Módulo de Lançamento das Fainas de Praticagem", cujo modelo de Cadastro de Manobras encontra-se no Anexo 2-G. O prazo limite para o envio dos dados será de dez (10) dias corridos a partir da data de cada faina e de mais dez (10) dias corridos para retificações.

d) Até 25NOV2015, cada Prático deverá possuir, preferencialmente, um e-mail pessoal para contato, registrado na DPC, via CP/DL/AG, o qual será utilizado para:

- envio da senha inicial de acesso;
- recuperação de senha; e
- roca de informações com o responsável técnico pelo sistema na DPC (sistemas@dpc.mar.mil.br ou 21-2104-5200/5401/5676).

e) O acesso ao Módulo de Lançamento das Fainas de Praticagem será através do link http://www3.dpc.mar.mil.br/sisgevi_prat/.";

II-Substituir o ANEXO 2-G "COMPROVANTE DE FAINA DE PRATICAGEM" pelo que acompanha esta Portaria; e

III-No ANEXO 4-B "PONTOS DE ESPERA DE PRÁTICO":

a) Nas linhas referentes a "ZP 05":

1. Substituir o texto pelo seguinte:

ZP	PORTO/ TERMINAL	ESTADO	LATITUDE	LONGITUDE	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
5	Fortaleza - Porto do Mucuripe	CE	03º 39' 32.52"S	038º 29' 13.74"W	
5	Porto do Pecém	CE	03º 28' 30" S	038º 47' 48" W	

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Obs.: O Anexo 2-G que acompanha esta Portaria encontra-se disponível na página da internet da Diretoria de Portos e Costas.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA
DE LIMA FILHO

AMAZÔNIA AZUL TECNOLOGIAS DE DEFESA S/A
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 10, DE 3 DE AGOSTO DE 2015

Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às onze horas e quinze minutos, na sala de reunião da sede da empresa, situada na Avenida Corifeu de Azevedo Marques, nº 1847, Butantã, Estado de São Paulo, CEP nº 05581-001, realizou-se a 3ª reunião, do ano de 2015, do Conselho de Administração (CONSAD) da Empresa Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL, presidida pelo Almirante-de-Esquadra SERGIO ROBERTO FERNANDES DOS SANTOS, representante do Comando da Marinha, com as presenças dos demais Conselheiros de Administração: o ex-Ministro MARCO ANTÔNIO RAUPP, representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; a Dra. EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON, representante do Ministério da Defesa; a Dra. LORENA FONSECA DE MEDEIROS FERREIRA, representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; o Vice-Almirante, da Reserva Remunerada da Marinha, NEY ZANELLA DOS SANTOS, Diretor-Presidente da Empresa; e a Senhora JAQUELINE SALES GORROI, representante eleita pelos empregados. A reunião contou com as presenças do Contra-Almirante (IM) AGOSTINHO SANTOS DO COUTO, Diretor de Administração e Finanças; do Capitão-de-Mar-e-Guerra MARCO ANTONIO CALIXTO PÁDUA, Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas; do Capitão-de-Mar-e-Guerra JOSE ALBERTO CUNHA COUTO, Assessor de Planejamento Estratégico; do Senhor JOSÉ WANDERLEY PINHEIRO, Auditor-Chefe da Auditoria Interna da AMAZUL; do Senhor CHARLES MAGNO MEDEIROS, Assessor de Comunicação e Responsabilidade Social; e do Dr. LUIZ FABRICIO THAUMATURGO VERGUEIRO, Chefe da Consultoria Jurídica da AMAZUL; tendo sido eu, Capitão-Tenente, do Quadro Técnico, ANDRÉA MARIA GUIMARÃES, designada para atuar como Secretária. O Presidente, havendo quórum legal, cumprimentou a todos e declarou iniciada a reunião do CONSAD. Em seguida, passou a palavra ao Conselheiro Ney Zanella, que discorreu sobre a situação da Empresa. Iniciou apresentando as boas-vindas à nova representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Lorena Ferreira, que com sua experiência em órgãos públicos certamente dará uma grande colaboração com a boa governança da AMAZUL, ajudando a Diretoria a melhorar sua gestão. Prestou seu agradecimento ao Dr. Idervânio Costa, que deixa o Conselho na presente data, mencionando que seus conhecimentos e sua devoção à causa pública trouxeram grande contribuição ao debate de assuntos vitais para a empresa. Na sequência, mencionou o segundo aniversário de criação da empresa e, dentre as conquistas obtidas, citou a implantação do Plano de Cargos, Remuneração e Carreira; a contratação dos aprovados no concurso para profissionais de nível superior; a conclusão da avaliação de desempenho dos empregados com cinco a quinze anos de empresa; e a ocupação da nova sede da empresa. Informou que os Conselheiros tomarão conhecimento do resultado da pesquisa de clima organizacional na reunião de hoje e que, com base nos resultados da pesquisa, a empresa proporá planos de ação visando à qualidade de vida dos empregados. Mencionou que a empresa está avançando nas discussões para a implantação de um modelo de gestão do conhecimento, que será uma importante ferramenta para desenvolver e manter tecnologias sensíveis às atividades da empresa, facilitando o acesso ao conhecimento, garantindo a eficácia da sucessão e agregando valor ao negócio. Dando início aos trabalhos, o Presidente apresentou a Ordem do Dia, composta dos seguintes itens: I - Renúncia do representante do MPOG; II - Posse da representante do MPOG; III - Planejamento Estratégico - acompanhamento das ações; IV - Funcionamento da empresa; V - Pesquisa de Clima Organizacional - resultado; VI - Proposta de lotação de pessoal da empresa - (2016 - 2020); e VII - Palavra aberta aos Conselheiros. Passando ao primeiro item da Ordem do Dia, o Presidente leu a carta recebida do Conselheiro Idervânio, na qual apresentava sua renúncia e manifestava seu agradecimento ao Conselho e, especialmente, à Diretoria da AMAZUL, pelo conhecimento agregado à sua experiência profissional em todo o período em que fez parte do Conselho. Na sequência, o Presidente aceitou o pedido de renúncia e fez um agradecimento ao Dr. Idervânio, por sua dedicação enquanto membro do Conselho, cujas contribuições ajudaram nas decisões tomadas. Passando ao segundo item da Ordem do Dia, o Presidente, em conformidade com o contido no parágrafo quarto, do artigo 26, do Estatuto Social da AMAZUL, nomeou a representante indicada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. LORENA FONSECA DE MEDEIROS FERREIRA para o cargo de Conselheira da Empresa, em complementação ao prazo de gestão atual. Observou que a homologação da nomeação se dará na próxima Assembleia Geral, ainda sem data para ocorrer. A Conselheira assinou o Termo de Posse e agradeceu ao Conselho pela oportunidade de poder contribuir em uma empresa com projetos de tamanha magnitude. Passando ao terceiro item da Ordem do Dia, o Presidente convidou o Assessor do Planejamento Estratégico para apresentar as ações em andamento. O Assessor informou o andamento do estudo da proposta de criação da Proton, atualmente no Gabinete do Comandante da Marinha; e o modelo de financiamento para o empreendimento do Reator Multipropósito Brasileiro, como alternativa ao Orçamento Geral da União. Mencionou que a participação da AMAZUL no Estaleiro de Manutenção em Itaguaí será submetida ao CONSAD oportunamente. Informou a criação do Comitê Executivo que acompanhará a implementação do modelo de Gestão do Conhecimento na AMAZUL. Passando ao quarto item da Ordem do Dia, o Presidente convidou o Diretor-Presidente para discorrer sobre o funcionamento da empresa. O Conselheiro Zanella destacou os principais contratos em andamento, dentre os quais aquele realizado com o IBQN, para implantação do Sistema de Gestão Integrada; o contrato com a MECTRON, para participar do desenvolvimento do Integrated Plataform Management System do SN-BR; com a INB, para fornecimento de urânia-gadolínea; com a Fundação Ezute, para transferência de tecnologia do sistema de combate do SN-BR; e com a FDTE, para o curso de difusão de Tecnologia Nuclear Básica e de Gestão de Projetos, além do projeto de concepção do Complexo Radiológico - EBN, em Itaguaí. Mencionou a contratação de 34 empregados de nível superior e a implantação do Plano de Cargos, Remuneração e Carreira, que proporcionou a progressão de 182 empregados por merecimento e de 125 por tempo de serviço. Por fim, apresentou as principais realizações do CONSAD ao longo dos dois anos da criação da empresa. Passando ao quinto item da Ordem do Dia, o Presidente convidou o Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas para apresentar o resultado da pesquisa de Clima Organizacional, realizada no período de 7 a 9 de abril de 2015. Segundo o Coordenador-Geral, a participação na pesquisa foi considerada ótima, com aproximadamente 80% dos empregados. Após a apresentação das tabelas com os principais pontos da pesquisa, mostrou os planos de ação de curto prazo para solucionar pontos críticos verificados, destacando a realização de seminários sobre liderança, feedback, relações sociais e pessoais; capacitação de lideranças; fortalecimento da assistência integrada por meio das ações de serviços sociais e de programas visando a melhoria da qualidade de vida dos empregados; e o fortalecimento da comunicação social, com a divulgação dos temas que afetam diretamente a vida do empregado. Passando ao sexto item da Ordem do Dia, o Presidente convocou o Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas para apresentar a proposta de lotação de pessoal para o período de 2016 a 2020. O Comandante Pádua mencionou que, para a continuidade do desenvolvimento das atividades relacionadas aos empreendimentos da AMAZUL, a força de trabalho estimada deve ser de 2881 empregados até 2020. Informou que aproximadamente 43% dos empregados possuem idade superior a 50 anos, ou seja, próxima da aposentadoria. Informou que foram feitas consultas ao DEST e, em reunião naquele Departamento, recebeu orientação de como estruturar uma tabela crescente de lotação e a sua fundamentação. Além disso, a empresa preocupa-se com a Gestão do Conhecimento, motivo pelo qual necessita contratar novos empregados para a futura sucessão. O que destaca na proposta é que, em função da difícil conjuntura, o número de empregados só vai crescer a partir de 2017. Após a apresentação, o Presidente colocou o assunto em votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, o envio da proposta para aprovação do DEST. Passando ao sétimo item da Ordem do Dia, o Presidente concedeu a palavra aos Conselheiros. O Conselheiro Raupp parabenizou o Diretor-Presidente e sua equipe pelo avanço nos dois anos da empresa. Mencionou a necessidade de a empresa apresentar relatórios com resultados finalísticos, com avaliação dos projetos. A Conselheira Eva parabenizou o Presidente pela condução da reunião e mencionou que aprecia as decisões e iniciativas aderentes ao Planejamento Estratégico. Disse, ainda, que a empresa precisa analisar profundamente a qualidade dos gastos, em virtude das restrições no Brasil. A Conselheira Lorena mais uma vez agradeceu as boas-vindas e disse estar motivada para desempenhar, pela primeira vez, a função de Conselheira em uma área nova. O Conselheiro Zanella agradeceu todo o apoio que recebe do Conselho, o que facilita a condução de seu trabalho. A Conselheira Jaqueline disse que espera o feedback da pesquisa de clima organizacional, principalmente que a empresa realize uma avaliação imparcial dos empregados. O Presidente do Conselho mencionou que os problemas existem em qualquer empresa, mas que está satisfeito em verificar que a AMAZUL está se empenhando para buscar melhorias. Concluídos os atos que compuseram a ordem do dia, a Presidência declarou encerrada a reunião do CONSAD, tendo sido lavrada a presente Ata no Livro de Atas do CONSAD, a qual foi assinada por mim, na qualidade de Secretária, e pelos Conselheiros presentes. Esta Ata foi elaborada em duas vias digitadas. São Paulo, treze de agosto de dois mil e quinze.

SERGIO ROBERTO FERNANDES DOS SSANTOS
Presidente do Conselho

MARCO ANTÔNIO RAUPP
Membro

EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON
Membro

LORENA FONSECA DE MEDEIROS
Membro

NEY ZANELLA DOS SANTOS
Membro

JAQUELINE SALES GORROI
Membro

ANDRÉA MARIA GUIMARÃES
Secretária

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.060, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a acreditação dos cursos superiores submetidos ao processo de avaliação pelo Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Graduação do MERCOSUL e Estados Associados - Sistema Arcu-Sul.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II, parágrafo único, art. 87, da Constituição, e tendo em vista o "Acordo sobre a Criação e a Implementação de um Sistema de Acreditação de Cursos de Graduação para o Reconhecimento Regional da Qualidade Acadêmica dos Respectivos Diplomas no MERCOSUL e Estados Associados", aprovado pela Decisão nº 17, de 30 de junho de 2008, do Conselho do Mercado Comum - CMC, e pelo Decreto Legislativo nº 131, de 26 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º Ficam acreditados, perante o Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Graduação do MERCOSUL e Estados Associados - Sistema Arcu-Sul, pelo prazo de seis anos, a partir do registro em ata da Rede de Agências Nacionais de Acreditação - RANA, os cursos relacionados no Anexo, após processo de avaliação para verificação de critérios de qualidade compatíveis com o acordado pelo CMC do MERCOSUL.

Art. 2º O processo avaliativo foi operacionalizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, conforme atribuições que lhe confere o art. 2º da Portaria nº 1.734, de 9 de dezembro de 2011, do Ministério da Educação - MEC, e homologado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

ANEXO I

Cursos acreditados no Sistema ARCU-SUL

item	Instituição de Educação Superior	Cidade	Curso	Data da inserção em ata da RANA
1	Centro Universitário da Fundação Educacional Inaciana Pe Sabóia de Medeiros	São Bernardo do Campo (SP)	Engenharia Têxtil	19/8/2014
2	Centro Universitário da Fundação Educacional Inaciana Pe Sabóia de Medeiros	São Bernardo do Campo (SP)	Engenharia Elétrica - Telecomunicações	17/3/2015
3	Centro Universitário da Fundação Educacional Inaciana Pe Sabóia de Medeiros	São Bernardo do Campo (SP)	Engenharia Mecânica	19/8/2014
4	Centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia	São Caetano do Sul (SP)	Engenharia de Produção Mecânica	31/10/2013
5	Centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia	São Caetano do Sul (SP)	Engenharia Civil	19/8/2014
6	Centro Universitário Do Instituto Mauá De Tecnologia	São Caetano do Sul (SP)	Engenharia de Controle e Automação	17/3/2015
7	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Betim (MG)	Medicina Veterinária	31/10/2013
8	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Sorocaba (SP)	Enfermagem	31/10/2013
9	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro (RJ)	Engenharia Química	31/10/2013
10	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro (RJ)	Engenharia de Produção	19/8/2014
11	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro (RJ)	Engenharia Civil	17/3/2015
12	Universidade de Brasília	Brasília (DF)	Enfermagem	31/10/2013
13	Universidade de Passo Fundo	Passo Fundo (RS)	Engenharia de Alimentos	19/8/2014
14	Universidade de Passo Fundo	Passo Fundo (RS)	Engenharia Mecânica	17/3/2015
15	Universidade Estadual de Londrina	Londrina (PR)	Medicina Veterinária	31/10/2013
16	Universidade Estadual de Londrina	Londrina (PR)	Enfermagem	19/8/2014
17	Universidade Estadual de Maringá	Maringá (PR)	Engenharia Civil	31/10/2013
18	Universidade Estadual de Maringá	Maringá (PR)	Enfermagem	17/3/2015
19	Universidade Estadual de Maringá	Maringá (PR)	Engenharia de Alimentos	17/3/2015
20	Universidade Estadual de Ponta Grossa	Ponta Grossa (PR)	Engenharia de Materiais	31/10/2013
21	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Cascavel (PR)	Enfermagem	31/10/2013
22	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Ilha Solteira (SP)	Engenharia Elétrica	17/3/2015
23	Universidade Federal de Campina Grande	Patos (PB)	Medicina Veterinária	17/3/2015
24	Universidade Federal de Goiás	Goiânia (GO)	Medicina Veterinária	18/11/2014
25	Universidade Federal de Goiás	Goiânia (GO)	Engenharia Civil	17/3/2015
26	Universidade Federal de Lavras	Lavras (MG)	Medicina Veterinária	18/11/2014
27	Universidade Federal de Mato Grosso	Cuiabá (MT)	Enfermagem	17/3/2015
28	Universidade Federal de Minas Gerais	Belo Horizonte (MG)	Engenharia Elétrica	31/10/2013
29	Universidade Federal de Minas Gerais	Belo Horizonte (MG)	Engenharia Metalúrgica	19/8/2014
30	Universidade Federal de Minas Gerais	Belo Horizonte (MG)	Engenharia Química	18/11/2014
31	Universidade Federal de Minas Gerais	Belo Horizonte (MG)	Medicina Veterinária	17/3/2015
32	Universidade Federal de Pernambuco	Recife (PE)	Engenharia Civil	19/8/2014
33	Universidade Federal de Santa Catarina	Florianópolis (SC)	Enfermagem	19/8/2014
34	Universidade Federal de Santa Maria	Santa Maria (RS)	Enfermagem	18/11/2014
35	Universidade Federal de Uberlândia	Uberlândia (MG)	Engenharia Mecânica	31/10/2013
36	Universidade Federal de Viçosa	Viçosa (MG)	Engenharia de Alimentos	31/10/2013
37	Universidade Federal de Viçosa	Viçosa (MG)	Medicina Veterinária	18/11/2014
38	Universidade Federal de Viçosa	Viçosa (MG)	Engenharia Civil	17/3/2015
39	Universidade Federal do Espírito Santo	Vitória (ES)	Enfermagem	18/11/2014
40	Universidade Federal do Paraná	Curitiba (PR)	Medicina Veterinária	31/10/2013
41	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Porto Alegre (RS)	Engenharia Elétrica	31/10/2013
42	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Porto Alegre (RS)	Engenharia Mecânica	31/10/2013
43	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Porto Alegre (RS)	Engenharia Civil	31/10/2013
44	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Porto Alegre (RS)	Enfermagem	19/8/2014
45	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Porto Alegre (RS)	Medicina Veterinária	19/8/2014
46	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Porto Alegre (RS)	Medicina	18/11/2014

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 1.061, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Altera o Anexo da Portaria MEC nº 1.094, de 7 de novembro de 2013.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando o disposto no art. 18, §§ 3º e 4º, da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria MEC nº 1.094, de 7 de novembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º .....

.....

II - Efetuar a análise técnica da minuta do regulamento para a concessão do RSC específico de cada Instituição Federal de Ensino e do Departamento de Órgãos Extintos da Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão." (N.R.)

Art. 2º Ficam revogados os incisos VII e VIII do art. 4º do Anexo à Portaria MEC nº 1.094, de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 1.062, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O Ministro de Estado da Educação, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e em observância ao disposto nas Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e nº 11.507, de 20 de julho de 2007, e considerando o Decreto nº 6.092, de 24 de abril de 2007, resolve:

Art. 1º Fica alterada a alínea "a", inciso I, do parágrafo único do art. 3º da Portaria nº 949, de 24 de setembro de 2013, do Ministério da Educação - MEC, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

.....

Parágrafo único. .....

I - .....

a) de instituições, cursos de graduação, inclusive os promovidos a distância, e Escolas de Governo." (N.R.)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

DESPACHO DO PRÓ-REITOR
Em 12 de novembro de 2015

Nº 55 - Vistos e examinados os autos do Processo nº 23005.001835/2015-27, que trata de inadimplemento contratual da empresa MBTECH INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SISTEMAS ELETRÔNICOS LTDA., CNPJ nº 17.828.284/0001-01, referente à aquisição de equipamentos para os laboratórios da FCA, instrumentalizada pelo Pregão nº 36/2014, Item 12, Nota de Empenho nº 2014NE800618.

Considerando:

a) Que foi garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório à empresa, sendo este exercido por esta nos autos do referido processo administrativo;

b) O contido nos artigos 131 e 133 da Constituição da República/1988; na Lei Complementar 73/1993 e na Lei 10.480/2002;

c) As atribuições delegadas ao Pró-Reitor de Administração, por meio da Portaria/RTR nº 540, de 12 de junho de 2015;

d) A resposta da Empresa MBTech Indústria e Comércio de Sistemas e Placas Eletrônicas (CNPJ nº 17.828.824/0001-01), ao Ofício nº 128/2015 - PRAD, em que a contratada informa que o material empenhado na Nota de Empenho nº 2014NE800618, foi entregue, cumprindo o objeto pactuado;

e) Que a Divisão de Controle de Estoque e Patrimônio - DICEP emitiu despacho (fl nº 86), confirmando que o material objeto da Nota de Empenho nº 2014NE800618 foi entregue em 18/09/2015 após envio da Nota de Empenho à empresa em 21/07/2014, decido:

I - Absolver a empresa MBTECH INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SISTEMAS ELETRÔNICOS LTDA., CNPJ nº 17.828.284/0001-01, quanto ao inadimplemento contratual que lhe fora imputado no processo acima epigrafado.

LINO SANABRIA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÕES DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015

Nº 6.431 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 352ª reunião ordinária, realizada em 06 de novembro de 2015, no uso de suas atribuições legais, considerando: que este concurso foi aprovado pelo Conselho Departamental do Instituto de Ciências Exatas e Biológicas, em 15 de outubro e divulgado na Página da UFOP em 21 de outubro deste ano; o disposto na documentação constante do processo UFOP nº 23109.000118/2015-10, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 075/2014 (19), de 23.12.2014, publicado no DOU de 24.12.2014, com suas retificações, bem como seus editais complementares, realizado para o cargo de Professor do Magistério Superior, Classe A, denominação Adjunto A, nível 1, área Química Geral do Departamento de Química (DEQUI) do Instituto de Ciências Exatas e Biológicas (ICEB), em que foi aprovado o candidato Marcelo Gonçalves Rosmaninho, com 18,13.

Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata a presente Resolução será de um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da data da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme o disposto no item 8.3 do Edital PROAD nº 75/2014.

Nº 6.432 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 352ª reunião ordinária, realizada em 06 de novembro de 2015, no uso de suas atribuições legais, considerando: as modificações nas notas atribuídas aos candidatos deste concurso, conforme Resolução CUNI nº 1.772; que as alterações de notas não alteraram o resultado final do concurso, que foi aprovado pelo Conselho Departamental da Escola de Farmácia, em 1º de junho e divulgado na Página da UFOP em 02 de junho deste ano; o disposto na documentação constante do processo UFOP nº 23109.000095/2015-43, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 075/2014 (08), de 23 de dezembro de 2014, publicado no DOU de 24.12.2014, com suas retificações, bem como seus editais complementares, realizado para o cargo de Professor do Magistério Superior, Classe A, denominação Adjunto A, nível 1, área Farmácia - Análise Toxicológica do Departamento de Farmácia (DEFAR) da Escola de Farmácia, em que foram aprovadas as candidatas:

LISTA: AMPLA CONCORRÊNCIA		
ORDEM	C ANDIDATO	NO TA
1º	Juliana Maria Oliveira Souza	19,179
2º	Karina Taciana Santos Silva	19,067

LISTA: CANDIDATOS QUE SE DECLARAM NEGROS		
ORDEM	CANDIDATO	NOTA
1º	Karina Taciana Santos Silva	19,067

Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata a presente Resolução será de um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da data da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme o disposto no item 8.3 do Edital PROAD nº 75/2014.

MARCONE JAMILSON FREITAS SOUZA
Presidente do Conselho

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CAMPUS ARACAJU

PORTARIA Nº 3.014, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, em conformidade com o Decreto Ministerial de 09 de julho de 2014, publicado no DOU de 10 de julho de 2014 e Resolução nº 32/2014/CS/IFS, resolve:

1. Criar a função Auxiliar Institucional, Código FG-02, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, diretamente subordinado à Diretoria de Ensino do Campus Aracaju.

2. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

AILTON RIBEIRO DE OLIVEIRA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 28A, DE 2 DE ABRIL DE 2015

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei nº 11.892, de 29/12/2008, e conforme deliberação do Conselho Superior, na reunião extraordinária realizada em 27 de março de 2015; Considerando a Portaria n.º 921/2009, de 14/08/2009, publicada no DOU de 1º/09/2009, Seção 1, página 32, que trata da aprovação do Estatuto do IFSul, resolve:

Aprovar a alteração do artigo 50 do Estatuto do IFSul, que passa a ter a seguinte redação: "Art. 50. A alteração do presente estatuto exigirá aprovação com quórum qualificado de 2/3 dos integrantes do Conselho Superior, mediante deliberação em sessão convocada exclusivamente para tal fim."

MARCELO BENDER MACHADO
Reitor

RESOLUÇÃO Nº 63, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2015

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei n.º 11.892, de 29/12/2008, e conforme deliberação do Conselho Superior, na reunião extraordinária realizada em 13 de novembro de 2015; Considerando a Portaria nº 921/2009, de 14/08/2009, publicada no D.O.U. de 1º de setembro de 2009, Seção 1, página 32, que trata da aprovação do Estatuto do IFSul, resolve:

Aprovar a alteração do Art. 1º, § 1º, do Estatuto do IFSul, como segue: Onde se lê: "O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense é domiciliado na sede de sua Reitoria, situada na Rua General Osório, 932, Pelotas-RS, CEP: 96020-000." Leia-se: "O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense é domiciliado na sede de sua Reitoria, situada na Rua Gonçalves Chaves, 3218, Pelotas-RS, CEP: 96015-560."

MARCELO BENDER MACHADO
Reitor

RESOLUÇÃO Nº 91, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2015

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei nº 11.892, de 29/12/2008 e, conforme deliberação do Conselho Superior, na reunião ordinária, realizada em 13 de novembro de 2015; Considerando o Regimento Geral do IFSul, publicado no DOU de 17/12/2014, Seção 1, página 16, com texto completo na página do IFSul, resolve:

Aprovar a alteração do Art. 177 do Regimento Geral do IFSul, como segue: Onde se lê: "... até outubro de 2015." Leia-se: "... até o final de 2016."

MARCELO BENDER MACHADO
Reitor

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ

PORTARIA Nº 1.709, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O Reitor da UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, e tendo em vista a necessidade de agilizar e descentralizar os procedimentos administrativos, resolve:

Delegar competência à Chefe da Divisão de Recrutamento e Seleção da Diretoria de Pessoal para, observada a legislação vigente, encaminhar os procedimentos e praticar os atos descritos abaixo:

1. Abertura e realização de concurso público para provimento de cargo de Pessoal Docente e Técnico-Administrativo;

2. Abertura e realização de processos seletivos para contratação de professores substitutos e estagiários;

3. Convocação de candidatos para provas de concursos de docentes;

4. Assinatura de Termos de posse e de efetivo exercício dos servidores ingressantes;

5. Assinatura de portarias:

a) Nomeação de servidores ingressantes no Quadro de Pessoal da UNIFEI;

b) Lotação, Localização e Remoção;

c) Nomeação de Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório (CASEP);

d) Homologação de Estágios Probatórios;

e) Progressão por Capacitação e por Mérito de STAES;

f) Incentivo à Qualificação dos STAES;

g) Progressão, Promoção, Aceleração da Promoção e Retribuição por Titulação dos docentes;

h) Nomeação de Comissão Julgadora de Concurso Público e Processo Seletivo;

6. Assinatura de contratos de professores substitutos;

7. Assinatura de termos de compromisso de estagiários;

8. Assinatura de despachos e decisões em Afastamentos, Progressões e Incentivos à Qualificação;

9. Assinatura de despachos e decisões relativas à participação dos servidores em treinamento regularmente instituído.

DAGOBERTO ALVES DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 1.708, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

O Reitor da UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, resolve:

Revogar a Portaria n° 877, de 22/06/2015, publicada no DOU de 01/07/2015, Seção 1 (pág. 18), que delegou competência à Diretora Adjunta de Pessoal.

DAGOBERTO ALVES DE ALMEIDA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 1.223, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

A Gerente de Planejamento e Gestão no exercício da Pró-Reitoria de Recursos Humanos da Universidade Federal de Juiz de Fora, no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas pelas disposições legais e estatutárias, resolve:

Homologar e tornar público o resultado do processo seletivo simplificado para contratação temporária de Professor Substituto, conforme abaixo discriminado:

1 - Edital nº. 18/2015 - GRST/CFAP/PRORH - Seleção de Professor Substituto

1.1 - FACULDADE DE COMUNICAÇÃO

1.1.1 - Seleção 90: Depto. de Técnicas Profissionais e Conteúdos Estratégicos - Processo nº 23071.010467/2015-14 Nº Vagas: 01(uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	VITOR LOPES RESENDE	9,05

1.1.2 - Seleção 91: Depto. de Métodos Aplicados e Práticas Laboratoriais - Processo nº 23071.010469/2015-11 Nº Vagas: 01(uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	GILZE FREITAS BARA	9,38
2°	FILIPE FERNANDES RIBEIRO MOSTARO	9,30
3°	JÚLIA PESSÔA VARGES	8,15

1.1.3 - Seleção 92: Depto. de Técnicas Profissionais e Conteúdos Estratégicos - Processo nº 23071.012157/2015-34 Nº Vagas: 01(uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	FERNANDA PIRES ALVARENGA FERNANDES	9,12
2°	MARISE BAESSO TRISTÃO	9,09
3°	LUIZ MARCELO ROBALINHO FERRAZ	8,96
4°	JÚLIA PESSÔA VARGES	8,67
5°	ALLAN DE GOUVÊA PEREIRA	8,24
6°	BÁRBARA GARRIDO DE PAIVA SCHLAUCHER	8,21
7°	CÍCERO COSTA VILLELA	7,88

1.2 - FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1.2.1 - Seleção 100: Depto. de Educação - Processo nº 23071.012683/2015-02 Nº Vagas: 01(uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	DAVI PEDRONI BARRETO	7,22
2°	FELIPE VIEIRA FREITAS	7,11
3°	ALYSSA ROSSI BORGES	6,73
4°	AMANDA FERNANDES BRITO	6,27
5°	NEIMA ALICE MENEZES EVANGELISTA	5,74
6°	MARISTELA ABREU QUEIROZ	5,34

1.2.2 - Seleção 101: Depto. de Educação- Processo nº 23071.012971/2015-59 Nº Vagas: 01(uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	IOMARA BARROS DE SOUSA	8,1
2°	SENAKPON FABRICE FIDELE KPOHOLO	7,4

1.3 - FACULDADE DE ENFERMAGEM

1.3.1 - Seleção 102: Depto. de Enfermagem Materno Infantil e Saúde Pública - Processo nº 23071.011194/2015-25 Nº Vagas: 01(uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	FABÍOLA LISBOA DA SILVEIRA FORTES	100
2°	ANA CRISTINA DE OLIVEIRA SANTESSO	87,3
3°	NATÁLIA ANA DE OLIVEIRA	75
4°	LAIS DE VASCONCELLOS SERRANO	70

1.4 - FACULDADE DE FISIOTERAPIA

1.4.1 - Seleção 108: Depto. do Idoso, do Adulto e Materno-Infantil - Processo nº 23071.012410/2015-50 Nº Vagas: 01(uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	MANUELLA BARBOSA FEITOSA	80,3

1.5 - FACULDADE DE MEDICINA

1.5.1 - Seleção 113: Depto. de Patologia - Processo nº 23071.007509/2015-30 Nº Vagas: 01(uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	FLÁVIA FONSECA DE CARVALHO BARRA	10

1.6 - FACULDADE DE ODONTOLOGIA

1.6.1 - Seleção 114: Depto. de Odontologia Restauradora - Processo nº 23071.013188/2015-11 Nº Vagas: 02(duas)

Classificação	Nome	Nota
1º	EVANDRO VILELA NETO	95,16
2°	EDMOND ABDO NETO	94,16
3°	YASMINE APPES MOTA	91,31
4°	FERNANDA LUIZA ALVES NOGUEIRA	83,76
5°	LUCAS RIBEIRO DA SILVA	83,05
6°	CAROLINA VAZ DE MELLO M. TEIXEIRA	82,33

1.7 - CAMPUS GOVERNADOR VALADARES

1.7.1 - Seleção 126: Depto. de Direito - Processo nº 23071.012461/2015-81 Nº Vagas: 01(uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	FERNANDA TEIXEIRA SACHES	6,35
2°	PAULA DE SOUZA FERREIRA MATOS	5,81

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÉBORA FREDERICO SALLES LIPP

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

RESOLUÇÃO Nº 171, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015(*)

O REITOR EM EXERCÍCIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 17, Inciso XI, do Estatuto da UFRN, CONSIDERANDO a Resolução nº 108/2013-CONSEPE, de 02 de julho de 2013, publicada no Boletim de Serviço nº 125/2013, de 05 de julho de 2013; CONSIDERANDO os termos do Edital nº 002/2015-PROGESP, publicado no DOU nº 106, de 08 de junho de 2015; CONSIDERANDO o que consta no processo nº 23077.041748/2015-69, resolve:

Art. 1º Homologar, à unanimidade de votos, o resultado de Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Professor do Magistério Superior, Classe Adjunto A, Regime de Trabalho de Dedicação Exclusiva - DE, área de Desenvolvimento de Sistemas, da Escola Agrícola de Jundiaí - EAJ, realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Votação	Classif.	Nome	Média
Unanimidade de Votos	1º	TANIRO CHACON RODRIGUES	8,17

JOSÉ DANIEL DINIZ MELO

(*) Republicada por ter saído no DOU nº 217, de 13/11/2015, Seção 1, página 19, com incorreção no original

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CAMPUS MACAÉ

PORTARIA Nº 8.569, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

A Diretora-Geral do Campus Macaé - Professor Aloísio Teixeira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professora Arlene Gaspar, nomeada pela Portaria nº 3.860, de 07/05/2014, publicada no DOU nº 87, de 09/05/2014, no uso de suas atribuições, resolve:

Tornar público o resultado do processo seletivo para contratação de Professor Substituto referente ao Edital nº 317, de 01 de outubro de 2015, publicado no D.O.U. nº 189, em 02 de outubro de 2015 divulgando, em ordem de classificação, o nome dos candidatos aprovados:

Curso: Enfermagem
Setor: Enfermagem fundamentos do Cuidado de Enfermagem
Não Houve Candidato Aprovado
Curso: Engenharia
Setor: Engenharia/Econômica
Não Houve Candidato Aprovado
Curso: Engenharia
Setor: Engenharia/Estatísticas
Não Houve Candidato Aprovado
Curso: Engenharia
Setor: Engenharia/Dimensão Física e Expressão Gráfica
1º - Alana Ramalho Perissé Ribeiro

ARLENE GASPAR

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
FACULDADE DE MEDICINA

PORTARIA Nº 8.567, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

O Diretor da Faculdade de Medicina do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor Roberto de Andrade Medronho, resolve: tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professor substituto do Departamento de Clínica Médica, referente ao Edital n° 351 de 16 de outubro de 2015, publicado no DOU n° 199 - Seção 3, páginas 94 e 95 de 19 de outubro de 2015, divulgando o nome dos candidatos aprovados:

Setor: Tisiologia
1º lugar - Anna Cristina Calçada Carvalho
2º lugar - Audry Cristina de Fátima Teixeira Machado

ROBERTO DE ANDRADE MEDRONHO

PORTARIA Nº 8.568, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

O Diretor da Faculdade de Medicina do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor Roberto de Andrade Medronho, resolve: tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professor substituto do Departamento de Clínica Médica, referente ao Edital n° 351 de 16 de outubro de 2015, publicado no DOU n° 199 - Seção 3, páginas 94 e 95 de 19 de outubro de 2015, divulgando o nome dos candidatos aprovados:

Setor: Pneumologia
1º lugar - Fernando Azevedo Pacheco

ROBERTO DE ANDRADE MEDRONHO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA N° 1.458, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

A Diretora em exercício do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.044955/2015-16 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Colégio de Aplicação - CA/CED, instituído pelo Edital nº 144/DDP/2015, de 20 de outubro de 2015, publicado no Diário Oficial da União nº 201, Seção 3, de 21/10/2015.

Área/Subárea de Conhecimento: Língua Estrangeira - Alemão

Áreas Afins: Licenciatura em Língua Estrangeira - Alemão
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais
N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Mágat Nágelo Junges	8,00
2º	Virgínia Conde Moraes Wruck	7,09

MICHELE AMORIM LIMA HENRIQUES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Fazenda

BANCO CENTRAL DO BRASIL
ÁREA DE FISCALIZAÇÃO
DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO

CARTA-CIRCULAR Nº 3.735, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Dá nova redação ao art. 3º da Carta Circular nº 3.732, de 16 de outubro de 2015, que altera o Leiaute e as Instruções de Preenchimento do documento 3040 - Dados de Risco de Crédito.

O Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig), no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, com base no art. 77, inciso III, do referido Regimento, tendo em vista o disposto no art. 1º da Circular nº 3.567, de 12 de dezembro de 2011, no art. 3º da Carta Circular nº 3.540, de 23 de fevereiro de 2012, e com base na Resolução nº 3.658, de 17 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º O art. 3º da Carta Circular nº 3.732, de 16 de outubro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3° A identificação do novo devedor da operação de crédito, no processo de assunção de dívida, composta por "Tipo de Pessoa", e "CPF ou CNPJ" deve ser informada em campos específicos com o código 0313 - Saídas por assunção de dívida, constante no Anexo 26: Informações Adicionais." (NR)

Art. 2º. Esta Carta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

GILNEU FRANCISCO ASTOLFI VIVAN

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
VICE-PRESIDÊNCIA DE FUNDOS DE GOVERNO E LOTERIAS

CIRCULAR Nº 698, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Publica o Manual FGTS - Movimentação da Conta Vinculada, como instrumento disciplinador do saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

1. A Caixa Econômica Federal - CAIXA, na qualidade de Agente Operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e tendo em vista o disposto no artigo 7º, inciso II da Lei 8.036/1990, de 11.05.1990, regulamentada pelo Decreto nº 99.684/1990, de 08.11.1990, dá conhecimento da publicação do Manual FGTS - Movimentação da Conta Vinculada, que disciplina a movimentação das contas vinculadas do FGTS, pelos trabalhadores e seus dependentes, diretores não empregados e seus dependentes, e empregadores.

2. O Manual FGTS - Movimentação da Conta Vinculada encontra-se disponível no endereço eletrônico: http://www.caixa.gov.br/site/paginas/downloads.aspx , FGTS -Manuais Operacionais.

3. Fica revogada a Circular CAIXA nº 692, de 30.09.2015.

4. Esta circular CAIXA entra em vigor na data de sua publicação.

FABIO FERREIRA CLETO
Vice-Presidente

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

Nº 14.641 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza PAULO HENRIQUE BAPTISTA PINTO DA ROCHA, CPF nº 018.294.457-31, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 5 de maio de 1999.

Nº 14.642 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a PEDRO LUIZ GUERRA, CPF nº 410.407.598-15, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 5 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATOS DECLARATÓRIOS DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Nº 14.643 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza SHEILA CÂMARA D'OLIVEIRA BARRIOS, CPF nº 073.105.088-66, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no Art. 27 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

Nº 14.644 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza MOZART BANDEIRA ARNAUD, CPF nº 137.474.444-15, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 5 de maio de 1999.

Nº 14.645 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza CARLOS EDUARDO REICH DE SAMPAIO, CPF nº 633.270.906-53, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no Art. 27 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

Nº 14.646 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza THIAGO DI BLASI TEIXEIRA, CPF nº 114.588.587-07, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 5 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE ADUANA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

Enquadra veículos em "Ex" da TIPI.

O COORDENADOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA, tendo em vista o disposto na Nota Complementar NC (87-3) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, e na Instrução Normativa nº 929, de 25 de março de 2009, e ainda o que consta do processo nº 10030.000651/1015-37, declara:

Art. 1º Os veículos relacionados no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo cumprem as exigências para enquadramento no Ex-02 do código 8702.10.00 da TIPI.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO

ANEXO ÚNICO

Nome do veículo: VW 5.150 OD (VW/Masca Granmini E M)
Versão: VW 5.150 OD - Escolar
Capacidade de transporte: 11 (onze) pessoas sentadas, incluindo o motorista
Tipo de ignição: por compressão (diesel ou semi diesel)
Cilindradas: 3.800 cm³ / Volume interno do habitáculo = 25,4969 m³
Marca Chassi: VW
Marca/Fabricante: VW/MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.
Marca/Fabricante Carroceria: MASCARELLO/Mascarello Carrocerias e Ônibus Ltda
Ano/modelo: 2015/2016

Nome do veículo: VW 8.160 OD (VW/Masca Granmini O)
Versão: VW 8.160 OD - Escolar
Capacidade de transporte: 23 (vinte e três) pessoas sentadas, incluindo o motorista
Tipo de ignição: por compressão (diesel ou semi diesel)
Cilindradas: 3.800 cm³ / Volume interno do habitáculo = 26,959 m³
Marca Chassi: VW
Marca/Fabricante: VW/MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.
Marca/Fabricante Carroceria: MASCARELLO/Mascarello Carrocerias e Ônibus Ltda.
Ano/modelo: 2015/2016

Nome do veículo: VW 9.160 OD (VW/Masca Granmicro O)
Versão: VW 9.160 OD - Escolar
Capacidade de transporte: 28 (vinte e oito) pessoas sentadas, incluindo o motorista
Tipo de ignição: por compressão (diesel ou semi diesel)
Cilindradas: 3.800 cm³ / Volume interno do habitáculo = 33,666 m³
Marca Chassi: VW
Marca/Fabricante: VW/MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.
Marca/Fabricante Carroceria: MASCARELLO/Mascarello Carrocerias e Ônibus Ltda.
Ano/modelo: 2015/2016

Nome do veículo: VW 15.190 EOD HD (ESCOLAR HD - Carroceria Marcopolo)
Versão: VW 15.190 EOD HD - Escolar HD
Capacidade de transporte: 49 (quarenta e nove) pessoas sentadas, incluindo o motorista
Tipo de ignição: por compressão (diesel ou semi diesel)
Cilindradas: 4.600 cm³ / Volume interno do habitáculo = 35,4972 m³
Marca Chassi: VW
Marca/Fabricante: VW/MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.
Marca Carroceria: MARCOPOLO
Ano/modelo: 2015/2016

Nome do veículo: VW 15.190 EOD SUPER (ESCOLAR SUPER-Carroceria Induscar)
Versão: VW 15.190 EOD SUPER - Escolar SUPER
Capacidade de transporte: 61 (sessenta e uma) pessoas sentadas, incluindo o motorista
Tipo de ignição: por compressão (diesel ou semi diesel)
Cilindradas: 4.600 cm³ / Volume interno do habitáculo = 46,9246 m³
Marca Chassi: VW
Marca/Fabricante: VW/MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.
Marca Carroceria: INDUSCAR
Ano/modelo: 2015/2016

Nome do veículo: VW 15.190 EOD ESC.POWER (ESCOLAR POWER-Carroceria Comil)
Versão: VW 15.190 EOD ESC POWER - Escolar POWER
Capacidade de transporte: 57 (cinquenta e sete) pessoas sentadas, incluindo o motorista
Tipo de ignição: por compressão (diesel ou semi diesel)
Cilindradas: 4.600 cm³ / Volume interno do habitáculo = 39,7774 m³
Marca Chassi: VW
Marca/Fabricante: VW/MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.
Marca Carroceria: COMIL
Ano/modelo: 2015/2016

Nome do veículo: VW 15.190 OD (VW/Mid Gran Rural Esc)
Versão: VW 15.190 OD - Escolar
Capacidade de transporte: 49 (quarenta e nove) pessoas sentadas, incluindo o motorista
Tipo de ignição: por compressão (diesel ou semi diesel)
Cilindradas: 4.600 cm³ / Volume interno do habitáculo = 46,6645 m³
Marca Chassi: VW
Marca/Fabricante: VW/MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.
Marca/Fabricante Carroceria: MASCARELLO/Mascarello Carrocerias e Ônibus Ltda.
Ano/modelo: 2015/2016

Nome do veículo: VW 15.190 ODR (VW/Masca Granmidi EOD O)
Versão: VW 15.190 ODR - Escolar
Capacidade de transporte: 56 (cinquenta e seis) pessoas sentadas, incluindo o motorista
Tipo de ignição: por compressão (diesel ou semi diesel)
Cilindradas: 4.600 cm³ / Volume interno do habitáculo = 46,6645 m³
Marca Chassi: VW
Marca/Fabricante: VW/MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.
Marca/Fabricante Carroceria: MASCARELLO/Mascarello Carrocerias e Ônibus Ltda.
Ano/modelo: 2015/2016

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nome do veículo: VW 17.280 OT (VW/Masca Roma)
Versão: VW 17.280 OT - Escolar
Capacidade de transporte: 56 (cinquenta e seis) pessoas sentadas, incluindo o motorista
Tipo de ignição: por compressão (diesel ou semi diesel)
Cilindradas: 6.800 cm³ / Volume interno do habitáculo = 51,461 m³
Marca Chassi: VW
Marca/Fabricante: VW/MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.
Marca/Fabricante Carroceria: MASCARELLO/Mascarello Carrocerias e Ônibus Ltda.
Ano/modelo: 2015/2016

Nome do veículo: VW 15.190 ODR (VW/Masca Gran Midi U)
Versão: VW 15.190 ODR
Capacidade de transporte: 56 (cinquenta e seis) pessoas sentadas, incluindo o motorista
Tipo de ignição: por compressão (diesel ou semi diesel)
Cilindradas: 4.600 cm³ / Volume interno do habitáculo = 46,9035 m³
Marca Chassi: VW
Marca/Fabricante: VW/MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.
Marca/Fabricante Carroceria: MASCARELLO/Mascarello Carrocerias e Ônibus Ltda.
Ano/modelo: 2015/2016

Nome do veículo: VW 15.190 OD (VW/Masca Gran Midi U)
Versão: VW 15.190 OD
Capacidade de transporte: 56 (cinquenta e seis) pessoas sentadas, incluindo o motorista
Tipo de ignição: por compressão (diesel ou semi diesel)
Cilindradas: 4.600 cm³ / Volume interno do habitáculo = 50,168 m³
Marca Chassi: VW
Marca/Fabricante: VW/MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.
Marca/Fabricante Carroceria: MASCARELLO/Mascarello Carrocerias e Ônibus Ltda.
Ano/modelo: 2015/2016

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

Enquadra veículos em "Ex" da TIPI.

O COORDENADOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA, tendo em vista o disposto na Nota Complementar NC (87-3) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, e na Instrução Normativa nº 929, de 25 de março de 2009, e ainda o que consta do processo nº 10030.000576/0515-74, declara:

Art. 1º Os veículos relacionados no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo cumprem as exigências para enquadramento no Ex-02 do código 8702.10.00 da TIPI.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO

ANEXO ÚNICO

Nome do veículo: RENAULT MASTER MINIBUS VIP
Versão: BVIP1 323 M6
Capacidade de transporte: 16 (dezesseis) pessoas sentadas, incluindo o motorista
Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 2.299 cm³ / Volume interno do habitáculo = 9,9 m³ ou 9.900 dm³
Marca: RENAULT
Fabricante: RENAULT DO BRASIL S.A.
Tipo do Chassi: L3H2
Ano/modelo: 2015/2015

Nome do veículo: RENAULT MASTER MINIBUS EXECUTIVE
Versão: BUTM1 323 M6
Capacidade de transporte: 16 (dezesseis) pessoas sentadas, incluindo o motorista
Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 2.299 cm³ / Volume interno do habitáculo = 9,9 m³ ou 9.900 dm³
Marca: RENAULT
Fabricante: RENAULT DO BRASIL S.A.
Tipo do Chassi: L3H2
Ano/modelo: 2015/2015

Nome do veículo: RENAULT MASTER MINIBUS ESCOLAR
Versão: BUSC1 223 M6
Capacidade de transporte: 20 (vinte) pessoas sentadas, incluindo o motorista
Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 2.299 cm³ / Volume interno do habitáculo = 9,5 m³ ou 9.500 dm³
Marca: RENAULT
Fabricante: RENAULT DO BRASIL S.A.
Tipo do Chassi: L2H2
Ano/modelo: 2015/2015

Nome do veículo: RENAULT MASTER MINIBUS STANDARD
Versão: BUTM1 223 M6
Capacidade de transporte: 16 (dezesseis) pessoas sentadas, incluindo o motorista
Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 2.299 cm³ / Volume interno do habitáculo = 9,5 m³ ou 9.500 dm³
Marca: RENAULT
Fabricante: RENAULT DO BRASIL S.A.
Tipo do Chassi: L2H2
Ano/modelo: 2015/2015

CENTRO DE CLASSIFICAÇÃO FISCAL DE MERCADORIAS

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 293, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM 6307.90.90 Mercadoria: Cintas para elevação de carga, de comprimento variável (de 2 m a 10 m), confeccionadas, constituídas por conjuntos de 1 a 4 ramais - feitos com fitas têxteis de poliéster de alta tenacidade, planas ou tubulares, que representam o elo de ligação entre o equipamento de elevação e a carga a ser elevada - com ferragens costuradas em suas extremidades (ganchos, anéis e manilhas). A porcentagem em peso da parte têxtil varia de 57,72 a 87,22%, em função do comprimento das cintas.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (Nota 7 da Seção XI e texto da posição 63.07), RGI 2 b), RGI 3 b), RGI 6 (texto da subposição 6307.90) e RGC 1 (texto do item 6307.90.90) da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 94, de 2011, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 7.660, de 2011, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 807, de 2008, com alterações posteriores.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 294, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM 7326.20.00 Mercadoria: Ganchos fabricados por dobra e soldagem de fios de aço carbono galvanizado ou cromatizado de até 16 mm de diâmetro, nas formas de triângulo, dupla alça, "J" e "S", a serem fixados às extremidades de cintas de amarração, para contenção de cargas durante o transporte.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 73.26) e RGI 6 (Nota 2 do Capítulo 73 e texto da subposição 7326.20.00) da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 94, de 2011, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 7.660, de 2011.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 309, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8479.90.90 Mercadoria: Ponteiras descartáveis de polipropileno, para pipetadores de líquidos, de encaixe universal, com capacidade de 10 a 5000 microlitros, estéreis e não estéreis, comercializadas em sacos plásticos ou racks de polipropileno.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (textos das Notas 2 b da Seção XVI e da posição 84.79), RGI 6 (texto da subposição 8479.90) e RGC 1 (texto do item 8479.90.90) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 94, de 2011, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 2011, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

FERNANDO KENJI MYAMOTO
Vice-Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 313, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8418.99.00 Mercadoria: Porta para expositores refrigerados de vidro simples ou duplo, comum ou temperado, com moldura em plástico (PVC) ou alumínio acompanhado ou não de puxador, dobradiça, barra de torção, gaxeta e resistência do vidro.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 84.18 e texto da Nota 2, "b" da Seção XVI) e RGI 6 (texto da subposição de 1° nível 8418.9 e texto da subposição de 2° nível 8418.99) da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex n° 94, de 2011 e da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 7.660, de 2011.

FERNANDO KENJI MYAMOTO
Vice-Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 314, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 9503.00.31 Mercadoria: Brinquedo de pelúcia na forma de animal (garça) confeccionado com tecido de fibra de poliéster sintético com pelos artificiais, enchimento com polímero termoplástico politereftalato de etileno e armação metálica para sustentação, medindo 70 cm de altura, 17 cm de largura e 65 cm de comprimento e com peso de 1,170 kg.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 95.03) e RGC 1 (texto do item 9503.00.3 e do subitem 9503.00.31) da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) constante da Tarifa Externa Comum (TEC), aprovada pela Resolução Camex n° 94, de 8 de dezembro de 2011, e da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 2011; e em subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Nesh), aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela Instrução Normativa (IN) RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

FERNANDO KENJI MYAMOTO
Vice-Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 315, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2015

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 9404.21.00 Mercadoria: Colchão para bebê, de espuma de poliuretano flexível, dotado de uma concavidade coberta por uma tela em sua parte central, que permite um fluxo de ar adequado que facilita a respiração do bebê, prevenindo o sufocamento.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 94.04) e RGI 6 (textos das subposições 9404.2 e 9404.21.00) constantes da TEC aprovada pela Res. Camex nº 94, de 2011, e da Tipi aprovada pelo Dec. nº 7.660, de 2011, e subsídios extraídos das Nesh aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 316, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2015

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 1901.90.90 Mercadoria: Preparação alimentícia à base de leite, pronta para consumo, constituída de leite pasteurizado integral, leite em pó, água, açúcar e gemas de ovos, acondicionada em embalagem plástica, com peso líquido de 750g, comercialmente denominada "pudim holandês".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 19.01), RGI 6 (texto da subposição 1901.90) e RGC 1 (texto do item 1901.90.90) constantes da TEC aprovada pela Res. Camex nº 94, de 2011, e da Tipi aprovada pelo Dec. nº 7.660, de 2011, e subsídios extraídos das Nesh aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 317, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2015

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 3924.10.00 Mercadoria: Recipiente de plástico transparente com tampa de fechamento hermético, de uso doméstico, com 130 mm de largura, 95 mm de profundidade, 55 mm de altura e peso líquido de 0,095 kg, utilizado principalmente no acondicionamento de alimentos.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 39.24) e RGI 6 (texto da subposição 3924.10) constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 94, de 2011, e da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 7.660, de 2011, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 318, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2015

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 3924.10.00 Mercadoria: Recipiente de plástico transparente com tampa, de uso doméstico, com 140 mm de largura, 100 mm de profundidade, 60 mm de altura e peso líquido de 0,116 kg, utilizado principalmente no acondicionamento de alimentos.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 39.24) e RGI 6 (texto da subposição 3924.10) constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 94, de 2011, e da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 7.660, de 2011, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

RETIFICAÇÕES

No art. 1º do Ato Declaratório Executivo Cofis nº 78, de 9 de novembro de 2015, publicado na página 25 da Seção 1 da Edição do Diário Oficial da União (DOU) nº 215, de 11 de novembro de 2015, onde se lê "Art. 1º .....tendo em vista encerramento da atividade de produção de bebidas. ", leia-se "Art. 1º .....tendo em vista alteração legislativa. ".

No art. 1º do Ato Declaratório Executivo Cofis nº 79, de 9 de novembro de 2015, publicado na página 25 da Seção 1 da Edição do Diário Oficial da União (DOU) nº 215, de 11 de novembro de 2015, onde se lê "Art. 1º...tendo em vista encerramento da atividade de produção de bebidas. ", leia-se "Art. 1º ...tendo em vista alteração legislativa. ".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 219, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

Aplica a pena de perdimento de mercadorias e veículos dos processos que específica.

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV, do artigo 302, do Regulamento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012; e tendo em vista o dispositivo nos artigos 23 a 27 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976; e art. 1º da Portaria SRF nº 841, de 29 de julho de 1993; e suas alterações e regulamentos; e ainda considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA/MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, resolve:

Art. 1º Considerar findos administrativamente os processos relacionados no Anexo I.

Art. 2º Aplicar a pena de perdimento as mercadorias e aos veículos, objetos dos mesmos processos, tornando-os disponíveis para destinação na forma da legislação vigente.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

ANEXO I

Seq	Processo	Termo de Guarda nº	Interessado	CPF/CNPJ
01	13150.000018/2015-24	0130100/SIANA000132/2015	Leonardo Pedraza Farias	
02	13150.000020/2015-01	0130100/SIANA000130/2015	Carlos Ivan E Lima	211.112.195-91
03	13150.720251/2015-27	0130100/SIANA000133/2015	Jason Rocha Ferreira	755.848.702-53
04	13150.720254/2015-61	0130100/SIANA000123/2015	Paulo Sergio Rigoni	486.988.301-53
05	13150.720238/2015-78	0130100/SIANA000128/2015	Irapuan G. Vanderlei	752.847.074-00
06	13150.720263/2015-51	0130100/SIANA000131/2015	Carlos Ivan E. Lima	211.212.195-91
07	13150.720264/2015-04	0130100/SIANA000129/2015	Genildo F. Primo	890.602.961-68
08	13150.720264/2015-04	0130100/SIANA000129/2015	Ueliton Luiz de Souza	840.398.771-04

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 34, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

Habilita a empresa que menciona ao regime de suspensão da contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins/Importação.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE MANAUS/AM , no uso das atribuições que lhe conferem os inciso(s) incisos II e VI do art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de Maio de 2012, e com fundamento no artigo 81, § 1º, da Lei nº 9.430/96 cumulado com o artigo 40,§§ 1º e 2º, da IN/RFB nº 1.470/2014, considerando o que consta do processo administrativo em referência, declara:

Art. 1º Habilitada ao regime de suspensão da contribuição para o PIS/Pasep - Importação e da Cofins - Importação a empresa NIPPON CARBIDE INDUSTRIA DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 20.846.063/0001-70, Processo 12266.722471/2015-25, nos termos do artigo 8o da Instrução Normativa SRF n° 424, republicada no DOU de 08/06/2004.

Art. 2º A habilitação terá validade por prazo indeterminado, observado o disposto no parágrafo único do artigo 4o da supracitada Instrução Normativa.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSMAR FÉLIX DE CARVALHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 171, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2015

Declara inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda da pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU, em 17 de maio de 2012; por força da alínea IX, art. 13, da Portaria de Delegação de Competência do Delegado da DRF/MNS, de 09 de junho de 2014; nos termos dos artigos 37, inciso II c/c 39, inciso II, da Instrução Normativa SRF n.º 1470, de 30/05/2014 e ainda, de acordo com o que ficou apurado no processo administrativo n.º 10283.723546/2015-51, declara:

Art. 1º. Inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, da pessoa jurídica A.A.C. MIRANDA -ME, CNPJ n.º 11.242.378/0001-18, por não ter sido localizada no endereço informado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Art. 2º. Inidôneos e não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos por essa pessoa jurídica a partir da data da publicação deste Ato.

GLAYTON BATISTA DA SILVA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTARÉM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

Reconhece o direito à redução de 75% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, inclusive adicionais não-restituíveis, calculados com base no lucro da exploração

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTARÉM-PA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e atendidas as exigências do Decreto nº 4.212, de 26/04/2002; da Lei nº 11.196, de 21/11/2005; da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/08/2001; da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23/12/2002; com base no Laudo Constitutivo nº 013/2014 emitido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM; e conforme consta no processo administrativo nº 10215.720419/2014-23, declara:

Art. 1º. HABILITADA a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, para a condição onerosa de MODERNIZAÇÃO TOTAL de empreendimento industrial na área da SUDAM, a empresa MINERAÇÃO RIO DO NORTE S/A, CNPJ 04.932.216/0001-46, situada na Rua Jari, S/N, Porto Trombetas, Oriximiná - PA, CEP 68275-000, na forma do artigo 77 da IN/SRF nº 267/2002, conforme Laudo Constitutivo MI SUDAM nº 013/2014, constante do processo administrativo fiscal nº 10215.720419/2014-23.

Art. 2º. Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido ao estabelecimento de CNPJ 10.656.452/0012-32, situado na Rua Jari, S/N, Porto Trombetas, Oriximiná - PA, EXCLUSIVAMENTE à atividade de fabricação de Bauxita Lavada, Seca, ou Úmida, tendo sido enquadrado no setor prioritário da indústria extrativa de minerais metálicos, representados por complexos produtivos para o aproveitamento de recursos minerais da região, conforme art. 2º, Inciso V do Decreto nº 4.213/2002, com início do prazo de vigência em 1º de janeiro de 2014 e término em 31 de dezembro de 2023.

Art. 3º. Demais critérios e condições deverão obedecer aos estabelecidos no Laudo Constitutivo MI SUDAM nº 013/2014.

Art. 4º. O direito à utilização do regime especial poderá ser suspenso ou revogado, a qualquer tempo, caso se constate o descumprimento de quaisquer condições ou requisitos obrigatórios previstos na IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e nas demais disposições legais que regulam a matéria.

Art. 5º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

WELSON NOGUEIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 98, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

Habilitação no Regime Especial (REIDI), instituído pelos artigos 1º ao 5º da Lei nº 11.488, de 2007. Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA-CE, no uso das atribuições regimentais específicas expressas pelo artigo 302, incisos VI e IX do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil -RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 (DOU de 17/05/2012) e tendo em vista o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) instituído pela Lei nº 11.488, de 15/06/2007, artigos 1º ao 5º, regulamentado pelo Decreto nº 6.144, de 03/07/2007 e Instrução Normativa RFB nº 758, de 25/07/2007, inclusive suas alterações; e, considerando-se, ainda, que a pessoa jurídica VENTOS DE SÃO CLEMENTE III ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., CNPJ Nº 21.014.090/0001-40, CEI nº 51.230.19571/72, é titular do projeto de geração de energia elétrica, autorizado pela Portaria do MME nº 631, de 25 de novembro de 2014 - Leilão 03/2014 - ANEEL e que foi aprovado o seu enquadramento no supracitado Regime Especial de Incentivos, pelo Secretário de |Planejamento e Desenvolvimentos Energético do Ministério de Minas e Energia, através da Portaria, nº 169, de 25 de maio de 2015 (DOU de 26/05/2015), seção 1, página 39) em cujo Anexo consta o nome do projeto como sendo EOL Ventos de Clemente III, localizado no Município de Venturosa, Estado de Pernambuco, com o período de execução estimado de 1º/2/2016 a 1º/1/2017, conforme consta do Processo Administrativo nº 13308.720.095/2015-63, resolve:

Art. 1º DECLARAR habilitada no Regime Especial (REIDI) a supracitada pessoa jurídica, para utilização da suspensão do PIS/PASEP e da COFINS naquilo em que se aplique o disposto no art. 2º do Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, c/c o disposto nos arts. 2º e 3º da Instrução Normativa 758/2007, no que diga respeito ao projeto citado.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIO HENRIQUE GOMES DE OLIVEIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 117, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

Habilita pessoa jurídica ao REPNBL-Redes instituído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA-MG, no uso da competência prevista no inciso VI do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e no art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, tendo em vista o disposto nos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013, e na Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 10675.722513/2015-81, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica abaixo identificada no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pelos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 2012.

Nome Empresarial: Algar Multimídia S/A
CNPJ: 04.622.116/0001-13
Nome do Projeto: Projeto Novas Fronteiras - Esteio
Nº da Portaria de Autorização do Projeto: Portaria nº 1.820, de 28 de abril de 2015, do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações, publicada no DOU de 30 de abril de 2015, seção 1, págs. 113 e 114.
Prazo Estimado do Projeto: 01/04/2015 a 30/12/2016.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

VALTAIR SOARES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 118, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

Habilita pessoa jurídica ao REPNBL-Redes instituído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA-MG, no uso da competência prevista no inciso VI do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e no art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, tendo em vista o disposto nos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013, e na Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 10675.722532/2015-15, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica abaixo identificada no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pelos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 2012.

Nome Empresarial: Algar Multimídia S/A
CNPJ: 04.622.116/0001-13
Nome do Projeto: Projeto Novas Fronteiras - São José dos Campos
Nº da Portaria de Autorização do Projeto: Portaria nº 2.406, de 3 de junho de 2015, do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações, publicada no DOU de 11 de junho de 2015, seção 1, pág. 35.
Prazo Estimado do Projeto: 01/04/2015 a 30/12/2016.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

VALTAIR SOARES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 119, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

Habilita pessoa jurídica ao REPNBL-Redes instituído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA-MG, no uso da competência prevista no inciso VI do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e no art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, tendo em vista o disposto nos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013, e na Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 10675.722516/2015-14, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica abaixo identificada no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pelos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 2012.

Nome Empresarial: Algar Multimídia S/A
CNPJ: 04.622.116/0001-13
Nome do Projeto: Projeto Novas Fronteiras - Sul Fluminense
Nº da Portaria de Autorização do Projeto: Portaria nº 1.857, de 30 de abril de 2015, do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações, publicada no DOU de 14 de maio de 2015, seção 1, pág. 64.
Prazo Estimado do Projeto: 01/04/2015 a 30/11/2016.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

VALTAIR SOARES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 120, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

Habilita pessoa jurídica ao REPNBL-Redes instituído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA-MG, no uso da competência prevista no inciso VI do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e no art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, tendo em vista o disposto nos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013, e na Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 10675.722514/2015-25, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica abaixo identificada no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pelos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 2012.

Nome Empresarial: Algar Multimídia S/A
CNPJ: 04.622.116/0001-13
Nome do Projeto: Projeto Novas Fronteiras - Limeira
Nº da Portaria de Autorização do Projeto: Portaria nº 1.859, de 30 de abril de 2015, do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações, publicada no DOU de 14 de maio de 2015, seção 1, pág. 64.
Prazo Estimado do Projeto: 01/04/2015 a 30/12/2016.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

VALTAIR SOARES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 121, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

Habilita pessoa jurídica ao REPNBL-Redes instituído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA-MG, no uso da competência prevista no inciso VI do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e no art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, tendo em vista o disposto nos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013, e na Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 10675.722517/2015-69, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica abaixo identificada no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pelos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 2012.

Nome Empresarial: Algar Multimídia S/A
CNPJ: 04.622.116/0001-13
Nome do Projeto: Projeto Novas Fronteiras - Catalão
Nº da Portaria de Autorização do Projeto: Portaria nº 1.858, de 30 de abril de 2015, do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações, publicada no DOU de 14 de maio de 2015, seção 1, pág. 64.
Prazo Estimado do Projeto: 01/04/2015 a 30/12/2016.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

VALTAIR SOARES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 122, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

Habilita pessoa jurídica ao REPNBL-Redes instituído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA-MG, no uso da competência prevista no inciso VI do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e no art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, tendo em vista o disposto nos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013, e na Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 10675.722529/2015-93, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica abaixo identificada no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pelos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 2012.

Nome Empresarial: Algar Multimídia S/A
CNPJ: 04.622.116/0001-13
Nome do Projeto: Projeto Novas Fronteiras - Niterói
Nº da Portaria de Autorização do Projeto: Portaria nº 2.402, de 3 de junho de 2015, do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações, publicada no DOU de 11 de junho de 2015, seção 1, pág. 34.
Prazo Estimado do Projeto: 01/04/2015 a 30/12/2016.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

VALTAIR SOARES FERREIRA

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.048, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: COFINS. NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. FRETE NA VENDA DE PRODUTOS COM ALÍQUOTA ZERO. Embora, na apuração não cumulativa da Cofins, a venda, no mercado interno, de artigos e aparelhos de próteses classificados no código 90.21.3 da NCM esteja sujeita à alíquota zero, isso não impede que o vendedor que suporte o ônus do frete dessa operação deduza os créditos vinculados a esse frete, desde que sejam atendidos os requisitos da legislação de regência. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 119, DE 19 DE MAIO DE 2015.

DISPOSITIVOS LEGAIS: : Lei nº 11.033/2004, art. 17; Lei nº 10.865/2004, art. 28, XVI; Lei nº 10.833/2003, art. 3º, IX.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP. NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. FRETE NA VENDA DE PRODUTOS COM ALÍQUOTA ZERO. Embora, na apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep, a venda, no mercado interno, de artigos e aparelhos de próteses classificados no código 90.21.3 da NCM esteja sujeita à alíquota zero, isso não impede que o vendedor que suporte o ônus do frete dessa operação deduza os créditos vinculados a esse frete, desde que sejam atendidos os requisitos da legislação de regência. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 119, DE 19 DE MAIO DE 2015.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 11.033/2004, art. 17; Lei nº 10.865/2004, art. 28, XVI; Lei nº 10.833/2003, art. 3º, IX, e art. 15, II.

MÁRIO HERMES SOARES CAMPOS
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.049, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias

EMENTA: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SUBSTITUTIVA. DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO. EDIÇÃO DE LIVROS. EDIÇÃO DE REVISTAS. O disposto no art. 8º, § 3º, inciso XVI, da Lei nº 12.546, de 2011, aplica-se às empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos da legislação vigente. Empresas que explorem outro ramo de negócio, ainda que exerçam atividades enquadradas nos CNAE citados especificamente para aquelas, não fazem jus à desoneração. As empresas que têm como atividade econômica principal a edição de livros (código 5811-5/00 da CNAE 2.0), por não serem empresas jornalísticas e de radiodifusão, não estão sujeitas à contribuição previdenciária substitutiva de que trata o art. 8º, § 3º, inciso XVI, da Lei nº 12.546, de 2011, devendo recolher as contribuições previdenciárias previstas nos incisos I e III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991. As empresas que têm como atividade econômica principal, nos termos da legislação, a edição de revistas e periódicos (5813-1/00 da CNAE 2.0), por serem empresas jornalísticas, estão sujeitas à contribuição previdenciária substitutiva de que trata o art. 8º, § 3º, inciso XVI, da Lei nº 12.546, de 2011. Fica reformada, parcialmente, a Solução de Consulta Cosit nº 335, de 5 de dezembro de 2014. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 4 - COSIT, DE 3 DE JULHO DE 2015.

PROIBIDA A VENDA E EXIGIDA ASSINATURA DA IMPRENSA NACIONAL

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 12.546, de 2011, art. 8º, parágrafo 3º, inciso XVI; Lei nº 8.212, de 1991, art. 22, incisos I e III; Decreto-lei nº 5.452, de 1943, art. 302, § 2º; IN RFB nº 1.436, de 2013, Anexo I, item oito; Solução de Consulta Cosit nº 10, de 2015.

MÁRIO HERMES SOARES CAMPOS
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 94, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Vitória-ES, usando da competência que lhe foi conferida pelo artigo 7º, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009 e, ainda considerando os autos do processo nº 17613.721642/2012-82, resolve CANCELAR o Registro Especial nº DP 07201/00073, concedido mediante o Ato Declaratório nº 115/2012, publicado no Diário Oficial da União de 31/10/2012, ao estabelecimento da empresa SCRIBO FORMULÁRIOS LTDA, CNPJ Nº 28.5031555/0001-75.

Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ ANTONIO BOSSER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 95, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Vitória-ES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e ainda, considerando os autos do processo administrativo nº 11543.720083/2015-21, resolve:

Art. 1º - DECLARAR NULO o CNPJ nº 03.453.822/0001-16, da pessoa jurídica denominada CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO MONDRIAN, por motivo de duplicidade de inscrição nos termos do art. 33, I, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Art. 2º O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO BOSSER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 96, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Vitória-ES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e ainda, considerando os autos do processo administrativo nº 11543.720203/2015-90, resolve:

Art. 1º - DECLARAR NULO o CNPJ nº 11.877.457/0001-03, da empresa individual denominada HUGO MORETT FIGUEIREDO ROSA, por indício de ocorrência de irregularidade no ato da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, nos termos do art. 33, II, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Art. 2º O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO BOSSER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 97, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Vitória-ES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e ainda, considerando os autos do processo administrativo nº 10783.720181/2015-72, resolve:

Art. 1º - DECLARAR NULO o CNPJ nº 20.408.600/0001-09, da empresa individual denominada DORALICE DA SILVA, por indício de ocorrência de vício no ato da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, nos termos do art. 33, II, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Art. 2º O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO BOSSER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 98, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Vitória-ES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e ainda, considerando os autos do processo administrativo nº 10680.720763/2015-15, resolve:

Art. 1º - DECLARAR NULO o CNPJ nº 20.323.376/0001-44, da empresa individual denominada JOÃO MACIEL DE SOUZA, por indício de ocorrência de irregularidade no ato da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, nos termos do art. 33, II, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Art. 2º O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO BOSSER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 99, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Vitória-ES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e ainda, considerando os autos do processo administrativo nº 10680.720763/2015-15, resolve:

Art. 1º - DECLARAR NULO o CNPJ nº 12.788.172/0001-50, da empresa individual denominada ARINETY DE ALMEIDA MEDEIROS, por indício de ocorrência de irregularidade no ato da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, nos termos do art. 33, II, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Art. 2º O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO BOSSER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 100, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Vitória-ES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e ainda, considerando os autos do processo administrativo nº 13767.720047/2015-68, resolve:

Art. 1º - DECLARAR NULO o CNPJ nº 15.280.551/0001-23, da empresa individual denominada VADERLEIAVIEIRA PEREIRA, por indício de ocorrência de irregularidade no ato da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, nos termos do art. 33, II, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Art. 2º O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO BOSSER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 101, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Vitória-ES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e ainda, considerando os autos do processo administrativo nº 10783.720217/2015-18, resolve:

Art. 1º - DECLARAR NULO o CNPJ nº 20.408.205/0001-40, da empresa individual denominada ELIZABETH PEREIRA CABRAL, por indício de ocorrência de irregularidade (vício) ato da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, nos termos do art. 33, II, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Art. 2º O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO BOSSER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 102, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Vitória-ES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e ainda, considerando os autos do processo administrativo nº 17613.720298/2015-57, resolve:

Art. 1º - DECLARAR NULO o CNPJ nº 15.276.214/0001-62, da empresa individual denominada RAQUEL CONCEIÇÃO, por indício de ocorrência de vício ato da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, nos termos do art. 33, II, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Art. 2º O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO BOSSER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 103, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Concede o Registro como pessoa jurídica preponderantemente exportadora nos termos da IN/RFB nº 948/2009.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em VITÓRIA/ES, no usa das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF N.º 203 de 14 de maio de 2012, considerando o disposto no artigo 46, inciso III do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, bem como o disposto no art. 17º da Instrução Normativa SRF n°. 948/2009, de 15 de junho de 2009, declara:

Art. 1º Concedido Registro como Pessoa Jurídica Preponderantemente Exportadora para aquisição de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem com suspensão do IPI, nos termos da IN/RFB nº 948/2009, à empresa MDR CORONA PACCA DO AMARAL EIRELI, CNPJ: 14.703.850/0001-60, estabelecida na Av. Clóvis Machado, nº 176, salas 710 e 712, Enseada do Suá, Vitória/ ES, CEP: 29.050-900, de acordo com os autos do processo nº 17613.720755/2015-11.

Art. 2º O Registro Especial poderá ser cancelado, a qualquer tempo, na ocorrência de uma das situações previstas no caput do art. 18º da referida Instrução Normativa, especialmente na hipótese em que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para registro.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO BOSSER

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 82, DE 9 DE OUTUBRO DE 2015

Declara a BAIXA DE OFÍCIO do CNPJ nº 18.467.856/0001-37 perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

O Chefe do Serviço de Fiscalização da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória (ES), no uso da atribuição prevista no inciso II do artigo 5º da Portaria nº 196, de 27 de dezembro de 2012, publicada no D.O.U de 28/12/2012 e, tendo em vista o disposto no inciso I do § 1º do artigo 80 da Lei nº 9.430 de 1996, com redação dada pela Lei nº 11.941/ 2009 e o disposto no artigo 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.470/2014 e alterações posteriores e, considerando a Representação Fiscal lavrada em 17/08/2015 e formalizada no Processo Administrativo nº 15586.720410/2015-07, declara:

Art. 1º A baixa de ofício da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa M. DAS C. SOUZA COMERCIAL - ME, CNPJ Nº 18.467.856/0001-37, retroativamente à data de 09/07/2013, por ter sido constatada a sua inexistência de fato.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

ZENILDA DAL'COL BENEVIDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 83, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

Declara a BAIXA DE OFÍCIO do CNPJ nº 18.740.260/0001-69 perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

O Chefe do Serviço de Fiscalização da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória (ES), no uso da atribuição prevista no inciso II do artigo 5º da Portaria nº 196, de 27 de dezembro de 2012, publicada no D.O.U de 28/12/2012 e, tendo em vista o disposto no inciso I do § 1º do artigo 80 da Lei nº 9.430 de 1996, com redação dada pela Lei nº 11.941/ 2009 e o disposto no artigo 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.470/2014 e alterações posteriores e, considerando a Representação Fiscal lavrada em 11/09/2015 e formalizada no Processo Administrativo nº 15586.720411/2015-43, declara:

Art. 1º A baixa de ofício da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa SIDIOMAR BARLOESIUS - EPP, CNPJ Nº 18.740.260/0001-69, retroativamente à data de 15/08/2013, por ter sido constatada a sua inexistência de fato.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

ZENILDA DAL'COL BENEVIDES

SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo DRF/VIT-ES, nº 32, publicado no DOU, segunda- feira, 04 de maio de 2015, Seção 1, página 73.

ONDE SE LÊ : CNPJ Nº 09.923.128/0001-52

LEIA-SE: CNPJ Nº 02.923.128/0001-52

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 477, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.000137/1015-30

NOME EMPRESARIAL: HANSON PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.

CNPJ Nº 14.879.490/0001-52

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 05/10/2015

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e arts. 12 ao 14 da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no D.O.U.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 478, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.000128/1015-49

NOME EMPRESARIAL: ACELÉTRICA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

CNPJ Nº 01.126.142/0001-62

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 13/10/2015

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e arts. 12 ao 14 da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no D.O.U.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 479, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.000129/1015-93

NOME EMPRESARIAL: IMOBILIÁRIA ALVES DA MOTTA S/A.

CNPJ Nº 33.183.880/0001-38

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 13/10/2015

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e arts. 12 ao 14 da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no D.O.U.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 480, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.000124/1015-61

NOME EMPRESARIAL: BROADCASTING TELEVISÃO LTDA.

CNPJ Nº 97.387.765/0001-68

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 13/10/2015

ENQUADRAMENTO: Incisos XIV e XV do art. 2º e arts. 12 ao 14 da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º -O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º -A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º -A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º -Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no D.O.U.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 481, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.000136/1015-95

NOME EMPRESARIAL: INTERTRADE BRASIL, TELECOMUNICAÇÕES, MULTIMIDIA E REPRESENTAÇÕES LTDA.

CNPJ Nº 02.621.577/0001-46

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 09/10/2015

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e arts. 12 ao 14 da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º -O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º -A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º -A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º -Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no D.O.U.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 482, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.000130/1015-18

NOME EMPRESARIAL: MV BRASIL GESTÃO DE TRANSPORTE E EVENTOS PROMOCIONAIS LTDA.

CNPJ Nº 17.471.997/0001-60

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 13/10/2015

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e arts. 12 ao 14 da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º -O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º -A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º -A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º -Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no D.O.U.

MÔNICA PAES BARRETO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 483, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.000132/1015-15

NOME EMPRESARIAL: EMPLACA AUTOMAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.

CNPJ Nº 06.114.479/0001-73

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 09/10/2015

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e arts. 12 ao 14 da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º -O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º -A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º -A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º -Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no D.O.U.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 484, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.000138/1015-84

NOME EMPRESARIAL: TN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E INSTALAÇÕES COMERCIAIS LTDA.

CNPJ Nº 02.144.562/0001-34

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 05/10/2015

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e arts. 12 ao 14 da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º -O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º -A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º -A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º -Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no D.O.U.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 485, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Concede inscrição no registro especial para operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelos artigos 295 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012 e Portaria RFB nº 523, de 21 de março de 2012 e, tendo em vista o disposto no artigo 2º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações introduzidas pela Instrução Normativa RFB nº 1.011 de 23 de fevereiro de 2010, Instrução Normativa RFB nº 1.048, de 29 de junho de 2010 e Instrução Normativa nº 1.153, de 11 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º - Conceder a inscrição nº GP - 07108/00383 - atividade de GRÁFICA, no registro especial para estabelecimentos que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, concedida a MIRACOLO PRINT SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA - ME, CNPJ nº 08.389.368/0001-03, situada na Rua da Passagem, nº 75, Bloco 1, loja C - parte, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22290-030, requeridas no processo eletrônico administrativo nº 11707.721.067/2013-73.

Art. 2° - A presente autorização será cassada em caso de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 74, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2015

Declara o cancelamento de inscrição no CPF.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO-SP, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 512, de 02 de outubro de 2013, publicada no D.O.U. de 04/10/2013, do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, e com fundamento nos dispositivos do Arts. 30, I e 31 da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010, resolve:

Art.1º: Declarar o cancelamento da inscrição do Cadastro da Pessoa Física, abaixo relacionada, de Ofício, em conformidade com os dados constantes do respectivo processo administrativo:

CPF Nº	CONTRIBUINTE	PROCESSO Nº
287.907.028-75	PAULO LUIZ DA SILVA	15954.720053/2015-33

Art. 2º: Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

GLAUCO PETER ALVAREZ GUIMARAES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Declara a nulidade de ato cadastral no CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial do dia 17 de maio de 2012, e pelo disposto no § 1º do artigo 33 da Instrução Normativa RFB nº 1.470 de 30 de maio de 2014, considerando o que consta do processo administrativo nº 15289.720029/2015-94, declara:

Art. 1º - É nulo o ato praticado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ pelo qual foi concedida a inscrição nº 09.589.915/0001-59, com o Nome Empresarial de JSTAN EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA - ME, nos termos do inciso II do artigo 33 da Instrução Normativa RFB nº 1.470/2014, por ser constatado vício no registro dos atos constitutivos da empresa, conforme informado pela Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Art. 2º - Este ADE produzirá efeitos a partir do termo inicial da vigência do ato cadastral declarado nulo.

HAILTON DE PAULA

PORTARIA Nº 66, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

Suspende o atendimento aos contribuintes para viabilizar a mudança da sede da Delegacia.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial do dia 17 de maio de 2012,

Considerando as atividades preparatórias para a mudança da sede da DRF/Santos, que passará a executar suas atividades regimentais no prédio próprio construído na Avenida Dr. Bernardino de Campos nº 17, em Santos/SP;

Considerando a necessidade de desligar os equipamentos utilizados para a preparação da rede de atendimento nas futuras instalações da Delegacia, resolve:

Art. 1º - Determinar que não haverá atendimento ao público externo no dia 19 de novembro de 2015, data em que os computadores e demais recursos de informática serão desligados e embalados iniciando a transferência dos mesmos para o novo endereço da Delegacia.

Art. 2º - Considerar, em razão do disposto no artigo anterior, que no dia 19 de novembro de 2015, para os procedimentos fiscais no âmbito da sede da DRF/Santos não se iniciarão nem terminarão os prazos previstos no Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, que trata do processo administrativo fiscal, uma vez que não será dia de expediente normal na repartição.

HAILTON DE PAULA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 51, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O Chefe da Seção de Controle e Acompanhamento Tributário da DRF em São José do Rio Preto, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria DRF/SJR nº 68, de 03/12/2013, DOU de 05/12/2013, tendo em vista o disposto nos Artigos 17 a 19 da Instrução Normativa RFB nº 1.548/2015, e considerando o que consta do processo 10850.723529/2015-32, declara NULO, com efeitos retroativos (ex tunc) os números de inscrição no CPF 025.692.351-56 e 527.772.512-15, permanecendo ativo e regular para o contribuinte ALEXANDRO COSTA, o número de inscrição no CPF 272.443.798-54.

GRIGOR HAIG VARTANIAN

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DE BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 63, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O Delegado Adjunto da DELEX, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 05, de 3 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 3 de fevereiro de 2014, atendendo à SAT n° 369, de 05/10/2015, e ao que consta do Processo 10314.727161/2015-59, em tramitação nesta Delegacia, declara, com fundamento no artigo 146, combinado com o artigo 126, §1° do Regulamento Aduaneiro aprovado pelo Decreto 6.759, de 05/02/2009, que, após a publicação do presente Ato no Diário Oficial da União, o veículo marca TOYOTA, modelo LAND CRUISER, ano-fabricação 2003, ano-modelo 2004, chassi JTEHT05J142055655, cor PRETA, e seus respectivos equipamentos de série, pertencente ao Consulado Geral dos Estados Unidos da América em São Paulo, desembaraçado com privilégio diplomático em 27/05/2009, através da declaração de importação nº 09/0632465-8, registrada na Alfândega do Porto de Santos, estará liberado para fins de transferência de propriedade para o Consulado Geral dos Estados Unidos da América em São Paulo, CNPJ 04.122.709/0001-10, enquanto pessoa jurídica sem privilégios tributários, dispensado o pagamento de tributos por efeito da depreciação total do bem.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

RODRIGO LORENZON YUNAN GASSIBE

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

Prorrogação do prazo de alfandegamento.

O SUPERINTENDENTE-SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 9ª REGIÃO FISCAL, nos termos da Portaria RFB nº 1.882, de 03 de novembro de 2014, no uso da competência estabelecida pelo art. 26 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, e à vista do que consta no processo administrativo nº 10907.002710/2007-07, declara:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Fica prorrogado até 16 de maio de 2016, o prazo de alfandegamento da instalação portuária marítima, situada à Av. Portuária, s/nº - Setor Leste - Porto de Paranaguá - Paranaguá/PR, administrada pela empresa COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA, inscrita no CNPJ nº 75.904.383/0064-05, conforme arrendamentos de áreas celebrados com a Administração do Porto de Paranaguá e Antonina/APPA através do Contrato nº 67/98, de 20 de outubro de 1998 e do Contrato de Transição nº 069/2015, e alfandegada pelo Ato Declaratório Executivo SRRF09 nº 66, de 15 de dezembro de 2008, publicado no Diário Oficial da União de 17 de dezembro de 2008.

Art. 2º O prazo ora concedido, nos termos da cláusula nona do Contrato de Transição nº 069/2015, poderá ser reduzido à vista do encerramento do processo licitatório da área arrendada, se ocorrer.

Art. 3º Permanecem vigentes as demais disposições do Ato Declaratório Executivo SRRF09 nº 66, de 2008.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO CESAR MOSCATTO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

Prorrogação do prazo de alfandegamento.

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 9ª REGIÃO FISCAL, nos termos da Portaria RFB nº 1.882, de 03 de novembro de 2014, no uso da competência prevista no art. 26 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, e à vista do que consta no processo administrativo nº 10907.001712/2001-85, declara:

Art. 1º Fica prorrogado até 08 de abril de 2016, o prazo de alfandegamento das instalações portuárias públicas, situadas à Av. Bento Rocha, 250, D. Pedro II, Paranaguá/PR, administradas pela empresa Bunge Alimentos S/A., Inscrita no CNPJ nº 84.046.101/0281-01, alfandegadas pelo Ato Declaratório Executivo SRRF09 nº 67, de 16 de dezembro de 2008, publicado no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2008.

Art. 2º O prazo ora concedido está em consonância com o prazo de vigência do Contrato de Transição nº 067/2015, celebrado entre a administradora do recinto e a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, para arrendamento da área portuária de 23.486 m2.

Art. 3º Permanecem vigentes as demais disposições do Ato Declaratório Executivo SRRF09 nº 67, de 2008.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos desde o dia 12 de outubro de 2015.

REINALDO CESAR MOSCATTO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Concede regime especial de emissão de documentos e escrituração de livros fiscais.

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO (Portaria RFB nº 1882/2014) da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 85, de 11 de outubro de 2001, ouvida a Coordenação da Receita do Estado, da Secretaria do Estado da Fazenda do Paraná (Processo SEFA nº 13.435.298-1), e a vista do decidido no processo nº 10940.721075/2015-56, declara:

1 - DAS DEFINIÇÕES E ABREVIAÇÕES: Para fins deste Regime Especial considera-se:

1.1 - Beneficiária 1: CARGIL AGRÍCOLA S/A, situada na Rod.PR 090, km 115 - Distrito Industrial Urbano de Castro-PR, inscrita no CAD/ICMS-PR sob nº 905.88143-40 e no CNPJ sob nº 60.498.706/0390-10;

1.2 - Beneficiária 2: EVONIK DEGUSSA BRASIL LTDA, situada na Rod.PR 090 s/n - PR 090, km 115 - Distrito Industrial Urbano de Castro-PR, inscrita no CAD/ICMS-PR sob nº 906.16089-71 e no CNPJ sob nº 62.695.036/0054-04;

1.3 - Aparelho Medidor: Aparelho medidor de vazão, aprovado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), com sistema que garanta a sua inviolabilidade e a precisão na medição à leitura, cuja informação subsidiará a emissão de Nota Fiscal por parte de cada beneficiária;

1.4 - NCM: Nomenclatura Comum do Mercosul;

1.5 - RICMS/2012: Regulamento do ICMS do Estado do Paraná, aprovado pelo Decreto nº 6.080, de 28 de setembro de 2012;

1.6 - RFB: Secretaria da Receita Federal do Brasil-RFB;

1.7 - SEFA-PR: Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná;

2 - ABRANGÊNCIA:

2.1 - A disciplina de que trata este Regime Especial aplica-se exclusivamente para as operações de remessa da matéria-prima Xarope de Glicose "Dextrogill", classificado na NCM 1702,30.20, por meio dutoviário, da Beneficiária 1 para a Beneficiária 2.

3 - PROCEDIMENTOS ESPECIAIS:

3.1 - A Beneficiária 1 fica autorizada a remeter a matéria-prima de que trata o item 2.1, e conforme descrito naquele item, à Beneficiária 2, adotando os procedimentos estabelecidos neste Regime Especial;

3.2 - As Beneficiárias deverão exercer conjuntamente os controles quantitativos, diários, dos fornecimentos de matéria-prima, por meio do "Aparelho Medidor" a que se refere o item 1.3, instalado na extremidade do duto localizado na Beneficiária 1, e de modo auxiliar, na extremidade do duto localizado na Beneficiária 2;

3.2.1 - Caberá às Beneficiárias aplicar nos "Aparelhos Medidores" lacres ou selos de segurança numerados, de boa e reconhecida qualidade, e consignar esses eventos, para efeito de controle, no Livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrência - Modelo 6, do RICMS/2012;

3.2.2 - Os "Aparelhos Medidores" deverão ser submetidos à manutenção e aferição semestrais, realizadas por laboratórios de calibração acreditados perante o INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia;

3.2.3 - Caberá à instituição responsável pela realização dos serviços de manutenção e aferição de cada "Aparelho Medidor" emitir Termos de Certificado de sua inviolabilidade, que deverão ser arquivados e conservados pelo prazo legal previsto para conservação dos documentos fiscais.

3.3 - A Beneficiária 1, à vista dos elementos registrados no "Aparelho Medidor" localizado em seu estabelecimento, preencherá, diariamente, com base na posição de fornecimento efetuado até às 24:00 daquele dia, o documento denominado "Demonstrativo de Controle de Fornecimento de Matéria-Prima", numerado tipograficamente, em, no mínimo, duas vias, que terão a seguinte destinação:

a) primeira via será mantida no estabelecimento fornecedor;

b) segunda via será entregue ao estabelecimento adquirente para arquivo.

3.3.1 - O demonstrativo de que trata o item acima conterá, no rodapé ou na lateral direita dos formulários, o nome, o endereço e os números de inscrição estadual e no CNPJ, do impressor do Demonstrativo; a data e a quantidade da impressão; o número de ordem do primeiro e do último formulário impresso e o número da AIDF respectiva, além dos seguintes dados:

a) Numeração Sequencial do Documento;

b) satã / Período de Medição;

c) Leitura inicial e Leitura Final, e Consumo, mediante anotações diárias, e a soma total por período.

3.3.2 - O demonstrativo deverá ser confeccionado mediante Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDF), conforme as regras constantes no Art. 251 do RICMS/2012, ficando dispensado de escrituração; porém deverá ser mantido em boa guarda pelo prazo decadencial, à disposição do fisco;

3.3.3 - Somente em caso de impossibilidade de aferição do volume no Aparelho Medidor localizado na Beneficiária 1, cujo período e motivo da indisponibilidade devem ser registrados no Livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrência, poderá se preencher os dados do demonstrativo com base no Aparelho Medidor localizado na Beneficiária 2.

3.4 - Com base na soma das medições dentro do período de apuração, transcritas no "Demonstrativo de Controle de Fornecimento de Matéria-Prima", a Beneficiária 1 emitirá a Nota Fiscal Eletrônica de Venda de Mercadoria, modelo 55, de que trata o RICMS/2012, englobando todas as operações realizadas no período conforme descrito abaixo:

a) do dia 01 ao dia 15 de cada mês, no primeiro dia útil subsequente a este período;

b) do dia 16 ao último dia do mês, no próprio dia do término deste período.

3.5 - As Notas Fiscais emitidas na forma do item 3.4 conterão os requisitos exigidos na legislação do ICMS/PR e do IPI, bem como o número do "Demonstrativo de Controle de Fornecimento de Matéria-Prima", e a indicação dos atos concedentes deste Regime Especial perante a RFB e SEFA-PR.

4 - VIGÊNCIA E EXTINÇÃO:

4.1 - Este Regime Especial entrará em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU, com vencimento previsto para 31/12/2017, podendo ser revogado a qualquer tempo expressamente, a partir da publicação no DOU do ato de revogação ou, tacitamente, se vier a colidir com norma tributária superveniente.

4.2 - A Beneficiária 1 deverá lavrar termo no livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, de que trata o RICMS/2012, mencionando, no mínimo, o número do ato concedente do Regime Especial perante a RFB e à SEFA-PR, e a descrição sucinta das autorizações concedidas.

4.3 - Se houver necessidade de prorrogação do prazo de vigência, a Beneficiária 1 deverá protocolizar o pedido até noventa dias antes do seu termo final.

REINALDO CESAR MOSCATTO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 90, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

Declara nulidade de inscrição no CPF.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA - PR, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III do artigo 224, III e IX do artigo 302 e VI do artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203 de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012 e tendo em vista o disposto nos artigos 17 a 19 da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, publicada no DOU de 19 de fevereiro de 2015, resolve:

Artigo único. Declarar a nulidade da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) abaixo identificada, com efeitos retroativos à data de inscrição, tendo em vista a constatação de fraude na inscrição, conforme apurado no respectivo processo administrativo fiscal.

CONTRIBUINTE	CPF	DATA DE INSCRIÇÃO	PROCESSO
RONISON LEVER RUEDA	113.275.469-06	28/03/2014	19985.721467/2015-73

EDAIR RIBEIRO DA SILVA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PONTA GROSSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

Habilita a empresa YAZAKI AUTOPARTS DO BRASIL LTDA a operar o Regime de Despacho Aduaneiro Expresso (Linha Azul).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PONTA GROSSA - PR, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 224 e 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, em conformidade com o artigo 8º da Instrução Normativa SRF nº 476, de 13 de dezembro de 2004, e à vista do que consta do processo administrativo nº 10940.720040/2013-38, declara:

Art. 1º Fica habilitada, em caráter precário e com prazo indeterminado, a empresa YAZAKI AUTOPARTS DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 01.942.223/0001-30, a operar o Regime de Despacho Aduaneiro Expresso (Linha Azul), sendo este ADE extensivo a todos os estabelecimentos da empresa.

Art. 2º A habilitação de que trata este ADE é válida para despachos de importação, exportação e trânsito aduaneiro realizados em qualquer local alfandegado do território nacional.

Art. 3º Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUSTAVO LUIS HORN

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 669, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA SUBSTITUTO DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, a portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, a portaria MF nº 102, de 08 de abril de 2010 e a Portaria SE/MF nº 123, de 23 de abril de 2015, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Divulgar as condições específicas a serem observadas na oferta pública de venda Notas do Tesouro Nacional, série B, NTN-B, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 17.11.2015;

II - horário para acolhimento das propostas: de 11h30 às 12h00;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h30, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 18.11.2015;

V - data da liquidação financeira: 18.11.2015;

VI - data-base das NTN-B: 15.07.2000;

VII - critério de seleção das propostas: serão aceitas todas as propostas com cotações iguais ou superiores à cotação mínima aceita, a qual será aplicada a todas as propostas vencedoras;

VIII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

IX - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas) e 3 para instituições não dealers;
X - quantidade para o público: até 1.050.000 de títulos, cujo(s) vencimento(s) está(ão) listado(s) abaixo;
XI - características da emissão:
a) Grupo 1

Título	Código Selic	Título venc.	VN na data-base (R$)	Juros (%aa)	Oferta	Adquirente
NTN-B	760199	15.05.2019	1.000,00	6,00	Até 750.000	Público
NTN-B	760199	15.05.2023	1.000,00	6,00	Até 750.000	Público

b) Grupo 2

Título	Código Selic	Título venc.	VN na data-base (R$)	Juros (%aa)	Oferta	Adquirente
NTN-B	760199	15.05.2035	1.000,00	6,00	Até 300.000	Público
NTN-B	760199	15.05.2055	1.000,00	6,00	Até 300.000	Público
NTN-B	760199	15.05.2055	1.000,00	6,00	Até 1.980.000	Bacen

Parágrafo único. Os cupons de juros das NTN-B poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.
Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizada cotação com quatro casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinquenta títulos.
Art. 3º Para fins de liquidação financeira do leilão, o valor nominal das NTN-B atualizado até a respectiva data de liquidação financeira mencionada no Art.1º, inciso V, a ser considerado para o cálculo dos preços unitários será:

Título	Código Selic	Data-base do VNA	VNA (R$)
NTN-B	760199	15.07.2000	2.730,553024

Art. 4º As instituições credenciadas a operar com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 19,
de 27 de janeiro de 2015, e da Portaria nº 74, de 4 de fevereiro de 2015, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 15º, inciso I da referida Portaria, que consistirá na aquisição de NTN-B com as características apresentadas abaixo:
I - data da operação especial: 17.11.2015;
II - horário para acolhimento das propostas: de 15h às 17h;
III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 17h, por intermédio do Banco Central do Brasil;
IV - data da liquidação financeira: 18.11.2015 e;
V - características da emissão:
a) Grupo 1

Título	Código Selic	Título venc.	VN na data-base (R$)	Juros (%aa)	Oferta especial
NTN-B	760199	15.05.2019	1.000,00	6,00	150.000
NTN-B	760199	15.05.2023	1.000,00	6,00	150.000

b) Grupo 2

Título	Código Selic	Título venc.	VN na data-base (R$)	Juros (%aa)	Oferta especial
NTN-B	760199	15.05.2035	1.000,00	6,00	60.000
NTN-B	760199	15.05.2055	1.000,00	6,00	60.000

Parágrafo único. Somente será realizada a operação especial, em cada grupo, se pelo menos 50% do volume ofertado no respectivo grupo for vendido ao público.
Art. 5º A quantidade de títulos a ser ofertada na operação especial a que se refere o art. 4º, corresponderá a 20% (vinte por cento) da quantidade ofertada ao público na oferta pública de que trata o art. 1º e obedecerá à mesma distribuição percentual verificada entre os títulos vendidos.
§ 1º. A quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 5º do Ato Normativo Conjunto nº 29, obedecerá a seguinte proporção:
I - 40% (quarenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 16 (grupo 1) da referida Portaria e;
II - 60% (sessenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 16 e as corretoras ou distribuidoras independentes que tenham atingido a meta estabelecida no art. 21 (grupo 2) da referida Portaria.
§ 2º. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 5º, § 1º, do Ato Normativo Conjunto nº 29, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA FERREIRA PASSOS

PORTARIA Nº 679, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA SUBSTITUTO, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 123, de 23 de abril de 2015, tendo em vista o disposto na Portaria nº 143, de 12 de março de 2004, e na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e em conformidade com a Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:
Art. 1º Autorizar a emissão de 27.718.878 (vinte e sete milhões, setecentos e dezoito mil, oitocentos e setenta e oito) Certificados Financeiros do Tesouro, Série E, Sub-série 1 - CFT-E1, no valor de R$ 91.242.008,96 (noventa e um milhões, duzentos e quarenta e dois mil, oito reais e noventa e seis centavos), a serem colocados em favor do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies, observadas as seguintes condições:
I - Código do ativo, agente de custódia, data de emissão, data de vencimento, quantidade e valor:

TÍTULO	AGENTE DE CUSTÓDIA	DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR EM R$
HCFTEE0145	CAIXA	01/01/2015	01/01/2045	27.718.878	91.242.008,96
TOTAL				27.718.878	91.242.008,96

II - data-base: 1º de julho de 2000;
III - forma de colocação: direta, em favor do interessado;
IV - modalidade: nominativa;
V - valor nominal na data-base: R$ 1,00;
VI - valor nominal em 1º de novembro de 2015: R$ 3,291692;
VII - taxa de juros: não há;
VIII - atualização do valor nominal: mensalmente, pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M do mês anterior, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV;
IX - resgate do principal: em parcela única, na data do seu vencimento, sem prejuízo de resgate antecipado.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA FERREIRA PASSOS

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
DIRETORIA DE AUTORIZAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES

PORTARIA Nº 1.285, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Diretor de Autorizações da Susep, por meio da Portaria Susep/Dirat n. 259, de 7 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta dos Processos Susep 15414.002012/2015-79 e 15414.002024/2015-01, resolve:

Art.1° Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de LUIZASEG SEGUROS S.A., CNPJ n. 07.746.953/0001-42, com sede na cidade de São Paulo - SP, nas assembleias gerais extraordinárias realizadas em 30 de março de 2015 e 29 de abril de 2015:

I - Eleição de administradores;

II - Aumento do capital social em R$ 10.000.000,00, elevando-o para R$ 23.883.372,00, dividido em 23.883.272 ações nominativas, com valor nominal de R$ 1,00 cada, sendo 23.883.370 ações ordinárias de classe única, uma ação preferencial classe A e uma ação preferencial classe B;

III - Criação do comitê de auditoria; e

IV - Reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÁSSIO CABRAL KELLY

PORTARIA Nº 1.286, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Diretor de Autorizações da Susep, por meio da Portaria Susep/Dirat n. 259, de 7 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o artigo 4º do Decreto-Lei n. 261, de 28 de fevereiro de 1967 e o que consta do Processo Susep 15414.002014/2015-68, resolve:

Art. 1° Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de CARDIF CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ n. 11.467.788/0001-67, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 30 de março de 2015:

I - Eleição de administradores;

II - Criação do comitê de auditoria; e

III - Reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÁSSIO CABRAL KELLY

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA N° 1.916, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 1º do Decreto nº 3.453, de 9 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 10 de maio do mesmo ano, tendo em vista o constante dos respectivos processos administrativos que tramitaram no âmbito do Ministério da Justiça, resolve:

DECLARAR que readquiriram os direitos políticos, em virtude de haverem satisfeito as normas de alistamento militar, na forma da Lei nº 8.239, de 4 de outubro de 1991, e por se acharem prontos para suportar os ônus impostos pela lei aos brasileiros, dos quais se haviam eximido por decreto, os seguintes cidadãos:

ADILSON NUNES DA COSTA, filho de Antônio da Costa Neto e de Josita Nunes da Costa, nascido em 20 de dezembro de 1968, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e residente na cidade de Catumbi, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08018.007248/2015-17);

CLAUDOMIRO DA SILVA SANTOS, filho de Antônio João dos Santos e de Noemia Jesus dos Santos e Santos, nascido em 7 de junho de 1961, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e residente na cidade de Valparaiso de Goiás, Estado de Goiás (Processo nº 08000.027860/2015-97);

DANIEL JACINTO, filho de Manoel Jacinto e de Lurdes Augusta da Silva Jacinto, nascido em 9 de outubro de 1967, na cidade de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro e residente na cidade de Navegantes, Estado de Santa Catarina (Processo nº 08492.007479/2015-17);

JOEL ROBERTO RICARDA, filho de Salustrio Ricarda e de Iolanda Ricarda, nascido em 14 de outubro de 1968, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina e residente na cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina (Processo nº 08018.007311/2015-15);

JOSAFAT ELIAZOR TAVARES, filho de Sebastião Tavares e de Floripes da Silva Tavares, nascido em 7 de julho de 1961, na cidade de Muzambinho, Estado de Minas Gerais e residente na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (Processo nº 08001.006292/2015-81) e

SILVESTRE CASSIANO DA SILVA, filho de Severino Cassiano da Silva e de Cosma de França Silva, nascido em 23 de março de 1967, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e residente na cidade de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08018.007223/2015-13).

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA N° 1.917, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 1º do Decreto nº 3.453, de 9 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 10 de maio do mesmo ano, tendo em vista o constante dos respectivos processos administrativos que tramitaram no âmbito do Ministério da Justiça, resolve:

DECLARAR que readquiriram os direitos políticos, em virtude de haverem satisfeito as normas de alistamento militar, na forma da Lei nº 8.239, de 4 de outubro de 1991, e por se acharem prontos para suportar os ônus impostos pela lei aos brasileiros, dos quais se haviam eximido por decreto, os seguintes cidadãos:

ADEMIR BORGES DE LIMA, filho de Aparecido Borges de Lima e de Therezinha Clemente de Lima, nascido em 9 de abril de 1960, na cidade de Três Fronteiras, Estado de São Paulo e residente na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (Processo nº 08001.004623/2015-48);

ALBARY ALACID ALMEIDA, filho de Albary Lima de Almeida e de Maria Edith Lima de Almeida, nascido em 6 de março de 1968, na cidade de Cruz Machado, Estado do Paraná e residente na cidade de Curitiba, Estado do Paraná (Processo nº 08018.005763/2015-54);

ÁLVARO LUIS FIGUEIREDO FALCÃO, filho de José Pereira Falcão e de Vicentina da Costa Falcão, nascido em 23 de junho de 1961, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e residente na mesma cidade. (Processo nº 08018.005878/2015-49);

ANTÔNIO MANUEL SOUZA, filho de Manuel Eugênio de Souza e de Maria Mendes Vasconcelos, nascido em 11 de agosto de 1967, na cidade de Marco, Estado do Ceará e residente na cidade de Ananindeua, Estado do Pará (Processo nº 08018.005738/2015-71);

ANTÔNIO RODRIGUES DA SILVA NETO, filho de Antonio Rodrigues da Silva Junior e de Neusa Aparecida Ribeiro da Silva, nascido em 17 de maio de 1961, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e residente na mesma cidade (Processo nº 08001.004621/2015-59);

ASSUNÇÃO DA SILVA DE ALMEIDA, filho de Oliveira Rodrigues de Almeida e de Maria da Conceição da Silva, nascido em 10 de setembro de 1965, na cidade de Fonte Boa, Estado do Amazonas e residente na cidade de Manaus, Estado do Amazonas (Processo nº 08018.006448/2015-44);

CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA, filho de Landulfo Braz de Oliveira e de Luiza Teixeira de Oliveira, nascido em 15 de abril de 1964, na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais e residente na mesma cidade (Processo nº 08018.005674/2015-16);

CLAUDOMIRO GOMES MACEDO, filho de Antonio Joaquim Macedo e de Neli Gomes Macedo, nascido em 23 de março de 1965, na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná e residente na mesma cidade (Processo nº 08018.006598/2015-58);

DANIEL DE ALMEIDA PERSON, filho de Waldir Person e de Benedita Ferreira de Almeida Person, nascido em 20 de novembro de 1965, na cidade de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo e residente na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (Processo nº 08001.005679/2015-10);

DAVI GONÇALVES PEREIRA, filho de José Gonçalves Pereira e de Severina Maria Pereira, nascido em 15 de junho de 1966, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e residente na mesma cidade (Processo nº 08018.006686/2015-50);

DAVID BATISTA DE OLIVEIRA, filho de João Baptista de Oliveira e de Expedita Sena de Oliveira, nascido em 11 de maio de 1958, na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais e residente na mesma cidade (Processo nº 08018.005990/2015-80);

DIVALDO DA SILVA, filho de José Júlio da Silva e de Maria José da Silva, nascido em 15 de março de 1966, na cidade de Osasco, Estado de São Paulo e residente na mesma cidade (Processo nº 08018.006375/2015-91);

EDGAR CORRÊA DE OLIVEIRA, filho de Edgar Gonçalves de Oliveira e de Valdete Corrêa de Oliveira, nascido em 15 de fevereiro de 1965, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e residente na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná (Processo nº 08018.004800/2015-15);

EDMILSON DE LIMA, filho de Valdemar de Lima e de Isaltina Cupido de Lima, nascido em 19 de junho de 1964, na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo e residente na mesma cidade (Processo nº 08018.004762/2015-92);

EDMILSON SILVA CAMPOS, filho de Isaque Rodrigues de Campos e de Nair Silva Campos, nascido em 2 de janeiro de 1960, na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná e residente na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (Processo nº 08001.005027/2015-85);

EDUARDO ALVES, filho de Francisco de Assis Alves e de Marli Paiva Alves, nascido em 11 de janeiro de 1961, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e residente na mesma cidade (Processo nº 08018.006144/2015-87);

EDVALDO CARMO FILHO, filho de Edvaldo Janeiro do Carmo e de Maria de Lourdes Pales do Carmo, nascido em 5 de maio de 1961, na cidade de Encruzilhada, Estado da Bahia e residente na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (Processo nº 08001.004625/2015-37);

GENIVAL LIMA ALVES, filho de Nival José de Lima e de Mozanete Alves de Lima, nascido em 30 de setembro de 1961, na cidade de Iguatú, Estado do Ceará e residente na cidade de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo (Processo nº 08001.006198/2015-21);

GERSON DAVID DE OLIVEIRA, filho de Nivaldo de Oliveira e de Odette Apparecida Nomellini de Oliveira, nascido em 15 de outubro de 1965, na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo e residente na cidade de Americana, Estado de São Paulo (Processo nº 08018.007020/2015-19);

GILTON SIMIÃO BEZERRA, filho de Mario Simião Bezerra e de Francisca Vieira Bezerra, nascido em 28 de junho de 1962, na cidade de Narandiba, Estado de São Paulo e residente na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (Processo nº 08018.005641/2015-68);

HELIO DE SOUSA EPFANIO, filho de José Epfanio e de Edna de Sousa Epfanio, nascido em 10 de junho de 1958, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais e residente na cidade de Nova Serrana, Estado de Minas Gerais (Processo nº 08018.005643/2015-57);

HELIO TIANO LUCIA, filho de José Lucia e de Deijayme Tiane Lucia, nascido em 22 de setembro de 1960, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e residente na mesma cidade (Processo nº 08001.004780/2015-53);

ISAIAS LOURENÇO DA SILVA, filho de Severino Lourenço da Silva e de Sebastiana Ribeiro da Cruz Silva, nascido em 19 de abril de 1965, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e residente na mesma cidade (Processo nº 08000.022175/2015-74);

JACINTO DE OLIVEIRA JÚNIOR, filho de Jacinto de Oliveira e de Terezinha de Paula, nascido em 1 de outubro de 1966, na cidade de Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro e residente na cidade de Brasília, Distrito Federal (Processo nº 08018.006545/2015-37);

JAYME LIMA DOS SANTOS, filho de Eugenio Vieira dos Santos e de Maria Lima dos Santos, nascido em 2 de novembro de 1959, na cidade de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná e residente na cidade de Várzea Grande, Estado do Mato Grosso (Processo nº 08018.006874/2015-88);

JESUINO ALVES DA SILVA, filho de Rodolfo Alves da Silva e de Carmelina Alves da Silva, nascido em 3 de outubro de 1959, na cidade de Arapongas, Estado do Paraná e residente na cidade de Curitiba, Estado do Paraná (Processo nº 08018.005564/2015-46);

JOÃO FRANCISCO DA SILVA, filho de José Francisco da Silva e de Benedita Antonia dos Santos, nascido em 11 de julho de 1960, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e residente na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo (Processo nº 08018.006990/2015-05);

JOÃO MOYA PESSOA, filho de Claudemiro Pessoa e de Josefa Moya Pessoa, nascido em 24 de agosto de 1965, na cidade de Santo André, Estado de São Paulo e residente na mesma cidade (Processo nº 08001.004653/2015-54);

JOÃO ROSA DE LIMA, filho de Joaquim Rosa de Lima Filho e de Josefa Sarmento, nascido em 2 de abril de 1950, na cidade de Itápolis, Estado de São Paulo e residente na cidade de Santo André, Estado de São Paulo (Processo nº 08001.004624/2015-92);

JOEL RONILDO GERMANO DA SILVA, filho de Aparecido Germano da Silva e de Benedicta Fortunato Silva, nascido em 20 de março de 1959, na cidade de Limeira, Estado de São Paulo e residente na mesma cidade (Processo nº 08018.004456/2015-56);

JORGE MANOEL MENDES, filho de Ernesto Mendes e de Maria da Conceição Mendes, nascido em 28 de setembro de 1958, na cidade de Valinhos, Estado de São Paulo e residente na cidade de Campinas, Estado de São Paulo (Processo nº 08018.006449/2015-99);

JOSÉ CARLOS BRONDANI, filho de Alceu Brondani e de Deolinda Vieira Brondani, nascido em 24 de março de 1961, na cidade de Martinopolis, Estado de São Paulo e residente na cidade de Marília, Estado de São Paulo (Processo nº 08018.003325/2015-51);

JOSÉ RAIMUNDO PEDRO, filho de José Pedro de Oliveira e de Maria Josefa da Conceição, nascido em 7 de abril de 1957, na cidade de Limoeiro, Estado de Pernambuco e residente na cidade de São Lourenço da Mata, Estado de Pernambuco (Processo nº 08018.006626/2015-37);

JOSUÉ DE ANDRADE, filho de Paulo de Andrade e de Madalena da Silva Andrade, nascido em 11 de junho de 1960, na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo e residente na mesma cidade (Processo nº 08018.004694/2015-61);

KAMAR OLIVEIRA DOS SANTOS, filho de José Gomes dos Santos e de Maria de Lourdes Oliveira dos Santos, nascido em 22 de setembro de 1965, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará e residente na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08018.006683/2015-16);

LOURIVAL ROSA CAMPOS, filho de Osvaldo Rosa Campos e de Alcidina Geraldina Campos, nascido em 25 de fevereiro de 1957, na cidade de Divino São Lourenço, Estado do Espírito Santo e residente na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08018.007119/2015-11);

LUIZ AUGUSTO BRITO RODRIGUES, filho de Vitalina Maria Rodrigues, nascido em 11 de maio de 1961, na cidade de Crato, Estado do Ceará e residente na cidade de Jabaquara, Estado de São Paulo (Processo nº 08001.004779/2015-29);

LUIZ ZOLAIR ALVES DA CRUZ, filho de João Zeferino da Cruz e de Santa Julia Alves da Cruz, nascido em 12 de outubro de 1963, na cidade de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul e residente na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08018.005506/2015-12);

MÁRCIO WALDIR MOREIRA, filho de Francisco Aladino Moreira e de Eulina Gentini Moreira, nascido em 12 de novembro de 1963, na cidade de Santo André, Estado de São Paulo e residente na mesma cidade (Processo nº 08001.005028/2015-20);

MARCO ANTONIO BATISTA CARVALHO, filho de Antonio Reis Carvalho e de Maria Lenir Batista Carvalho, nascido em 7 de março de 1962, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul e residente na cidade de Cascavel, Estado do Paraná (Processo nº 08018.007021/2015-63);

MARCOS ANTONIO MORO, filho de Jocondo Moro e de Maria Nilta Moro, nascido em 23 de fevereiro de 1966, na cidade de Tupassi, Estado do Paraná e residente na cidade de Balneário Comboriú, Estado de Santa Catarina (Processo nº 08018.006137/2015-85);

MARINILTON QUINTANILHA, filho de Nilton Marinho Quintanilha e de Marizelia Brito Quintanilha, nascido em 22 de dezembro de 1967, na cidade de Salvador, Estado da Bahia e residente na cidade de Curitiba, Estado do Paraná (Processo nº 08018.007168/2015-53);

MAURY EZEQUIEL CORRÊA FILHO, filho de Maury Ezequiel Corrêa e de Dercy Loyola Corrêa, nascido em 25 de outubro de 1967, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e residente na cidade de Laranjal, Estado de Minas Gerais (Processo nº 08018.004597/2015-79);

MIGUEL ARCANJO BARBOSA FONTELA, filho de Pedro Fontela e de Maria Marces Barbosa Fontela, nascido em 12 de outubro de 1954, na cidade de São Luiz Gonzaga, Estado do Rio Grande do Sul e residente na cidade de Butiá, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08018.006229/2015-65);

NICIMAR DE SOUSA OSÓRIO, filho de Bernardo de Sousa Osório e de Ordália Pires Osório, nascido em 15 de julho de 1966, na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais e residente na mesma cidade (Processo nº 08018.006210/2015-19);

OSCAR MIGUEL FORSTER, filho de Odilon Reinoldo Forster e de Valiria Helina Farth Forster, nascido em 20 de janeiro de 1965, na cidade de Não Me Toque, Estado do Rio Grande do Sul e residente na cidade de Toledo, Estado do Paraná (Processo nº 08018.006901/2015-12);

OSMAR SILVA JÚNIOR, filho de OSMAR SILVA e de MARIA JOSÉ ALVES DA SILVA, nascido em 23 de novembro de 1967 e residente na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará e residente na mesma cidade (Processo nº 08018.002725/2015-40);

PAULO ROGÉRIO SOARES, filho de Ivaldo Luiz Soares e de Clarice Gonçalves Soares, nascido em 27 de agosto de 1964, na cidade de Osasco, Estado de São Paulo e residente na mesma cidade (Processo nº 08018.006020/2015-00);

PETRONINO BRETANHA, filho de João Bretanha e de Alice Bertuola Bretanha, nascido em 28 de novembro de 1958, na cidade de Cubatão, Estado de São Paulo e residente na cidade de Botucatu, Estado de São Paulo (Processo nº 08018.007085/2015-64);

RAIMUNDO FLAVIO CHAVES DE MORAIS, filho de Manoel Morais de Carvalho e de Raimunda Chaves de Morais, nascido em 25 de março de 1966, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará e residente na cidade de Maracanau, Estado do Ceará (Processo nº 08018.005989/2015-55);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ROBERTO SILVA, filho de Hitamar Silva e de Nilza dos Santos Silva, nascido em 11 de novembro de 1965, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e residente na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais (Processo nº 08018.004070/2015-44);

RODIVALDO MARCHI, filho de Bento Marchi e de Maria Sebastiana Marchi, nascido em 4 de fevereiro de 1966, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina e residente na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina (Processo nº 08494.006646/2015-92);

RUI MIGUEL PAZ AZEVEDO, filho de João Carneiro de Azevedo e de Maria José Paz de Azevedo, nascido em 29 de setembro de 1963, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas e residente na mesma cidade (Processo nº 08018.006086/2015-91);

SÉRGIO MURILO AMORIM, filho de Pedro Amorim e de Marília Oliveira Amorim, nascido em 5 de março de 1963, na cidade de Florianopólis, Estado de Santa Catarina e residente na mesma cidade (Processo nº 08018.003605/2015-60);

SERGIO SANTOS FERREIRA, filho de Antonio Jeronimo Ferreira e de Maria Celina dos Santos Ferreira, nascido em 21 de março de 1961, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e residente na mesma cidade (Processo nº 08018.006597/2015-11);

SERGIO SETAGAVA, filho de Kiyoshi Setagava e de Maria Rodrigues da Silva Setagava, nascido em 29 de maio de 1969, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo e residente na cidade de Curitiba, Estado do Paraná (Processo nº 08018.005762/2015-18);

TALMIR SÉRGIO ESPINDOLA, filho de Campolino Carlos Espindola e de Nadir Espindola, nascido em 5 de novembro de 1954, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina e residente na mesma cidade (Processo nº 08018.005397/2015-33);

VALDER MUNHOZ, filho de Armandio Munhoz e de Dirce Padovani Munhoz, nascido em 11 de abril de 1961, na cidade de Estrela D'Oeste, Estado de São Paulo e residente na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais (Processo nº 08018.004855/2015-17);

VILSON GONÇALVES, filho de Antônio Feliciano Gonçalves e de Osmarina Maria Gonçalves, nascido em 7 de fevereiro de 1961, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina e residente na cidade de São José, Estado de Santa Catarina (Processo nº 08490.008349/2015-11);

VLADIMIR JORGE PEREIRA, filho de Sylvio Jorge Pereira e de Josefa Gomes Pereira, nascido em 9 de abril de 1961, na cidade de Bauru, Estado de São Paulo e residente na cidade de Ibiúna, Estado de São Paulo (Processo nº 08001.005029/2015-74);

WANDERLEI BARBOSA RODRIGUES, filho de Roque Barbosa Rodrigues e de Zayra de Brito Rodrigues, nascido em 2 de junho de 1966, na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais e residente na mesma cidade (Processo nº 08018.005938/2015-23) e

WILSON LEPORAES FILHO, filho de Wilson Leporaes e de Lygia Casilha Leporaes, nascido em 23 de dezembro de 1958, na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e residente na cidade de Rio das Ostras, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08018.006685/2015-13).

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA N° 1.918, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 15ª Sessão Plenária, realizada no dia 16 de outubro de 2015, no Requerimento de Anistia nº. 2002.01.13951, resolve:

Dar provimento parcial ao Recurso interposto por JOSE SALUSTIANO SILVA, portador do CPF nº 052.023.021-34, para declará-lo anistiado político, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 30 (trinta) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 23.640,00 (vinte e três mil, seiscentos e quarenta reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA N° 1.919, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 17ª Sessão Plenária, realizada no dia 23 de outubro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.08900, resolve:

Não conhecer o pedido de Reconsideração interposto por TEREZA DE LIMA, portadora do CPF nº 968.787.709-04, em nome de JOÃO LEONEL DE LIMA SOBRINHO post mortem, filho de DIVA ROSA DA SILVA, e ratificar a Portaria Ministerial n.º 2778 de 21 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 24 de agosto de 2009.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA N° 1.920, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 17ª Sessão Plenária, realizada no dia 23 de outubro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.29931, resolve:

Desprover o Recurso interposto por MARIO RUBENS RODRIGUES, portador do CPF nº 076.883.507-00, e indeferir o Requerimento de Anistia.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA N° 1.921, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 17ª Sessão Plenária, realizada no dia 23 de outubro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.06920, resolve:

Desprover o Recurso interposto por AMAURY WENCESLAU DOS SANTOS, portador do CPF nº 018.427.224-68, e ratificar a Portaria Ministerial n.º 0890 de 13 de maio de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2005.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA N° 1.922, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão Plenária, realizada no dia 23 de julho de 2015, no Requerimento de Anistia n° 2003.01.16879, resolve:

Dar provimento ao Recurso interposto por DARCI RODRIGUES DE SOUZA, portador do CPF nº 301.078.737-53, para retificar a Portaria Ministerial n.º 1242, de 05 de maio de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 07 de maio de 2004, para ratificar a condição de anistiado político, reconhecer o direito às promoções ao posto de Capitão com os proventos de Major e as respectivas vantagens, conceder reparação econômica, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 16.388,46 (dezesseis mil, trezentos e oitenta e oito reais e quarenta e seis centavos), e conceder efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 23.07.2015 a 02.01.1998, perfazendo um total retroativo de R$ 1.348.704,42 (um milhão, trezentos e quarenta e oito mil, setecentos e quatro reais e quarenta e dois centavos), resultante da diferença entre os proventos de Major a que faz jus e os proventos de 2º Tenente que vem percebendo, nos termos do artigo 1°, incisos I e II, artigo 9°, Parágrafo Único, e artigo 14, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA N° 1.923, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 17ª Sessão Plenária, realizada no dia 23 de outubro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.05346, resolve:

Desprover o Recurso interposto por EILEEN MARYA CAIROLI, portadora do CPF nº 114.575.068.07, e declarar anistiado politico post mortem CARLOS MOLINARI CAIROLI, filho de MARIA MOLINARI CAIROLI, nos termos do artigo 1º, incisos I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA N° 1.924, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 12ª Sessão Plenária, realizada no dia 23 de setembro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.29263, resolve:

Dar provimento parcial ao Recurso, para ratificar a condição de anistiado político post mortem de ASTÉRIO DOS SANTOS, filho de ARLINDA FERNANDES DOS SANTOS, e conceder a HERCILIA SIQUEIRA DOS SANTOS, portadora do CPF nº 622.061.847-53, a substituição da pensão por morte de anistiado político, que recebe do INSS no valor de R$ 857,70 (oitocentos e cinqüenta e sete reais e setenta centavos), sob o número NB 59/043.536.921-0, pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.290,00 (um mil e duzentos e noventa reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 23.09.2015 a 05.10.1988, perfazendo um total retroativo de R$ 151.564,38 (cento e cinquenta e um mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e trinta e oito centavos), calculados sobre a diferença de R$ 432,30 (quatrocentos e trinta e dois reais e trinta centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 19, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA N° 1.925, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 15ª Sessão Plenária, realizada no dia 16 de outubro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2005.01.50378, resolve:

Dar provimento ao recurso interposto por JAIR MOREIRA CESAR, portador do CPF nº 313.503.998-68, declarar anistiado político, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 16.10.2015 a 05.04.2000, perfazendo um total retroativo de R$ 403.733,33 (quatrocentos e três mil, setecentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 28.07.1971 a 21.06.1976, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA N° 1.926, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 17ª Sessão Plenária, realizada no dia 23 de outubro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2001.03.01014, resolve:

Dar provimento ao recurso interposto por MANOEL SERGIO VALIM, portador do CPF nº 261.196.847-00, ratificar a condição de anistiado político, e retificar a Portaria nº 2032 de 15 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 16 de outubro de 2008, para conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c/c artigo 4°, § 2°, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA N° 1.927, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de outubro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.06428, resolve:

Não conhecer o pedido de Reconsideração interposto por ROSEMIRO DE OLIVEIRA, portador do CPF nº 085.656.512-15, e ratificar a Portaria Ministerial n.º 1.022 de 06 de maio de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 07 de maio de 2009.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA N° 1.928, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de outubro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.44405, resolve:

Desprover o Recurso interposto por AMELIA QUEIROZ BATISTA, portadora do CPF nº 080.436.042-15, em nome de AGRIPINO BATISTA CERQUEIRA post mortem, filho de ADALZIRA RODRIGUES CERQUEIRA, e indeferir o Requerimento de Anistia.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA N° 1.929, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 12ª Sessão Plenária, realizada no dia 23 de setembro de 2015, no Requerimento de Anistia nº. 2002.01.14074, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Dar provimento ao Recurso interposto por CARLOS ORZECHOWSKI, portador do CPF nº 795.465.449-49, para declará-lo anistiado político, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 30 (trinta) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 23.640,00 (vinte e três mil, seiscentos e quarenta reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 1982, de 05 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União, de 08 de dezembro de 2014, Seção 1, página 40, onde se lê: "... nacionalidade eslovaca..." leia-se: "... nacionalidade eslovena.".

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL

Em 17 de novembro de 2015

Nº 1.345. Ato de Concentração nº 08700.010652/2015-61. Requerentes: Honeywell International Inc. e Sigma-Aldrich Laborchemikalien. Advogados: Franscico Ribeiro Todorov, Bárbara Rosemberg e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.418. Ato de Concentração nº 08700.010373/2015-06. Requerentes: ESHO - Empresa de Serviços Hospitalares SA, Hospitais Associados de Pernambuco Ltda., Topimagem Diagnóstico por Imagem Ltda., Dilab Medicina Nuclear Ltda., Multiangio Ltda., Hemonefro - Hemodiálise e Nefrologia Ltda. e Medalliance Net Ltda. Advogados: Carolina Maria Matos Vieira, Joyce Midori Honda e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.421. Ato de Concentração nº 08700.010922/2015-34. Requerentes: Agenciaclick Mídia Interativa S.A. e Pontomobi Tecnologia Informática Ltda.. Advogados: Tiago Machado Cortez e Maria Amoroso Wagner. Decido pela aprovação sem restrições.

EDUARDO FRADE RODRIGUES

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

PORTARIA Nº 409, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, e no uso das atribuições delegadas pelo art. 1º, inciso I e II, da Portaria SE nº 501, de 29 de maio de 2014, resolve:

Art. 1ºFica divulgado o resultado da apuração da meta institucional estabelecida pela Portaria DEPEN nº 386, de 22 de outubro de 2015, relativo ao sexto ciclo de avaliação de desempenho.

Art. 2º A avaliação refere-se ao período de 1º de novembro de 2014 à 31 de outubro de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO

Descrição da Meta	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Meta Prevista	Resultado
Garantir o cumprimento das determinações judiciais de inclusões de presos no Sistema Penitenciário Federal, bem como as exclusões e transferências desses presos, na forma estabelecida na Lei federal nº 11.671, de 2008.	100 - (quantidade de determinações judiciais não cumpridas no período x 100/ número de determinações judiciais no período)	Percentual	100%	100 - (0*100/427) = 100

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 4.146, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4206 - DPF/CRU/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES XAVIER LTDA, CNPJ nº 01.611.925/0002-12 para atuar em Pernambuco.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.209, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4187 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GR - GARANTIA REAL SEGURANCA LTDA., CNPJ nº 68.317.817/0005-55, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 2201/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.280, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4033 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DELTPRONT SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME, CNPJ nº 20.024.488/0001-02, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 2310/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.309, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4557 - DPF/SOD/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AGROPECUARIA DOIS LAGOS LTDA, CNPJ nº 17.140.425/0001-07 para atuar em São Paulo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.310, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4571 - DELESP/DREX/SR/DPF/MT, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO GOIABEIRAS SHOPPING CENTER, CNPJ nº 33.711.029/0001-30 para atuar no Mato Grosso.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.314, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/3597 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROVIG FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA, CNPJ nº 57.276.206/0001-66, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em São Paulo com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 2035/2015 (CNPJ nº 57.276.206/0001-66) e nº 2036/2015 (CNPJ nº 57.276.206/0004-09).

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.321, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4728 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ESSENCIAL SISTEMA DE SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 05.457.677/0001-77, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5000 (cinco mil) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.331, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/3224 - DPF/IJI/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa STV - SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 88.191.069/0012-43, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 1969/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.342, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4801 - DPF/MCE/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES RIO DAS OSTRAS, CNPJ nº 18.606.201/0001-00, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

9000 (nove mil) Espoletas calibre 38

2000 (dois mil) Gramas de pólvora

9000 (nove mil) Projéteis calibre 38

1000 (uma mil) Espoletas calibre .380

1000 (um mil) Projéteis calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ALVARÁ Nº 4.351, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4126 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa QUILOMBO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPCOES S/A, CNPJ nº 54.843.230/0001-41 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2400/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.355, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4323 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIAÇAO JARDINS ATENAS, CNPJ nº 05.754.980/0001-31 para atuar em Goiás.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.358, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/3974 - DELESP/DREX/SR/DPF/TO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0052-85, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores e Segurança Pessoal, para atuar em Tocantins com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 2248/2015 (CNPJ nº 17.428.731/0052-85) e nº 2409/2015 (CNPJ nº 17.428.731/0053-66).

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.362, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4149 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa QSL SEGURANÇA PRIVADA EIRELI - ME, CNPJ nº 19.235.778/0001-08, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 2317/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.369, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4174 - DPF/SNM/PA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BRANCO CURSOS DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 04.893.215/0001-30, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 2229/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.372, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4196 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa POLLUS SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 61.850.574/0001-43, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

8 (oito) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC)

36 (trinta e seis) Munições no calibre 12 (doze) com projéteis de borracha ou plástico

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.375, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4220 - DPF/CXS/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROTESUL VIGILANCIA CAXIENSE LTDA, CNPJ nº 92.870.278/0001-38, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 2283/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.378, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4319 - DPF/AQA/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MARCHESAN IMPLEMENTOS E MÁQUINAS AGRICOLAS TATU S/A, CNPJ nº 52.311.289/0001-63 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2392/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.381, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4396 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ANDRADE SERVIÇO DE SEGURANÇA E VIGILANCIA S/S LTDA, CNPJ nº 17.551.327/0001-54, sediada no Ceará, para adquirir:

Da empresa cedente ULTRA VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 05.594.403/0001-20:

11 (onze) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

132 (cento e trinta e duas) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.382, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4488 - DPF/CAS/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa GPMRV SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI - EPP, CNPJ nº 20.164.044/0001-64, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente GOLD ALFA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI, CNPJ nº 12.058.738/0001-99:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente GOLD ALFA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI, CNPJ nº 12.058.738/0001-99:

120 (cento e vinte) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.383, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4511 - DELESP/DREX/SR/DPF/PI, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CASTELO VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 14.151.949/0001-05, sediada no Piauí, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

9 (nove) Revólveres calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.387, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4073 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MR.GUN CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEICOAMENTO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 03.485.700/0001-01, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 2311/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.388, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4106 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa ADSERVIG VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 05.497.780/0002-21, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2334/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.390, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4283 - DPF/SJE/SP, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa TUPÃ VIGILANCIA & SEGURANCA EIRELI - ME, CNPJ nº 23.050.026/0001-40, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2263/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.392, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4337 - DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa RG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 13.019.295/0003-51, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 2380/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ALVARÁ Nº 4.393, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4363 - DPF/SCS/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CERTASK-CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 00.717.545/0001-13, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 2341/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.396, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4448 - DPF/NIG/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RIOFORTE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 17.324.127/0001-69, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 2344/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.399, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4520 - DPF/NIG/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FRIGOEDEN ARMAZENS GERAIS E LOGISTICA LTDA, CNPJ nº 10.539.549/0001-02 para atuar no Rio de Janeiro.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.403, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4599 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa URUBUPUNGA TRANSPORTES E TURISMO LTDA, CNPJ nº 56.139.041/0001-18 para atuar em São Paulo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.406, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4753 - DPF/VRA/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa FLVMEN VIGILANCIA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 18.294.874/0001-64, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Revólveres calibre 38

180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.411, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4868 - DPF/SJK/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ENGESEG EMPRESA ESPECIALIZADA NA FORMAÇÃO DE VIGILANTES, CNPJ nº 65.053.365/0001-20, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

60000 (sessenta mil) Espoletas calibre 38

5000 (cinco mil) Gramas de pólvora

60000 (sessenta mil) Projéteis calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.412, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4869 - DELESP/DREX/SR/DPF/RO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CIESE CENTRO DE INSTRUCAO ESPECIALIZADO EM SEGURANCA LTDA., CNPJ nº 00.955.520/0001-58, sediada em Rondônia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

50000 (cinquenta mil) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.419, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4771 - DPF/GRA/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CERCHOP BEBIDAS LTDA, CNPJ nº 73.375.537/0001-00 para atuar no Paraná.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.428, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/3988 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GARRA ESCOLTA, VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 04.262.215/0001-31, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 2030/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

Tendo em vista o disposto na Portaria MJ 1.700/2011, DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação da residência provisória em permanente, abaixo relacionado(s), com base no art. 7º da Lei 11.961/2009:

Processo Nº 08260.009006/2011-54 - AMARO JESUS MAHUIDA RAMOS SAEZ

Processo Nº 08495.002911/2011-20 - JUSTO CAYU CAYUMAN

Processo Nº 08505.093262/2011-00 - ROULA ABDOUNI

Processo Nº 08505.097209/2011-70 - YING SHANG

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08436.004511/2013-15 - AUGUSTO RAMOS DA SILVA

Processo Nº 08505.073690/2014-51 - LUCAS HERNAN OVIEDO

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08460.005736/2014-72 - MARCOS ERIC ORTIZ RADESCA

Processo Nº 08506.001305/2015-44 - RENZO GROVER FABIAN ESPINOZA

DEFIRO o pedido de permanência com base em prole, ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08505.007379/2013-32 - JIAQI XU e PING-PING SHE

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência nos termos da Resolução Normativa nº 06/1997 do Conselho Nacional de Imigração. abaixo relacionados.

Processo Nº 08505.067472/2013-04 - MARYAM SHAYANFAR

Processo Nº 08505.082858/2013-38 - FAEZEH FARAJESSHADAN

INDEFIRO o presente pedido de permanência, tendo em vista o estrangeiro encontrar-se fora do país, inviabilizando a instrução processual.

Processo Nº 08706.001782/2012-19 - FLAVIO CAPRIOGLIO

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO os Pedidos de Prorrogação de Estada no País, abaixo relacionados.

Processo Nº 08000.005225/2015-59 - ADAN VALENTIN LAINETTE MOTA, até 11/03/2016

Processo Nº 08000.002041/2015-37 - PUGAZHANTHI NALLATHAMBI, até 20/03/2016

Processo Nº 08000.011306/2015-98 - COLIN RICHARD SHANKS, até 07/12/2017

Processo Nº 08000.013075/2015-57 - ROLF JUERGEN LAUW, até 10/06/2016

Processo Nº 08000.015231/2015-14 - STEPHEN EBING, até 07/07/2016

Processo Nº 08000.000106/2015-18 - RYAN EDWARD SICORD, até 31/01/2017

Processo Nº 08000.000512/2015-72 - ANTHONY WILLIAM MARTIN, até 27/07/2017

Processo Nº 08000.001977/2015-41 - VERNON LEE PARROTT, até 25/04/2016

Processo Nº 08000.005314/2015-03 - JILSON SULQUIANO SOLSOLOY, até 20/04/2017

Processo Nº 08000.011535/2015-11 - GEANI ANGHELUTA, até 29/07/2017

Processo Nº 08000.013072/2015-13 - MLADEN KUZMANIC, até 14/04/2017

Processo Nº 08000.013731/2015-11 - TOMOHIRO YAMASAKI, até 26/06/2016

Processo Nº 08000.015664/2015-70 - GUNNAR BOROE, até 18/08/2017

Processo Nº 08000.018783/2015-84 - GEORG HERMANN DAVIDSEN, até 29/08/2017

Processo Nº 08000.020525/2015-68 - ALIN LEONARD BUDURESCU, até 27/08/2016

Processo Nº 08000.021365/2015-74 - KLAUS JOERGEN THORP PEDERSEN, até 31/01/2016

Processo Nº 08000.022461/2015-30 - JOSE RICHARD MONTENEGRO CORDOVA, até 12/11/2017

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO os Pedidos de Prorrogação de Estada no País abaixo relacionado. Outrossim, informo que os estrangeiros deveram ser autuados por infringir o disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.

Processo Nº 08000.014269/2015-70 - ERIC STEPHEN NICKERSON, até 29/01/2017

Processo Nº 08000.015056/2015-65 - JONATHAN DREW PARISH, até 08/12/2016

Processo Nº 08000.017972/2015-30 - STEINAR SANDVIK, até 17/06/2017

Considerando a manifestação do Ministério do Trabalho e Emprego que constatou a ausência do pré-cadastro, INDEFIRO os pedidos de prorrogação do prazo de estada no País. abaixo relacionados

Processo Nº 08000.026883/2015-84 - OLEKSIY YAKYMETS

Processo Nº 08000.027771/2015-41 - FEDERICO ARQUILLANO MANERA

MULLER LUIZ BORGES

Determino o ARQUIVAMENTO do(s) processo(s), por já ter decorrido prazo(s) superior(s) ao da(s) estada(s) solicitada(s). abaixo relacionados;

Processo Nº 08000.017733/2014-07 - KADEN JEFFREY ADMS

Processo Nº 08000.017786/2014-10 - CODY DAVID CORRINGTON

Processo Nº 08081.000143/2014-84 - GISSELLLE STELA MAGALI AREVALO MARTINEZ

Processo Nº 08109.002660/2014-32 - LARS MATTIAS JONSSON

Processo Nº 08375.000840/2014-30 - AUGUSTO JOSÉ

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº 08793.000983/2014-11 - SIMBA DANIEL DA GLORIA SAMULUNGA
Processo Nº 08057.002190/2013-89 - INYENE UDOM
Processo Nº 08102.001237/2013-02 - LISSY PINHEIRO SILVA
Processo Nº 08270.007017/2013-42 - VIEZZER VICENTE MENDES
Processo Nº 08270.018931/2013-19 - VENICIANO FLUGENCIO INACIO SILVA NOSOLINY
Processo Nº 08270.021276/2013-86 - VANUSA ANTONIO SAMBU
Processo Nº 08270.022603/2013-17 - KAROLINA SKERCZYNSKA
Processo Nº 08280.005671/2013-01 - LUIS CARLOS HERNANDEZ HERNANDEZ
Processo Nº 08280.005857/2013-51 - LUSIBETTY EUSEBIO ESPIRITO SANTO TRIGUEIROS
Processo Nº 08352.000196/2014-68 - KEVEN LOPES BARROS BRITO
Processo Nº 08353.003269/2013-82 - LUIS ALEJANDRO SAUD LEANO
Processo Nº 08389.004727/2013-93 - VILMA AGUILAR CORDOVA
Processo Nº 08389.004955/2013-63 - KAREN JOHANNA BOMBON POZO
Processo Nº 08444.000459/2014-18 - VANITO IANIUM VIEIRA CA
Processo Nº 08444.000533/2013-15 - LINA PAOLA RUBIO SAAVEDRA
Processo Nº 08444.007505/2012-30 - LUCIA SALVO ALVAREZ
Processo Nº 08444.012215/2013-99 - ABI SAMBU
Processo Nº 08458.001932/2013-36 - KIM SANDY AYODELE BANKOLE
Processo Nº 08495.000268/2014-42 - VICTOR BRITO
Processo Nº 08495.000435/2014-55 - LONGUINHOS DA SILVA
Processo Nº 08495.000437/2014-44 - VENANCIO SARMENTO
Processo Nº 08495.004822/2013-80 - KEELIA MC KELVIE FABER
Processo Nº 08495.005045/2013-91 - KEVIN OLIVIER LAMY BONNET
Processo Nº 08506.015357/2013-36 - KEVIN LEANDRO BARBOSA DIAS
Processo Nº 08707.001273/2013-59 - VICTOR MARQUES DA SILVA MASCARENHAS

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
p/Delegação de Competência

RETIFICAÇÕES

No Diário Oficial da União de 20/10/2015, Seção 1, pág. 27,
Onde se lê: DEFIRO (os) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no país, do(s) temporário(s) Item IV, abaixo relacionado (s) :
Processo Nº 08354.010082/2014-14 - FELIPE ANDRES ZURITA GARRIDO, até: 10/02/2016.
Leia-se DEFIRO (os) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no país, do(s) temporário(s) Item IV, abaixo relacionado (s) :
Processo Nº 08354.010082/2014-14 - FELIPE ANDRES ZURITA GARRIDO, XIMENA PAZ ROZAS HUERTA e AMARO ANTONIO ZURITA ROZAS, até: 10/02/2016.

No Diário Oficial da União de 23/10/2015, Seção 1, pág. 34,
Onde se lê: Processo Nº 08390.006001/2014-37 - NAOOKI KANEMATSU e YUMA KANEMATSU
Leia-se: Processo Nº 08390.006001/2014-37 - NAOOKI KANEMATSU, YOSHIMI KANEMATSU e YUMA KANEMATSU

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 155, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Filme: A ESPADA DA VINGANÇA (SWORD OF VENGEANCE, Reino Unido - 2015)
Produtor(es): Julian Unthank/Matthew Read
Diretor(es): Jim Weedon
Distribuidor(es): PARAMOUNT HOME MEDIA DISTRIBUTION BRAZIL
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Ação
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Conteúdo Sexual e Violência Extrema
Processo: 08000.030243/2015-79
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Série: A LENDA DE SLEEPY HOLLOW - 2ª TEMPORADA (+ADICIONAIS) (SLEEPY HOLLOW - SEASON 2, Estados Unidos da América - 2014)
Episódio(s): 01 A 18
Produtor(es): Mark Goffman/Heather Kadin/Alex Kurtzman
Diretor(es): Ken Olin/Douglas Aarniokoski/Paul A Edwards
Distribuidor(es): FOX SONY PICTURES HOME ENTERTAINMENT DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08000.030250/2015-71
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: SIMPLESMENTE ACONTECE - VERSÃO EDITADA (LOVE, ROSIE, Estados Unidos da América - 2013)
Produtor(es): Simon Brooks/Robert Kulzer
Diretor(es): Christian Ditter
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia/Romance
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08000.031043/2015-33
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: MORTE SÚBITA (CASUAL VACANCY, Reino Unido - 2015)
Produtor(es):
Diretor(es): Jonny Campbell
Distribuidor(es): SONY DADC BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO VÍDEO-FONOGRÁFICA LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08000.031563/2015-46
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: AWAKE (AWAKE - THE LIFE OF PARAMAHANSA YOGANANDA, Estados Unidos da América - 2013)
Produtor(es): Peter Rader/Lisa Leeman/Paola Di Florio
Diretor(es): Paola Di Florio
Distribuidor(es): CIRCUITO CINEARTE LTDA. / ESPAÇO FILMES
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08000.032470/2015-39
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: POLICARPO (POLYCARP, Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): Henline Productions
Diretor(es): Joe Hemline
Distribuidor(es): GRAÇA FILMES LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.033314/2015-95
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: A BRUXA (THE WITCH, Canadá / Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): Jay Van Hoy
Diretor(es): Robert Eggers
Distribuidor(es): Columbia Tristar Buena Vista Films of Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Gênero: Terror
Tipo de Análise: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Violência , Nudez e Conteúdo impactante
Processo: 08000.033317/2015-29
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: NO CORAÇÃO DO MAR (IN THE HEART OF THE SEA, Estados Unidos da América - 2014)
Produtor(es): Brain Crazer
Diretor(es): Ron Howard
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.033454/2015-63
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Show Musical: PLACEBO - MTV UNPLUGGED (Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): Vertigo / Capitol
Diretor(es): Chis Howe
Distribuidor(es): Sony Music Entertainment Brasil Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.033674/2015-97
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: PRESSÁGIOS DE UM CRIME (SOLACE, Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): Thomas Augsberger/Sean Bailey/Outros
Diretor(es): Afonso Poyart
Distribuidor(es): DIAMOND FILMS DO BRASIL PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO AUDIOVISUAL LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Suspense
Tipo de Análise: Pen Drive
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.033998/2015-25
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: MALALA (HE NAMED ME MALALA, Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): Davis Guggenheim/Walter Parkes/Laurie Macdonald
Diretor(es): Davis Guggenheim
Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Análise: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08000.034106/2015-11
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: OLHOS DA JUSTIÇA (SECRET IN THEIR EYES, Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): Gran Via Productions/Im Global Ingnious Media/Outros
Diretor(es): Billy Ray
Distribuidor(es): DIAMONDS FILMS DO BRASIL PRODUÇÃO E DISTRIBUIDORA AUDIOVISUAL LTDA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Suspense
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.034107/2015-58
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: CIRCO VOADOR - A NAVE (Brasil - 2015)
Produtor(es): Associação Circo Voador/Kanoa Edição de Filmes
Diretor(es): Tainá Menezes
Distribuidor(es): CINESANTA FILMES
Classificação Pretendida: Não Informado
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Drogas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001099/2015-84
Requerente: CINESANTA FILMES

Filme: A MORTE DE J.P. CUENCA (Brasil - 2015)
Produtor(es): DM Filmes e Produções Artísticas Ltda.
Diretor(es): João Paulo Cuenca
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezoito anos
Contém: Sexo Explícito , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001119/2015-17
Requerente: DM FILMES E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.

Filme: DIMINUTIVOS (Brasil - 2014)
Produtor(es): Pátio Vazio
Diretor(es): Luciana Mazeto/Vinícius Lopes
Distribuidor(es): PÁTIO VAZIO
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Infantil
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Medo
Processo: 08017.001125/2015-74
Requerente: PÁTIO VAZIO PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS, ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA

Filme: CAMINHÃO DE CAVALO (Brasil - 2011)
Produtor(es): Setembro Produções Culturais Ltda - ME
Diretor(es): Adriano Justino
Distribuidor(es): MORO FILMES (MORO COMUNICAÇÃO EIRELI - ME)
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Contém: Violência
Processo: 08017.001139/2015-98
Requerente: MORO FILMES (MORO COMUNICAÇÃO EIRELI - ME)

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Saúde

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.946, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Empremed Assistência Médica Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 05 de novembro de 2015, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33902.060653/2005-56, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, na forma do disposto nos incisos I e III do art. 82, da RN 197, de 16 de julho de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica determinado que a operadora Empremed Assistência Médica Ltda., registro ANS nº 36.772-9, inscrita no CNPJ sob o nº 18.272.633/0001-14, promova a alienação da sua carteira no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da intimação a que se refere o art. 10 da RN nº 112, de 28 de setembro de 2005.

Art. 2º Fica suspensa a comercialização de planos ou produtos da operadora Empremed Assistência Médica Ltda., com base no artigo 9º, § 4º, da Lei 9.656/1998.

Art. 3º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.950, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 11 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, e nos termos do inciso IV do art. 82 e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, e na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de de 2001, considerando as anormalidade econômico-financeiras, assistenciais e administrativas graves, constantes do processo nº 33902.495501/2015-42, e considerando o relevante interesse público e o risco de dano irreversível à saúde dos consumidores, adota, ad referendum, em 17 de novembro de 2015, a seguinte Resolução Operacional:

Art. 1º Fica concedido o prazo por até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico, inscrita no CNPJ sob o nº 43.202.472/0001-30, registro ANS nº 30.133-7, exerçam a portabilidade extraordinária de carências para plano individual ou familiar ou coletivo por adesão da escolha desses beneficiários, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade extraordinária de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico, pode exercer a portabilidade extraordinária de carências sujeitando-se aos respectivos períodos remanescentes;

III - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade extraordinária de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo a ser negociado com a operadora do plano de destino; e

IV - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade extraordinária de carências tratada neste artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

V - para fins de cumprimento de períodos remanescentes de carência ou cobertura parcial temporária, para a comprovação do tempo de permanência no plano de origem, admite-se qualquer documentação hábil, tais como: cópia da proposta de adesão; contrato assinado; ou comprovantes de pagamento do período.

VI - para o exercício desta portabilidade extraordinária, tendo como plano de destino os contratos coletivos por adesão, deverão ser observados os critérios de elegibilidade do beneficiário, elencados em normativo próprio.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade extraordinária de carências tratada neste artigo os requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV e o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º, todos do artigo 3º, bem como as disposições dos incisos V e VI do artigo 7º, todos da RN nº 186, de 2009.

§ 2º Aplica-se à portabilidade extraordinária de carências o requisito previsto no inciso V do artigo 3º da RN nº 186, de 2009.

§ 3º Serão considerados como parâmetros de comercialização as Notas Técnicas de Registro de Produto - NTRP vigentes na data de publicação desta Resolução Operacional.

§ 4º A comprovação da adimplência do beneficiário junto à operadora do plano de origem dar-se-á mediante a apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos 4 (quatro) boletos vencidos, referentes ao período dos últimos 6 (seis) meses.

§ 5º Caso o plano de destino possua a segmentação assistencial mais abrangente do que o plano em que o beneficiário está vinculado, poderá ser exigido o cumprimento de carência no plano de destino somente para as coberturas não previstas no plano de origem.

§ 6º No caso do beneficiário da Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico estar internado, ou com dificuldade de locomoção, a portabilidade extraordinária poderá ser exercida por seu representante.

Art. 2º O beneficiário da Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico, poderá escolher diretamente na operadora de destino plano enquadrado em qualquer faixa de preço para exercer a portabilidade extraordinária de carências.

Art. 3º A operadora de destino deverá aceitar imediatamente, após pagamento da primeira mensalidade, o consumidor que atender aos requisitos disciplinados nesta RO, não se aplicando o disposto no artigo 9º e no § 1º do artigo 11 da RN nº 186, de 2009.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.947, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Clínica Odontológica Maxidente Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 05 de novembro de 2015, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33902.069646/2005-10, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, na forma do disposto nos incisos I e III do art. 82, da RN 197, de 16 de julho de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica determinado que a operadora Clínica Odontológica Maxidente Ltda., registro ANS nº 41.418-2, inscrita no CNPJ sob o nº 02.864.342/0001-85, promova a alienação da sua carteira no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da intimação a que se refere o art. 10 da RN nº 112, de 28 de setembro de 2005.

Art. 2º Fica suspensa a comercialização de planos ou produtos da operadora Clínica Odontológica Maxidente Ltda., com base no artigo 9º, § 4º, da Lei 9.656/1998.

Art. 3º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.948, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Prontomedico Plano de Assistência Médica Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 05 de novembro de 2015, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33902.262641/2005-64, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, na forma do disposto nos incisos I e III do art. 82, da RN 197, de 16 de julho de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica determinado que a operadora Prontomedico Plano de Assistência Médica Ltda., registro ANS nº 36.218-2, inscrita no CNPJ sob o nº 20.437.133/0001-37, promova a alienação da sua carteira no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da intimação a que se refere o art. 10 da RN nº 112, de 28 de setembro de 2005.

Art. 2º Fica suspensa a comercialização de planos ou produtos da operadora Prontomedico Plano de Assistência Médica Ltda., com base no artigo 9º, § 4º, da Lei 9.656/1998.

Art. 3º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.949, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Matermed Assistência Médica - EIRELI.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 05 de novembro de 2015, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33902.053404/2005-12, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, na forma do disposto nos incisos I e III do art. 82, da RN 197, de 16 de julho de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica determinado que a operadora Matermed Assistência Médica - EIRELI, registro ANS nº 33.580-1, inscrita no CNPJ sob o nº 26.265.322/0001-56, promova a alienação da sua carteira no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da intimação a que se refere o art. 10 da RN nº 112, de 28 de setembro de 2005.

Art. 2º Fica suspensa a comercialização de planos ou produtos da operadora Matermed Assistência Médica - EIRELI, com base no artigo 9º, § 4º, da Lei 9.656/1998.

Art. 3º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

NÚCLEO RIO DE JANEIRO

DECISÕES DE 9 DE NOVEMBRO DE 2015

O(A) Chefe de Núcleo - NUCLEO DA ANS RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 137, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl. 42 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.789377/2013-11	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	(Art.25 da Lei 9.656 c/c Art.4º, XVII da Lei 9.961)	90.000,00 (NOVENTA MIL REAIS)
33902.282420/2014-01	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	(Art.25 da Lei 9.656 c/c art. 78 da RN 124/06)	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

33902.291986/2014-16	UNIMED ARARUAMA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	335215.	00.111.826/0001-28	(Art.25 da Lei 9.656 c/c art. 81 da RN 124/06)	18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)
33902.147130/2014-12	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	(Art.25 da Lei 9.656 c/c art. 58 da RN 124/06)	35.000,00 (TRINTA E CINCO MIL REAIS)
33902.419261/2013-18	QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S.A.	417173.	07.658.098/0001-18	Deixar de cumprir as obrigações previstas nos contratos celebrados a qualquer tempo. (Art.25 da Lei 9.656)	ANULAÇÃO A.I. Nº 48739/ ARQUIVAMENTO
33902.679884/2013-48	AMICO SAÚDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82	(Art.10, §2º da Lei 9.656 C/C art. 76 da RN 124/06)	35.000,00 (TRINTA E CINCO MIL REAIS)
33902.235737/2014-41	QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S.A.	417173.	07.658.098/0001-18	(Art.12, V da Lei 9.656 c/c art. 66 da RN 124/06)	30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)
33902.739438/2013-08	QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S.A.	417173.	07.658.098/0001-18	(Art.25 da Lei 9.656 c/c art. 78 da RN 124/06)	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
33902.446426/2014-13	FUNDAÇÃO SAÚDE ITAÚ	312126.	73.809.352/0001-66	(Art.12, II da Lei 9.656 c/c art. 77 da RN 124/06)	64.000,00 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)
33902.549764/2012-36	QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S.A.	417173.	07.658.098/0001-18	(Art.25 da Lei 9.656 c/c Art.4º, XVII da Lei 9.961 c/c Art.3º da RN 099)	125.000,00 (CENTO E VINTE E CINCO MIL REAIS)
33902.764639/2013-35	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE	006246.	01.685.053/0001-56	(Art.35, §1º da Lei 9.656 c/c Art.3º, §2º da CONSU 04)	40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)
33902.378194/2012-93	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	(Art.14 da Lei 9.656 c/c art. 62 da RN 124/06)	50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)
33902.464764/2013-48	IBBCA 2008 GESTÃO EM SAUDE LTDA	417050.	09.298.037/0001-12	(Art.19 da Lei 9.656 c/c Art.1º, parágrafo único da CONSU 05)	ANULAÇÃO DO AI 54270/ ARQUIVAMENTO
33902.588063/2013-01	PS PADRÃO ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA	417271.	11.273.573/0001-05	(Art.12, V da Lei 9.656 c/c art. 66 da RN 124/06)	30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)
33902.366890/2010-95	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	- (Art.20, caput da Lei 9.656 c/c art. 8º da RN 128)	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
33902.378514/2012-13	GEAP AUTOGESTÃO EM SAUDE	323080.	03.658.432/0001-82	(Art.19, §3º da Lei 9.656 c/c art. 20da RN 124/06)	ANULAÇÃO DO AI 55194/ ARQUIVAMENTO
33902.273263/2014-35	GEAP AUTOGESTÃO EM SAUDE	323080.	03.658.432/0001-82	(Art.12, II da Lei 9.656 c/c art. 77 da RN 124/06)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.190371/2008-25	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAUDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	(Art.25 da Lei 9.656 c/c art. 57 da RN 124/06)	45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)

LEONARDO FICH

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.150, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 09 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada nº 46, de 22 de outubro de 2015, publicada no DOU de 23 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto nos incisos VII e VIII do art. 52, aliado ao inciso I e § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015,

considerando o artigo 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando a detecção de frascos-ampolas do lote 14010119, do medicamento HYPOCAÍNA 1% apresentando corpo estranho em seu interior e a confirmação de que o desvio foi originário do processo de produção pela empresa Hypofarma - Instituto de Hypodermia e Farmácia Ltda., resolve;

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da distribuição, comércio e uso, em todo o território nacional, do lote 14010119 (Val.: 01/2016), do medicamento HYPOCAÍNA 1% (cloridrato de lidocaína), fabricado pela empresa Hypofarma - Instituto de Hypodermia e Farmácia Ltda (CNPJ: 17174657/0001-78).

Art. 2º Determinar à empresa o cumprimento de todos os requisitos relativos ao recolhimento descritos na Resolução - RDC nº 55/2005.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.151, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 09 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada nº 46, de 22 de outubro de 2015, publicada no DOU de 23 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto nos incisos VII e VIII do art. 52, aliado ao inciso I e § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015,

considerando o art. 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o comunicado de recolhimento voluntário encaminhado pela EMS S/A, em razão da codificação do cartucho estar incorreta, com data de fabricação e validade invertidas (Fab.: 12/2016 e Val.: 12/2014) para o lote 747759 do medicamento LOSARTANA POTÁSSICA 100 mg, comprimido revestido, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão, em todo o território nacional, da distribuição, comercialização e uso do lote 747759 (Val.: 12/2014) do medicamento LOSARTANA POTÁSSICA 100 mg, comprimido revestido, fabricado por EMS S/A (CNPJ: 57507378/0003-65).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º, na forma da Resolução-RDC nº 55/2005.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE N° 3.152, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 09 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada nº 46, de 22 de outubro de 2015, publicada no DOU de 23 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto nos incisos VII e VIII do art. 52, aliado ao inciso I e § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015,

considerando o art. 62, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando o comunicado do Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco - LAFEPE informando o recebimento de notificações solicitando informações sobre a comercialização do medicamento identificado como LEDISOFO (Ledipasvir/Sofosbuvir) 90mg/400mg cápsulas, constando em sua rotulagem como sendo fabricado pelo LAFEPE;

considerando que o LAFEPE não possui registro para o medicamento em questão, e informou que não fabricou o produto LEDISOFO, tratando-se, portanto, de falsificação, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a apreensão e inutilização de todos os lotes do medicamento identificado como LEDISOFO (Ledipasvir/Sofosbuvir) 90mg/400mg cápsulas, que apresentem em sua rotulagem a informação: fabricado por LAFEPE - Rua Martiniano de Carvalho, Bela Vista, São Paulo - SP, Brasil.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO Nº 289, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VII e no § 1º do art. 58 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, e na Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidir os recursos, a seguir especificados, conforme relação anexa, em conformidade com as deliberações aprovadas pela Diretoria Colegiada desta Agência em Reunião Ordinária Pública - ROP 017/2015 realizada em 15 de setembro de 2015.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: Oxigel Materiais Hospitalares, Ind.e Comercio Ltda
CNPJ: 49.353.956/0001-66
Processo nº.: 25351.368417/2013-36
Expediente n.º: 0908070/13-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, declarar a extinção do recurso por Perda de Objeto, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 003/2015 - Corca/Suali.
Recorrente: Aché Laboratórios Farmacêuticos S/A
CNPJ: 60.659.463/0001-91
Processo nº.: 25351.739991/2013-17
Expediente n.º: 0186953/14-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, declarar a extinção do recurso em razão da desistência da recorrente.

ARESTO Nº 290, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VII e no § 1º do art. 58 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, e na Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidir os recursos, a seguir especificados, conforme relação anexa, em conformidade com as deliberações aprovadas pela Diretoria Colegiada desta Agência em Reunião Ordinária Pública - ROP 020/2015 realizada em 09 de outubro de 2015.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: Eptca Medical Devices Ltda.
CNPJ: 01.280.030/0001-61
Processo nº.: 25351.523893/2013-18
Expediente n.º: 0907775/13-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento o recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 497/2015 - Corca/Suali.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 1.155, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Concede autorização e renovação de autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), e tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante coração ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
CORAÇÃO: 24.11
GOIÁS

I - Nº do SNT: 2 03 15 GO 04
II - denominação: Santa Casa de Misericórdia de Goiânia;
III - CNPJ: 01.619.790/0001-50;
IV - CNES: 2338351;
V - endereço: Rua Campinas, Nº 1.135, Bairro: Setor Americano do Brasil, Goiânia/GO, CEP: 74.530-240.

Art. 2º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
PARAÍBA

I - Nº do SNT: 2 11 15 PB 02
II - denominação: Oculistas Associadas da Paraíba;
III - CNPJ: 08.606.857/0001-61;
IV - CNES: 2755807;
V - endereço: Avenida Epitácio Pessoa, Nº 1.602, Bairro: Tambauzinho, João Pessoa/PB, CEP: 58.040-000.

Art. 3º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 2 21 15 MG 14
II - denominação: Casa de Caridade de Alfenas - Santa Casa de Alfenas;
III - CNPJ: 16.650.756/0001-16;
IV - CNES: 2171945;
V - endereço: Rua Martins Alfenas, Nº 1.616, Bairro: Centro, Alfenas/MG, CEP: 37.130-000.

Art. 4º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

FÍGADO: 24.09
DISTRITO FEDERAL

I - Nº do SNT: 2 02 11 DF 07
II - denominação: Hospital Brasília - Ímpar Serviços Hospitalares Ltda;
III - CNPJ: 60.884.855/0022-89;
IV - CNES: 3048551;
V - endereço: QI 15, conjunto G, Bairro: Lago Sul, Brasilia/DF, CEP: 71.635-550.

Art. 5º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
CEARÁ

I - Nº do SNT: 2 11 11 CE 05
II - denominação: Instituto de Olhos de Barbalha;
III - CNPJ: 03.068.081/0001-50;
IV - CNES: 2611570;
V - endereço: Rua Sete de Setembro, Nº 234, Bairro: Centro, Barbalha/CE, CEP: 63.180-000.

PARÁ

I - Nº do SNT: 2 11 11 PA 05
II - denominação: Centro Especializado em Olhos;
III - CNPJ: 07.774.211/0001-20;
IV - CNES: 5022517;
V - endereço: Travessa Diogo Moia, Nº 296, Bairro: Umarizal, Belém/PA, CEP: 66.055-171.

Art. 6º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
DISTRITO FEDERAL

I - Nº do SNT: 2 21 11 DF 05
II - denominação: Hospital Santa Lúcia;
III - CNPJ: 00.025.841/0001-53;
IV - CNES: 2815966;
V - endereço: SHLS, quadra 716, conjunto C, S/Nº, Bairro: Asa Sul, Brasília/DF, CEP: 70.390-700.

Art. 7º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de coração à equipe de saúde a seguir identificada:

CORAÇÃO: 24.11
GOIÁS

I - Nº do SNT 1 03 15 GO 05
II - responsável técnico: Rodrigo Oliveira Rosa Ribeiro de Souza, cirurgião cardiovascular, CRM 17713;
III - membro: Paulo de Tarso do Couto, cirurgião cardiovascular, CRM 7223;
IV - membro: Patrícia da Fonseca Zarate, cardiologista, CRM 13949;
V - membro: Fabiano Macedo de Souza, cirurgião torácico, CRM 8279;
VI - membro: Marcelo Nagao, anestesiologista, CRM 7820;
VII - membro: Plínio Almeida Pinheiro de Belém, anestesiologista, CRM 14514.

Art. 8º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano à equipe de saúde a seguir identificada:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
PARAÍBA

I - Nº do SNT 1 11 15 PB 05
II - responsável técnico: Tarcízio José Dias, oftalmologista, CRM 3115;
III - membro: Astrid Vasconcelos dos Santos, oftalmologista, CRM 4656;
IV - membro: Ana Carla Paiva Montenegro Cahino, oftalmologista, CRM 3994.

Art. 9º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico à equipe de saúde a seguir identificada:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 1 21 15 MG 18
II - responsável técnico: Carlos Eduardo Engel Velano, hematologista, CRM 38289;
III - membro: Marcos Eduardo de Andrade, oncologista, CRM 28408;
IV - membro: Amauri Guimarães Barreira, hematologista, CRM 16661.

Art. 10 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado à equipe de saúde a seguir identificada:

FÍGADO: 24.09
DISTRITO FEDERAL

I - Nº do SNT 1 02 11 DF 05
II - responsável técnico: Renato Ayroza Cury, cirurgião geral e do aparelho digestivo, CRM 14484;
III - membro: Lúcio Lucas Pereira, cirurgião geral e intensivista, CRM 11033;
IV - membro: Roland Montenegro Costa, cirurgião geral, CRM 3469;
V - membro: José Eduardo Trevizoli, gastroenterologista, CRM 4472;
VI - membro: Renato Sabbag Amaral Batista, cirurgião geral, CRM 11665;
VII - membro: Gustavo Amaral Silva, aenstesiologista, CRM 18131;
VIII - membro: Ivan Wagner Éckeli, anestesiologista, CRM 18854;
IX - membro: Luciano Delgado de Olival, cirurgião geral, CRM 17201.

Art. 11 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
CEARÁ

I - Nº do SNT 1 11 11 CE 06
II - responsável técnico: Ana Cláudia de Luna Saraiva, oftalmologista, CRM 9964;
III - membro: Alan Slony Siqueira da Silva, oftalmologista, CRM 13545;
IV - membro: Dalton Peixoto Barbosa, oftalmologista, CRM 13212.

PARÁ

I - Nº do SNT 1 11 11 PA 05
II - responsável técnico: Cynthia Cyllene de Oliveira Charone, oftalmologista, CRM 5348;
III - membro: Alan Souza Costa, oftalmologista, CRM 8620;
IV - membro: Edmundo Frota de Almeida Sobrinho, oftalmologista, CRM 2976;
V - membro: Patrick Reis Morais, oftalmologista, CRM 9567;
VI - membro: Giselle Maria Machado Sgrott, oftalmologista, CRM 9423;
VII - membro: Aline Andreza Henderson de Castro, oftalmologista, CRM 9007.

Art. 12 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico à equipe de saúde a seguir identificada:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
DISTRITO FEDERAL

I - Nº do SNT: 1 21 11 DF 03
II - responsável técnico: Rodolfo Ernani Kameo, hematologista, CRM 15304;
III - membro: Sandro Pinheiro Melim, hematologista, CRM 12388.

Art. 13 As autorizações e renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade pelo prazo de dois anos a contar desta publicação, em conformidade com o estabelecido nos §§ 5º, 6º, 7º e 8º do art. 8º do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009.

Art. 14 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

PORTARIA Nº 1.156, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Inclui membros em equipes de transplante

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), e tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Ficam incluídos na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 198/SAS/MS, de 19 de março de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 54, de 20 de março de 2014, Seção 1, página 27, os membros a seguir:

CORAÇÃO: 24.11
SANTA CATARINA

I - Nº do SNT 1 03 00 SC 06
II - membro: Alessandro Duarte Gonçalves, anestesiologista, CRM 15001;
III - membro: Camila Zanin Carneiro, anestesiologista, CRM 20398;
IV - membro: Chistiano Magno de Barros Sousa, anestesiologista, CRM 20396;
V - membro: Douglas Lopes Branco, anestesiologista, CRM 10972;
VI - membro: Fernando Henrique dos Santos Poli Silva, anestesiologista, CRM 16193;
VII - membro: Lívia Carolina Paulillo Bazan Polli, anestesiologista, CRM 18053;
VIII - membro: Márcio Antônio de Almeida Barreira, anestesiologista, CRM 16979;
IX - membro: Marco Antônio de Almeida Rodrigues, anestesiologista, CRM 12265;
X - membro: Mônica Wrobel Fiorini, anestesiologista, CRM 14558;
XI - membro: Philipp Mendes Lawall, anestesiologista, CRM 20105;
XII - membro: Rafael Braz Pinto, anestesiologista, CRM 20131.

Art. 2º Ficam incluídos na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 464/SAS/MS, de 11 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 111, de 12 de junho de 2014, Seção 1, página 48, os membros a seguir:

PÂNCREAS: 24.04
SANTA CATARINA

I - Nº do SNT 1 32 12 SC 03
II - membro: Alessandro Duarte Gonçalves, anestesiologista, CRM 15001;
III - membro: Camila Zanin Carneiro, anestesiologista, CRM 20398;
IV - membro: Chistiano Magno de Barros Sousa, anestesiologista, CRM 20396;
V - membro: Douglas Lopes Branco, anestesiologista, CRM 10972;
VI - membro: Fernando Henrique dos Santos Poli Silva, anestesiologista, CRM 16193;
VII - membro: Lívia Carolina Paulillo Bazan Polli, anestesiologista, CRM 18053;
VIII - membro: Márcio Antônio de Almeida Barreira, anestesiologista, CRM 16979;
IX - membro: Marco Antônio de Almeida Rodrigues, anestesiologista, CRM 12265;
X - membro: Mônica Wrobel Fiorini, anestesiologista, CRM 14558;
XI - membro: Philipp Mendes Lawall, anestesiologista, CRM 20105;
XII - membro: Rafael Braz Pinto, anestesiologista, CRM 20131.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 3º Ficam incluídos na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 519/SAS/MS, de 27 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 122, de 30 de junho de 2014, Seção 1, página 93, os membros a seguir:

RIM/PÂNCREAS: 24.05
SANTA CATARINA

I - Nº do SNT 1 31 04 SC 05
II - membro: Alessandro Duarte Gonçalves, anestesiologista, CRM 15001;
III - membro: Camila Zanin Carneiro, anestesiologista, CRM 20398;
IV - membro: Chistiano Magno de Barros Sousa, anestesiologista, CRM 20396;
V - membro: Douglas Lopes Branco, anestesiologista, CRM 10972;
VI - membro: Fernando Henrique dos Santos Poli Silva, anestesiologista, CRM 16193;
VII - membro: Lívia Carolina Paulillo Bazan Polli, anestesiologista, CRM 18053;
VIII - membro: Márcio Antônio de Almeida Barreira, anestesiologista, CRM 16979;
IX - membro: Marco Antônio de Almeida Rodrigues, anestesiologista, CRM 12265;
X - membro: Mônica Wrobel Fiorini, anestesiologista, CRM 14558;
XI - membro: Philipp Mendes Lawall, anestesiologista, CRM 20105;
XII - membro: Rafael Braz Pinto, anestesiologista, CRM 20131.

Art. 4º Fica incluído nas equipes de transplante habilitadas pela Portaria nº 852/SAS/MS, de 10 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 176, de 12 de setembro de 2014, Seção 1, página 70, o membro a seguir:

RIM: 24.08
RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 1 01 08 RS 03
II - membro: Fábio Spuldaro, nefrologista, CRM 31383.

PÂNCREAS: 24.04
RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 1 32 14 RS 02
II - membro: Fábio Spuldaro, nefrologista, CRM 31383.

RIM/PÂNCREAS: 24.05
RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 1 31 14 RS 01
II - membro: Fábio Spuldaro, nefrologista, CRM 31383.

Art. 5º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 822/SAS/MS, de 4 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 171, de 5 de setembro de 2014, Seção 1, página 59, o membro a seguir:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO NÃO APARENTADO: 24.03
RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 1 21 00 RS 02
II - membro: Gustavo Brandão Fischer, hematologista, CRM 24290.

Art. 6º Ficam incluídos na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 421/SAS/MS, de 23 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 98, de 26 de maio de 2014, Seção 1, página 100, os membros a seguir:

CORAÇÃO: 24.11
RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 1 03 99 RS 01
II - membro: Alexandre Heitor Moreschi, cirurgião torácico, CRM 16938;
II - membro: Grazziela Torres, intensivista, CRM 22292;
III - membro: Livia Adams Goldraich, cardiologista, CRM 28576;
IV - membro: Marcio Rodrigo Martins, cirurgião cardiovascular, CRM 38195;
V - membro: Raffaela de Almeida Nazário, intensivista, CRM 31014.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

PORTARIA Nº 1.157, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Substitui responsável técnico de equipe de transplante.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997; no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997 e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do SNT; tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano;

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos, em cujo âmbito de atuação se encontra a equipe especializada e o estabelecimento de saúde; resolve:

Art. 1º Fica substituída a responsável técnica, Nadine Oliveira Clausell, cardiologista, CRM 11636, constante na Portaria SAS/MS nº 421 de 23 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 98 de 26 de maio de 2014, Seção 1, página 100, conforme nº do SNT 1 03 99 RS 01, e fica nomeado como responsável técnico pela equipe, Luis Eduardo Paim Rohde, cardiologista, CRM 17446.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

RETIFICAÇÃO

No Art. 1º da Portaria nº 1.070/SAS/MS de 9 de outubro de 2015, publicada no DOU nº 195 de 13 de outubro de 2015, Seção 1, página 47,

Onde se lê:

Art. 1º Fica concedida reclassificação de acordo com a complexidade tecnológica ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

CLASSIFICAÇÃO NÍVEL C: 24.28
SANTA CATARINA

I - denominação: Real Sociedade Portuguesa de Beneficência - Hospital Português;
II - CNPJ: 15.166.416/0001-51;
III - CNES: 0004251;
IV - endereço: Avenida Princesa Isabel, N° 914, Bairro: Barra Avenida, Salvador/BA, CEP: 40.140-901.

Leia-se:

Art. 1º Fica concedida reclassificação de acordo com a complexidade tecnológica ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

CLASSIFICAÇÃO NÍVEL C: 24.28
BAHIA

I - denominação: Real Sociedade Portuguesa de Beneficência - Hospital Português;
II - CNPJ: 15.166.416/0001-51;
III - CNES: 0004251;
IV - endereço: Avenida Princesa Isabel, N° 914, Bairro: Barra Avenida, Salvador/BA, CEP: 40.140-901.

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 315, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Divulga o nome e respectivo registro único de médico intercambista participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, decide:

Art. 1º Conceder, com base no respectivo processo administrativo, registro único para o exercício da medicina, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, ao médico intercambista indicado no Anexo desta Portaria, bem como determinar a expedição da respectiva carteira de identificação, posto ter atendido a todos os requisitos legais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÊIDER AURÉLIO PINTO

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.082872/2015-01	JUAN CARLOS AROZARENA LORET	1400155	RR	CARACARAÍ

PORTARIA Nº 316, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Altera o Anexo da Portaria n° 27/SGTES/MS, de 23 de outubro de 2013, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria n° 27/SGTES/MS, de 23 de outubro de 2013, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÊIDER AURÉLIO PINTO

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.188275/2013-10	LENA MIRTHA AGUILAR LESCAILLE	3101184	MG	MÁRIO CAMPOS

PORTARIA Nº 317, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Altera o Anexo da Portaria nº 58/SGTES/MS, de 19 de março de 2014, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 58/SGTES/MS, de 19 de março de 2014, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÊIDER AURÉLIO PINTO

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.036186/2014-70	JULIO MIGDAEL LAFFITA ZALDIVAR	4300539	RS	PASSA SETE/RS

PORTARIA Nº 318, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Altera o Anexo da Portaria nº 72/SGTES/MS, de 23 de dezembro de 2013, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 72/SGTES/MS, de 23 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÊIDER AURÉLIO PINTO

ANEXO

PROCESSO	MÉDICO	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.219871/2013-59	TAMARA BARRETO CRUZ	2200113	PI	ESPERANTINA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 319, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Divulga a relação dos municípios com vagas remanescentes dos Programas de Provisão de Médicos do Ministério as Saúde, nos termos do Edital SGTES/MS nº 16, de 02 de outubro de 2015.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e considerando os termos da Portaria Interministerial nº 2.087/MS/MEC, de 1º de setembro de 2011, no âmbito do Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (PROVAB) e da Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, resolve:

Art. 1º Divulgar a relação dos municípios com vagas remanescentes dos Programas de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde, nos termos do subitem 7.2 do Edital/SGTES nº 16, de 02 de outubro de 2015, conforme lista disponível no site http://maismedicos.saude.gov.br.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÊIDER AURÉLIO PINTO

PORTARIA Nº 320, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Divulga a relação dos médicos formados em instituição de educação superior brasileira ou com diploma revalidado no Brasil, com inscrição validada e aptos a escolha de municípios, na segunda chamada dos Programas de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde, nos termos do Edital SGTES/MS nº 16, de 02 de outubro de 2015.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e considerando os termos da Portaria Interministerial nº 2.087/MS/MEC, de 1º de setembro de 2011, no âmbito do Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (PROVAB) e da Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, resolve:

Art. 1º Divulgar a relação dos médicos formados em instituição de educação superior brasileira ou com diploma revalidado no Brasil, com inscrição validada aptos a escolha dos municípios, na segunda chamada dos Programas de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde, nos termos dos itens 6.4 e 7 do Edital SGTES/MS nº 16, de 02 de outubro de 2015, conforme lista disponível no site http://maismedicos.saude.gov.br.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÊIDER AURÉLIO PINTO

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 224, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.008988/2015-89, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica MONITOR ENGENHARIA - INSPEÇÃO TÉCNICA DE VEÍCULOS LTDA - EPP, CNPJ nº 05.029.809/0001-60, situada no Município de Cuiabá - MT, na Rua D, 1.080, Lote 28 a 32, Distrito Industrial, CEP 78.098-300 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 4.156, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 94, §3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n° 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.059604/2010-17, resolve:

Art. 1º Determinar a transferência direta da permissão outorgada à SISTEMA INTERATIVA DE COMUNICAÇÃO LTDA., por meio da Portaria nº 422, de 7 de agosto de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo n° 306, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 27 de junho de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Araranguá, estado de Santa Catarina, à Rádio Cidade FM de Araranguá.

Art. 2º Os quadros societário e diretivo da cessionária, após a operação realizada, ficarão assim constituído:

QUADRO SOCIETÁRIO		
NOMES	COTAS	VALOR
Karla da Silva Losso	19.800	19.800,00
Zenir Souza Losso	200	200,00
TOTAL	20.000	20.000,00
QUADRO DIRETIVO		
NOMES	CARGOS	
Karla da Silva Losso	Administradora	

Art. 3º Enquanto não estiver concluído o processo de renovação da outorga, de que trata a Portaria n.º 422, de 7 de agosto de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo n° 306, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 27 de junho de 2003, a execução do serviço será mantida em caráter precário.

Art. 4º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 6.212, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2015

Subdelega competência prevista no art. 6º, §1º, VII, do Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 18, X, do Anexo I da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e suas alterações subsequentes, bem como o previsto no art. 6º, § 1º, VII, do Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Subdelegar ao Chefe de Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações a competência para autorizar a utilização de serviços de comunicação de voz por meio de telefonia móvel e de dados por meio dos dispositivos do tipo celular, tablet e modem, quando destinados às necessidades do serviço, a outros servidores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA

DESPACHOS DO GERENTE

Ficam os (as) Interessados (as) abaixo relacionados (as),intimados da aplicação da sanção de ADVERTÊNCIA/MULTA, em conformidade com o artigo 173, inciso I e II, da Lei n.º 9.472/97, pela infração aos dispositivos normativos indicados, conforme determina o art. 82, inciso IX da Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, (N.º DO PROCESSO, ENTIDADE, CIDADE/UF, CPF/CNPJ, SANÇÃO, ENQUADRAMENTO LEGAL, N.º DO DESPACHO, DATA DO DESPACHO.):

53504.012278/2014; RAFAEL DIAS DA SILVA FIRME - ME; Bebedouro/SP; 13.775.587/0001-52; R$ 5345,49; Art. 131 da LGT; 2653, de 16/04/2015.

53504.012635/2014; ME ANDRETTA DA SILVA - ME; Mirassol/SP; 15.310.785/0001-76; R$5620,49; Art. 131 da LGT; art. 4º c/c art.55, inciso V, "b" do RCHPT e art. 162, §2º da LGT; 2827, de 27/04/2015.

53504.009305/2014; RÁDIO DIFUSORA SÃO JOSE DO RIO PARDO LTDA; São José do Rio Pardo/SP; 59.895.623/0001-12; ADVERTÊNCIA; Item 3.2.3 do ROMOT; 6289, de 30/07/2015.

53504.018821/2014; NEW LINK COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA; São Paulo/SP; 11.083.204/0001-50; R$5.355,00; Art. 4º c/c art.55, inciso V, "c" do RCHPT; 4606, de 16/06/2015.

53504.020060/2014; RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S/A; Lençois Paulista/SP; 60.628.369/0001-75; R$ 3071,42; Art. 163 da LGT; 4352, de 08/06/2015.

53554.001074/2015; TELEFÔNICA BRASIL S/A; Correntina/BA; 02.558.157/0001-62; ADVERTÊNCIA; Art. 5º da Res. 571/2011; 6131, de 27/07/2015.

53557.001167/2014; EMPRESA BOQUINHENSE DE COMUNICAÇÕES LTDA; Boquim/SE; 16.459.851/0001-37; ADVERTÊNCIA e R$ 3.154,99; Itens 3.2.7 e 6.4.1 da Res. 67/98 e art. 18 da RLEC; 3884, de 26/05/2015.

53504.022595/2014; AVVIO SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA; São Paulo/SP; 05.872.814/0001-30; R$440,00; Art. 21 do RSCM; 3831, de 25/05/2015.

53504.003930/2014; DJANIRA VILELA MACHADO ÂNGELO; Hortolândia/SP; 021.280.444-80; R$ 2792,08; Art. 163 da LGT, e art. 4º c/c art.55, inciso V, "b" do RCHPT; 4752, de 19/06/2015.

53504.016120/2014; TV MAR LTDA; São Sebastião/SP; 57.728.743/0001-08; R$2.870,49; Art. 17 do RUER e art. 163 da LGT; 3604, de 18/05/2015.

53554.000878/2015; MICROMAX INFORMÁTICA EIRELI - ME; Serra Dourada/BA; 07.090.067/0001-63; R$ 4810,49; Art. 131 da LGT; 4967, de 25/06/2015.

53504.016860/2014; PROCELLNET TELECOM E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA; Birigui/SP; 11.202.472/0001-43; R$ 4810,94; Art. 131 da LGT; 4808, de 22/06/2015.

53504.004685/2014; ODETE A DOS SANTOS - ME; Turiúba/SP; 13.349.588/0001-35; R$ 2872,75; Art. 131 da LGT, art. 4º c/c art.55, inciso V, "b" do RCHPT c/c art. 162, §2º da LGT; 4167, de 01/06/2015.

53504.011422/2014; SOCIEDADE ALPHAVILLE CAMPINAS RESIDENCIAL; Campinas/SP; 01.712.708/0001-38; R$ 2106,70; Art. 5º do RSLP c/c art. 52 do Regulamento dos Serviços de Telecomunicações e art. 131 da LGT, art. 163 da LGT c/c art. 17 do RUER e art. 4º c/c art.55, inciso V, "b" do RCHPT; 4411, de 10/06/2015.

53504.004684/2014; TCP NET INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA; Santo Antônio do Aracanguá/SP; 13.358.980/0001-40; R$ 1340,80; Art. 21 do RSCM; 4312, de 05/06/2015.

53504.018837/2014; PRISTON NET TELECOMUNICAÇÕES E MULTIMÍDIA LTDA; São Paulo/SP; 19.877.378/0001-04; R$ 4810,49; Art. 131 da LGT; 5091, de 29/06/2015.

53504.018649/2014; CANAL BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO CBI LTDA; Votuporanga/SP; 57.569.196/0001-57; R$ 6540,75; Itens 9.1.1 e 9.3.1 da Res. 284/2001; 4209, de 02/06/2015.

53504.008629/2014; LIMEIRA FM STEREO LTDA; Limeira/SP; 02.244.117/0001-46; ADVERTÊNCIA e R$ 3534,30; Itens 5.2.1, 5.2.1.1 e 6.4.1 da Res. 67/98; 4356, de 08/06/2015.

53504.021733/2014; CNOVA COMÉRCIO ELETRÔNICO S/A; Barueri/SP; 07.170.938/0016-85; R$ 2550,00; Art. 55, IV, "c" do RCHPT; 4313, de 06/06/2015.

53504.004686/2014; EUCLEDES DOMINGOS DOS SANTOS; Santo Antonio de Aracanguá/SP; 257.189.738-14; R$ 2912,75; Art. 131 da LGT e art. 4º c/c art.55, inciso V, "b" do RCHPT e art. 162, §2º da LGT; 3091, de 29/04/2015.

53504.006786/2014; SOCIEDADE RÁDIO UNIVERSAL LTDA; Santos/SP; 58.158.395/0001-35; ADVERTÊNCIA e R$ 9135,00; Itens 4.1.4, 5.4.1 da Res. 116/99 e art. 18 do RLEC; 4457, de 11/06/2015.

53504.014456/2014; BAURU RÁDIO CLUBE LTDA; Bauru/SP; 45.008.745/0001-35; R$ 1451,88; Item 4.1.4 do ROMOT; 3288, de 08/05/2015.

53504.018656/2014; CANAL BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO CBI LTDA; Catanduva/SP; 57.569.196/0001-57; ADVERTÊNCIA e R$ 6540,75; Itens 7.3, 9.1.1 e 9.3.1 da Res. 284/2001; 4207, de 02/06/2015.

53504.020788/2014; ROGÉRIO MATEUS TORRÃO DE FREITAS; Campinas/SP; 363.799.868-80; R$ 620,00; Art. 163 da LGT c/c art. 17 do RUER e art. 4º c/c art. 55, V, "b" do RCHPT; 4270, de 03/06/2015.

53504.011423/2014; CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PARQUE DOS PÁSSAROS I; Valinhos/SP; 04.691.023/0001-40; R$ 664,04; Art. 5º do RSLP c/c art. 52 do Regulamento dos Serviços de Telecomunicações e art. 131 da LGT e art. 163 da LGT c/c art. 17 do RUER; 4549, de 15/06/2015.

53504.014261/2014; RÁDIO E TELEVISÃO CAMPESTRE LTDA; Bauru/SP; 51.008.589/0001-05; R$ 4600,00; Art. 18 do RLEC; 4442, de 10/06/2015.

53504.007006/2014; LOURIVAL DE ARAÚJO BARRETO; Bento de Abreu/SP; 119.966.099-04; ADVERTÊNCIA e R$ 2405,47; Art. 131 da LGT e art. 4º c/c art. 55, V, "a" do RCHPT e art. 162, §2º da LGT; 4090, de 28/05/2015.

53524.005340/2014; RÁDIO DIFUSORA DO MACHADO LTDA; Machado/MG; 22.228.910/0001-69; R$ 2835,00; Art. 18 do RLEC; 4013, de 27/05/2015.

53504.013549/2014; SOCIEDADE MOGIANA DE RADIODIFUSÃO LTDA; Águas de Lindóia/SP; 48.869.358/0001-81; R$ 440,00; Art. 162 da LGT; 4486, de 11/06/2015.

53554.000380/2015; IVANILDO MENEZES DE CARVALHO - ME; Ibirapitanga/BA; 11.352.447/0001-46; R$ 2672,75; Art. 131 da LGT; 3142, de 30/04/2015.

53504.012634/2014; WORD NET TELECOMUNICAÇÕES LTDA; Fernandópolis/SP; 11.432.365/0001-01; R$ 5345,49; Art. 131 da LGT; 2909, de 27/04/2015.

53504.019124/2014; M. R. DA SILVA PROVEDOR DE INTERNET - ME; Paraguaçu Paulista/SP; 14.610.809/0001-40; R$ 2872,75; Art. 131 da LGT e art. 4º c/c art. 55, V, "b" do RCHPT e art. 162, §2º da LGT; 3666, de 20/05/2015.

53504.015159/2014; SISTEMA REGIONAL DE RADIODIFUSÃO LTDA; Votorantim/SP; 55.007.165/0001-87; ADVERTÊNCIA e R$ 540,00; Arts. 53,78 e 82 do RUER; art. 18 RLEC; 3747, de 21/05/2015.

LEGENDA:

RUER - Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 259, de 19 de abril de 2001.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

LGT - Lei 9472 de 1997. Lei Geral das Telecomunicações.
RCHPT - Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos de Telecomunicações aprovado pela Resolução 242/2000. 2001.
RLEC - Regulamento sobre Limitação da Exposição a Campos Elétricos Magnéticos e Eletromagnéticos na faixa de Radiofrequências entre 9Khz E 300Ghz, aprovada pela Resolução n.º 303, de 2 de julho de 2002.
RSLP - Regulamento do Serviço Limitado Privado, aprovada pela Resolução n.º 617, de 19 de junho de 2013.
ROMOT - Regulamento Técnico para Emissoras de Radiodifusão Sonora em Onda Média e em Onda Tropical 120 metros, aprovada pela Resolução n.º 116, de 25 de março de 1999.
RSCM - Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovada pela Resolução n.º 614, de 28 de maio de 2013.

O Gerente Regional nos Estados da Bahia e Sergipe, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Anexo à Resolução n.º 612/2013, Regimento Interno da Anatel, e com base no art. 53, decide pelo arquivamento, sem aplicação de sanção, dos processos listados abaixo: (PROCESSO, INTERESSADO, CIDADE/UF, CPF/CNPJ, NÚMERO DESPACHO, DATA).

53557.001302/2014; DENISSON WILSON SOUZA BONFIM; Aracaju/SE; 947.205.095-68; 6562, de 10/08/2015.

53554.003246/2013; UNIÃO LESTE BRASILEIRA DA IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA; Riachão do Jacuípe/BA; 17.261.509/0008-67; 6279, de 30/07/2015.

53554.001754/2013; MEGAS NET PROVEDOR DE INTERNET LTDA; Riachão do Jacuípe/BA; 09.547.572/0001-60; 4445, de 11/06/2015.

53504.006944/2014; NATIVA - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL ARTÍSTICA ZONA NOROESTE; Santos/SP; 02.530.308/0001-74; 6123, de 24/07/2015.

53504.012526/2014; FÁBIO DE SOUZA JÚNIOR; Restinga/SP; 14.775.156/0001-59; 7654, de 08/09/2015.

HERMANO BARROS TERCIUS

Ficam os (as) Interessados (as) abaixo relacionados (as),intimados da aplicação da sanção de ADVERTÊNCIA/MULTA, em conformidade com o artigo 173, inciso I e II, da Lei n.º 9.472/97, pela infração aos dispositivos normativos indicados, conforme determina o art. 82, inciso IX da Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, (N.º DO PROCESSO, ENTIDADE, CIDADE/UF, CPF/CNPJ, SANÇÃO, ENQUADRAMENTO LEGAL, N.º DO DESPACHO, DATA DO DESPACHO.):

53554.000791/2015; MUNICÍPIO DE MORTUGABA; Mortugaba/BA; 13.677.687/0001-46; ADVERTÊNCIA e R$ 3562,50; Art. 82 do RUER, art. 5º da Res. 571/2001 e art. 18 do RLEC; 5525, de 08/07/2015.

53504.010414/2014; LBR PRODUÇÕES LTDA; São Paulo/SP; 09.644.400/0001-04; R$ 606,36; Art. 5º do RSLP c/c art. 52 do Regulamento dos Serviços de Telecomunicações e art. 131 da LGT, e art. 163 da LGT c/c art. 17 do RUER; 5787, de 16/07/2015.

53504.006954/2014; TV DO POVO LTDA; São Vicente/SP; 55.629.216/0001-02; R$ 10725,00; Item 9.1.1 da Res. 284/2001; 5619, de 10/07/2015.

53504.008173/2014; POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO; São Paulo/SP; 04.198.514/0090-20; R$ 440,00; Item 9.8 da Norma 13/97; 5609, de 10/07/2015.

53504.014542/2014; FRANCISCO EDUARDO AUDI; Barueri/SP; 023.371.308-51; R$ 440,00; Art. 163 da LGT c/c art. 17 do RUER; 5696, de 14/07/2015.

53504.021299/2014; ROBERTO BONANATA; Santa Cruz do Rio Pardo/SP; 296.861.878-47; R$ 840,00; Art. 5º do RSLP c/c art. 52 do Regulamento dos Serviços de Telecomunicações e art. 131 da LGT, art. 163 da LGT c/c art. 17 do RUER, art. 4º c/c art. 55, V, "b" e do art. 55, V, "c" do RCHPT; 5781, de 16/07/2015.

53504.021009/2014; AZNET PROVEDOR DE INTERNET LTDA - ME; Palestina/SP; 05.829.300/0002-82; R$ 4810,94; Art. 131 da LGT; 5151, de 29/06/2015.

53504.002707/2014; ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL RAMALHENSE DE COMUNICAÇÃO; João Ramalho/SP; 09.299.438/0001-97; ADVERTÊNCIA e R$ 641,25; Arts. 3º, I e 5º da Res. 571/2011, art. 40, XXII do Decreto 2615/98 e art. 18 do RLEC; 5297, de 01/07/2015.

53504.004436/2014; ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE BARRETOS; Barretos/SP; 03.096.025/0001-29; R$ 3030,00; Art. 4º c/c art.55, inciso V, "b" do RCHPT; 5286, de 01/07/2015.

53504.008600/2014; ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE BOTUCATU; Botucatu/SP; 08.058.520/0001-67; R$ 908,27; Art. 163 da LGT; 5526, de 08/07/2015.

53504.012163/2014; ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARTÍSTICA E CULTURAL DE APOIO À SAÚDE E INSTITUIÇÕES SOCIAIS DE NOVO HORIZONTE; Novo Horizonte/SP; 02.714.002/0001-78; ADVERTÊNCIA; Art. 40, XXII do Dec. 2615/98; 4753, de 19/06/2015.

53557.000507/2015; ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E COMUNITÁRIA DE CAMPO FORMOSO; Campo Formoso/BA; 16.449.712/0001-22; R$ 1282,50; Item 19.3.2 da Norma 01/2011 e art. 18 do RLEC; 5216, de 30/06/2015.

LEGENDA:
RUER - Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 259, de 19 de abril de 2001.
LGT - Lei 9472 de 1997. Lei Geral das Telecomunicações.
RCHPT - Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos de Telecomunicações aprovado pela Resolução 242/2000. 2001.
RLEC - Regulamento sobre Limitação da Exposição a Campos Elétricos Magnéticos e Eletromagnéticos na faixa de Radiofrequências entre 9Khz E 300Ghz, aprovada pela Resolução n.º 303, de 2 de julho de 2002.
RTTV - Regulamento Técnico para a Prestação do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens e do Serviço de Retransmissão de Televisão, aprovada pela Resolução n.º 284, de 7 de dezembro de 2001.
RTFM - Regulamento Técnico para Emissoras de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, aprovada pela Resolução n.º 67, de 12 de novembro de 1998.
RSLP - Regulamento do Serviço Limitado Privado, aprovada pela Resolução n.º 617, de 19 de junho de 2013.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Substituto

ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ

ATOS DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

Outorga autorização para uso de radiofrequências associadas à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à:

Nº 6.158 - ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S/A, CNPJ nº 00.073.957/0001-68.
Expede autorização para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço à:

Nº 6.159 - TROCADEIRO PORTOS E LOGISTICA LTDA., CNPJ nº 04.529.874/0001-91.
Expede autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço, na localidade de Papanduva/SC à:

Nº 6.160 - RADIO PAPANDUVA LTDA., CNPJ nº 03.966.481/0001-82.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATOS DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 6.391 - BERGAFAZ EMPREENDIMENTOS AGROPECUARIOS E IMOBILIARIOS LTDA, CNPJ nº 07.931.085/0001-70.

Nº 6.403 - DOW BRASIL SUDESTE INDUSTRIAL LTDA., CNPJ nº 53.877.627/0009-49.

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) à(ao) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 6.393 - CONDOMINIO SHOPPING CENTER IGUATEMI CAMPINAS, CNPJ nº 52.363.629/0001-08.

Nº 6.395 - CONDOMINIO FOREST HILLS, CNPJ nº 51.242.279/0001-50.

Nº 6.396 - CENTER NORTE S/A CONSTRUCAO EMPREENDIMENTOS ADMINISTRACAO E PARTICIPACAO, CNPJ nº 45.246.402/0002-90.

Nº 6.398 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATAO, CNPJ nº 47.492.806/0001-08.

Nº 6.399 - MARCYN CONFECÇÕES LTDA, CNPJ nº 51.209.153/0001-84.

Nº 6.400 - MUNICIPIO DE ATIBAIA, CNPJ nº 45.279.635/0001-08.

Expede autorização à para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço à:

Nº 6.394 - FUNDACAO SISTEMA REGIONAL DE TELEVISAO, CNPJ nº 03.922.646/0001-14.

Nº 6.401 - GIVAUDAN DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 61.188.488/0001-17.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATOS DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Outorga autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 6.408 - AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A., CNPJ nº 09.296.295/0001-60.

Nº 6.410 - SCHAHIN ENGENHARIA S.A., CNPJ nº 61.226.890/0001-49.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015

Nº 6.267 - Processo no 53500.013455/2015. Expede autorização à F. T. & W. COMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ/MF no 15.688.081/0001-31, para explorar o Serviço Móvel Global por Satélite, de interesse coletivo, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito interior e internacional e tendo como área de prestação do serviço o território nacional.

Nº 6.270 - Processo nº 53500.002606/2015. Expede autorização à CONEXÃO - SERVIÇOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME, CNPJ/MF nº 16.753.142/0001-60, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 6.271 - Processo nº 53500.002606/2015. Expede autorização à CONEXÃO - SERVIÇOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME, CNPJ/MF no 16.753.142/0001-60, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, tendo como Área de Prestação do Serviço todo o território nacional, e como Áreas de Abrangência do Atendimento aquelas indicadas em seu Projeto Técnico e alterações posteriores.

Nº 6.272 - Processo nº 53500.002606/2015. Expede autorização à CONEXÃO - SERVIÇOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME, CNPJ/MF n° 16.753.142/0001-60, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas - PGO.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 6.386, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo n° 535000261042012. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à F P TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ nº 10.679.911/0001-40, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 5 de Fevereiro de 2028, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

Nº 6.390 - Processo n° 535000032662015. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à E & F TECNOLOGIA LTDA ME, CNPJ nº 13.268.235/0001-00, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, pelo prazo de quinze anos, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

Nº 6.402 - Processo n° 535000179812015. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à NBS TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME, CNPJ nº 18.855.548/0001-89, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, pelo prazo de quinze anos, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

Nº 6.404 - Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) INSTITUTO BRAS. DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS, CNPJ nº 03.659.166/0001-02 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 4.629, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar a Entidade abaixo relacionada a penalidade de multa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.047434/2012	Rádio Riviera Ltda	OM	Goiânia	GO	Multa	4.797,78	Art. 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações Atribuir 4 pontos em razão da prática da citada infração	Portaria DEAA n° 4629, de 21/10/2015	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013

ADOLPHO HENRIQUE ALMEIDA LOYOLA

PORTARIAS DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar a Entidade abaixo relacionada a penalidade de multa, em função de processo administrativo instaurado pela Anatel, nos termos do Convênio celebrado entre o Ministério das Comunicações e Anatel em 08/08/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53504.022079/2011	Rádio Litoral S/C Ltda	FM	São Vicente	SP	Multa	6.130,06	Alterar o valor da multa aplicada na Portaria DEAA nº 315, de 13/3/13, publicada no DOU de 14/3/13. Atribuir 8 pontos em razão da prática da citada infração	Portaria DEAA n° 4128, de 22/10/2015	Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC n° 112/2013

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar a Entidade abaixo relacionada a penalidade de multa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.06626/2012	Rádio Terra Ltda	FM	Belo Horizonte	MG	Multa	3.918,36	Alterar o valor da multa aplicada na Portaria DEAA nº 166, de 6/3/13, publicada no DOU de 8/3/13. Atribuir 4 pontos em razão da prática da citada infração	Portaria DEAA n° 4239, de 22/10/2015	Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC n° 112/2013

ADOLPHO HENRIQUE ALMEIDA LOYOLA

PORTARIAS DE 29 DE OUTUBRO DE 2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar as Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.005675/2011	C.R. Radiodifusão Ltda	OM	Mandirituba	PR	Multa	3.735,50	Alíneas "f" e "h" do item 12 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão. Atribuir 6 pontos em razão da prática da citada infração.	Portaria DEAA n° 3870, de 29/10/2015	Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC n° 112/2013
53000.032331/2011	Shop Tour TV Ltda	RTV	Osasco	SP	Multa	777,45	Art. 124 da Lei 4.117/1962 c/c art. 3º do Decreto nº 5.371 de 17/2/2005. Atribuir 8 pontos em razão da prática da citada infração.	Portaria DEAA n° 3938, de 29/10/2015	Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC n° 112/2013

ADOLPHO HENRIQUE ALMEIDA LOYOLA

PORTARIAS DE 5 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º da Portaria nº 3.658, de 22 de setembro de 2015, na forma prevista no art. 50, § 1º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar as Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.039512/2013	Rádio A Voz do Sertão Ltda	OM e FM	Serra Talhada e Afogados da Ingazeira	PE	Multa	3.657,14	Alínea "c" do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações. Atribuir 4 pontos em razão da prática da citada infração.	Portaria DEAA n° 2636, de 5/11/2015	Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC n° 112/2013
53000.030975/2013	Cacimba Comunicações Ltda	FM	Lages	SC	Multa	9.404,07	Alínea "b" do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações. Atribuir 6 pontos em razão da prática da citada infração.	Portaria DEAA n° 2982, de 5/11/2015	Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC n° 112/2013
53900.007539/2015	Fundação Santa Luzia	FME	Carangola	MG	Multa	1.243,92	Alínea "c" do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações. Atribuir 4 pontos em razão da prática da citada infração.	Portaria DEAA n° 3504, de 5/11/2015	Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC n° 112/2013
53000.031852/2013	Lins Rádio Clube Ltda	FM e OM	Lins	SP	Multa	4.527,88	Alínea "b" do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações. Atribuir 4 pontos em razão da prática da citada infração.	Portaria DEAA n° 3527, de 5/11/2015	Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC n° 112/2013
53000.030977/2013	Rádio Alternativa de Francisco Beltrão Ltda	FM	Pato Branco	PR	Multa	2.438,09	Alínea "b" do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações. Atribuir 4 pontos em razão da prática da citada infração.	Portaria DEAA n° 5045, de 5/11/2015	Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC n° 112/2013

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar a Entidade abaixo relacionada a penalidade de multa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.060721/2012	SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda	FM	Brasnorte	MT	Multa	5.757,33	Art. 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações c/c o parágrafo único do art. 4º da Portaria MC nº 112/2013. Atribuir 4 pontos em razão da prática da citada infração	Portaria DEAA n° 5002, de 5/11/2015	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013

ADOLPHO HENRIQUE ALMEIDA LOYOLA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DAS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR
DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO E ASSUNTOS JURÍDICOS
DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

PROGRAMA EXECUTIVO DO ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A ORGANIZACÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O FUNCIONAMENTO NO BRASIL DO ESCRITÓRIO DA COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE, DE 27 DE JULHO DE 1984, PARA IMPLEMENTAR AÇÕES DE COOPERAÇÃO NA ÁREA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A República Federativa do Brasil
e
A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (doravante denominados "Partes"),
CONSIDERANDO:
Que as relações de cooperação entre as Partes têm sido fortalecidas ao amparo do "Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA", de 29 de dezembro de 1964, e do "Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para o Funcionamento do Escritório no Brasil da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe", de 27 de julho de 1984;
Que é objetivo das Partes assegurar a permanente busca de conhecimentos que propiciem o desenvolvimento econômico e social, de acordo com a política brasileira, em estreita sintonia com as prioridades nacionais;
Que a cooperação técnica da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe para a viabilização de ações programáticas, com enfoque centrado no desenvolvimento econômico e social, se reveste de especial interesse para as Partes;
Que é importante e conveniente estimular a cooperação conjunta entre as Partes na referida área;
Ajustam o seguinte:
TÍTULO I
Do Objeto
Artigo 1º
O presente Programa Executivo tem por objeto o fomento à implementação de ações de cooperação na área de políticas públicas, com enfoque centrado no desenvolvimento econômico e social da América Latina, em especial do Brasil, destacando-se aspectos macroeconômicos, sociais, regionais e setoriais, por meio de pesquisas, análises comparativas, treinamento de recursos humanos e outras modalidades de cooperação técnica, tais como seminários, simpósios, estágios e intercâmbio de técnicos.
TÍTULO II
Da Execução
Artigo 2º
O Governo da República Federativa do Brasil designa:
1 - a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, doravante denominada "ABC/MRE", como instituição responsável pela coordenação e acompanhamento das ações decorrentes do presente Programa Executivo e
2 - o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, doravante denominado "IPEA", como instituição responsável pela execução das ações decorrentes do presente Programa Executivo.
Artigo 3º
A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, doravante denominada "CEPAL", designa o seu Escritório no Brasil como responsável pelo aporte técnico prestado na implementação das ações desenvolvidas no âmbito do presente Programa Executivo.
TÍTULO III
Da Operacionalização
Artigo 4º
Para a operacionalização do presente Programa Executivo, serão elaborados Planos de Trabalho, concebidos pelo IPEA em estreita articulação com a CEPAL, em consonância com o objeto do presente Programa.
Parágrafo primeiro. Os Planos de Trabalho, mencionados no caput deste artigo, deverão ser encaminhados à ABC/MRE.
Parágrafo Segundo. Os Planos de Trabalho de que trata este Artigo poderão ser alvo de revisões periódicas, tanto no que concerne às atividades e projetos para atingir ao objeto pactuado, quanto em relação ao orçamento estipulado para a consecução do mesmo.
Parágrafo Terceiro. As revisões periódicas deverão ser processadas por requerimentos administrativos, fundamentadas em justificativas técnicas, e poderão ser propostas pelo IPEA e/ou pela CEPAL.
TÍTULO IV
Das Obrigações das Partes
Artigo 5º
Ao Governo Brasileiro caberá:
1 - por intermédio da ABC/MRE,
a) atuar, no âmbito de sua competência, nos termos da legislação brasileira pertinente:
b) orientar o órgão executor quanto aos procedimentos técnicos da cooperação técnica internacional, e
c) colocar à disposição dos órgãos de controle nacionais e à CEPAL os relatórios de progresso recebidos da instituição executora nacional.
2 - por intermédio do IPEA,
a) designar um diretor nacional, responsável pela proposição das atividades a serem implementadas no âmbito do presente Programa Executivo, bem como pela coordenação das mesmas;
b) planejar a gestão e supervisão do andamento dos trabalhos e estabelecer uma política conjunta de publicação e de divulgação destes;
c) elaborar e acompanhar os Planos de Trabalho, analisando seus relatórios e prestações de contas;
d) definir os produtos a serem alcançados para cada item dos Planos de Trabalho, que serão qualificados por Termos de Referência e respaldados pelos recursos efetivamente liberados;
e) analisar os Termos de Referência para cada um dos produtos a executar e, em conseqüência, indicar o perfil dos consultores a contratar, o tempo necessário para a sua realização e os técnicos da contraparte que participarão da elaboração do produto;
f) solicitar à CEPAL o pagamento dos serviços técnicos de consultoria, após a aceitação do produto final, conforme critérios técnicos e qualitativos;
g) elaborar os relatórios técnicos de progresso a intervalo de 12 meses, a partir da execução, e encaminhá-los à ABC/MRE, que os encaminhará à CEPAL;
h) observar os procedimentos a serem estabelecidos pela ABC/MRE com vistas a contribuir para o acompanhamento do Programa Executivo;
i) ceder espaço físico na sede do IPEA para viabilizar a execução das ações e atividades que serão realizadas com base no presente Programa Executivo, durante sua respectiva vigência.
Parágrafo único. No cumprimento das responsabilidades estabelecidas nos itens "b", "c", "d", "h" e "i" da alínea b deste Artigo, o IPEA manterá consultas com a CEPAL.
Artigo 6º
À CEPAL caberá:
a) administrar os recursos que lhes serão repassados para implementação do presente Programa Executivo, de acordo com as disposições dos regulamentos administrativos, financeiros e de pessoal das Nações Unidas;
b) cooperar com especialistas de seu quadro regular, segundo a disponibilidade do seu Programa, ou com consultores contratados, de acordo com as solicitações do IPEA, compatibilizadas as funções destes com as atividades e recursos definidos nos Planos de Trabalho e Termos de Referência para cada produto;
c) participar do acompanhamento e da avaliação dos trabalhos executados;
d) alocar 3 (três) técnicos internacionais de alto nível para a execução do presente Programa Executivo;
e) viabilizar a participação de técnicos do Sistema CEPAL, quando prevista nos Planos de Trabalho;
f) organizar ações de capacitação de recursos humanos, de acordo com os Planos de Trabalho;
g) colaborar com o IPEA na elaboração e revisões dos Planos de Trabalho;
h) elaborar trimestralmente os Planos de Aplicação dos Recursos, e semestralmente um Relatório de Atividades do período, em conformidade com os Planos de Trabalho relativos ao presente Programa Executivo;
i) utilizar-se das facilidades de que dispõe como organismo internacional para a cooperação técnica recíproca, quando solicitada pelo IPEA;
j) supervisionar o andamento dos trabalhos, em seus aspectos técnicos; e administrativos, de acordo com as regras e regulamentos da CEPAL;
k) apresentar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado a partir do término da vigência do presente Programa Executivo, um relatório final sobre o desenvolvimento de suas atividades, bem como avaliação dos resultados alcançados.
TÍTULO V
Da Administração e Execução Financeira
Artigo 7º
As especificações orçamentárias e as responsabilidades do IPEA e da CEPAL referentes às atividades implementadas no âmbito do presente Programa Executivo, bem como aquelas relacionadas aos gastos com atividades de suporte necessários à qualidade do cumprimento do presente instrumento, serão especificadas em Planos de Trabalho e Planos de Aplicação previamente negociados e aprovados entre a CEPAL e o IPEA.
Artigo 8º
A CEPAL prestará contas ao IPEA dos recursos aplicados em razão do presente Programa Executivo, mediante relatórios técnico-financeiros, apresentados trimestralmente, com demonstração discriminada das despesas realizadas no período.
Parágrafo Único. A CEPAL obriga-se, ainda, a apresentar um relatório técnico-financeiro final até 60 (sessenta) dias após o término de cada exercício financeiro e ao término da vigência do presente Programa Executivo, devendo constar a demonstração da aplicação dos recursos por ela administrados, bem como o comprovante da devolução do saldo não utilizado.
TÍTULO VI
Dos Saldos Financeiros
Artigo 9º
Ao término do presente Programa Executivo, os recursos remanescentes e os saldos financeiros serão transferidos ao Governo Brasileiro, após serem pagas todas as obrigações assumidas.
TÍTULO VII
Do Pessoal
Artigo 10
A contratação de consultores para executar as atividades e projetos previstos no âmbito do presente Programa Executivo será realizada pela sede da CEPAL em Santiago do Chile e regida pelas disposições dos regulamentos administrativos, financeiros e de pessoal das Nações Unidas.
Parágrafo Único. É de responsabilidade do IPEA observar os procedimentos previstos na legislação brasileira pertinente, no que couber.
TÍTULO VIII
Dos Bens
Artigo 11
A propriedade dos bens móveis adquiridos com recursos do presente Programa Executivo será transferida pela CEPAL ao IPEA, após o pagamento, mediante o atesto de recebimento definitivo de tais bens pelo IPEA.
TÍTULO IX
Da Auditoria
Artigo 12
Os Planos de Trabalho desenvolvidos no contexto do presente Programa Executivo serão objeto de auditoria regular, conduzida, no caso do IPEA, pelos respectivos órgãos de controle do Governo Federal e, no caso da CEPAL, pelos órgãos de controle das Nações Unidas, de acordo com seus respectivos procedimentos e normas, ou sempre que uma das Partes julgar necessário.
Parágrafo Único. A CEPAL disponibilizará ao IPEA cópia de todos os documentos pertinentes à execução do presente Programa Executivo, inclusive os referentes à prestação de contas, nos casos em que as disposições dos regulamentos administrativos e financeiros das Nações Unidas assim autorizem.
TÍTULO X
Do Crédito à Participação e da Propriedade Intelectual
Artigo 13
Cada Parte obriga-se, expressamente, a indicar a outra em toda a reprodução, publicação, divulgação e veiculação das ações e atividades, dos trabalhos e produtos advindos do presente Programa Executivo, bem como a observar o devido crédito à participação de cada uma delas.
Parágrafo Único. Fica terminantemente vedado incluir, ou de qualquer forma fazer constar, na reprodução, publicação, divulgação ou veiculação das ações e atividades realizadas ao amparo do presente Programa Executivo dos trabalhos e produtos advindos do mesmo, nomes, marcas, símbolos, logotipos, logomarcas, combinação de cores ou combinação de sinais, ou imagens que caracterizem ou possam caracterizar promoção individual ou de caráter comercial.
TÍTULO XI
Da Modificação
Artigo 14
O presente Programa Executivo poderá ser modificado por assentimento das Partes.
Parágrafo Único. As modificações de que trata este Artigo, sempre de comum acordo, poderão ser propostas pelo Governo da República Federativa do Brasil, por meio da ABC/MRE ou do IPEA, e pela CEPAL.
TÍTULO XII
Da Suspensão
Artigo 15
Os Planos de Trabalhos decorrentes do presente Programa Executivo poderão ser suspensos caso ocorra o descumprimento de quaisquer das cláusulas pactuadas, quais sejam:
a) utilização dos recursos em desacordo com o objetivo constante nos Planos de Trabalho;
b) interrupção das atividades dos Planos de Trabalho, em razão da indisponibilidade dos recursos previstos em seus respectivos orçamentos;
c) não apresentação dos relatórios de progresso nos prazos estabelecidos;
d) baixo desempenho operacional e técnico em um período superior a doze meses de implementação, atestado em relatório de desempenho aprovado pelo IPEA, pela ABC/MRE e pela CEPAL; e
e) interrupção das atividades dos Planos de Trabalho do Programa Executivo sem a devida justificativa.
Parágrafo Primeiro. Os Planos de Trabalho serão extintos caso as razões determinantes da suspensão aplicada em função do caput do presente Artigo não tenham sido corrigidas.
Parágrafo Segundo. As Partes farão o balanço das atividades realizadas e estabelecerão os procedimentos de conclusão do contratos/obrigações, em vigência e de eventual ressarcimento de recursos.
TÍTULO XIII
Da Denúncia
Artigo 16
O presente Programa Executivo poderá ser denunciado por qualquer das Partes por meio de notificação, feita com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias, preservando-se, entretanto, a continuidade das ações em desenvolvimento.
Parágrafo Único. Denunciado o presente Programa Executivo, a CEPAL deverá liquidar, até o 30º (trigésimo) dia útil após a data da denúncia, todos os compromissos assumidos no decorrer da sua execução e concluídos antes da referida denúncia, ficando estabelecido que os compromissos assumidos pela CEPAL e não pagos dentro do prazo mencionado no caput deste Artigo, não poderão ser imputados ao presente Programa Executivo, sendo automaticamente convertidos em saldo deste, o qual, nesse caso, deverá ser devolvido ao IPEA naquela data.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TÍTULO XIV
Da Vigência
Artigo 17
O presente Programa Executivo entrará em vigor na data de sua assinatura e terá duração de 4 (quatro) anos, podendo ser prorrogado por consentimento expresso entre as Partes.
TÍTULO XV
Das Imunidades e Privilégios
Artigo 18
O Governo da República Federativa do Brasil reconhece, em favor da CEPAL, os privilégios e imunidades de que goza em virtude da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, de 11 de novembro de 1949.
TÍTULO XVI
Da Solução de Controvérsias
Artigo 19
As controvérsias surgidas na execução do presente Programa Executivo serão dirimidas por negociação direta entre as Partes, por via diplomática.
TÍTULO XVII
Das Disposições Gerais
Artigo 20
Para as questões não previstas no presente Programa Executivo, aplicar-se-ão as disposições do "Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA", de 29 de dezembro de 1964, e do "Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para o Funcionamento do Escritório no Brasil da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe", de 27 de julho de 1984.

Feito em Brasília, em 22 de março de 2012, em dois exemplares originais, no idioma português, sendo os textos igualmente autênticos.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MARCO FARANI
Diretor da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores

PELO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA

MÁRCIO POCHMANN
Presidente

PELA COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE - CEPAL

ALICIA BÁRCENA
Secretária Executiva

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 5.551, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003113/2015-47. Interessada: ATE XXIV Transmissora de Energia S.A.. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, as áreas de terra necessárias à passagem da Linha de Transmissão 500 kV Parauapebas - Integradora Sossego CD e da Linha de Transmissão 230 kV Integradora Sossego - Xinguara 2 C2. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.986, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.003655/2015-10. Interessada: Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres - Abrace. Objeto: Altera a Resolução Homologatória nº 1.967, de 24 de setembro de 2015, que definiu o cálculo das componentes tarifárias TUSD - CDE e da TUST - CDE em cumprimento à decisão liminar do processo judicial apresentado pela Abrace. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SECRETARIA EXECUTIVA DE LEILÕES

DESPACHO
Em 17 de novembro de 2015

Nº 3.730 - O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferida pela Portaria ANEEL nº 3.700, de 15 de setembro de 2015, considerando o que consta do Processo nº 48500.001160/2015-56 e o disposto no item 4.2.7.2 do Edital, decide pela habilitação das seguintes proponentes vencedoras no Leilão nº 08/2015-ANEEL (1º LER/2015):

Seq.	Tipo	Empreendimento	Vendedora		
1	UFV	Horizonte MP 1	Consórcio EGP-Alba	Alba Energia Ltda	0,01
2	UFV	Horizonte MP 2			
3	UFV	Horizonte MP 11			
4	UFV	Lapa 2			
5	UFV	Lapa 3			
6	UFV	Nova Olinda 8			
7	UFV	Nova Olinda 9		Enel Green Power Brasil Participações Ltda.	99,99
8	UFV	Nova Olinda 10			
9	UFV	Nova Olinda 11			
10	UFV	Nova Olinda 12			
11	UFV	Nova Olinda 13			
12	UFV	Nova Olinda 14			
13	UFV	Malta	Consórcio Malta	Malta Solar Energia SPE	0,01
				Kawa Solar Holdings Limited	99,99
14	UFV	Angico 1	Consórcio Angico 1	Angico Solar Energia SPE	0,01
				Kawa Solar Holdings Limited	99,99
15	UFV	BJL 11	Consórcio Vila Renovável	Vila Energia Renovável S/S Ltda.	0,01
				Quaatro Participações S.A.	99,99
16	UFV	Coremas II	SPE CESP Coremas II Ltda.		

ROMÁRIO DE OLIVEIRA BATISTA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 9 de novembro de 2015

Nº 3.710 - Processo nº 48500.005069/2015-18 Interessado: Eldorado Brasil Celulose S.A. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UTE Sucuri, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UTE.FL.MS.035097-4.01, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Aparecida do Taboado, no estado do Mato Grosso do Sul. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 12 de novembro de 2015

Nº 3.701 - Processo nº: 48500.003920/2012-17. Decisão: (i) registrar a Adequabilidade com o projeto do Açude e com o uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Castanhão, com 9.000 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH. .PH.CE.035074-5.01, de titularidade da empresa Central Geradora Hidrelétrica Castanhão S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 12.905.499/0001-65, localizada rio Jaguaribe, integrante da sub-bacia 37, na bacia hidrográfica do Atlântico Norte/Nordeste, no município de Alto Santo, no estado do Ceará. A íntegra desse Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 16 de novembro de 2015

Nº 3.723 - Processo nº: 48500.003477/2013-65. Interessadas: Odoyá Transmissora de Energia S.A. Decisão: anuir com a alteração da localização apresentada pela Odoyá Transmissora de Energia S.A. para implantação da Subestação Juazeiro da Bahia III 500/230/69 kV, para as coordenadas apresentadas no Anexo deste Despacho, observando-se o arranjo da subestação com as novas adequações propostas pela Transmissora e que constam no processo. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 17 de novembro de 2015

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes no despacho abaixo para início de operação comercial a partir do dia 18 de novembro de 2015.

Nº 3.727 - Processo nº 48500.002299/2012-74. Interessado: Pinhal Geradora de Energia S.A. Usina: PCH Pito. Unidade Geradora: UG1 de 2.000 kW. Localização: Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina.

Nº 3.728 - Processo nº 48500.006996/2013-85. Interessado: Ingá Energia S.A. Usina: CGH Ingá. Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 500 kW cada, totalizando 1.000 kW de potência instalada. Localização: Município de Durandé, Estado de Minas Gerais.

A íntegra desse Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 3.729 - Processo nº 48500.006996/2013-85. Interessado: Pedra Lavada Energia S.A. Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação em teste a partir de 18 de novembro de 2015. Usina: CGH Pedra Lavada. Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 500 kW de capacidade instalada cada, totalizando 1.000 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 1.060, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto na Portaria ANP n.º 312, de 27 de dezembro de 2001, e tendo em vista o que consta do processo n.º 48610.009452/2015-90, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Mitsui & CO S.A, inscrita no CNPJ sob o n.º 61.139.697/0001-70, situada na Av. Paulista, nº 1842 - 9° andar; Conj. 97; : e 23 andar; : Ed. Cetenco; : Plaza Torre Norte, bairro Bela Vista, Município de São Paulo/SP. CEP: 01.310-200, autorizada a exercer a atividade de Importação de Solventes.

Art. 2º Os efeitos da presente autorização ficam condicionados à manutenção das condições, comprovadas pela empresa, para o exercício da atividade de importação acima mencionada, à época de sua outorga.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação.

AURELIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AUTORIZAÇÃO Nº 1.061, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, E GÁS NATURAL BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de Agosto de 2011, e o que consta do Processo 48610.013992/2012-25, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa MASUT COMBUSTÍVEIS LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 37.350.519/0011-81, autorizada a operar a base de Transportador Revendedor Retalhista localizadas na Rodovia GO 080, km 74,2 s/nº, à direita 420 m - Zona Rural - Município de Goianésia - GO CEP: 85063-480, Lat.: 15°13'13.97"S, Long.: 48°59'23.00"O.

A capacidade total de armazenamento será de 180,00 m³, perfazendo os tanques aéreos horizontais conforme tabela abaixo:

TANQUE	DIÂMETRO (m)	ALT/COMP (m)	VOLUME (m³)	PRODUTO (Classe)	SITUAÇÃO
01	2,55	6,00	30,00	Classe II e III	A Operar
02	2,55	6,00	30,00	Classe II e III	A Operar
03	2,55	6,00	30,00	Classe II e III	A Operar
04	2,55	6,00	30,00	Classe II e III	A Operar
05	2,55	6,00	30,00	Classe II e III	A Operar
06	2,55	6,00	30,00	Classe II e III	A Operar

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3° MASUT COMBUSTÍVEIS LTDA., CNPJ nº 37.350.519/0011-81, deverá encaminhar, até a data de vencimento do licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização, cópia autenticada da solicitação de renovação deste licenciamento, no prazo regulamentar, protocolizado junto ao órgão ambiental competente, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua emissão, sob pena de revogação desta Autorização.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

AUTORIZAÇÃO Nº 1.062, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto no §6°, art. 40 da Resolução ANP n.º 58, de 17 de outubro de 2015, e tendo em vista o que consta do processo n.º 48610.001078/2015-84, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica republicada a autorização para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos da pessoa juridica (AEA) para a Estrada Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.° 01.804.345/0001-60, situada na Rodovia BR-277, Km 579, Cascavel Velho - Cascavel/PR - CEP 85818-560.

Art. 2º Esta autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos da pessoa jurídica.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação.

AURELIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

AUTORIZAÇÃO Nº 1.063, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foi conferida pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto na Resolução ANP n.º 58, de 17 de outubro de 2014, e tendo em vista o que consta do processo n.º 48610.004884/2015-12, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a filial inscrita no CNPJ Nº 01.759.142/0004-42, da empresa Pantera Distribuidora de Combustíveis S.A, situada na Rod. PR 482, s/n° - Km 05; Cx. Postal n.º1025, bairro Zona Rural, Município de Umuarama/PR. CEP: 87.502-970, autorizada a exercer a atividade de distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel, óleo diesel B.

Art. 2º Os efeitos da presente autorização ficam condicionados à manutenção das condições, comprovadas pela empresa, para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos de filial acima mencionada, à época de sua outorga.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação.

AURELIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

AUTORIZAÇÃO Nº 1.064, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foi conferida pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto na Resolução ANP n.º 58, de 17 de outubro de 2014, e tendo em vista o que consta do processo n.º 48610.004884/2015-12, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a filial inscrita no CNPJ Nº 01.759.142/0005-23, da empresa Pantera Distribuidora de Combustíveis S.A, situada na Rod. BR 476 Rodovia/Xisto, n° 2800 - Km 16, bairro Thomaz Coelho, Município de Araucária/PR. CEP: 83.707-440, autorizada a exercer a atividade de distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel, óleo diesel B.

Art. 2º Os efeitos da presente autorização ficam condicionados à manutenção das condições, comprovadas pela empresa, para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos de filial acima mencionada, à época de sua outorga.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação.

AURELIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

AUTORIZAÇÃO Nº 1.065, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foi conferida pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto no §6°, art. 40 da Resolução ANP n.º 58, de 17 de outubro de 2015, e tendo em vista o que consta do processo n.º 48610.004944/2015-99, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica republicada a autorização para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos da pessoa juridica (AEA) para a Petroball Distribuidora de Petróleo Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.° 02.431.337/0001-89, situada na Rua Armelinda Pádua Pietrobom, n° 354, bairro Jardim Itapua, Município de Paulínia/SP. CEP: 13.140-000.

Art. 2º Esta autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos da pessoa jurídica.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação.

AURELIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 17 de novembro de 2015

Nº 1.595 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/MG0231691	ADRIANO DE SOUZA LINCOLN - ME	21.194.927/0001-80	SANTA LUZIA	MG	48610.011338/2015-20
GLP/SE0231692	ANTONIO CARLOS ARAUJO PINTO 07354854530	21.940.462/0001-69	SAO FRANCISCO	SE	48610.009598/2015-35
GLP/ES0231693	AVISO COMÉRCIO DE GÁS LTDA - ME	09.343.099/0002-80	LINHARES	ES	48610.000748/2014-64
GLP/SP0231694	BAZAR E DEPOSITO DE GAS DALILA LTDA - ME	21.085.398/0001-86	GETULINA	SP	48610.006260/2015-21
GLP/SC0231695	BOM GÁS LTDA - ME	22.821.211/0001-28	ITAJAI	SC	48610.010492/2015-84
GLP/SP0231696	CLEONAÇO GUEDES DA SILVA 0583000938	21.835.394/0001-78	CAMPO LIMPO PAULISTA	SP	48610.006451/2015-93
GLP/SP0231697	COMÉRCIO DE GÁS E ÁGUA MARALDI CRUZ & CRUZ LTDA ME	18.950.636/0001-60	SANTA BARBARA D'OESTE	SP	48610.008513/2015-00
GLP/ES0231698	ELENA DA SILVA MOTA 88653862749	20.539.370/0001-09	CARIACICA	ES	48610.010468/2015-45
GLP/BA0231699	ELIS REGINA DA SILVA LACERDA	06.213.459/0001-50	NOVA VICOSA	BA	48610.000336/2005-33
GLP/ES0231700	FRAMBELA CORREA VIEIRA 14424448789	23.040.787/0001-10	ANCHIETA	ES	48610.010469/2015-90
GLP/MA0231701	FRANCELIO SAMPAIO - ME	08.201.861/0002-20	TIMON	MA	48610.009987/2015-61
GLP/PE0231702	JOÃO MARCOS CAVALCANTE SABINO - ME	22.111.392/0001-07	LAJEDO	PE	48610.008814/2015-25
GLP/AL0231703	JOSE RINALDO GAMELEIRA SOARES NETO 07573025483	22.519.107/0001-83	CAMPO ALEGRE	AL	48610.006379/2015-02
GLP/MG0231704	KARINA GONCALVES LEME DE OLIVEIRA PINTO 05039920628	22.815.491/0001-61	DELFINOPOLIS	MG	48610.009970/2015-11
GLP/PR0231705	LEONIDAS GÁS EIRELI - ME	21.644.033/0001-44	CAMPO MOURAO	PR	48610.010514/2015-14
GLP/PR0231706	LUIZ CREPALDI FILHO 47976373900	21.647.388/0001-97	CIANORTE	PR	48610.010030/2015-67
GLP/RJ0231707	M. G. DA SILVA COMERCIO DE GAS - ME	19.083.108/0001-13	BELFORD ROXO	RJ	48610.011131/2015-55
GLP/RS0231708	MAICO GAS LTDA - ME	07.969.685/0001-28	BOM RETIRO DO SUL	RS	48610.011120/2015-75
GLP/ES0231709	MENEGUELLI E PEDRONI LTDA - EPP	39.821.012/0001-12	RIO BANANAL	ES	48610.011147/2015-68
GLP/SP0231710	PETERSON GALVÃO SANTOS - EPP.	07.859.529/0009-61	ITAPETININGA	SP	48610.009993/2015-18
GLP/ES0231711	POSTO CAPARAO LTDA EPP - EPP	01.958.631/0001-80	ALEGRE	ES	48610.009076/2015-33
GLP/CE0231712	R S L FREITAS & CIA LTDA - ME	21.872.862/0001-84	ITAICABA	CE	48610.010777/2015-15
GLP/MG0231713	SOLANGE RODRIGUES CORDEIRO 06572544605	22.820.243/0001-09	IBIRACATU	MG	48610.011221/2015-46

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

GLP/MT0231714	SOLEVANTE COSTA DE OLIVEIRA 85196487204	20.354.918/0001-46	SAO JOSE DO POVO	MT	48610.011241/2015-17
GLP/SP0231715	VENILSON SILVA OLIVEIRA 03626102580	17.692.719/0001-33	SAO CARLOS	SP	48610.011218/2015-22
GLP/RS0231716	VIASUL COMERCIO DE GAS LTDA - ME	21.543.618/0001-78	VIAMAO	RS	48610.010462/2015-78
GLP/BA0231717	WANDERSON ROCHADA SILVA - ME	18.514.412/0001-05	MUCURI	BA	48610.011242/2015-61

Nº 1.596 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/GO0172909	AUTO POSTO BARATEIRO LTDA	08.818.442/0006-66	RIO VERDE	GO	48610.011592/2015-28
PR/GO0172903	AUTO POSTO BARATEIRO LTDA	08.818.442/0011-23	RIO VERDE	GO	48610.011467/2015-18
PR/GO0172649	AUTO POSTO DOM BOSCO LTDA.	22.577.404/0001-85	VALPARAISO DE GOIAS	GO	48610.010727/2015-38
PR/MG0172393	AUTO POSTO JARDIM AEROPORTO LTDA - ME	22.440.988/0001-42	CAMPO BELO	MG	48610.010099/2015-91
PR/RS0153663	AUTO POSTO KANINHA LTDA	88.305.412/0002-61	VILA LANGARO	RS	48610.002903/2014-87
PR/SC0172825	AUTO POSTO MENDES EIRELI	22.718.422/0001-30	TUBARAO	SC	48610.011245/2015-03
PR/GO0145243	AUTO POSTO OLIVEIRA E CORREIA DE ITAPIRAPUA LTDA	18.152.886/0001-54	ITAPIRAPUA	GO	48610.010601/2013-00
PR/PR0172596	AUTO POSTO VIEIRA LTDA	17.462.895/0001-89	PRIMEIRO DE MAIO	PR	48610.010662/2015-21
PR/PI0172667	CACIQUE PETROLEO LTDA	06.656.656/0022-78	TERESINA	PI	48610.010687/2015-24
PR/PE0172404	CAVALCANTE PETRÓLEO LTDA	15.689.941/0001-51	PETROLINA	PE	48610.010095/2015-11
PR/SP0172896	CENTRO AUTOMOTIVO CANAIOLO LTDA	20.158.384/0001-82	GUARULHOS	SP	48610.011445/2015-58
PR/SP0171523	CENTRO AUTOMOTIVO TRIESTE LTDA	12.482.869/0001-07	CAMPINAS	SP	48610.007789/2015-62
PR/GO0171108	COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS OLIVEIRA E ROCHA LTDA	15.591.648/0001-57	GOIAS	GO	48610.006706/2015-18
PR/GO0172547	COMERCIAL DE DERIVADOS DE PETROLEO JOTAS LTDA	03.610.324/0005-63	JATAI	GO	48610.010423/2015-71
PR/RO0172902	COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO CARGA PESADA LTDA - ME	03.915.997/0004-40	PORTO VELHO	RO	48610.011418/2015-85
PR/BA0172755	DIELUB COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME	22.822.986/0001-18	CIPO	BA	48610.011022/2015-38
PR/PA0172901	EL SHADAY COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	07.690.992/0002-56	MAGALHAES BARATA	PA	48610.011422/2015-43
PR/BA0171687	ENERGIA E PETROLEO LTDA.	19.207.003/0001-29	SALVADOR	BA	48610.008606/2015-26
PR/RN0172897	F P COMBUSTIVEIS LTDA - ME	14.878.644/0002-72	PARNAMIRIM	RN	48610.011426/2015-21
PR/BA0172900	J. L - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS MARABA LTDA	02.263.943/0001-32	EUNAPOLIS	BA	48610.011423/2015-98
PR/MA0172907	J M SIPAUBA COELHO - ME	22.826.597/0001-60	LAGOA DO MATO	MA	48610.011595/2015-61
PR/RN0172906	LUCIANA PATRICIA VILELA SOARES	10.857.495/0002-04	PARNAMIRIM	RN	48610.011428/2015-11
PR/RN0172592	M ELIANA DE SOUSA COMBUSTIVEIS - ME.	03.601.442/0001-81	ANTONIO MARTINS	RN	48610.010424/2015-15
PR/SP0172898	MILLENIUM & AUTO POSTO LTDA	21.994.573/0001-58	JACAREI	SP	48610.011425/2015-87
PR/BA0172904	POSTO BOM GOSTO DERIVADOS DE COMBUSTIVEL LTDA ME	22.596.808/0001-16	ANTAS	BA	48610.011600/2015-36
PR/MG0172104	POSTO CAXUXA NATAL LTDA	22.282.159/0001-89	MOEMA	MG	48610.009660/2015-99
PR/SC0172707	POSTO NOVA PALHOCA LTDA	17.287.478/0001-47	PALHOCA	SC	48610.010519/2015-39
PR/BA0172899	POSTO RADAR LTDA- EPP	22.682.761/0001-03	RIACHAO DO JACUIPE	BA	48610.011424/2015-32
PR/RS0172211	POSTO RD LTDA	19.094.201/0001-23	LAGOA VERMELHA	RS	48610.009702/2015-91
PR/MG0172595	REDE DE POSTOS OLIVEIRA LTDA	11.165.625/0005-53	PRATINHA	MG	48610.010660/2015-31
PR/BA0172630	SARA MELO DA SILVA EIRELI - ME	21.457.097/0001-36	PINDOBACU	BA	48610.010879/2015-31
PR/MG0172905	SILVA E BALDOINO LTDA - EPP	23.033.348/0001-80	MONTE AZUL	MG	48610.011590/2015-39

Nº 1.601 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n° 92/2004 e com fundamento nos elementos do processo administrativo nº 48610.013188/2012-46, torna público o restabelecimento da autorização ANP nº 453, de 11/10/2011, para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos, outorgada à MAXXI DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA., sociedade inscrita no CNPJ sob o nº 13.210.610/0001-61. Fica sem efeito o Despacho nº 1.473, publicado no D.O.U de 09/10/2015. Revogam-se as disposições em contrário.

AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 17 de novembro de 2015

Nº 1.597 - A SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 08 de julho de 2014, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, e a documentação constante no Processo ANP nº 48610.004957/2014-87, torna público o seguinte ato:

1-Aprovar a alteração dos dados da Unidade de Pesquisa Grupo de Pesquisa em Materiais para Aplicações na Indústria do Petróleo e Gás Natural, vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, localizada em Natal - RN, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 24.365.710/0001-83, cujo credenciamento foi formalizado por meio do Despacho nº 1.516, publicado à página 61, seção 1, do Diário Oficial de União de nº 195, de 09 de outubro de 2014.

2-A tabela constante do Despacho nº 1.516/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

Credenciamento ANP Nº	369/2014		
Unidade de Pesquisa	Grupo de Pesquisa em Materiais para Aplicações na Indústria do Petróleo e Gás Natural		
Instituição Credenciada	Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN		
Área	Tema	Subtema	Linhas de Pesquisa
EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - ONSHORE E OFFSHORE	ENGENHARIA DE POÇO	ESTABILIDADE DE POÇOS	Pastas resistentes ao efeito do CO2
		PERFURAÇÃO E COMPLETAÇÃO - TÉCNICAS E TECNOLOGIAS	Materiais para cimentação de poços
OUTRAS FONTES DE ENERGIA	HIDROGÊNIO	CÉLULA COMBUSTÍVEL	Síntese e processamento de materiais para componentes de células a combustível
TEMAS TRANSVERSAIS	MATERIAIS	NANOMATERIAIS	Nanomateriais aplicados a revestimento de dutos, cimentação e dispositivos alternativos de geração de energia

3-Esta publicação decorre do disposto no item 6.8.6 do Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, em função de atualização de dados formulada pela Unidade de Pesquisa que resultou em alteração do escopo do credenciamento aprovado anteriormente.

Nº 1.598 - A SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 08 de julho de 2014, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, no âmbito dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, torna público o seguinte ato:

1-CREDENCIAR a Unidade de Pesquisa abaixo qualificada, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento, em conformidade com as normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionadas às linhas de pesquisa abaixo.

2-Cabe à unidade credenciada confirmar ou atualizar as informações referentes a este credenciamento a cada 12 (doze) meses, a contar da data de publicação deste Despacho.

Credenciamento ANP Nº	653/2015
Unidade de Pesquisa	GRUPO DE PESQUISA EM ENGENHARIA DE PETRÓLEO/GÁS NATURAL, ENERGIA E MEIO AMBIENTE
Instituição Credenciada	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO - UNESP-GR
CNPJ/MF	48.031.918/0003-96
Processo ANP	48610.010107/2015-07
Localização	Guaratingueta - SP
Linhas de Pesquisa	Exploração e uso racional de recursos naturais e energia
	Combustão experimental
	Petróleo e gás natural
	Sequestro e captura de CO2

Nº 1.599 - A SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 08 de julho de 2014, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, no âmbito dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, torna público o seguinte ato:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1-CREDENCIAR a Unidade de Pesquisa abaixo qualificada, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento, em conformidade com as normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionadas às linhas de pesquisa abaixo.

2-Cabe à unidade credenciada confirmar ou atualizar as informações referentes a este credenciamento a cada 12 (doze) meses, a contar da data de publicação deste Despacho.

Credenciamento ANP Nº	654/2015
Unidade de Pesquisa	LABORATÓRIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS
Instituição Credenciada	FUNDAÇÃO NÚCLEO DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL - NUTEC
CNPJ/MF	09.419789/0001-94
Processo ANP	48610.006282/2015-91
Localização	Fortaleza - CE
Linhas de Pesquisa	Produção de biodiesel sem geração de glicerina
	Extração de óleo de vísceras de peixe em escala piloto para produção de biodiesel
	Obtenção de bioquerosene de aviação através de óleos vegetais regionais
	Produção de gases combustíveis a partir da decomposição térmica catalítica de biomassa
	Obtenção de combustíveis sólidos através de diferentes biomassas

Nº 1.600 - A SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 08 de julho de 2014, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, no âmbito dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, torna público o seguinte ato:

1-CREDENCIAR a Unidade de Pesquisa abaixo qualificada, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento, em conformidade com as normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionadas às linhas de pesquisa abaixo.

2-Cabe à unidade credenciada confirmar ou atualizar as informações referentes a este credenciamento a cada 12 (doze) meses, a contar da data de publicação deste Despacho.

Credenciamento ANP Nº	652/2015
Unidade de Pesquisa	Laboratório PVT
Instituição Credenciada	Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
CNPJ/MF	24.365.710/0001-83
Processo ANP	48610.006283/2015-36
Localização	Natal - RN
Linhas de Pesquisa	Emprego de técnicas espectroscópicas na região do infravermelho (próximo e médio), fluorescência molecular e ressonância magnética nuclear combinadas com as quimiométricas para a determinação de parâmetros físico-químicos de petróleo e gás natural em condições de processo

TATHIANY RODRIGUES MOREIRA DE CAMARGO

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2015

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze às 15h, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, na sede da Companhia, localizada no SGAN 603, Conjunto "J", Parte "A", 1º andar, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária, em conformidade com o que dispõe o art. 131, parágrafo único, da Lei n.º 6.404/76, em primeira convocação, os acionistas da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, empresa pública, inscrita no CNPJ sob o n.º 00091652/0001-89, assumindo a presidência o Sr. Carlos Nogueira da Costa Junior, Presidente do Conselho de Administração. Pelo Livro de Presença foi verificada a existência de número legal, comparecendo como Representante da União, o Dr. Luiz Frederico de Bessa Fleury, designado pela Sra. Procuradora-Geral da Fazenda Nacional pela Portaria n.º 755, de 19.09.2013, publicada no Diário Oficial, de 20.09.2013. No horário previsto no Edital de Convocação, o Presidente deu como iniciada a Assembleia Geral Ordinária e escolheu para Secretário, a mim, Palmiro Franco Capone. Em seguida, o Presidente comunicou que foram cumpridos todos os prazos legais previstos na Lei n.º 6.404/76, inclusive no que se refere à publicação dos Documentos da Administração, observado o que determina o art.133 da citada lei, documentos que foram publicados no dia 09.04.2015, no Diário Oficial da União (Seção 1 páginas n.ºs 67 a 74) e no Jornal Valor Econômico Centro-Oeste de 08.04.2015, (página E3) e pediu a mim, o Secretário, que procedesse à leitura do Edital de Convocação, também publicado no Diário Oficial da União nos dias 06, 07 e 08.04.2015 (Seção 3, páginas n.ºs 99, 140 e 131), respectivamente e no Jornal Valor Econômico Centro-Oeste nos dias 06, 07. e 08.04.2015 (nas páginas E2), respectivamente. Ficam convocados os Srs. Acionistas da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, nas condições previstas no artigo 131, e seu parágrafo único, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, às 15h do dia 14 de abril de 2015, na Sede da Companhia, localizada no SGAN 603, Conjunto "J", Parte "A", 1º andar - Brasília - DF, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) tomada das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31.12.2014; b) deliberação sobre o resultado do exercício; c) eleição dos membros do Conselho Fiscal; e d) remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal. O acionista que desejar representar-se na referida Assembleia deverá depositar procuração, com poderes especiais, no Escritório da sede da Companhia, de acordo com o artigo 13 do Estatuto, até às 15h do dia 13 de abril de 2015. Brasília, 13 de março de 2015, CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR, Presidente do Conselho de Administração. A seguir, o Presidente comunicou à Assembleia que se achavam presentes no recinto o Sr. Lívio Daniel Lugo, representante credenciado dos Auditores Independentes, (Grupo Maciel Auditoria, Consultoria, Perícia e Assessoria) e o Contador - Geral da CPRM, Sr. Gilberto Aguilera, para dar cumprimento ao disposto no artigo 134, parágrafos 1º e 164 da Lei n.º 6.404/76, com a finalidade de atender a eventuais pedidos de esclarecimentos dos Srs. Acionistas. Em seguida, o Presidente, em cumprimento à Ordem do Dia, submeteu à Assembleia o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis/Financeiras referentes ao exercício de 2014 e a Proposta de Destinação do Resultado do Exercício, bem como a dispensa da leitura destes documentos, dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal. O Representante da União aprovou a dispensa da leitura destes documentos. O Presidente pediu, a mim, o Secretário que lesse a parte da proposição do Conselho de Administração referente às matérias das alíneas "a" e "b" do Edital de Convocação, o que foi feito. O Presidente colocou em votação as matérias em exame, dando a palavra ao Representante da União que votou, com base nos Pareceres da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, da Secretaria do Tesouro Nacional e do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais da seguinte forma: "I) pela aprovação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2014, acompanhadas do Relatório da Administração, do Parecer do Conselho Fiscal, bem como do Parecer dos Auditores Independentes, condicionada às necessárias correções relativas à contabilização inapropriada dos ajustes de avaliação patrimonial, conforme orientação da STN"; "II) pela aprovação da destinação do resultado do exercício, conforme a proposta apresentada pela Administração da CPRM" (alíneas a e b, do Edital de Convocação). A seguir, o Presidente colocou em discussão e votação a matéria constante da alínea "c", da Ordem do Dia, que prevê a eleição dos membros do Conselho Fiscal, com mandato de 1 (um) ano até a data da Assembleia Geral Ordinária do ano de 2016. Esclareceu na ocasião, que de acordo com as normas legais vigentes, 1 (um) deles e seu suplente serão eleitos como representantes do Tesouro Nacional; e os outros 2 (dois) e seus suplentes, por indicação do Ministério de Minas e Energia, supervisor da Companhia. Dada a palavra ao Representante da União, este externou seu voto: "III) pela eleição, para o Conselho Fiscal, das pessoas que vierem a ser indicadas pelo Ministro de Minas e Energia, desde que aprovadas pela Presidência da República nos termos do Decreto nº 757, de 1993, ou na falta de tais atos, pela reeleição dos atuais membros, a fim de manter o Colegiado em funcionamento". Dessa forma, permaneceram como Membros do Conselho Fiscal o Sr. FREDERICO BEDRAN OLIVEIRA, como Titular; JOSÉ LUIZ UBALDINO DE LIMA, como Suplente; NORBERTO TEMOTEO DE QUEIROZ, como Titular; LUÍS MAURO GOMES FERREIRA, como Suplente; e "IV) pela eleição, como representantes do Tesouro Nacional no Conselho Fiscal, das seguintes pessoas: EDUARDO LUIZ GAUDARD, como titular, e MARIANA PADRÃO DE LAMÔNICA FREIRE, como suplente.". Em seguida, o Presidente declarou eleitos para o Conselho Fiscal da CPRM, com o mandato de 01 (um) ano, até a data da Assembleia Geral Ordinária do ano de 2016, os seguintes Conselheiros: FREDERICO BEDRAN OLIVEIRA, brasileiro, casado, natural de Brasília-DF, Geólogo, portador da Carteira de Identidade nº 1977395, expedida em SSP/DF, em 05.04.2006, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas, sob o nº 991.125.901-34, domiciliado na Cidade de Brasília-DF, na SQN 415 bl L, aptº. 210, CEP 70878-120, Asa Norte, como Titular; JOSÉ LUIZ UBALDINO DE LIMA, brasileiro, casado, natural de Pindorama-SP, Engenheiro Geólogo, portador da Carteira de Identidade nº 15204313-5, expedida pela SSP/SP, em 30.01.2004, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 055.172.928-79, domiciliado na Cidade de Brasília-DF, na SQN 115 Bloco H aptº. 405, Asa Norte, CEP 70.772-080, como Suplente; NORBERTO TEMOTEO DE QUEIROZ, brasileiro, solteiro, natural de Tapiramutá-Bahia, Contador, portador da Carteira de Identidade nº 2063559-12, expedida pela SSP/BA, em 10.01.1997, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 291.131.805-68, domiciliado na Cidade de Brasília-DF, no Condomínio Ouro Vermelho I, Vetor 2, Quadra 3, lotes 15 e 16, Lago Sul, CEP 71680-379, como Titular; LUÍS MAURO GOMES FERREIRA, brasileiro, casado, natural de São Luís-MA, Geólogo, portador da Carteira de Identidade nº 441373, expedida pela SSP/DF, em 27.07.2009, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 225.966.901-87, domiciliado na Cidade de Brasília-DF, SQN 303 Bloco D Aptº. 103, Asa Norte, CEP 70.735-040, como Suplente. EDUARDO LUIZ GAUDARD, brasileiro, casado, natural de Juiz de Fora-MG, Engenheiro Civil, portador da Carteira de Identidade nº M.542.051, expedida pela SSP/MG, em 03.08.1973, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 261.924.66-87, domiciliado na Cidade de Brasília-DF, na SHIN QL 5 - Conj. 2, Casa 5, Lago Norte, CEP 71505-725, como Titular; MARIANA PADRÃO DE LAMÔNICA FREIRE, brasileira, solteira, natural de Brasília-DF, Economista, portadora da Carteira de Identidade nº 2038175, expedida pela SSP/DF, em 11.02.1998, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 981.617.091-49, domiciliada na Cidade de Brasília-DF, na SQN 408 bloco P aptº. 302, Asa Norte, CEP 70856-160, como Suplente. A seguir, o representante da União votou: "V) pela eleição, como membro do Conselho de Administração, representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de DEMETRIUS FERREIRA E CRUZ em substituição e em complementação à gestão de LUIZ GONZAGA BAIÃO";. Na oportunidade, registramos que o Sr. Luiz Gonzaga Baião, encaminhou carta datada de 14.04.2015, dirigida ao Sr. Carlos Nogueira da Costa Junior, Presidente do Conselho de Administração da CPRM, solicitando sua renúncia ao cargo de Conselheiro de Administração da CPRM, na condição de representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em razão de ter assumido novas atividades. Solicitou registrar que a sua participação naquele colegiado muito agregou à sua experiência profissional e apresentou seus agradecimentos a todos os demais Conselheiros e à Diretoria da CPRM. O Presidente declarou eleito com mandato até a Assembleia Geral Ordinária, do ano de 2016 o Sr. DEMETRIUS FERREIRA E CRUZ, brasileiro, casado, natural de Vitória-ES, Antropólogo, portador da Carteira de Identidade nº 1365595, expedida pela SSP/DF, em 24.04.1995, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 248.680.188-09, domiciliado na Cidade de Brasília-DF, SHIGS 704 Bloco "O", Casa 27, CEP 70.331-765. A seguir, a Assembleia passou a deliberar sobre o assunto constante da alínea "d" do Edital de Convocação, relativo à proposta da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal. O Presidente passou a palavra ao Representante da União, que votou: "VI) conforme a seguinte orientação do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Ofício nº 312/DEST/SE - MP, de 09 de abril de 2015), e tendo em vista o inciso IV do art. 8° do Anexo I ao Decreto n° 8.189, de 21 de janeiro de 2014: a) fixar em até R$ 2.694.417,74 a remuneração global a ser paga aos administradores dessa Empresa, no período compreendido entre abril deste ano e março do ano seguinte; b) recomendar a observância dos limites individuais definidos pelo DEST, ressaltada a sua competência para fixar esses limites para o período de doze meses, por rubrica e por cargo, com manifestação conforme tabela anexa ao Ofício DEST citado, atendendo-se ao limite global definido na alínea "a"; c) delegar ao Conselho de Administração a competência para autorizar o pagamento efetivo mensal da remuneração, observado o limite global e individual previstos nas alíneas "a" e "b", respectivamente; d) fixar os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e dos titulares do Conselho Fiscal em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios; e) vedar expressamente o repasse de quaisquer benefícios que, eventualmente, vierem a ser concedidos aos empregados da empresa, por ocasião da formalização do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT na sua respectiva data-base; f) vedar o pagamento de qualquer item de remuneração não liberado nesta assembleia para os administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, nos termos da Lei n° 6.404/76, art. 152; g) suspender a vigência dos novos valores de remuneração, sem efeito retroativo, até que as Informações do Sistema de Informações das Empresas Estatais - SIEST sejam integralmente atualizadas, nos termos do Ofício Circular nº 8/DEST/SE-MP, de 06.03.2015.

Itens	2014-2015		2015-2016	
	Aprovado	Realizado	Prop. CPRM	Aprovado DEST
Honorários	1.523.477,51	1.372.121,04	1.599.651,00	1.599.651,38
Gratificação Natalina	126.956,46	114.343,42	120.691,22	120.691,25
Gratificação Anual de Desempenho			261.131,22	
Adicional de Férias	42.318,82	29.650,70	44.434,75	44.434,76
Abono Pecuniário de Férias	56.425,09	33.855,06	59.246,33	
Diária Exterior		22.242,20		
Auxílio Alimentação	38.590,60	39.151,57	42.919,80	40.520,13
Ass. Médica/Odont.	28.019,79	20.516,28	121.469,88	29.420,78
Seguro de Vida	12.328,73	17.109,36	18.728,89	12.945,16
FGTS	135.420,22	121.289,21	131.472,81	142.191,23
INSS	338.550,56	303.223,03	496.608,24	496.608,36
Diretoria	2.302.087,78	2.073.501,87	2.896.354,14	2.486.463,06
Conselho de Administração	198.052,08	198.051,84	207.954,72	207.954,68
TOTAL GERAL	2.500.139,86	2.271.553,71	3.104.308,86	2.694.417,74

Outrossim, conforme orientação do DEST, a fixação da Remuneração Global a ser paga aos Diretores e Conselheiros da Companhia deverá ser condicionada a: a) apresentação das manifestações do Ministério supervisor e do Conselho de Administração; b) limitar

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

a 5% o acréscimo às rubricas Auxílio Alimentação, Seguro de Vida e Assistência Médica ao Presidente e Diretores, e registar que o DEST não reconhece a criação da "Gratificação de Desempenho de Atividade Geoc. (GDAG), pois tal item não foi submetido previamente ao exame deste Departamento, e c) quanto ao Abono Pecuniário de Férias, deve ser observado o disposto no § 5° do Ofício n° 11/DEST - MP, de 27.02.2013, que sugere à empresa que avalie a possibilidade de extinguir essa rubrica. Outrossim, conforme orientação do DEST, a Companhia deverá apresentar, como melhoria futura, relatório da Auditoria Interna sobre os valores realizados, conforme solicitado no Ofício Circular n° 03/DEST/SE-MP, de 21.01.2015. Por fim, o DEST sugere que o Conselho de Administração da Companhia acompanhe a efetiva devolução de valores recebidos em excesso pelos Diretores da CPRM a título de auxílio-alimentação, seguro de vida e assistência médica. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, da qual, eu, Palmiro Franco Capone o Secretário, fiz lavrar esta Ata, que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. Assinado: Carlos Nogueira da Costa Junior - Presidente da Assembleia; Luiz Frederico de Bessa Fleury - Representante da União; Palmiro Franco Capone - Secretário-Geral da CPRM. Arquivamento da Ata na Junta Comercial do Distrito Federal em 05.11.2015 sob o nº 20150487509, Gisela Simiema Ceschin - Presidente da JCDF.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 198/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento ao recurso apresentado(244)
832.669/2012-CERAMICA TRES VALES LTDA ME
Não conhece o recurso interposto(1837)
831.247/1994-Interposto porBRASROMA MINERAÇÃO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
835.861/1994-Interposto porBRASROMA MINERAÇÃO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
830.681/1995-Interposto porBRASROMA MINERAÇÃO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
830.921/1995-Interposto porBRASROMA MINERAÇÃO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
832.651/1995-Interposto porBRASROMA MINERAÇÃO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
832.655/1995-Interposto porBRASROMA MINERAÇÃO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
832.663/1995-Interposto porBRASROMA MINERAÇÃO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
832.675/1995-Interposto porBRASROMA MINERAÇÃO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
834.733/1995-Interposto porURSULA PAULA DEROMA ROSSETTI
834.747/1995-Interposto porURSULA PAULA DEROMA ROSSETTI
830.253/1996-Interposto porBRASROMA MINERAÇÃO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
830.561/1996-Interposto porBRASROMA MINERAÇÃO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
833.481/1996-Interposto porBRASROMA MINERAÇÃO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
834.343/1996-Interposto porBRASROMA MINERAÇÃO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
834.353/1996-Interposto porBRASROMA MINERAÇÃO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
830.519/1997-Interposto porBRASROMA MINERAÇÃO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
830.521/1997-Interposto porBRASROMA MINERAÇÃO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
830.523/1997-Interposto porBRASROMA MINERAÇÃO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
830.535/1997-Interposto porBRASROMA MINERAÇÃO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
830.537/1997-Interposto porBRASROMA MINERAÇÃO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
830.539/1997-Interposto porBRASROMA MINERAÇÃO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
830.543/1997-Interposto porBRASROMA MINERAÇÃO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
831.183/1997-Interposto porBRASROMA MINERAÇÃO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
831.193/1997-Interposto porBRAZMINCO LTDA
831.235/1997-Interposto porBRAZMINCO LTDA
831.263/1997-Interposto porBRAZMINCO LTDA
831.293/1997-Interposto porURSULA PAULA DEROMA ROSSETTI
830.511/1998-Interposto porBRAZMINCO LTDA
831.515/1998-Interposto porURSULA PAULA DEROMA ROSSETTI
Fase de Requerimento de Licenciamento
Nega provimento ao recurso interposto(1170)
832.525/2012-MINERAÇAÕ REZENDE EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTE LTDA
832.526/2012-MINERAÇAÕ REZENDE EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTE LTDA
833.186/2012-MINERAÇÃO PORTO BRASIL LTDA
Fase de Requerimento de Lavra
Não conhece o recurso interposto(1837)
880.094/2002-Interposto porEXPLONORTE SERVIÇOS DE DESMONTE DE ROCHAS LTDA

JOSÉ CARLOS SALES CAMPOS
Substituto

RELAÇÃO Nº 199/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento ao recurso apresentado(244)
860.430/2009-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A
Da provimento ao recurso interposto(245)
858.045/2009-BEADELL BRASIL LTDA
Despacho publicado(256)
859.547/1995-VALE S A-Nos termos do PARECER nº 368/2015/HP/PF-DNPM-DF/PGF/AGU aprovado pela senhora Procuradora-Chefe Substituta através do DESPACHO Nº 1.615/2015/SC/PF-DNPM-DF/PGF/AGU que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão:ANULO o despacho de folha 536, que negou aprovação ao relatório de pesquisa._ ANULO o despacho de folha 531, na parte em que tornou sem efeito a decisão publicada em 20/07/2010, mantendo intacto na parte em que tornou sem efeito o despacho publicado em 25/03/2013._ANULO a decisão de folha 474, na parte em que não conheceu o pedido de reconsideração e determinou o não conhecimento do novo pedido de prorrogação do alvará._ CONHEÇO do pedido de reconsideração apresentado em 24/08/2010 constante de folhas 386/487, e no mérito, JULGO IMPROCEDENTE mantendo inalterado o despacho de indeferimento do pedido de prorrogação do alvará de pesquisa.
815.652/2011-VIDA FLORESTAL LTDA-Nos termos do DESPACHO nº 116/2015 - CFPM/DIFIS e DESPACHO-DIFIS Nº 888/2015, do Senhor Diretor de Fiscalização, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, NEGO PROVIMENTO ao recurso interposto e MANTENHO A MULTA aplicada por não apresentação de RFP, referente ao Auto de Infração nº 11/2015.
Declara caduco o direito de requerer a lavra(399)
815.337/1999-OMAR ANTONIO HENNING
896.016/2003-MINERADORA GRANÓPOLIS LTDA
826.757/2007-RIO DA VÁRZEA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA ME
800.905/2011-PEDRABRASIL CEARÁ MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.
810.322/2011-SAMPAR COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES
810.323/2011-SAMPAR COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES
810.324/2011-SAMPAR COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES
Indefere pedido de prorrogação do prazo para requerer concessão de lavra(561)
896.323/2001-SEBASTIÃO PEREIRA MERELLES
Não conhece o recurso interposto(1837)
880.031/2001-Interposto porDIAMANTE BRASIL LTDA
880.032/2001-Interposto porDIAMANTE BRASIL LTDA
890.240/2007-Interposto porPEDRAS MÁRMORES S GRANITOS LTDA
Autoriza a averbação de transferência de direitos - Sucessão Causa Mortis(1954)
DNPM 830.144/2002-JOÃO BOSCO GUERRA-Sucessor:MARIA EMILIA DINIZ GUERRA E OUTROS-CPF/CNPJ025.559.536-04- Cessionario:MINERAÇÃO CORREGO DO OURO LTDA - CPF/CNPJ03.566.423/0001-61- ALVARÁ DE PESQUISA N° 4.876/2002
DNPM 831.161/2002-JOÃO BOSCO GUERRA-Sucessor:MARIA EMILIA DINIZ GUERRA E OUTROS-CPF/CNPJ025.559.536-04- Cessionario:MINERAÇÃO CORREGO DO OURO LTDA - CPF/CNPJ03.566.423/0001-61- ALVARÁ DE PESQUISA N° 6.189/2002
Fase de Disponibilidade
Despacho publicado(316)
860.767/2003-PAN BRAZILIAN MINERAÇÃO LTDA.-Nos termos do PARECER nº 387/2015/MHMM/PF-DNPM-DF/PGF/AGU aprovado pela Senhora Procuradora-Chefe Substituta, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, CONHEÇO do recurso interposto pela Interessada, e, no mérito, DOU-LHE PROVIMENTO para cancelar a sanção aplicada pela suposta não apresentação tempestiva do relatório dos trabalhos de pesquisa.
Fase de Requerimento de Lavra
Homologa desistência do requerimento de Concessão de Lavra(352)
815.579/2008- TECNOCLAY MIN IND COMERCIO LTDA
Despacho publicado(356)
830.937/1979-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.-Nos termos do DESPACHO nº 139/2015-CFPM/DIFIS, e DESPACHO Nº 1.016/2015, do Senhor Diretor de Fiscalização Substituto, que ora aprovo e adoto com fundamento desta decisão, concedo Autorização Especial de Pesquisa Complementar, pelo prazo de 03 (três) anos a contar da publicação no Diário Oficial da União
896.311/2002-AROGRAN GRANITOS LTDA.-Acato os termos contidos na NOTA nº 1080/2015/AV/PROGE/DNPM, aprovada pela Senhora Procuradora-Chefe Substituta, e defiro o pedido de prorrogação de prazo para o requerimento de lavra.
832.313/2004-VALE S A-Nos termos do DESPACHO nº 130/2015-CFPM/DIFIS, e DESPACHO Nº 930/2015, do Senhor Diretor de Fiscalização, que ora aprovo e adoto com fundamento desta decisão, concedo Autorização Especial de Pesquisa Complementar, pelo prazo de 03 (três) anos a contar da publicação no Diário Oficial da União
830.721/2005-VALE S A-Nos termos do DESPACHO nº 122/2015-CFPM/DIFIS, e DESPACHO Nº 884/2015, do Senhor Diretor de Fiscalização, que ora aprovo e adoto com fundamento desta decisão, concedo Autorização Especial de Pesquisa Complementar, pelo prazo de 03 (três) anos a contar da publicação deste no Diário Oficial da União
Determina arquivamento definitivo do processo(1039)
801.704/1975-MINEGRAL CIA. BRASILEIRA DE MINERAÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Autoriza a averbação de transferência de direitos - Sucessão Causa Mortis(1954)
DNPM 815.572/1993-ROGERIO BURIGO-Sucessor:ROSANE MARIA CRIPPA BÚRIGO E OUTROS-CPF/CNPJ376.260.519-04- Cessionario:SIGRAL - SILIX DO GRAVATAL COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA - CPF/CNPJ75.406.587/0001-32- REQUERIMENTO DE LAVRA N° /
DNPM 815.871/1995-ROGERIO BURIGO-Sucessor:ROSANE MARIA CRIPPA BÚRIGO E OUTROS-CPF/CNPJ376.260.519-04- Cessionario:SIGRAL - SILIX DO GRAVATAL COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA - CPF/CNPJ75.406.587/0001-32- REQUERIMENTO DE LAVRA N° /
Nega provimento ao recurso interposto(2075)
807.497/1971-VALE S A
807.501/1971-VALE S A
808.570/1971-VALE S A
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o novo Plano de Aproveitamento Econômico da jazida(416)
820.169/1999-CERÂMICA FERREIRA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
Defere pedido de servidão para a implantação e operação do empreendimento mineiro em conformidade com os Laudos Técnicos e Memoriais Descritivos juntados nos autos(435)
890.087/1982-GRANICAP GRANITOS CAPIXABA LTDA-DIORITO- PORTARIA DE LAVRA Nº 142/2002
Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(443)
860.952/1980-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.- Início:31/06/2015-Término:31/06/2017
861.241/1980-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.- Início:31/06/2015-Término:31/06/2017
862.000/1984-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.- Início:31/06/2015-Término:31/06/2017
Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(446)
810.763/1979-ELIANE S/A - REVESTIMENTOS CERÂMICOS- Início:12/07/2013-Término:12/07/2017
Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(447)
806.035/1975-CERÂMICA BATISTELLA LTDA- Início:11/06/2013-Término:11/06/2018
Aceita defesa apresentada(475)
800.971/1974-EMMIRONE EMPRESA DE MINERAÇÃO ROCHA NEGRA LTDA
Despacho publicado(508)
860.933/1982-COMPANHIA DE MINERAÇÃO DO TOCANTINS-Nos termos da Nota nº 970/2015/AV/PF-DNPM-DF/PGF/AGU aprovada pela Senhora Procuradora-Chefe Substituta, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, CONHEÇO do recurso interposto pela interessada por ser tempestivo, e, no mérito, mantenho a NEGATIVA DE PROVIMENTO, em análise de reconsideração.
815.126/2001-H. LEVE ENGARRAFADORA E DISTRIBUIDORA DE AGUA MINERAL LTDA-Nos termos do PARECER Nº 13/2015-DIFIS/CFAM/SSVM, e DESPACHO-DIFIS Nº 825/2015, do Senhor Diretor de Fiscalização, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, NEGO PROVIMENTO aos recursos interpostos pela interessada e MANTENHO AS MULTAS aplicadas referentes aos Autos de Infração nº 571/2010, 572/2010 e 573/2010.
Homologa renúncia da Concessão de Lavra(554)
821.687/1987-MINERPAV MINERADORA LTDA.- Portaria N°138- DOU de 29/04/1999
Autoriza a averbação dos atos de penhora de direitos minerarios(1934)
Exequente:ADILTON ANTONIO FERREIRA- CPF ou CNPJ - DNPM 896.335/2002-MARCEL MINERAÇÃO LTDA-PORTARIA DE LAVRA N° 139/2008
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Nega provimento ao recurso interposto(1222)
852.054/2013-PAULO MEIRELES DA SILVA
852.076/2013-ANTONIO BENEDITO CHAVES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RELAÇÃO Nº 200/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Retificação de despacho(1387)
815.869/2008-LOURDES UZINSKI TOMELIN - Publicado DOU de , Relação n° , Seção , pág. - Retificar o texto do Alvará de Pesquisa nº 888/2012, de 04/04/2012, publicado no D.O.U. em 09/04/2012, nos seguintes termos: Onde se lê: "...numa área de 319,55ha...", Leia-se: "...numa área de 318,43ha..."
826.553/2010-J. A. GAI COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA EPP - Publicado DOU de , Relação n° , Seção , pág. - Retificar o texto do despacho publicado em 09/08/2013, nos seguintes termos: Onde se lê: "...nos Municípios de Curitiba/PR e Fazenda Rio Grande/PR, numa área de 4,13ha...", Leia-se: "...no Município de Curitiba/PR, numa área de 3,98ha..."
Torna sem efeito a publicação de despachos em duplicidade.(1984)
Relação n° 183-Publicada no DOU de 15/09/2015- Processo nº 815.504/2015 - Evento nº 321

RELAÇÃO Nº 203/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Despacho de retificação do alvará de pesquisa(327)
861.839/2007-ROSILENE DE FATIMA DA SILVA & CIA LTDA-ALVARÁ N° 5582 Publicado DOU de 13/06/2014- Onde se lê:"... numa área de 252,22 ha...", Leia-se:"... numa área de 234,79 ha...".
862.691/2011-JOSÉ LEONCIO DE ARAÚJO-ALVARÁ N° 11.523 Publicado DOU de 11/11/2013- Onde se lê:"... numa área de 1640,84 ha...", Leia-se:"... numa área de 1312,69 ha...".
862.730/2011-SILAS DE OLIVEIRA BRANDAO-ALVARÁ N° 7.499 Publicado DOU de 19/08/2014- Onde se lê:"... numa área de 140,15 ha...", Leia-se: numa área de 99,14 ha...".
861.647/2012-CLEUNICE GUNDIM MENDONÇA-ALVARÁ N° 10.522 Publicado DOU de 21/10/2013- Onde se lê:"... numa área de 239,8 ha...", Leia-se:"... numa área de 234,23 ha...".
846.221/2013-PEDRA SERIDÓ MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N° 324 Publicado DOU de 06/01/2014- Onde se lê:"... numa área de 501,47 ha...", Leia-se:"... numa área de 459,8 ha...".
860.609/2014-VANDETE VILELA RIBEIRO-ALVARÁ N° 3.477 Publicado DOU de 10/06/2015- Onde se lê:"... numa área de 388,64 ha...", Leia-se: numa área de 338,95 ha...".
861.178/2014-IARA DE SOUZA GODOI-ALVARÁ N° 3.149 Publicado DOU de 28/05/2015- Onde se lê:"... numa área de 1389,09 ha...", Leia-se:"... numa área de 1339,35 ha...".
861.534/2014-ALEXANDRE ANTONIO ABRÃO-ALVARÁ N° 1986 Publicado DOU de 31/03/2015- Onde se lê:"... numa área de 400,93 ha...", Leia-se:"... numa área de 324,15 ha...".
860.212/2015-ERNANE ASSUNÇÃO FERNANDES-ALVARÁ N° 7012 Publicado DOU de 03/09/2015- Onde se lê:"... numa área de 901,6 ha...", Leia-se:"... numa área de 852,82 ha...".

CELSO LUIZ GARCIA

SUPERINTENDÊNCIA EM ALAGOAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 38/2015

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Frederico Gondim Carneiro de Albuquerque - 844109/08 - Not.28/2015 - R$ 1.104,70
Itapoama Mineraçãos Ltda - 844147/07 - Not.27/2015 - R$ 273,95
Mundial Marmores e Granitos Ltda - 840116/85 - Not.26/2015 - R$ 3.474,12

ANDRÉ LUIZ RODRIGUES RAMALHO

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAPÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 52/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
858.132/2007-MUNDIAL MINERAÇÃO E COMERCIO LTDA.-OF. N°425\2015
858.008/2014-GENPOWER ENERGY PARTICIPAÇÕES LTDA.-OF. N°399/2015
858.026/2014-BAIA EXTRAÇÃO MINERAL LTDA-OF. N°391/2015
858.027/2014-BAIA EXTRAÇÃO MINERAL LTDA-OF. N°392/2015
858.060/2014-BAIA EXTRAÇÃO MINERAL LTDA-OF. N°398/2015
858.060/2014-BAIA EXTRAÇÃO MINERAL LTDA-OF. N°396/2015
858.060/2014-BAIA EXTRAÇÃO MINERAL LTDA-OF. N°397/2015
858.064/2015-ANA CRISTINA CARDOSO CAMPOS-OF. N°402/2015
858.074/2015-TAYNÁ TRAJANO FEIJÃO-OF. N°395/2014
858.074/2015-TAYNÁ TRAJANO FEIJÃO-OF. N°394/2015
858.078/2015-ENERGEST S.A.-OF. N°401/2015
858.078/2015-ENERGEST S.A.-OF. N°400/2015
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
858.016/2014-SARAH LOBATO DE ALMEIDA-OF. N°424\2015
Indefere por Interferencia Total(1339)
858.013/2013-JUVANILDO DE JESUS COSTA
858.054/2013-JOAO DE SOUSA VIEIRA
858.058/2013-JOAO DE SOUSA VIEIRA
858.059/2013-JOAO DE SOUSA VIEIRA
858.060/2013-JOAO DE SOUSA VIEIRA
858.061/2013-JOAO DE SOUSA VIEIRA
858.062/2013-JOAO ERISVALDO MOREIRA
858.063/2013-LEO CASSIANO MOREIRA REZENDE
858.064/2013-JOAO ERISVALDO MOREIRA
858.065/2013-DELMA SKIBINSK
858.067/2013-JOAO DE SOUSA VIEIRA
858.068/2013-JOAO DE SOUSA VIEIRA
858.069/2013-JOAO DE SOUSA VIEIRA
858.024/2014-SARAH LOBATO DE ALMEIDA
858.036/2014-ANA DE SOUZA TRAJANO
858.058/2014-MARCOS DA SILVA TENÓRIO
858.071/2014-ALAM RODRIGUES AMANAJÁS
858.078/2014-LUIZ CELSO RODRIGUES BAROSA
858.092/2014-DINGO FERREIRA DE SOUZA
858.101/2014-SARAH LOBATO DE ALMEIDA
858.029/2015-DANIEL HENRIQUE FERNANDES GARCIA
858.030/2015-DANIEL HENRIQUE FERNANDES GARCIA
858.031/2015-DANIEL HENRIQUE FERNANDES GARCIA
858.032/2015-DANIEL HENRIQUE FERNANDES GARCIA
858.039/2015-ANTONIO RAIMUNDO BLANC DOS SANTOS
858.042/2015-ROSIVAL CARDOSO GOMES
858.043/2015-ROSIVAL CARDOSO GOMES
858.050/2015-PAULO ANDRÉ DUNIN ZUPANSKI
858.063/2015-EMMANUEL SAVIO FLEXA DE ALMEIDA
858.071/2015-ANA CRISTINA CARDOSO CAMPOS
858.075/2015-ANTONIO DA JUSTA FEIJÃO
858.087/2015-ANA CRISTINA CARDOSO CAMPOS
858.088/2015-ANA CRISTINA CARDOSO CAMPOS
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
858.006/2014-AREAL RIO PEDREIRA LTDA EPP-OF. N°410/2015
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
858.074/2014-CERAMICA FAZENDINHA LTDA ME-Registro de Licença N°6/2015 de 21/10/2015-Vencimento em 22/05/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
858.075/2014-PRONORTE INCORPORACOES COMERCIO E IMOVEIS LTDA EPP-OF. N°393/2015

EDMUNDO JOSÉ MODESTO GONZAGA

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 89/2015

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Bbm Desenvolvimento Mineral Ltda - 880263/08 - Not.241/2015 - R$ 27.625,49
Jws Comércio de Areia Ltda - 880366/11 - Not.238/2015 - R$ 959,25
Mário Souza da Silva - 880443/09 - Not.239/2015 - R$ 1.482,91, 880120/09 - Not.235/2015 - R$ 97,64, 880121/09 - Not.236/2015 - R$ 78,50
Odair Cordeiro de Oliveira - 880370/08 - Not.240/2015 - R$ 1.836,86
Potássio Ocidental Mineração Ltda - 880018/10 - Not.242/2015 - R$ 27.088,28, 880019/10 - Not.243/2015 - R$ 27.029,75, 880022/10 - Not.244/2015 - R$ 27.108,55, 880023/10 - Not.245/2015 - R$ 11.678,38, 880025/10 - Not.246/2015 - R$ 27.108,55, 880026/10 - Not.247/2015 - R$ 11.678,38, 880032/10 - Not.248/2015 - R$ 27.108,55, 880033/10 - Not.249/2015 - R$ 11.678,38, 880045/10 - Not.251/2015 - R$ 27.295,46, 880046/10 - Not.252/2015 - R$ 19.429,07, 880047/10 - Not.253/2015 - R$ 27.303,99, 880048/10 - Not.254/2015 - R$ 27.287,22, 880049/10 - Not.255/2015 - R$ 27.303,99
Raquel Correia da Silva - 880128/07 - Not.237/2015 - R$ 27.739,08
Victor Hugo Sousa - 880079/09 - Not.234/2015 - R$ 2.952,82

RELAÇÃO Nº 90/2015

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Eco Florestal Comércio de Madeira LTDA. - 880162/12, 880163/12
Fernando Henrique Holmes Teles - 880012/15
João Henrique Bicalho Azevedo - 880033/13
Paulo Carlos De'carli - 880035/13

FERNANDO LOPES BURGOS

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 228/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
872.710/2008-REINALDO MALTA DA SILVA
871.666/2009-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA
871.432/2015-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA
871.434/2015-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA
871.530/2015-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.
871.532/2015-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.
871.533/2015-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.
871.534/2015-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.
871.540/2015-QUARTZBLUE MINERAÇÃO LTDA
871.543/2015-JOSE GUEDES AMORIM FILHO
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
870.775/2013-DEMATER DIESEL EMPREENDIMENTOS LTDA ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
871.664/2002-MINERAÇÃO FLORESTA AZUL LTDA-OF. N°641/2015
872.335/2010-CAMILO HEMERLY SIMONELLI-OF. N°643/2015
871.118/2015-CONSÓRCIO EMPA SERVIX TRATEX JDS-OF. N°640/2015
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
873.348/2011-JORGE LUIZ ALVES MOURA
873.350/2011-JORGE LUIZ ALVES MOURA
873.352/2011-JORGE LUIZ ALVES MOURA
873.353/2011-JORGE LUIZ ALVES MOURA
873.354/2011-JORGE LUIZ ALVES MOURA
873.355/2011-JORGE LUIZ ALVES MOURA
873.356/2011-JORGE LUIZ ALVES MOURA
873.358/2011-JORGE LUIZ ALVES MOURA
873.359/2011-JORGE LUIZ ALVES MOURA
873.360/2011-JORGE LUIZ ALVES MOURA
873.362/2011-JORGE LUIZ ALVES MOURA
873.363/2011-JORGE LUIZ ALVES MOURA
873.364/2011-JORGE LUIZ ALVES MOURA
873.365/2011-JORGE LUIZ ALVES MOURA
873.367/2011-JORGE LUIZ ALVES MOURA
873.368/2011-JORGE LUIZ ALVES MOURA
873.369/2011-JORGE LUIZ ALVES MOURA
873.370/2011-JORGE LUIZ ALVES MOURA
873.498/2011-JORGE LUIZ ALVES MOURA
873.499/2011-JORGE LUIZ ALVES MOURA
873.500/2011-JORGE LUIZ ALVES MOURA
874.436/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
871.578/2014-GRANITOS CASTELO LTDA ME
870.887/2015-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
870.895/2015-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
870.897/2015-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
871.497/2015-SAIBRO MINERAÇÃO LTDA ME
Não conhece requerimento protocolizado(1004)
871.450/2015-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
871.451/2015-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
871.452/2015-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização
de Pesquisa para Licenciamento(186)
870.410/2013-BRITASERVICE SERVIÇO E COMÉRCIO LTDA
Declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
870.705/2009-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA-Alvará N°8554/2009
871.628/2014-RODRIGO SOUZA MAMONA-Alvará N°10.980/2014
872.097/2014-JURANDIR BARBOSA DE SOUZA-Alvará N°1469/2015
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
870.297/2006-MINERAÇÃO BAIANA LTDA ME-OF. N°623/2015

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Determina arquivamento definitivo do processo(1039)
870.069/2009-SANTO ANTÔNIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS EIRELI ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
870.297/2006-MINERAÇÃO BAIANA LTDA ME-OF. N°624/2015
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
870.819/2014-J. C. ARAUJO DE OLIVEIRA ME-Registro de Licença N°47/2015 de 27/10/2015-Vencimento em 02/06/2034
871.441/2015-TOP ENGENHARIA LTDA-Registro de Licença N°48/2015 de 27/10/2015-Vencimento em 14/05/2017
871.442/2015-TOP ENGENHARIA LTDA-Registro de Licença N°49/2015 de 27/10/2015-Vencimento em 26/05/2017
871.443/2015-TOP ENGENHARIA LTDA-Registro de Licença N°50/2015 de 27/10/2015-Vencimento em 26/05/2017
871.444/2015-TOP ENGENHARIA LTDA-Registro de Licença N°51/2015 de 27/10/2015-Vencimento em 26/05/2017
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
871.890/2014-BRITASERVICE SERVIÇO E COMÉRCIO LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
872.182/2014-NEGOCIAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA ME-OF. N°621/2015
871.650/2015-M A CAIRES & CIA LTDA-OF. N°620/2015
Fase de Licenciamento
Nega o aditamento de substância mineral(1175)
870.325/2014-RUY GUALBERTO OLIVEIRA DA COSTA

OSMAR ALMEIDA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 165/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
800.301/2015-DIOGO PATRICK ORNELAS CHAVES
800.303/2015-DIOGO PATRICK ORNELAS CHAVES
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
801.091/2010-ANTONIO CARLOS CAVALCANTE DE OLIVEIRA-OF. N°1781/2015
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
800.180/2011-SERRA NORTE GRANITOS LTDA-OF. N°1764/2015
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
800.149/2014-MINERAÇÃO RIO DAS PALMAS LTDA-GRANJA/CE - Guia n° 020/2015-16.000TONELADAS-QUARTZITO- Validade:26/08/2016
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
800.765/2012-MILKA MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA ME- Área de 903,70 para 551,92-ARENITO
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
800.006/2011-QUARTZBLUE MINERAÇÃO LTDA-QUARTZITO
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
801.077/2011-TECNOCER INDUSTRIA E COMERCIO DE REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA
800.183/2013-CEARAGRAN MINERAÇÃO EXPORT LTDA.
800.212/2013-CEARAGRAN MINERAÇÃO EXPORT LTDA.
800.546/2013-CEARAGRAN MINERAÇÃO EXPORT LTDA.
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
800.464/2013-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA.-ALVARÁ N°8.980/2013
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
800.283/2015-EUGÊNIO MENDES MARTINS-OF. N°1760/2015
Fase de Requerimento de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
800.573/2008-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1769/2015-180 dias
Fase de Concessão de Lavra
Determina o arquivamento do Auto de Infração(462)
800.362/1996-JOSÉ DE ARIMATÉIA LIMA EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA - EPP- AI N° 001/2015
800.363/1996-JOSÉ DE ARIMATÉIA LIMA EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA - EPP- AI N° 001/2015
800.364/1996-JOSÉ DE ARIMATÉIA LIMA EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA - EPP- AI N° 001/2015
800.365/1996-JOSÉ DE ARIMATÉIA LIMA EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA - EPP- AI N° 001/2015
800.366/1996-JOSÉ DE ARIMATÉIA LIMA EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA - EPP- AI N° 001/2015
800.774/1996-JOSÉ DE ARIMATÉIA LIMA EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA - EPP- AI N° 001/2015
800.775/1996-JOSÉ DE ARIMATÉIA LIMA EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA - EPP- AI N° 001/2015
800.776/1996-JOSÉ DE ARIMATÉIA LIMA EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA - EPP- AI N° 001/2015
800.234/1997-JOSÉ DE ARIMATÉIA LIMA EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA - EPP- AI N° 001/2015
800.235/1997-JOSÉ DE ARIMATÉIA LIMA EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA - EPP- AI N° 001/2015
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
800.154/1993-SÃO GERALDO AGUAS MINERAIS LTDA-OF. N°1768/2015
800.154/1993-SÃO GERALDO AGUAS MINERAIS LTDA-OF. N°1767/2015
800.218/2005-RIO DO PEIXE INDUSTRIA DE ÁGUA MINERAL LTDA.-OF. N°1769/2015
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
800.915/2012-ROMMEL JOSÉ BEZERRA DE MENEZES ME-Registro de Licença N°101/2015 de 10/11/2015-Vencimento em 12/03/2018
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
800.756/2013-E. A. DE CASTRO GUILHON ME

RELAÇÃO Nº 172/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
800.518/2015-EDUARDO DE AZEVEDO LEMOS-OF. N°1784/2015
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
800.269/2011-FERNANDO GILSON DE SOUSA BORGES
800.270/2011-FERNANDO GILSON DE SOUSA BORGES
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
800.366/2013-LIMESTONE MARMORES DO BRASIL LTDA-OF. N°1785/2015
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
800.959/2010-COREAÚ CALCÁRIO LTDA
800.429/2013-VERMONT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.
800.430/2013-VERMONT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.
800.433/2013-VERMONT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.
800.478/2013-MINERAÇÃO MARTINS LTDA
800.674/2013-VERMONT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
801.051/2010-A. S. DA SILVA REBOUÇAS & CIA LTDA ME-OF. N°1786/2015
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
800.087/2011-GUSTAVO BEZERRA DE MENEZES GOMES DE MATTOS ME-Registro de Licença N°100/2015 de 10/11/2015-Vencimento em 25/07/2017

RICARDO BEZERRA DE SENA

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 150/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
896.090/2015-MINERAÇÃO GOIABEIRA LTDA
896.091/2015-MINERAÇÃO GOIABEIRA LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
896.242/2015-MINERAÇÃO AZUL TROPICAL LTDA. ME.-OF. N°2730/2015-DNPM/ES.
896.263/2015-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME-OF. N°2731/2015-DNPM/ES.
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
896.387/1995-CARLOS JOSÉ LAEBER-OF. N°2801/2015-DNPM/ES.
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
896.278/2006-ANTÔNIO JOSÉ MONTEIRO- Cessionário:CASTELO STONES MÁRMORES E GRANITOS LTDA- CPF ou CNPJ 07.990.425/0001-34- Alvará n°1045/2007
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
896.191/2013-TUBARÃO COMÉRCIO E TRANSPORTE DE AREIA LTDA ME -Alvará N°8971/2014
896.211/2013-TUBARÃO COMÉRCIO E TRANSPORTE DE AREIA LTDA ME -Alvará N°11181/2013
896.511/2013-TUBARÃO COMÉRCIO E TRANSPORTE DE AREIA LTDA ME -Alvará N°13549/2013
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
896.642/2002-MINERAÇÃO PAGANI LTDA.- Alvará n°3876/2003 - Cessionário: MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA- CNPJ 07.280.781/0001-64
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.158/1986-FORNO GRANDE PEDRAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA EPP-OF. N°2790/2015-DNPM/ES.
890.992/1989-CAJUGRAM GRANITOS E MARMORES DO BRASIL LTDA-OF. N°2753/2015-DNPM/ES.
890.511/1993-ECOAREIA COMÉRCIO DE AREIA EIRELI EPP-OF. N°2826/2015-DNPM/ES.
896.474/1998-GRANITOS RETIRO LTDA. ME.-OF. N°2827/2015-DNPM/ES.
896.553/2005-ROGRAN MARMORES E GRANITOS EIRELI ME-OF. N°2825/2015-DNPM/ES.
896.297/2012-DJ GRANITOS EIRELI ME-OF. N°2814/2015-DNPM/ES.
Nega anuência prévia aos atos de cessão parcial do requerimento de lavra(603)
896.273/1996-MINERAÇÃO MONTE HERMON LTDA ME- Cessionário:896.567/2014-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA
Determina arquivamento definitivo do processo(1039)
896.567/2014-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
890.158/1986-FORNO GRANDE PEDRAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA EPP-OF. N°2791/2015-DNPM/ES.
890.250/1991-MARCEL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2735/2015-DNPM/ES.
896.496/2011-ÔNIX MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°2838/2015-DNPM/ES.
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
890.638/1988-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA.-OF. N°2.786/2015-DNPM/ES.
890.004/1989-CAFELANDIA EXTRAÇÃO DE GRANITOS LTDA ME-OF. N°2813/2015-DNPM/ES.
Fase de Disponibilidade
Homologa desistência do requerimento de habilitação para área em disponibilidade(607)
896.089/2005-Rio Doce Mineração Ltda. - Juntadas 005009/2013-15, 005010/2013-40, 005011/2013-94, 005012/2013-39, 005013/2013-83 e 005014/2013-28.
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
896.133/2011-CANTO ESCURO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME- Cessionário:IRMÃOS CAFFEU AREIA E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA-ME- CNPJ 09.622.610/0001-00- Registro de Licença n°001/2012- Vencimento da Licença: INDETERMINADO
Da provimento ao recurso interposto(754)
896.571/2008-MARCA AMBIENTAL LTDA

RELAÇÃO Nº 153/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho publicado(192)
896.876/2006-MARGRAMAR MINERAÇÃO LTDA.-DOU de 05/11/2015
Fase de Requerimento de Lavra
Retificação de despacho(1388)
896.420/1998-I. M. STONES GRANITOS LTDA. ME - Publicado DOU de 26/10/2015, Relação n° 135/2015, Seção 1, pág. 111- ONDE SE LÊ: "...6244 Nº 2000 - CESSIONÁRIO: SIOGRAMAR MÁRMORES E GRANITOS LTDA - ME..." LEIA-SE: "... ALVARÁ Nº 6244/2000 - CESSIONÁRIO: SILGRAMAR MÁRMORES E GRANITOS LTDA - ME..."

RELAÇÃO Nº 159/2015

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Buffon Negócios e Participações Ltda - 896167/14
Ceramica Porto Ltda - 896486/14
Evidencia Mineração Marmores e Granitos Ltda me - 896453/14
Marcelo Cordeiro da Silva - 896547/14, 896273/14
Marcone Guimarães Brito - 896658/13
Mineração vg Ltda me - 896649/13
Suely Rodrigues Campos - 896553/14
Wellington Menelli - 896528/12

RELAÇÃO Nº 160/2015

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Djalma Soeiro Filho - 896026/13
Jaílton Silva de Morais Filho - 896187/13

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RELAÇÃO Nº 161/2015

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Antônio Alves de Freitas - 896756/11 - Not.284/2015 - R$ 310,39
Avilmar Calabrez da Silva - 896008/12 - Not.282/2015 - R$ 310,39
Cerâmica Arco Íris Ltda Epp - 896231/10 - Not.260/2015 - R$ 11,67
Construções e Comércio Vitória Ltda - 896765/11 - Not.288/2015 - R$ 315,60
Elmiro Ribet - 896600/08 - Not.267/2015 - R$ 158,72
ep Souza Material de Construção Ltda me - 896160/12 - Not.290/2015 - R$ 316,47
Evalcir Jose de Palma - Epp - 896611/08 - Not.266/2015 - R$ 5,45, 896924/08 - Not.263/2015 - R$ 129,91
Fabricio Caus de Souza - 896526/14 - Not.301/2015 - R$ 2.648,68
Flavia Pretti Moraes - 896498/11 - Not.287/2015 - R$ 315,60
Fortaleza Mineração Ltda - 896736/08 - Not.265/2015 - R$ 4,38
Fortiexp Comércio Importação e Exportação LTDA. - 896727/11 - Not.269/2015 - R$ 310,39
Gran Center Ltda me - 896022/12 - Not.281/2015 - R$ 310,39
Granistone Granitos e Marmores do Brasil Ltda - 896311/12 - Not.272/2015 - R$ 310,39
Granitos Laranjeira Ltda . - 896787/11 - Not.276/2015 - R$ 310,39
Granitos Montanha Ltda - 896568/14 - Not.300/2015 - R$ 2.648,68
Granzul Granitos Ltda - me - 896788/11 - Not.275/2015 - R$ 310,39
j l d Comércio de Madeira Ltda me - 896790/11 - Not.274/2015 - R$ 310,39
Lindomar Alves Moreira - 896066/12 - Not.280/2015 - R$ 310,39
Luciano Moreira Rocha - 896474/13 - Not.298/2015 - R$ 2.648,68, 896537/14 - Not.299/2015 - R$ 2.648,68
Miguel Ferri Lorencini - 896265/10 - Not.296/2015 - R$ 2.714,89
Moacir Lima Tatagiba - 896017/12 - Not.283/2015 - R$ 310,39
Notemper Empreendimentos Ltda - 896598/08 - Not.268/2015 - R$ 150,53
Ocean Mineração Ltda - 896594/10 - Not.285/2015 - R$ 315,60
Pedra Forte Granitos LTDA. - 896181/12 - Not.278/2015 - R$ 310,39, 896168/12 - Not.279/2015 - R$ 310,39, 896769/11 - Not.294/2015 - R$ 316,47, 896147/09 - Not.295/2015 - R$ 34,93, 896931/08 - Not.261/2015 - R$ 345,36, 896934/08 - Not.262/2015 - R$ 173,87
Pedreira Indaiá Ltda ME. - 896827/08 - Not.264/2015 - R$ 6,50
Pedro Laerth Sant'anna - 896025/09 - Not.293/2015 - R$ 137,98
r Alain de Oliveira me - 896198/12 - Not.277/2015 - R$ 310,39
Robson de Brito Barboza - 896255/12 - Not.291/2015 - R$ 316,47
Rocha Viva Mineração Ltda me - 896773/11 - Not.273/2015 - R$ 310,39
Sebastião Ademar Nicoli - 896027/12 - Not.289/2015 - R$ 315,60
Sooterra Serviços Ltda me - 896681/11 - Not.270/2015 - R$ 310,39, 896680/11 - Not.271/2015 - R$ 310,39
Stylo Construções e Incorporações Ltda - 896379/11 - Not.286/2015 - R$ 315,60
w. MARCON. - me - 896766/11 - Not.292/2015 - R$ 161,15

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 323/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
860.274/2012-MARCELO LEONARDO DA SILVA
Aceita defesa apresentada(241)
860.514/2005-VALE S A
Nega provimento a defesa apresentada(242)
861.515/2013-C. G. EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA ME
Nega provimento ao recurso apresentado(244)
860.791/2009-ADILSON TAVARES DA SILVA
Indefere pedido de reconsideração(263)
860.098/2013-DRAGA SAO GERALDO LTDA ME
860.980/2013-MINERAÇÃO FRONTEIRA LTDA.
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
860.873/2001-RS MINERAÇÃO E SANEAMENTO LTDA- Área de 1080,84 para 49,76-GNAISSE
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
860.238/2011-ARENAN EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA-AREIA
860.407/2013-ITAMAR LUIZ MEIRELES SACHETTO-GRANITO
861.221/2013-CARLOS ROBERTO ALVES FONSECA FILHO-AREIA E CASCALHO
860.076/2014-ARENAN EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA-AREIA
860.077/2014-ARENAN EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA-AREIA
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
861.156/2009-PILAR DE GOIAS DESENVOLVIMENTO MINERAL S.A.
861.159/2009-PILAR DE GOIAS DESENVOLVIMENTO MINERAL S.A.
861.160/2009-PILAR DE GOIAS DESENVOLVIMENTO MINERAL S.A.
861.163/2009-PILAR DE GOIAS DESENVOLVIMENTO MINERAL S.A.
861.164/2009-PILAR DE GOIAS DESENVOLVIMENTO MINERAL S.A.
861.165/2009-PILAR DE GOIAS DESENVOLVIMENTO MINERAL S.A.
861.166/2009-PILAR DE GOIAS DESENVOLVIMENTO MINERAL S.A.
861.173/2009-PILAR DE GOIAS DESENVOLVIMENTO MINERAL S.A.
861.174/2009-PILAR DE GOIAS DESENVOLVIMENTO MINERAL S.A.
861.175/2009-PILAR DE GOIAS DESENVOLVIMENTO MINERAL S.A.
861.176/2009-PILAR DE GOIAS DESENVOLVIMENTO MINERAL S.A.
861.177/2009-PILAR DE GOIAS DESENVOLVIMENTO MINERAL S.A.
861.178/2009-PILAR DE GOIAS DESENVOLVIMENTO MINERAL S.A.
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
861.589/2013-PENERY MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°11376/2014
860.164/2014-INTERCEMENT BRASIL S A-ALVARÁ N°6166/2014
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
861.541/2009-JULIANA DOS REIS MARTINS-ALVARÁ N°86/2010
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
860.066/2000-BELO VALLE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- Fonte: SÃO PEDRO; Marca: NATIVA; Embalagens: 200mL e 300mL (sem gás).- NOVO GAMA/GO

RELAÇÃO Nº 328/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
861.389/2014-JOSÉ MENDES RIBEIRO-OF. N°1438/2015
861.444/2014-SEBASTIÃO GONÇALVES DE ARANTES-OF. N°1432/2015
861.465/2014-WILLIAM MENDES DE MOURA JUNIOR-OF. N°1433/2015
860.393/2015-TANIA CRISTINA PEIXOTO DE PAIVA-OF. N°1437/2015
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)
861.528/2010-PAVOTEC PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA-OF. N°1423/2015
860.178/2014-MARIO PEDROSA DA SILVA-OF. N°1424/2015
860.690/2014-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-OF. N°1425/2015
861.287/2014-PEDRO DIAS DE ABREU NETO-OF. N°1430/2015
861.466/2014-GIOVANI MALTTA DE ANDRADE-OF. N°1426/2015
860.003/2015-PLANALTO TRANSPORTADORA LTDA-OF. N°1427/2015
860.237/2015-PLANALTO TRANSPORTADORA LTDA-OF. N°1427/2015
860.323/2015-HERCULANO CARNEIRO DE REZENDE-OF. N°1428/2015
860.401/2015-FERTILIZA AGRO NEGÓCIOS LTDA-OF. N°1429/2015
860.402/2015-FERTILIZA AGRO NEGÓCIOS LTDA-OF. N°1429/2015
860.649/2015-D. G. DE OLIVEIRA MINERADORA ME-OF. N°1422/2015
Nega provimento ao recurso interposto(187)
860.512/2015-TAU LOCAÇÕES DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA ME
Fase de Licenciamento
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(722)
861.205/2008-MINERAÇÃO CERRADO LTDA-OF. N°1440/2015
861.402/2009-MINERAÇÃO CERRADO LTDA-OF. N°1441/2015
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
861.584/2014-JULIANO XAVIER FRAUSINO BARNABE-OF. N°1449/2015
860.593/2015-AMPARA FERREIRA DE BARROS-OF. N°1431/2015
860.706/2015-AMPARA FERREIRA DE BARROS-OF. N°1431/2015

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 139/2015

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Afranio Vilela Torres - 866140/12
c. Pagano Gavin e Cia Ltda me - 867040/14
Carlos Augusto Ribeiro da Silva - 866086/12
Emilson Pimentel Chaves - 866045/14
Geraldo José de Pinho Filho - 866010/15
Incofal Mineração Ltda - 867304/13
Jose Aparecido Sossai - 867082/14
José Martins Jepez - 867423/13
Jusiney Marcos de Almeida - 866730/13
Leoterio Onofre - 866433/13
Mayke Wilker Brito Magalhães - 866043/14
Puro Ouro Mineração e Comercio Ltda - 866522/11
Sandra Álvares Babilônia de Oliveira - 867406/13
Vilmar Damiani - 866105/09

RELAÇÃO Nº 140/2015

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Platinus Empreendimentos e Participações Ltda - 867033/14 - Not.116/2015 - R$ 1.504,16

RELAÇÃO Nº 141/2015

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Edson Luiz de Oliveira - 866700/09 - Not.105/2015 - R$ 5.332,09
Firenze Indústria de Cerâmica Ltda - 866971/14 - Not.112/2015 - R$ 2.666,05
João Broggi Júnior - 867315/13 - Not.109/2015 - R$ 2.666,05, 867322/13 - Not.110/2015 - R$ 2.666,05, 867323/13 - Not.111/2015 - R$ 2.666,05, 867139/11 - Not.106/2015 - R$ 2.666,05, 866642/12 - Not.107/2015 - R$ 2.666,05
Joselia Vital de Sousa - 867212/14 - Not.118/2015 - R$ 2.666,05
Mineradora e Construtora Ouro Verde Ltda me - 866027/15 - Not.119/2015 - R$ 2.666,05
Osmair Ribeiro de Freitas - 867013/14 - Not.114/2015 - R$ 2.666,05, 867014/14 - Not.115/2015 - R$ 2.666,05
Platinus Empreendimentos e Participações Ltda - 867033/14 - Not.117/2015 - R$ 2.666,05
Valmi Vital de Souza - 867287/13 - Not.108/2015 - R$ 2.666,05, 867005/14 - Not.113/2015 - R$ 2.666,05

MARCIO CORREIA DE AMORIM

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 190/2015

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Carlos José Scarpini - 868256/12 - A.I. 368/15
Extração de Areia Bergamo Ltda me - 868253/12 - A.I. 367/15
Manoel Camargo Ferreira Bronze - 868029/12 - A.I. 366/15

ROMUALDO HOMOBONO PAES DE ANDRADE
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 406/2015

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Marcus Vinícius Fernandes de Melo - 846140/13

EDUARDO SÉRGIO COLAÇO
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 81/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
826.367/2012-GILMAR JARENTCHUK- Alvará n°656/2013 - Cessionario:826.658/2015-Arena Mineração Ltda Me- CPF ou CNPJ 22.570.115/0001-54
826.421/2012-GILMAR JARENTCHUK- Alvará n°666/2013 - Cessionario:826.656/2015; 826.657/2015-Arena Mineração Ltda Me- CPF ou CNPJ 22.570.115/0001-54
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

826.906/2011-GILSON ANGELO DALPRÁ-OF. N°1145/2015
826.931/2011-DELTA SUL COMÉRCIO DE CONCRETO BRITA AREIA INDUSTRIAL E ASFALTO LTDA-OF. N°1141/2015
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
826.931/2011-DELTA SUL COMÉRCIO DE CONCRETO BRITA AREIA INDUSTRIAL E ASFALTO LTDA-OF. N°1141/2015
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
826.255/2014-PORTO DE AREIA PIRACEMA LTDA ME
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
826.202/2000-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA- Área de 50,00 para 37,13-Areia
826.010/2011-AREIAL ROGALSKI LTDA- Área de 163,46 para 49,92-154-158
826.011/2011-MINERAÇÃO ROGALSKI LTDA- Área de 71,30 para 50-Areia
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
826.815/2011-GILSON ANGELO DALPRÁ-Areia
826.607/2012-DAVID FRANÇA JUNIOR & CIA. LTDA.-Areia
827.127/2013-MINERAÇÃO ROGALSKI LTDA-Areia
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
826.945/2011-CLAUDOMIRO SIROTI
826.946/2011-CLAUDOMIRO SIROTI
826.073/2012-EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA
826.097/2012-HUMBERTO BICCA JÚNIOR
826.134/2012-FÁBIO LUIS PEREIRA
826.231/2012-CALPAR COMÉRCIO DE CALCÁRIO LTDA.
826.385/2012-GILMAR JARENTCHUK
826.292/2014-GRANDO ENGENHARIA E TERRAPLENAGEM
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
826.712/2014-JOSÉ AUGUSTO GOMES LEAL FILHO-ALVARÁ N°11781/2014
826.713/2014-JOSÉ AUGUSTO GOMES LEAL FILHO-ALVARÁ N°11782/2014
826.714/2014-JOSÉ AUGUSTO GOMES LEAL FILHO-ALVARÁ N°11783/2014
826.715/2014-JOSÉ AUGUSTO GOMES LEAL FILHO-ALVARÁ N°11784/2014
826.716/2014-JOSÉ AUGUSTO GOMES LEAL FILHO-ALVARÁ N°11785/2014
826.717/2014-MARISA DE FREITAS LEAL-ALVARÁ N°11786/2014
826.718/2014-MARISA DE FREITAS LEAL-ALVARÁ N°11787/2014
826.719/2014-MARISA DE FREITAS LEAL-ALVARÁ N°11788/2014
826.720/2014-MARISA DE FREITAS LEAL-ALVARÁ N°11789/2014
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
826.718/2010-CARBONIFERA DO CAMBUI LTDA-AI N°547/2015
826.030/2012-CELSO ADÃO BRINKER-AI N°546/2015
826.649/2012-ADEMIR JOÃO SOMENSI-AI N°545/2015
826.547/2013-LUIZ SERGIO LAZZAROTTO-AI N°544/2015
826.550/2013-VALDEMAR CARLETTO-AI N°543/2015
826.551/2013-VALDEMAR CARLETTO-AI N°542/2015
826.552/2013-ANDREIS DISTRIBUIDORA DE AGREGADOS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI ME-AI N°541/2015
826.555/2013-TRANSCAVACO COMERCIO E TRANSPORTES LTDA-AI N°540/2015
826.556/2013-PEDREIRA MOTTER LTDA-AI N°539/2015
826.569/2013-MAILTON FRANCISCO CECCON-AI N°538/2015
826.580/2013-MARKIANO SCHASTAI ME-AI N°537/2015
826.901/2013-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CAL SEREIA LTDA. ME-AI N°526/2015
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
826.438/2002-ROSANGELA BUENO GALO ME
826.255/2014-PORTO DE AREIA PIRACEMA LTDA ME
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
826.248/2010-ITAJARA MINÉRIOS LTDA-CASTRO/PR - Guia n° 69/2015-5.000toneladas-Talco- Validade:02/06/2019
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
826.474/1999-HOBI S A MINERAÇÃO DE AREIA E CONCRETO-OF. N°812/2015/DGTM/DNPM/PR
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
826.407/2007-MINERAÇÃO MORRETES LTDA.-MORRETES/PR - Guia n° 70/2015 e 71/2015-50.000 ton e 12.000 ton-toneladas-Areia e Argila- Validade:25/08/2016
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
826.121/1992-RUBENS SOUZA RAMOS FIRMA INDIVIDUAL-OF. N°810/2015/DGTM/DNPM/PR
826.474/1999-HOBI S A MINERAÇÃO DE AREIA E CONCRETO-OF. N°811/2015/DGTM/DNPM/PR
826.419/2003-ITATINGA CALCÁRIO E CORRETIVOS LTDA-OF. N°809/2015/DGTM/DNPM/PR
826.423/2003-RSGK - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-OF. N°776/2015/DGTM/DNPM/PR
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
826.183/2015-V. CAMPOS & CIA LTDA-Registro de Licença N°73/2015 de 10/11/2015-Vencimento em 02/04/2035
826.273/2015-ROSANGELA BUENO GALO ME-Registro de Licença N°71/2015 de 10/11/2015-Vencimento em 20/05/2025
826.473/2015-PORTO DE AREIA PIRACEMA LTDA ME-Registro de Licença N°69/2015 de 10/11/2015-Vencimento em 13/07/2020
826.474/2015-PORTO DE AREIA PIRACEMA LTDA ME-Registro de Licença N°70/2015 de 10/11/2015-Vencimento em 13/07/2020
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
826.283/2015-MINERADORA PRUDENTÓPOLIS LTDA
826.513/2015-ALDUIR LUIZ SANTIN & CIA LTDA ME
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
826.714/2007-B. A. SOUZA SANCHES & CIA LTDA.-Registro de Licença N°:133/2014 - Vencimento em 13/10/2020
826.475/2010-PAULO FERNANDO SIMA- Registro de Licença N°:11/2014 - Vencimento em 06/07/2020
826.722/2010-KLABIN SA- Registro de Licença N°:54/2013 - Vencimento em 03/10/2016
826.316/2011-CERAMICA YAKO LTDA- Registro de Licença N°:14/2014 - Vencimento em 20/10/2020

RELAÇÃO Nº 86/2015

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Ávila Mineração LTDA. Epp - 826432/14 - Not.224/2015 - R$ 2.758,59
Bonato & Nave Construções e Transportes LTDA. Epp - 826066/13 - Not.216/2015 - R$ 1.517,99, 826331/12 - Not.212/2015 - R$ 2.040,43
Carlos Grandi Extração e Comércio de Areia Ltda - 827011/14 - Not.234/2015 - R$ 1.526,07
Etr Comércio de Areia Ltda - 826964/13 - Not.222/2015 - R$ 427,50
Genival Mills Coelho Avila - 826531/12 - Not.205/2015 - R$ 2.926,06, 826571/12 - Not.207/2015 - R$ 5.838,79
João Luis de Souza Pens - 826077/13 - Not.218/2015 - R$ 2.600,43
Joel Donizete Meister Remizio - 827022/14 - Not.236/2015 - R$ 327,29
José Batista Mendes - 826054/15 - Not.238/2015 - R$ 4.046,47
Laudinir Gritten - 826963/14 - Not.230/2015 - R$ 158,43
Luis Guilherme Gomes Mussi - 826731/12 - Not.214/2015 - R$ 583,24
Mineração Dall Asta Ltda - 826714/12 - Not.209/2015 - R$ 1.778,79
Nelson Sebastião Gomes - 826912/14 - Not.226/2015 - R$ 10,13
Tânia Mara Castanho da Silva - 826973/14 - Not.232/2015 - R$ 2.921,69
Valdemar Carletto - 826961/14 - Not.228/2015 - R$ 81,13
Veronica Alenski Bis - 826921/13 - Not.220/2015 - R$ 3.140,13

RELAÇÃO Nº 87/2015

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Ávila Mineração LTDA. Epp - 826432/14 - Not.225/2015 - R$ 2.787,88
Bonato & Nave Construções e Transportes LTDA. Epp - 826331/12 - Not.213/2015 - R$ 2.787,88, 826066/13 - Not.217/2015 - R$ 2.787,88
Carlos Grandi Extração e Comércio de Areia Ltda - 827011/14 - Not.235/2015 - R$ 2.787,88
Carlos José Bosa - 826589/12 - Not.211/2015 - R$ 2.770,51
Etr Comércio de Areia Ltda - 826964/13 - Not.223/2015 - R$ 2.787,88
Genival Mills Coelho Avila - 826531/12 - Not.206/2015 - R$ 5.523,65, 826571/12 - Not.208/2015 - R$ 5.523,65
João Luis de Souza Pens - 826077/13 - Not.219/2015 - R$ 2.787,88
Joel Donizete Meister Remizio - 827022/14 - Not.237/2015 - R$ 2.787,88
José Batista Mendes - 826054/15 - Not.239/2015 - R$ 2.787,88
Laudinir Gritten - 826963/14 - Not.231/2015 - R$ 2.787,88
Luis Guilherme Gomes Mussi - 826731/12 - Not.215/2015 - R$ 2.787,88
Marcos Venicius Curioni - 826131/10 - Not.204/2015 - R$ 2.761,83
Mineração Dall Asta Ltda - 826714/12 - Not.210/2015 - R$ 5.523,65
Nelson Sebastião Gomes - 826912/14 - Not.227/2015 - R$ 2.787,88
Tânia Mara Castanho da Silva - 826973/14 - Not.233/2015 - R$ 2.787,88
Valdemar Carletto - 826961/14 - Not.229/2015 - R$ 2.787,88
Veronica Alenski Bis - 826921/13 - Not.221/2015 - R$ 2.787,88

HUDSON CALEFE

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 167/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho de não aprovação do Relatório de Pesquisa(191)
840.522/2010-JOSÉ EURICO MACHADO DA SILVA- Publicado DOU de 11/06/2015
Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito multa aplicada(535)
840.100/1999-ÁGUA MINERAL DIAMANTE LTDA- Publicado DOU de 262/12

RELAÇÃO Nº 168/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa desistência da prorrogação do prazo do alvará de Pesquisa(114)
840.225/2013-GERONILDO CONCEICAO CAMPOS
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
840.108/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA -Alvará N°12.991/2011
840.109/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA -Alvará N°11.987/2011
840.110/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA -Alvará N°11.988/2011
840.121/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA -Alvará N°11.410/2011
840.123/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA -Alvará N°11.412/2011
840.124/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA -Alvará N°11.413/2011
840.125/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA -Alvará N°11414/2011
840.126/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA -Alvará N°11.415/2011
840.127/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA -Alvará N°11.416/2011
840.129/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA -Alvará N°11.418/2011
840.198/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA -Alvará N°12.014/2011
840.203/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA -Alvará N°12.015/2011
840.204/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA -Alvará N°12.215/2011
840.205/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA -Alvará N°12.216/2011
840.206/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA -Alvará N°12.217/2011
840.207/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA -Alvará N°12.218/2011
840.836/2011-MINERAÇÃO FLORESTA SA -Alvará N°9923/2015
840.127/2012-MINERADORA CAMPEVI LTDA EPP -Alvará N°4741/2013
840.129/2012-MINERADORA CAMPEVI LTDA EPP -Alvará N°4742/2013
840.130/2012-MINERADORA CAMPEVI LTDA EPP -Alvará N°4743/2013
840.312/2012-GERONILDO CONCEICAO CAMPOS -Alvará N°5720/2013
840.314/2012-GERONILDO CONCEICAO CAMPOS -Alvará N°5722/2013
840.798/2012-MINERAÇÃO FLORESTA SA -Alvará N°12204/2015
840.799/2012-MINERAÇÃO FLORESTA SA -Alvará N°12205/2015
840.335/2013-MINERAÇÃO FLORESTA SA -Alvará N°12279/2015
840.336/2013-MINERAÇÃO FLORESTA SA -Alvará N°12302/2015
840.370/2013-MINERAÇÃO FLORESTA SA -Alvará N°12.235/2015
840.371/2013-MINERAÇÃO FLORESTA SA -Alvará N°12303/2015
840.372/2013-MINERAÇÃO FLORESTA SA -Alvará N°12281/2015
840.373/2013-MINERAÇÃO FLORESTA SA -Alvará N°12282/2015
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
840.158/2012-RONALDO DINIZ DE ALMEIDA
840.161/2012-RONALDO DINIZ DE ALMEIDA
840.205/2012-RONALDO DINIZ DE ALMEIDA
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
840.223/2013-GERONILDO CONCEICAO CAMPOS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

840.224/2013-GERONILDO CONCEICAO CAMPOS
840.227/2013-GERONILDO CONCEICAO CAMPOS
840.027/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
840.028/2015-RUI CLÁUDIO FONTES DE AMORIM

RELAÇÃO Nº 169/2015

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Mineração Coto Comércio Importação e Exportação Ltda - 840105/13 - A.I. 281/15

RELAÇÃO Nº 170/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
840.142/2015-MINERAÇÃO PREMIO LTDA ME-OF. N°1977/15
840.217/2015-ROBERSON HAMILTON DE CARVALHO BEZERRA-OF. N°1979/15
840.217/2015-ROBERSON HAMILTON DE CARVALHO BEZERRA-OF. N°1979/15
840.225/2015-ARAUJO GALVÃO TRANSPORTES E SERVIÇOS EIRELI-OF. N°1987/15
840.229/2015-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°1988/15
840.231/2015-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°1989/15
840.232/2015-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°2031/15
840.233/2015-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°2032/15
840.247/2015-ANTONIO VIEIRA DE BARROS FILHO-OF. N°2036/15
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
840.195/2010-ALYSSON WENDELL VASCONCELOS DE ANDADE LIMA-OF. N°1792/15
840.229/2012-SEVERINA SOARES SILVA-OF. N°1851/15
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
840.800/2012-MINERAÇÃO FLORESTA SA -Alvará N°12206/2015
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
840.118/2003-M E M PEDRAS LTDA ME-OF. N°1847/15
840.072/2005-PLACO DO BRASIL LTDA-OF. N°1814/15
840.328/2009-MINERAÇÃO DELMIRO GOUVEIA LTDA-OF. N°2035/15
840.569/2010-MINERADORA SÃO JORGE S A-OF. N°1825/15
840.206/2012-MINERADORA SÃO JORGE S A-OF. N°1824/15
840.136/2014-MINERADORA SÃO JORGE S A-OF. N°1812/15
840.337/2014-MINERADORA SÃO JORGE S A-OF. N°1813/15
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
840.092/2010-MINERAÇÃO FLORESTA SA-OF. N°1800/15
840.066/2011-MMENDS GEOLOGIA LTDA ME-OF. N°1819/15
840.502/2011-MGL - MINERAÇÃO GUARARAPES LTDA-OF. N°1815/15

RELAÇÃO Nº 171/2015

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Mineração Vitoria Ltda - 840121/13, 840035/14
Ronaldo Diniz de Almeida - 840159/12

RELAÇÃO Nº 172/2015

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Xyz Brasil Empreendimentos Minerais Ltda Epp - 840447/13 - Not.242/2015 - R$ 972,80

RELAÇÃO Nº 173/2015

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
hp Mineração LTDA. - 840883/11 - Not.239/2015 - R$ 2.796,56, 840924/11 - Not.240/2015 - R$ 2.796,56, 840925/11 - Not.241/2015 - R$ 2.796,56
Xyz Brasil Empreendimentos Minerais Ltda Epp - 840447/13 - Not.243/2015 - R$ 5.593,12

RELAÇÃO Nº 174/2015

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
840.391/2010-MERCIA PATRICIA CAMPOS DA CRUZ-OF. N°1835/15
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
840.121/2005-S N BARBOSA E CIA LTDA- Registro de Licença N°:379/2006 - Vencimento em 14/07/2016
840.001/2006-PEDREIRA BEZERRA E PAES LTDA ME-Registro de Licença N°:392/2006 - Vencimento em 07/06/2021
840.516/2010-E J DE FRANCA- Registro de Licença N°:668/2011 - Vencimento em 22/09/2016
840.196/2014-GOIANA MINERAÇÃO LTDA.- Registro de Licença N°:031/2014 - Vencimento em 19/08/2016
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
840.006/2006-MINERAÇÃO ALMEIDA LTDA ME-OF. N°221.44.044/2015
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
840.075/2015-MAANAIM MINERAÇÃO LTDA-Registro de Licença N°040/2015 de 05/11/2015-Vencimento em 29/10/2017
840.185/2015-NUNES KUSTER LTDA ME-Registro de Licença N°037/2015 de 07/10/2015-Vencimento em 24/07/2017
840.200/2015-ANTONIO CELSO CAVALCANTI DE ANDRADE-Registro de Licença N°038/2015 de 20/10/2015-Vencimento em 22/04/2017
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
840.111/2015-VERANILSON ALEXANDRE DA CRUZ-OF. N°1822/15
840.171/2015-SÉRGIO TADEU DE SOUZA LIMA-OF. N°1817/15
840.195/2015-E J DE FRANCA-OF. N°1816/15
840.206/2015-SILVANO SEVERINO DA SILVA-OF. N°1823/15
840.218/2015-JOELMA ALVES DA COSTA-OF. N°1821/15
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(1801)
840.243/2015-L GRASIELLY F DA SILVA & CIA LTDA EPP-OF. N°1846/15

PAULO JAIME ALHEIROS

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 206/2015

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Alysson Roberto Pereira Firmino - 848150/12 - Not.261/2015 - R$ 134,04
bp Brazil Projects Empreendimentos Minerais Ltda Epp - 848479/10 - Not.269/2015 - R$ 5.719,37, 848484/10 - Not.271/2015 - R$ 3.924,78, 848665/10 - Not.263/2015 - R$ 5.374,11, 848123/11 - Not.264/2015 - R$ 4.336,98
Flávio Wanderley da Nóbrega Cabral de Vasconcelos - 848538/10 - Not.258/2015 - R$ 301,91
François Forte Melo - 848793/11 - Not.267/2015 - R$ 2.821,01
José Domingues de Carvalho Neto - 848265/11 - Not.265/2015 - R$ 2.559,24, 848289/11 - Not.266/2015 - R$ 5.676,96
Marcio Cristian Filgueira Mendes - 848380/12 - Not.262/2015 - R$ 2.297,84
Mario Sergio de Holanda Madruga - 848483/12 - Not.268/2015 - R$ 646,42
n r m Nordeste Recursos Minerais Ltda - 848389/11 - Not.270/2015 - R$ 2.857,22
Paulo Victor Solino França - 848217/11 - Not.256/2015 - R$ 138,05, 848650/10 - Not.257/2015 - R$ 394,71
Pedreira Potiguar Ltda - 848102/13 - Not.259/2015 - R$ 1.609,15
Robertino Bertino de Freitas - 848384/11 - Not.260/2015 - R$ 1.583,16
Ronaldo Diniz de Almeida - 848604/11 - Not.255/2015 - R$ 2.842,76

RELAÇÃO Nº 208/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
848.324/2014-SUMMIT MINERAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°1.063/2015
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
848.180/2014-JOSÉ MARIA CUNHA MELO- Cessionário:FOMENTO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 18.955.752/0001-71- Alvará n°11.888/2015
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
848.625/2010-MINERACAO FERRO NORDESTE LTDA - Alvará N°3.457/2011
Fase de Requerimento de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
848.180/2010-LIMESTONE MARMORES DO BRASIL LTDA-OF. N°1072/2015-SGTM/DNPM/RN-180 dias
Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)
848.180/2010-LIMESTONE MARMORES DO BRASIL LTDA
Fase de Licenciamento
Nega provimento ao recurso interposto(757)
848.480/2012-GILENO VARELLA DA CAMARA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
848.339/2014-J N CLAUDIO-OF. N°1.065/2015

RELAÇÃO Nº 209/2015

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Caio Petronius Soares - 848282/13 - Not.280/2015 - R$ 4.197,36
fm Mineração Ltda me - 848009/12 - Not.274/2015 - R$ 4.559,35
Geomimn Georreferenciamento e Mineração LTDA. me - 848582/11 - Not.272/2015 - R$ 3.418,43
n r m Nordeste Recursos Minerais Ltda - 848112/14 - Not.282/2015 - R$ 2.765,83, 848114/14 - Not.284/2015 - R$ 3.229,28
Rbx Mineracao Transportes Industria Comercio e Exportacao Ltda me - 848108/13 - Not.278/2015 - R$ 3.194,59
Terra Invest Group Empreendimentos Imobiliários Ltda me - 848008/15 - Not.286/2015 - R$ 1.148,42
Vanderlei Raposo de Lima - 848015/13 - Not.276/2015 - R$ 1.418,92

RELAÇÃO Nº 210/2015

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Caio Petronius Soares - 848282/13 - Not.281/2015 - R$ 2.796,56
fm Mineração Ltda me - 848009/12 - Not.275/2015 - R$ 2.796,56
Geomimn Georreferenciamento e Mineração LTDA. me - 848582/11 - Not.273/2015 - R$ 2.796,56
n r m Nordeste Recursos Minerais Ltda - 848112/14 - Not.283/2015 - R$ 2.796,56, 848114/14 - Not.285/2015 - R$ 2.796,56
Rbx Mineracao Transportes Industria Comercio e Exportacao Ltda me - 848108/13 - Not.279/2015 - R$ 5.593,12
Terra Invest Group Empreendimentos Imobiliários Ltda me - 848008/15 - Not.287/2015 - R$ 2.796,56
Vanderlei Raposo de Lima - 848015/13 - Not.277/2015 - R$ 2.796,56

ROGER GARIBALDI MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 178/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
890.175/2014-CERÂMICA E RECICLAGEM DE RESÍDUOS OLHOS D'ÁGUA LTDA ME
890.634/2014-CERAMICA AREAS & CIA LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
890.246/2006-GRANIGEO CONSULTORIA LTDA ME-OF. N°3.097/2015
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
890.309/2014-GUTEMBERG REIS DE OLIVEIRA
Da provimento ao recurso interposto(188)
890.251/2015-AZEVEDO PINTO CERÂMICA LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
890.263/2007-VEGASTONE MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE GRANITOS LTDA
890.319/2007-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A
890.545/2007-MARCOS RUBEM DE SÁ PACHECO FILHO
890.073/2008-JOÃO PEREIRA DE MACEDO
890.168/2009-MINERAÇÃO ILHA DAS GARÇAS
890.647/2011-ANTONIO DE PADUA CARVALHO PEIXOTO ME
890.737/2011-LATERITA MINERAÇÃO LTDA.
890.758/2011-CONSTRUTORA AVENIDA LTDA
890.759/2011-CONSTRUTORA AVENIDA LTDA
890.135/2012-MINERADORA MORRO AZUL DE SÃO FIDÉLIS LTDA EPP
890.492/2012-GEOMONTE GEOLOGIA E DESMONTES LTDA
890.011/2013-MARCTERRA TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA
890.059/2013-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.
890.061/2013-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.
890.062/2013-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.
890.188/2013-M BERBERT CONSULTORIA GEOAMBIENTAL LTDA
890.331/2013-ENGENHO CENTRAL LARANJEIRAS LTDA
890.450/2013-BONITENSE EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME
890.753/2014-AVL FERREIRA MINERAIS EIRELI ME
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
890.196/2013-CARLITO FARIA.- Cessionário:SAM GRANITOS EXPORT LTDA- CPF ou CNPJ 02.445.287/0001-99- Alvará n°5.396/2013
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
890.164/2013-JOSÉ LUCAS MACHADO OLIVA -Alvará N°10.903/2013
890.787/2013-CESAR FARID FIAT -Alvará N°3.343/2014
890.480/2014-CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S.A. -Alvará N°1.583/2015

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

890.481/2014-CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S.A. -Alvará N°1.584/2015
Fase de Disponibilidade
Despacho publicado(316)
890.745/2012-CERÂMICA ALTO DO ELIZEU DE CAMPOS LTDA.-"Onde se lê Edital de Disponibilidade nº 158/2015 leia-se Edital de Disponibilidade nº 83/2015."
890.482/2014-CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S.A.- "Onde se lê Edital de Disponibilidade nº 159/2015, leia-se Edital de Disponibilidade nº 84/2015."
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
890.174/2002-ANTÔNIO PÁDUA VIANA
890.614/2004-PEDRA D' ÁGUA GRANITOS DO BRASIL LTDA. - EPP.
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.492/1985-MINERAÇÃO FLÓRIO LTDA.-OF. N°3.052/2015
890.121/2007-IBRATA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°3.023/2015
890.133/2007-IBRATA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°3.025/2015
890.415/2007-PEDREIRA BRACO FORTE LTDA ME-OF. N°3.016/2015
Reitera exigência(366)
890.356/1995-UNIMIN DO BRASIL LTDA.-OF. N°3.103/2015-60 dias
890.281/2004-AREAL BOA ESPERANÇA DE QUEIMADOS LTDA-OF. N°3.159/2015-60 dias
890.476/2008-VALLE SUL TERRAPLENAGEM LTDA-OF. N°3.163/2015-60 dias
890.036/2013-AREAL SÃO JOSÉ DE SEROPÉDICA LTDA ME-OF. N°3.104/2015-60 dias
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
890.038/2008-LATINA MANUTENÇÃO DE RODOVIAS LTDA- ALVARÁ n° 5.441/2009 - Cessionário: PEDREIRA IMBOASSICA LTDA- CNPJ 28.927.556/0001-47
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
802.303/1977-HOLCIM (BRASIL) S A-OF. N°3.018/2015
890.495/1998-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF. N°3.109/2015
890.020/1999-MOPEL MOYSES PEDRAS LTDA-OF. N°3.054/2015
890.509/2004-MINERAÇÃO CORREGO DA ONÇA EIRELI ME-OF. N°3.107/2015
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
890.066/1980-IPEPAM INDUSTRIA DE PEDRAS PADUA MIRACEMA LTDA-OF. N°3.099/2015
890.341/1999-AREAL POTENCIA LTDA ME-OF. N°3.000/2015
890.259/2007-CERÂMICA TABATINGA LTDA-OF. N°3.032/2015
890.195/2010-ARJ MINERADORA LTDA-OF. N°3.100/2015
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
890.276/2008-SAIBREIRA RECREIO SERVIÇOS AGRICOLAS LTDA.
Nega provimento ao pedido de reconsideração(747)
890.084/2008-L S SA AREIAL ME
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
890.418/2012-F. J. RIBEIRO LIMITADA ME-OF. N°3.098/2015
890.418/2015-AREAL TROPICALHENTE-OF. N°3.033/2015
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
890.128/2015-FERREIRAS E FREITAS INDUSTRIA E CERÂMICA LTDA
890.161/2015-COOPERATIVA DOS MINERADORES DO RIO SANTANA

WILLIANS CARVALHO

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 130/2015

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Antonio Ricardo Beira - 820526/08 - A.I. 843/15
B.S.P. Transportes Ltda - Epp - 820619/08 - A.I. 797/15
Cerâmica Alfagrês Industria e Comércio Ltda - 821033/08 - A.I. 799/15
Cgs Construção e Comércio Ltda - 820434/09 - A.I. 803/15
Companhia Brasileira de Alumínio - 820066/09 - A.I. 801/15
Egeminas Mineração LTDA. - 821147/08 - A.I. 846/15
Empresa de Mineração Fiori do Taboão LTDA. - 821072/08 - A.I. 845/15
Extração de Areia Santa Mônica LTDA. - 820437/08 - A.I. 795/15
Extração e Comércio de Areia Bofete Ltda - 821022/08 - A.I. 798/15
Indústria e Comércio de Holarya Bandeirantes Ltda - 821389/01 - A.I. 855/15
Marcello Nogueira Filho - 820823/08 - A.I. 844/15
Minneradora k Escavadeiras Ltda - 820323/08 - A.I. 793/15, 820324/08 - A.I. 794/15
Nelson Aparecido Jorge - 820173/09 - A.I. 802/15
Piramide Extração e Comércio de Areia LTDA. - 820443/08 - A.I. 796/15
Thyago Baptista Cordeiro Keutenedjian - 821060/08 - A.I. 839/15, 821062/08 - A.I. 840/15, 821063/08 - A.I. 841/15, 820247/09 - A.I. 842/15
Tute Mineração Ltda - 820950/08 - A.I. 787/15

RICARDO DE OLIVEIRA MORAIS

RELAÇÃO Nº 157/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
821.104/2008-JOANA ROSA DOS SANTOS SILVA
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
820.080/2014-AGUIA METAIS LTDA
Indefere requerimento de pesquisa por interferência área ambiental - Lei do SNUC(2035)
820.281/1996-S.A. INDÚSTRIAS VOTORANTIM
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
820.357/2009-AGUINALDO GOMES DE SOUZA- Alvará n°6.621/2012 - Cessionario:820.289/2015 e 820.290/2015-PEDREIRA IRMÃOS GOMES LTDA.- CPF ou CNPJ 14.916.453/0001-77.
821.156/2010-MINERAÇÃO NOVA CAJ LTDA- Alvará n°2.366/2013 - Cessionario:820.416/2013, 820.417/2013, 820.418/2013, 820.419/2013-MINERAÇÃO CAJ LTDA- CPF ou CNPJ 07.292.017/0001-09.
820.001/2012-MINERADORA CURUMIM LTDA- EPP- Alvará n°5.873/2012 - Cessionario:820.921/2015-RAFAEL RODRIGUES DA SILVA- CPF ou CNPJ 220.773.958-93.
821.005/2012-ERASTO BORETTI DE ALMEIDA- Alvará n°8.039/2013 - Cessionario:820.657/2015-FRANCISCO JOSÉ CAPATTO- CPF ou CNPJ 298.694.708-58.
821.006/2012-ERASTO BORETTI DE ALMEIDA- Alvará n°7.497/2013 - Cessionario:820.661/2015, 820.663/2015-EDUARDO FRANCISCO DE OLIVEIRA- CPF ou CNPJ 314.935.358-03.
821.006/2012-ERASTO BORETTI DE ALMEIDA- Alvará n°7.497/2013 - Cessionario:820.662/2015, 820.664/2015-FRANCISCO JOSÉ CAPATTO- CPF ou CNPJ 298.694.708-58.
820.800/2013-DENIS FERNANDO NOVELETTI- Alvará n°7.119/2014 - Cessionario:820.700/2015-ELIANE CRISTINA PADULA NOVELETTI- CPF ou CNPJ 187.775.248-70.
820.822/2014-JOSÉ CARVALHO SOUSA VIOLANTE- Alvará n°3.331/2015 - Cessionario:820.775/2015-TECMIX ENGENHARIA LTDA.- CPF ou CNPJ 03.117.178/0001-05.
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização
de Pesquisa para Licenciamento(186)
821.078/2011-M.F. RAPHE COMÉRCIO DE PEDRAS E AREIA LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
821.144/2012-B. MARINI MINERADORA ME-OF. N°1026/2015/DTM/DNPM/SP.
820.115/2014-ANUAR DE OLIVEIRA LAUAR ENGENHARIA-OF. N°1027/2015/DTM/DNPM/SP.
Despacho publicado(256)
820.343/2002-EDENA MARIA PECHIO SASAKI EPP- Baixa Transcrição do Alvará, não apresentação do RFP.
Defere pedido de reconsideração(262)
820.798/2006-MINERAÇÃO NOVA ERA LTDA
Fase de Requerimento de Lavra
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização
de Pesquisa para Licenciamento(186)
820.022/2007-COMAPE EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E PEDREGULHO LTDA
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de requerer a lavra(338)
820.542/1982-MARIA CECILIA PENTEADO CRESTANA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
821.029/2014-NIVALDO JOSÉ DEGLI ESPOSTI ME-OF. N°769 e 770/15-SAP/DTM/DNPM/SP
821.030/2014-VALDIR DEGLI ESPOSTI ME-OF. N°771 e 772/15-SAP/DTM/DNPM/SP
821.031/2014-VALDIR DEGLI ESPOSTI ME-OF. N°774, 775, e 776/15-SAP/DTM/DNPM/SP
821.032/2014-MINERAÇÃO DOIS IRMÃOS INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME-OF. N°778, 779 e 780/15-SAP/DTM/DNPM/SP
821.033/2014-MINERAÇÃO DOIS IRMÃOS INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME-OF. N°782 e 783/15-SAP/DTM/DNPM/SP
821.034/2014-NIVALDO JOSÉ DEGLI ESPOSTI ME-OF. N°785 e 786/15-SAP/DTM/DNPM/SP
821.035/2014-JSS COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA-OF. N°765, 766 e 767/15-SAP/DTM/DNPM/SP
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(363)
820.542/1982-MARIA CECILIA PENTEADO CRESTANA-OF. N°
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
820.256/2005-JVN SERVIÇOS AGRÍCOLAS E TRANSPOSTES LTDA EPP-OF. N°788/15-SAP/DTM/DNPM/SP-180 dias
820.534/2005-CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPAÇÕES LTDA.-OF. N°759/15-SAP/DTM/DNPM/SP-180 dias
820.317/2007-CERÂMICA JACAREÍ LTDA EPP-OF. N°760/15-SAP/DTM/DNPM/SP-180 dias
820.802/2009-ELIZARDO MICHETTI-OF. N°761/15-SAP/DTM/DNPM/SP-60 dias
Determina arquivamento definitivo do processo(1039)
821.320/2012-FERRES & CIA LTDA
820.657/2013-ALFAPET PRODUTOS PARA ANIMAIS LTDA. ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
820.759/2000-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF. N°763/15-SAP/DTM/DNPM/SP
821.105/2008-EXTRATORA DE AREIA SANTA LUZIA LTDA.-OF. N°762/15-SAP/DTM/DNPM/SP
820.128/2010-EXTRATORA DE MINERAIS ITAGUAÇU EIRELI-OF. N°764/15-SAP/DTM/DNPM/SP
821.029/2014-NIVALDO JOSÉ DEGLI ESPOSTI ME-OF. N°768/15-SAP/DTM/DNPM/SP
821.030/2014-VALDIR DEGLI ESPOSTI ME-OF. N°773/15-SAP/DTM/DNPM/SP
821.031/2014-VALDIR DEGLI ESPOSTI ME-OF. N°777/15-SAP/DTM/DNPM/SP
821.032/2014-MINERAÇÃO DOIS IRMÃOS INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME-OF. N°781/15-SAP/DTM/DNPM/SP
821.033/2014-MINERAÇÃO DOIS IRMÃOS INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME-OF. N°784/15-SAP/DTM/DNPM/SP
821.034/2014-NIVALDO JOSÉ DEGLI ESPOSTI ME-OF. N°787/15-SAP/DTM/DNPM/SP
Fase de Concessão de Lavra
Nega a anuência prévia aos atos de cessão parcial de concessão de lavra(469)
820.055/1993-CERÂMICA FAULIN LTDA- Cessionário:820.657/2013-ALFAPET PRODUTOS PARA ANIMAIS LTDA. ME.
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
820.151/2005-DEMACTAM DEPÓSITO DE MATERIAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.- Registro de Licença N°:2.927/2006 - Vencimento em 29/08/2019.
820.152/2011-USINA IPIRANGA DE AÇUCAR E ALCOOL LTDA- Registro de Licença N°:3.265/2013 - Vencimento em 30/10/2016.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
821.254/2009-MINERAÇÃO GRANDES LAGOS LTDA.-OF. N°1030/2015/DTM/DNPM/SP.
Nega provimento ao pedido de reconsideração(1160)
820.186/2010-MINERAÇÃO BARROCÃO ME LTDA
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
820.067/2005-BARALDO & CIA. LTDA. EPP

MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 96/2015

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Itaguassu Agro Industrial s a - 878110/10 - Not.31/2015 - R$ 2.648,68, 878111/10 - Not.32/2015 - R$ 2.648,68
Pedreira mm Ltda - 878165/12 - Not.30/2015 - R$ 3.301,51

GEORGE EUSTÁQUIO SILVA
Substituto

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 17 de novembro de 2015

Fase de Requerimento de Concessão de Lavra.
Indefere o requerimento de concessão de lavra. (3.90)
O processo permanecerá nesta Secretaria durante o prazo recursal, para vista e cópias.
820.567/1993 - IBS Indústria de Água Mineral Ltda;
868.118/2010 - Mineração e Transporte Diamante Azul Ltda;
808.550/1974 - Ivil - Indústria Vale do Itapemirim Ltda;
890.193/2005 - Riobrita Ltda;
890.535/1990 - F&S Mineração Ltda;
848.608/2007 - Mineração Apodi Ltda;
840.294/1987 - Granitos Brasileiros S.A.;
831.266/2005 - Mineração Santa Inês Ltda;
890.220/1986 - Rocha Branca Mineração, Comércio e Exportação Ltda;
831.212/1996 - Bérgamo Extração de Areia e Prestação de Serviços Ltda;
826.513/1999 - Lenha Picada Achas - Estilhas e Lascas Ltda.

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 623, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 20, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto no 5.735, de 27 de março de 2006, combinado com o inciso XV, do art. 110, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/MDA/Nº 69, de 19 de outubro de 2006, e;

Considerando o disposto no artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como o contido nos Artigos 215 e 216, todos da Constituição Federal de 1988 e, ainda, o Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003, a Convenção Internacional nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho OIT; e as Instruções Normativas/INCRA nº. 20/2005, 49/2008 e 57/2009;

Considerando os termos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID, relativo à regularização das terras da Comunidade Remanescente de Quilombos de Rio dos Macacos, elaborado pela Comissão instituída pela Ordem de Serviço INCRA/SR-(05) BA/GAB nº 119/2011;

Considerando que a área identificada pelo RTID é de interesse estratégico à defesa nacional, conforme informado pela Marinha do Brasil às fls. 836/841 do Processo Administrativo INCRA/SR-05/BA nº. 54160.003162/2011-57

Considerando a necessidade de conciliação de interesses de Estado prevista no art. 11 do Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003 e no art. 16 da Instrução Normativa nº 57 de 20 de outubro de 2009

Considerando o Acordo de Governo apresentado pela Secretaria Geral da Presidência da República para conciliação de interesses de Estado mediante o Ofício nº119/2014-GAB/SG/PR, constante nos autos dos processos.

Considerando o Tombo nº 16.072.0 ter sido entregue à Marinha do Brasil, conforme informado às fls. 836/841 dos autos do processo, e que, após a devida regularização fundiária prevista no art. 2º dessa Portaria, a área remanescente de 196,4908 ha, permanece sob a administração do Ministério da Defesa - Comando da Marinha do Brasil.

Considerando os termos da Resolução nº 16, de 22 de agosto de 2014, da Reunião Ordinária do Conselho Diretor - CD do INCRA, que aprovou o citado Relatório Técnico;

Considerando, por fim, tudo o quanto mais consta dos autos do Processo Administrativo INCRA/SR-05/BA nº. 54160.003162/2011-57, resolve:

Art.1º Reconhecer e declarar como terras da Comunidade Remanescente de Quilombo Rio dos Macacos a área de 301,3695 ha (trezentos e um hectares, trinta e seis ares e noventa e cinco centiares), situada no Município de Simões Filho, no Estado da Bahia, cujas características, limites e confrontações constam do memorial descritivo do Anexo I.

Art.2º Determinar o prosseguimento dos autos administrativos para fins de regularização fundiária de duas glebas descontinuas que totalizam 104,8787 ha de 104,8787 ha (cento e quatro hectares, oitenta e sete ares e oitenta e sete centiares), cujas características, limites e confrontações constam do memorial descritivo do Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN

ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO
IMÓVEL: TERRITÓRIO QUILOMBOLA RIO DOS MACACOS
LOTE: TERRITÓRIO QUILOMBOLA RIO DOS MACACOS
MUNICÍPIO: SALVADOR/SIMÕES FILHO
UF: BAHIA
ÁREA TOTAL: 301,3695 ha
PERÍMETRO: 10.750,61 m
LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE: Com SUDIC-SUPERINTENDENCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL e BA-528

LESTE: Com SUDIC-SUPERINTENDENCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL, VIA PERIFERICA I, FÁBRICA ROZI e COMPLEXO ATOL

SUL: Com VIA PERIFERICA I, FÁBRICA ROZI, COMPLEXO ATOL, COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, MARINHA DO BRASIL (VILA NAVAL) e BA-528

OESTE: Com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, MARINHA DO BRASIL (VILA NAVAL) e BA-528

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Partindo do ponto P 0001, situado no limite com SUDIC-SUPERINTENDENCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL, definido pela coordenada geográfica de Latitude 12°49'26,46" Sul e Longitude 38°26'53,79" Oeste , Datum SIRGAS2000 e pela coordenada plana UTM 8.582.261,63m Norte e 559.872,39m Leste, referido ao meridiano central 39° WGr , seguindo com distância de 49,62 m e azimute plano de 143°02'31,00" chega-se ao ponto P 0002, confrontando neste trecho com SUDIC-SUPERINTENDENCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL , coordenada plana UTM 8.582.221,98m Norte e 559.902,23m Leste, seguindo com distância de 97,36 m e azimute plano de 132°50'48,43" chega-se ao ponto P 0003, coordenada plana UTM 8.582.155,77m Norte e 559.973,61m Leste, seguindo com distância de 123,69 m e azimute plano de 131°06'28,32" chega-se ao ponto P 0004, coordenada plana UTM 8.582.074,45m Norte e 560.066,80m Leste, seguindo com distância de 9,34 m e azimute plano de 97°57'15,18" chega-se ao ponto P 0005, coordenada plana UTM 8.582.073,15m Norte e 560.076,06m Leste, seguindo com distância de 61,97 m e azimute plano de 21°11'45,35" chega-se ao ponto P 0006, coordenada plana UTM 8.582.130,93m Norte e 560.098,46m Leste, seguindo com distância de 41,49 m e azimute plano de 70°18'58,39" chega-se ao ponto P 0007, coordenada plana UTM 8.582.144,91m Norte e 560.137,52m Leste, seguindo com distância de 93,66 m e azimute plano de 181°07'29,59" chega-se ao ponto P 0008, coordenada plana UTM 8.582.051,26m Norte e 560.135,69m Leste, seguindo com distância de 68,00 m e azimute plano de 89°34'51,04" chega-se ao ponto P 0009, coordenada plana UTM 8.582.051,76m Norte e 560.203,68m Leste, seguindo com distância de 86,65 m e azimute plano de 171°58'08,65" chega-se ao ponto P 0010, coordenada plana UTM 8.581.965,96m Norte e 560.215,79m Leste, seguindo com distância de 53,18 m e azimute plano de 101°11'45,83" chega-se ao ponto P 0011, coordenada plana UTM 8.581.955,63m Norte e 560.267,96m Leste, seguindo com distância de 132,90 m e azimute plano de 102°48'31,87" chega-se ao ponto P 0012, coordenada plana UTM 8.581.926,17m Norte e 560.397,55m Leste, seguindo com distância de 120,64 m e azimute plano de 139°47'35,56" chega-se ao ponto P 0013, coordenada plana UTM 8.581.834,04m Norte e 560.475,43m Leste, seguindo com distância de 27,52 m e azimute plano de 259°41'26,94" chega-se ao ponto P 0014, coordenada plana UTM 8.581.829,11m Norte e 560.448,35m Leste, seguindo com distância de 57,73 m e azimute plano de 157°51'33,16" chega-se ao ponto P 0015, coordenada plana UTM 8.581.775,63m Norte e 560.470,11m Leste, seguindo com distância de 200,05 m e azimute plano de 173°34'47,52" chega-se ao ponto P 0016, coordenada plana UTM 8.581.576,84m Norte e 560.492,48m Leste, seguindo com distância de 679,83 m e azimute plano de 117°42'54,51" chega-se ao ponto P 0017, confrontando neste trecho com VIA PERIFERICA I , coordenada plana UTM 8.581.260,67m Norte e 561.094,32m Leste, seguindo com distância de 838,67 m e azimute plano de 224°22'06,38" chega-se ao ponto P 0018, coordenada plana UTM 8.580.661,14m Norte e 560.507,86m Leste, seguindo com distância de 377,15 m e azimute plano de 223°21'06,69" chega-se ao ponto P 0019, confrontando neste trecho com FÁBRICA ROZI , coordenada plana UTM 8.580.386,89m Norte e 560.248,95m Leste, seguindo com distância de 205,49 m e azimute plano de 311°40'02,86" chega-se ao ponto P 0020, coordenada plana UTM 8.580.523,50m Norte e 560.095,45m Leste, seguindo com distância de 289,68 m e azimute plano de 225°36'44,83" chega-se ao ponto P 0021, confrontando neste trecho com COMPLEXO ATOL , coordenada plana UTM 8.580.320,86m Norte e 559.888,43m Leste, seguindo com distância de 134,72 m e azimute plano de 197°12'09,77" chega-se ao ponto P 0022, confrontando neste trecho com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS , coordenada plana UTM 8.580.192,17m Norte e 559.848,59m Leste, seguindo com distância de 193,17 m e azimute plano de 291°39'36,93" chega-se ao ponto P 0023, coordenada plana UTM 8.580.263,48m Norte e 559.669,06m Leste, seguindo com distância de 157,59 m e azimute plano de 320°50'27,74" chega-se ao ponto P 0024, coordenada plana UTM 8.580.385,67m Norte e 559.569,54m Leste, seguindo com distância de 99,33 m e azimute plano de 343°58'19,18" chega-se ao ponto P 0025, coordenada plana UTM 8.580.481,14m Norte e 559.542,12m Leste, seguindo com distância de 59,87 m e azimute plano de 35°19'42,90" chega-se ao ponto P 0026, coordenada plana UTM 8.580.529,98m Norte e 559.576,74m Leste, seguindo com distância de 390,08 m e azimute plano de 276°22'58,42" chega-se ao ponto P 0027, coordenada plana UTM 8.580.573,34m Norte e 559.189,07m Leste, seguindo com distância de 116,10 m e azimute plano de 335°49'52,34" chega-se ao ponto P 0028, coordenada plana UTM 8.580.679,27m Norte e 559.141,54m Leste, seguindo com distância de 58,78 m e azimute plano de 262°12'24,59" chega-se ao ponto P 0029, coordenada plana UTM 8.580.671,30m Norte e 559.083,30m Leste, seguindo com distância de 72,78 m e azimute plano de 296°50'17,62" chega-se ao ponto P 0030, coordenada plana UTM 8.580.704,16m Norte e 559.018,36m Leste, seguindo com distância de 117,82 m e azimute plano de 258°54'34,40" chega-se ao ponto P 0031, coordenada plana UTM 8.580.681,49m Norte e 558.902,75m Leste, seguindo com distância de 12,74 m e azimute plano de 311°18'17,18" chega-se ao ponto P 0032, coordenada plana UTM 8.580.689,90m Norte e 558.893,18m Leste, seguindo com distância de 104,78 m e azimute plano de 330°00'49,12" chega-se ao ponto P 0033, confrontando neste trecho com MARINHA DO BRASIL (VILA NAVAL), coordenada plana UTM 8.580.780,66m Norte e 558.840,81m Leste, seguindo com distância de 11,46 m e azimute plano de 35°32'09,75" chega-se ao ponto P 0034, coordenada plana UTM 8.580.789,99m Norte e 558.847,47m Leste, seguindo com distância de 48,35 m e azimute plano de 103°48'22,57" chega-se ao ponto P 0035, coordenada plana UTM 8.580.778,45m Norte e 558.894,43m Leste, seguindo com distância de 12,00 m e azimute plano de 121°30'28,42" chega-se ao ponto P 0036, coordenada plana UTM 8.580.772,18m Norte e 558.904,66m Leste, seguindo com distância de 21,35 m e azimute plano de 81°04'30,35" chega-se ao ponto P 0037, coordenada plana UTM 8.580.775,49m Norte e 558.925,75m Leste, seguindo com distância de 22,45 m e azimute plano de 181°41'43,92" chega-se ao ponto P 0038, coordenada plana UTM 8.580.753,05m Norte e 558.925,09m Leste, seguindo com distância de 8,63 m e azimute plano de 167°20'44,15" chega-se ao ponto P 0039, coordenada plana UTM 8.580.744,63m Norte e 558.926,98m Leste, seguindo com distância de 30,05 m e azimute plano de 174°35'15,29" chega-se ao ponto P 0040, coordenada plana UTM 8.580.714,71m Norte e 558.929,81m Leste, seguindo com distância de 30,32 m e azimute plano de 72°59'24,45" chega-se ao ponto P 0041, coordenada plana UTM 8.580.723,58m Norte e 558.958,81m Leste, seguindo com distância de 11,06 m e azimute plano de 351°55'59,39" chega-se ao ponto P 0042, coordenada plana UTM 8.580.734,53m Norte e 558.957,26m Leste, seguindo com distância de 32,07 m e azimute plano de 65°15'55,52" chega-se ao ponto P 0043, coordenada plana UTM 8.580.747,95m Norte e 558.986,39m Leste, seguindo com distância de 10,90 m e azimute plano de 14°39'56,57" chega-se ao ponto P 0044, coordenada plana UTM 8.580.758,50m Norte e 558.989,15m Leste, seguindo com distância de 19,24 m e azimute plano de 70°16'18,70" chega-se ao ponto P 0045, coordenada plana UTM 8.580.765,00m Norte e 559.007,26m Leste, seguindo com distância de 9,01 m e azimute plano de 45°57'04,30" chega-se ao ponto P 0046, coordenada plana UTM 8.580.771,26m Norte e 559.013,73m Leste, seguindo com distância de 61,76 m e azimute plano de 61°41'54,46" chega-se ao ponto P 0047, coordenada plana UTM 8.580.800,54m Norte e 559.068,11m Leste, seguindo com distância de 102,52 m e azimute plano de 83°40'42,05" chega-se ao ponto P 0048, coordenada plana UTM 8.580.811,83m Norte e 559.170,01m Leste, seguindo com distância de 16,63 m e azimute plano de 65°25'56,69" chega-se ao ponto P 0049, coordenada plana UTM 8.580.818,74m Norte e 559.185,13m Leste, seguindo com distância de 89,84 m e azimute plano de 73°10'39,26" chega-se ao ponto P 0050, coordenada plana UTM 8.580.844,74m Norte e 559.271,13m Leste, seguindo com distância de 130,00 m e azimute plano de 91°52'05,51" chega-se ao ponto P 0051, coordenada plana UTM 8.580.840,50m Norte e 559.401,06m Leste, seguindo com distância de 7,87 m e azimute plano de 64°12'25,51" chega-se ao ponto P 0052, coordenada plana UTM 8.580.843,93m Norte e 559.408,14m Leste, seguindo com distância de 24,18 m e azimute plano de 33°05'01,73" chega-se ao ponto P 0053, coordenada plana UTM 8.580.864,19m Norte e 559.421,34m Leste, seguindo com distância de 22,70 m e azimute plano de 44°00'44,27" chega-se ao ponto P 0054, coordenada plana UTM 8.580.880,52m Norte e 559.437,12m Leste, seguindo com distância de 62,93 m e azimute plano de 348°51'21,64" chega-se ao ponto P 0055, coordenada plana UTM 8.580.942,27m Norte e 559.424,95m Leste, seguindo com distância de 15,99 m e azimute plano de 282°40'31,30" chega-se ao ponto P 0056, coordenada plana UTM 8.580.945,77m Norte e 559.409,35m Leste, seguindo com distância de 43,56 m e azimute plano de 335°15'16,25" chega-se ao ponto P 0057, coordenada plana UTM 8.580.985,33m Norte e 559.391,12m Leste, seguindo com distância de 23,49 m e azimute plano de 312°35'14,46" chega-se ao ponto P 0058, coordenada plana UTM 8.581.001,23m Norte e 559.373,83m Leste, seguindo com distância de 21,24 m e azimute plano de 291°44'34,54" chega-se ao ponto P 0059, coordenada plana UTM 8.581.009,09m Norte e 559.354,10m Leste, seguindo com distância de 49,76 m e azimute plano de 281°51'29,21" chega-se ao ponto P 0060, coordenada plana UTM 8.581.019,32m Norte e 559.305,40m Leste, seguindo com distância de 8,76 m e azimute plano de 355°20'34,62" chega-se ao ponto P 0061, coordenada plana UTM 8.581.028,06m Norte e 559.304,69m Leste, seguindo com distância de 13,93 m e azimute plano de 265°08'08,59" chega-se ao ponto P 0062, coordenada plana UTM 8.581.026,87m Norte e 559.290,80m Leste, seguindo com distância de 75,82 m e azimute plano de 354°46'03,18" chega-se ao ponto P 0063, coordenada plana UTM 8.581.102,38m Norte e 559.283,89m Leste, seguindo com distância de 19,31 m e azimute plano de 79°20'57,12" chega-se ao ponto P 0064, coordenada plana UTM 8.581.105,95m Norte e 559.302,86m Leste, seguindo com distância de 12,08 m e azimute plano de 355°24'47,44" chega-se ao ponto P 0065, coordenada plana UTM 8.581.117,99m Norte e 559.301,90m Leste, seguindo com distância de 92,36 m e azimute plano de 91°15'00,08" chega-se ao ponto P 0066, coordenada plana UTM 8.581.115,98m Norte e 559.394,24m Leste, seguindo com distância de 20,93 m e azimute plano de 8°39'49,96" chega-se ao ponto P 0067, coordenada plana UTM 8.581.136,67m Norte e 559.397,39m Leste, seguindo com distância de 16,78 m e azimute plano de 89°15'50,27" chega-se ao ponto P 0068, coordenada plana UTM 8.581.136,89m Norte e 559.414,17m Leste, seguindo com distância de 20,01 m e azimute plano de 0°22'39,87" chega-se ao ponto P 0069, coordenada plana UTM 8.581.156,90m Norte e 559.414,30m Leste, seguindo com distância de 8,77 m e azimute plano de 275°21'31,37" chega-se ao ponto P 0070, coordenada plana UTM 8.581.157,72m Norte e 559.405,57m Leste, seguindo com distância de 17,43 m e azimute plano de 353°54'09,93" chega-se ao ponto P 0071, coordenada plana UTM 8.581.175,05m Norte e 559.403,72m Leste, seguindo com distância de 62,32 m e azimute plano de 269°47'09,40" chega-se ao ponto P 0072, coordenada plana UTM 8.581.174,81m Norte e 559.341,40m Leste, seguindo com distância de 14,10 m e azimute plano de 226°22'28,57" chega-se ao ponto P 0073, coordenada plana UTM 8.581.165,09m Norte e 559.331,20m Leste, seguindo com distância de 43,99 m e azimute plano de 9°22'56,97" chega-se ao ponto P 0074, coordenada plana UTM 8.581.208,49m Norte e 559.338,37m Leste, seguindo com distância de 32,53 m e azimute plano de 350°04'17,86" chega-se ao ponto P 0075, coordenada plana UTM 8.581.240,53m Norte e 559.332,76m Leste, seguindo com distância de 5,88 m e azimute plano de 349°36'54,13" chega-se ao ponto P 0076, coordenada plana UTM 8.581.246,31m Norte e 559.331,70m Leste, seguindo com distância de 37,18 m e azimute plano de 265°17'37,83" chega-se ao ponto P 0077, coordenada plana UTM 8.581.243,26m Norte e 559.294,64m Leste, seguindo com distância de 2,34 m e azimute plano de 343°25'55,11" chega-se ao ponto P 0078, coordenada plana UTM 8.581.245,50m Norte e 559.293,98m Leste, seguindo com distância de 89,60 m e azimute plano de 262°57'41,92" chega-se ao ponto P 0079, coordenada plana UTM 8.581.234,53m Norte e 559.205,05m Leste, seguindo com distância de 7,28 m e azimute plano de 243°09'15,73" chega-se ao ponto P 0080, coordenada plana UTM 8.581.231,24m Norte e 559.198,56m Leste, seguindo com distância de 4,11 m e azimute plano de 248°10'10,97" chega-se ao ponto P 0081, coordenada plana UTM

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

8.581.229,71m Norte e 559.194,75m Leste, seguindo com distância de 87,15 m e azimute plano de 248°07'05,14" chega-se ao ponto P 0082, coordenada plana UTM 8.581.197,23m Norte e 559.113,87m Leste, seguindo com distância de 10,67 m e azimute plano de 311°20'31,09" chega-se ao ponto P 0083, coordenada plana UTM 8.581.204,28m Norte e 559.105,86m Leste, seguindo com distância de 19,99 m e azimute plano de 256°50'22,48" chega-se ao ponto P 0084, coordenada plana UTM 8.581.199,73m Norte e 559.086,40m Leste, seguindo com distância de 14,85 m e azimute plano de 206°31'15,30" chega-se ao ponto P 0085, coordenada plana UTM 8.581.186,44m Norte e 559.079,77m Leste, seguindo com distância de 32,56 m e azimute plano de 250°21'47,75" chega-se ao ponto P 0086, coordenada plana UTM 8.581.175,50m Norte e 559.049,10m Leste, seguindo com distância de 4,52 m e azimute plano de 303°26'36,66" chega-se ao ponto P 0087, coordenada plana UTM 8.581.177,99m Norte e 559.045,32m Leste, seguindo com distância de 22,45 m e azimute plano de 242°14'54,30" chega-se ao ponto P 0088, coordenada plana UTM 8.581.167,53m Norte e 559.025,45m Leste, seguindo com distância de 4,52 m e azimute plano de 180°06'46,77" chega-se ao ponto P 0089, coordenada plana UTM 8.581.163,01m Norte e 559.025,44m Leste, seguindo com distância de 10,20 m e azimute plano de 251°14'12,42" chega-se ao ponto P 0090, coordenada plana UTM 8.581.159,73m Norte e 559.015,78m Leste, seguindo com distância de 3,37 m e azimute plano de 332°46'19,18" chega-se ao ponto P 0091, coordenada plana UTM 8.581.162,72m Norte e 559.014,24m Leste, seguindo com distância de 8,08 m e azimute plano de 264°36'56,17" chega-se ao ponto P 0092, coordenada plana UTM 8.581.161,97m Norte e 559.006,20m Leste, seguindo com distância de 8,80 m e azimute plano de 168°50'29,42" chega-se ao ponto P 0093, coordenada plana UTM 8.581.153,33m Norte e 559.007,90m Leste, seguindo com distância de 37,15 m e azimute plano de 257°18'29,73" chega-se ao ponto P 0094, coordenada plana UTM 8.581.145,17m Norte e 558.971,66m Leste, seguindo com distância de 24,53 m e azimute plano de 241°00'54,58" chega-se ao ponto P 0095, coordenada plana UTM 8.581.133,28m Norte e 558.950,20m Leste, seguindo com distância de 3,82 m e azimute plano de 329°39'48,17" chega-se ao ponto P 0096, coordenada plana UTM 8.581.136,58m Norte e 558.948,28m Leste, seguindo com distância de 14,69 m e azimute plano de 236°52'44,04" chega-se ao ponto P 0097, coordenada plana UTM 8.581.128,55m Norte e 558.935,97m Leste, seguindo com distância de 33,95 m e azimute plano de 294°20'38,15" chega-se ao ponto P 0098, coordenada plana UTM 8.581.142,54m Norte e 558.905,04m Leste, seguindo com distância de 22,48 m e azimute plano de 210°40'17,86" chega-se ao ponto P 0099, coordenada plana UTM 8.581.123,21m Norte e 558.893,57m Leste, seguindo com distância de 7,83 m e azimute plano de 287°51'01,25" chega-se ao ponto P 0100, coordenada plana UTM 8.581.125,61m Norte e 558.886,12m Leste, seguindo com distância de 10,52 m e azimute plano de 207°54'55,89" chega-se ao ponto P 0101, coordenada plana UTM 8.581.116,31m Norte e 558.881,20m Leste, seguindo com distância de 6,17 m e azimute plano de 152°07'28,72" chega-se ao ponto P 0102, coordenada plana UTM 8.581.110,86m Norte e 558.884,08m Leste, seguindo com distância de 9,95 m e azimute plano de 192°57'28,95" chega-se ao ponto P 0103, coordenada plana UTM 8.581.101,16m Norte e 558.881,85m Leste, seguindo com distância de 22,64 m e azimute plano de 138°01'00,25" chega-se ao ponto P 0104, coordenada plana UTM 8.581.084,34m Norte e 558.896,99m Leste, seguindo com distância de 54,73 m e azimute plano de 222°06'46,30" chega-se ao ponto P 0105, coordenada plana UTM 8.581.043,74m Norte e 558.860,29m Leste, seguindo com distância de 26,00 m e azimute plano de 250°13'43,92" chega-se ao ponto P 0106, coordenada plana UTM 8.581.034,94m Norte e 558.835,82m Leste, seguindo com distância de 1,97 m e azimute plano de 172°34'06,09" chega-se ao ponto P 0107, coordenada plana UTM 8.581.032,99m Norte e 558.836,08m Leste, seguindo com distância de 11,51 m e azimute plano de 263°08'55,76" chega-se ao ponto P 0108, coordenada plana UTM 8.581.031,61m Norte e 558.824,65m Leste, seguindo com distância de 4,24 m e azimute plano de 264°48'35,07" chega-se ao ponto P 0109, coordenada plana UTM 8.581.031,23m Norte e 558.820,43m Leste, seguindo com distância de 7,38 m e azimute plano de 269°14'12,18" chega-se ao ponto P 0110, coordenada plana UTM 8.581.031,13m Norte e 558.813,05m Leste, seguindo com distância de 13,54 m e azimute plano de 4°05'14,74" chega-se ao ponto P 0111, coordenada plana UTM 8.581.044,64m Norte e 558.814,01m Leste, seguindo com distância de 28,03 m e azimute plano de 322°49'46,73" chega-se ao ponto P 0112, coordenada plana UTM 8.581.066,97m Norte e 558.797,08m Leste, seguindo com distância de 8,98 m e azimute plano de 290°16'40,72" chega-se ao ponto P 0113, coordenada plana UTM 8.581.070,08m Norte e 558.788,66m Leste, seguindo com distância de 19,02 m e azimute plano de 271°24'20,60" chega-se ao ponto P 0114, coordenada plana UTM 8.581.070,55m Norte e 558.769,64m Leste, seguindo com distância de 27,62 m e azimute plano de 343°55'28,75" chega-se ao ponto P 0115, coordenada plana UTM 8.581.097,08m Norte e 558.761,99m Leste, seguindo com distância de 18,96 m e azimute plano de 280°16'54,78" chega-se ao ponto P 0116, coordenada plana UTM 8.581.100,47m Norte e 558.743,34m Leste, seguindo com distância de 43,13 m e azimute plano de 351°21'48,88" chega-se ao ponto P 0117, coordenada plana UTM 8.581.143,11m Norte e 558.736,86m Leste, seguindo com distância de 1,27 m e azimute plano de 271°58'39,02" chega-se ao ponto P 0118, coordenada plana UTM 8.581.143,15m Norte e 558.735,60m Leste, seguindo com distância de 71,11 m e azimute plano de 2°37'22,55" chega-se ao ponto P 0119, coordenada plana UTM 8.581.214,19m Norte e 558.738,85m Leste, seguindo com distância de 21,69 m e azimute plano de 30°35'30,34" chega-se ao ponto P 0120, coordenada plana UTM 8.581.232,86m Norte e 558.749,89m Leste, seguindo com distância de 12,39 m e azimute plano de 68°51'38,49" chega-se ao ponto P 0121, coordenada plana UTM 8.581.237,33m Norte e 558.761,45m Leste, seguindo com distância de 3,44 m e azimute plano de 328°02'07,18" chega-se ao ponto P 0122, coordenada plana UTM 8.581.240,25m Norte e 558.759,62m Leste, seguindo com distância de 22,84 m e azimute plano de 52°38'04,89" chega-se ao ponto P 0123, coordenada plana UTM 8.581.254,11m Norte e 558.777,78m Leste, seguindo com distância de 19,65 m e azimute plano de 19°52'16,14" chega-se ao ponto P 0124, coordenada plana UTM 8.581.272,59m Norte e 558.784,46m Leste, seguindo com distância de 29,34 m e azimute plano de 54°27'11,94" chega-se ao ponto P 0125, coordenada plana UTM 8.581.289,65m Norte e 558.808,33m Leste, seguindo com distância de 22,41 m e azimute plano de 342°11'43,84" chega-se ao ponto P 0126, coordenada plana UTM 8.581.310,99m Norte e 558.801,48m Leste, seguindo com distância de 9,86 m e azimute plano de 318°06'05,56" chega-se ao ponto P 0127, coordenada plana UTM 8.581.318,33m Norte e 558.794,89m Leste, seguindo com distância de 27,74 m e azimute plano de 252°17'10,31" chega-se ao ponto P 0128, coordenada plana UTM 8.581.309,89m Norte e 558.768,47m Leste, seguindo com distância de 35,58 m e azimute plano de 307°44'36,54" chega-se ao ponto P 0129, coordenada plana UTM 8.581.331,67m Norte e 558.740,33m Leste, seguindo com distância de 53,76 m e azimute plano de 277°40'37,11" chega-se ao ponto P 0130, coordenada plana UTM 8.581.338,85m Norte e 558.687,05m Leste, seguindo com distância de 3,73 m e azimute plano de 181°17'42,97" chega-se ao ponto P 0131, coordenada plana UTM 8.581.335,12m Norte e 558.686,97m Leste, seguindo com distância de 26,51 m e azimute plano de 261°17'12,30" chega-se ao ponto P 0132, coordenada plana UTM 8.581.331,11m Norte e 558.660,77m Leste, seguindo com distância de 29,24 m e azimute plano de 245°14'26,50" chega-se ao ponto P 0133, coordenada plana UTM 8.581.318,86m Norte e 558.634,21m Leste, seguindo com distância de 3,87 m e azimute plano de 319°45'29,10" chega-se ao ponto P 0134, coordenada plana UTM 8.581.321,82m Norte e 558.631,71m Leste, seguindo com distância de 9,81 m e azimute plano de 251°20'46,27" chega-se ao ponto P 0135, coordenada plana UTM 8.581.318,68m Norte e 558.622,42m Leste, seguindo com distância de 11,10 m e azimute plano de 301°03'48,55" chega-se ao ponto P 0136, coordenada plana UTM 8.581.324,41m Norte e 558.612,91m Leste, seguindo com distância de 25,16 m e azimute plano de 251°56'43,57" chega-se ao ponto P 0137, coordenada plana UTM 8.581.316,61m Norte e 558.588,98m Leste, seguindo com distância de 16,65 m e azimute plano de 212°46'55,95" chega-se ao ponto P 0138, coordenada plana UTM 8.581.302,61m Norte e 558.579,97m Leste, seguindo com distância de 4,06 m e azimute plano de 149°23'14,36" chega-se ao ponto P 0139, coordenada plana UTM 8.581.299,12m Norte e 558.582,04m Leste, seguindo com distância de 35,34 m e azimute plano de 209°48'50,39" chega-se ao ponto P 0140, coordenada plana UTM 8.581.268,46m Norte e 558.564,47m Leste, seguindo com distância de 24,11 m e azimute plano de 227°53'42,73" chega-se ao ponto P 0141, confrontando neste trecho com BA-528 , coordenada plana UTM 8.581.252,29m Norte e 558.546,58m Leste, seguindo com distância de 65,34 m e azimute plano de 334°14'52,39" chega-se ao ponto P 0142, coordenada plana UTM 8.581.311,14m Norte e 558.518,19m Leste, seguindo com distância de 15,61 m e azimute plano de 350°10'08,21" chega-se ao ponto P 0143, coordenada plana UTM 8.581.326,52m Norte e 558.515,53m Leste, seguindo com distância de 507,78 m e azimute plano de 335°56'06,30" chega-se ao ponto P 0144, coordenada plana UTM 8.581.790,17m Norte e 558.308,47m Leste, seguindo com distância de 129,29 m e azimute plano de 349°07'24,90" chega-se ao ponto P 0145, coordenada plana UTM 8.581.917,13m Norte e 558.284,07m Leste, seguindo com distância de 261,11 m e azimute plano de 2°09'39,85" chega-se ao ponto P 0146, confrontando neste trecho com SUDIC-SUPERINTENDENCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL , coordenada plana UTM 8.582.178,06m Norte e 558.293,92m Leste, seguindo com distância de 40,19 m e azimute plano de 117°49'44,81" chega-se ao ponto P 0147, coordenada plana UTM 8.582.159,30m Norte e 558.329,46m Leste, seguindo com distância de 202,09 m e azimute plano de 114°37'58,23" chega-se ao ponto P 0148, coordenada plana UTM 8.582.075,06m Norte e 558.513,16m Leste, seguindo com distância de 202,66 m e azimute plano de 108°14'15,84" chega-se ao ponto P 0149, coordenada plana UTM 8.582.011,64m Norte e 558.705,64m Leste, seguindo com distância de 325,88 m e azimute plano de 96°54'45,05" chega-se ao ponto P 0150, coordenada plana UTM 8.581.972,42m Norte e 559.029,15m Leste, seguindo com distância de 122,03 m e azimute plano de 115°05'46,28" chega-se ao ponto P 0151, coordenada plana UTM 8.581.920,66m Norte e 559.139,66m Leste, seguindo com distância de 181,06 m e azimute plano de 60°06'05,77" chega-se ao ponto P 0152, coordenada plana UTM 8.582.010,91m Norte e 559.296,63m Leste, seguindo com distância de 134,74 m e azimute plano de 42°04'18,75" chega-se ao ponto P 0153, coordenada plana UTM 8.582.110,94m Norte e 559.386,91m Leste, seguindo com distância de 110,93 m e azimute plano de 99°44'05,80" chega-se ao ponto P 0154, coordenada plana UTM 8.582.092,18m Norte e 559.496,25m Leste, seguindo com distância de 78,32 m e azimute plano de 99°35'39,46" chega-se ao ponto P 0155, coordenada plana UTM 8.582.079,13m Norte e 559.573,47m Leste, seguindo com distância de 96,72 m e azimute plano de 100°14'12,37" chega-se ao ponto P 0156, coordenada plana UTM 8.582.061,94m Norte e 559.668,66m Leste, seguindo com distância de 19,40 m e azimute plano de 320°38'50,64" chega-se ao ponto P 0157, coordenada plana UTM 8.582.076,93m Norte e 559.656,36m Leste, seguindo com distância de 28,80 m e azimute plano de 281°27'21,78" chega-se ao ponto P 0158, coordenada plana UTM 8.582.082,65m Norte e 559.628,13m Leste, seguindo com distância de 29,11 m e azimute plano de 19°00'26,42" chega-se ao ponto P 0159, coordenada plana UTM 8.582.110,18m Norte e 559.637,61m Leste, seguindo com distância de 27,08 m e azimute plano de 43°55'55,97" chega-se ao ponto P 0160, coordenada plana UTM 8.582.129,68m Norte e 559.656,40m Leste, seguindo com distância de 15,29 m e azimute plano de 107°29'36,58" chega-se ao ponto P 0161, coordenada plana UTM 8.582.125,08m Norte e 559.670,98m Leste, seguindo com distância de 29,46 m e azimute plano de 142°57'11,23" chega-se ao ponto P 0162, coordenada plana UTM 8.582.101,56m Norte e 559.688,73m Leste, seguindo com distância de 67,93 m e azimute plano de 52°06'58,71" chega-se ao ponto P 0163, coordenada plana UTM 8.582.143,28m Norte e 559.742,35m Leste, seguindo com distância de 175,84 m e azimute plano de 47°41'43,44" chega-se ao ponto P 0001, ponto inicial da descrição deste perímetro. As coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e ajustadas a partir das estações planimétricas da rede geodésica brasileira homologada pelo IBGE, marco de código nº 93236, localizado em Salvador - BA, de coordenadas UTM E 552.438,838 m e N 8.565.561,750 m e geográficas Lat. 12º 58' 30,5697" S e Long. 38º 30' 59,3447" W, e encontram-se representadas no Sistema UTM SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Salvador, setembro de 2015
RAMON S. N. FONSECA
Engenheiro Agrimensor
Crea nº 57.329 - BA
ANEXO II
MEMORIAL DESCRITIVO
IMÓVEL: TERRITÓRIO QUILOMBOLA RIO DOS MACACOS
MUNICÍPIO: SIMÕES FILHO
UF: BAHIA
ÁREA TOTAL: 104,8787 ha
GLEBA 1: 98,4009 ha
GLEBA 2: 6,4778 ha
PERÍMETRO: 7.320,5710 m
GLEBA 1:
LIMITES E CONFRONTAÇÕES
NORTE: Com SUDIC - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL e FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA ESTADUAL BA 528
LESTE: Com SUDIC - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL e MARINHA DO BRASIL
SUL: Com MARINHA DO BRASIL e FAIXA DE DOMINIO DA RODOVIA ESTADUAL BA 528
OESTE: Com MARINHA DO BRASIL e FAIXA DE DOMINIO DA RODOVIA ESTADUAL BA 528
DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se a descrição deste Perímetro partindo do VÉRTICE P0001, definido pela coordenada geográfica de Latitude 12°49'26,4557" Sul e Longitude 38°26'53,7944" Oeste, pela coordenada plana UTM 8.582.261,627 m Norte e 559.872,394 m Leste , representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 39° WGr , tendo como Datum o SIRGAS 2000, situado no limite com SUDIC - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL , deste segue confrontando com SUDIC - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL, com distância de 49,622 m e azimute plano de 143°02'31" até o VÉRTICE P0002 de coordenadas UTM 8.582.221,976 m Norte e 559.902,228 m Leste; deste segue confrontando com SUDIC - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL, com distância de 97,354 m e azimute plano de 132°50'57" até o VÉRTICE P0003 de coordenadas UTM 8.582.155,768 m Norte e 559.973,603 m Leste; deste segue confrontando com SUDIC - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL, com distância de 123,690 m e azimute plano de 131°06'22" até o VÉRTICE P0004 de coordenadas UTM 8.582.074,447 m Norte e 560.066,803 m Leste; deste segue confrontando com SUDIC - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL, com distância de 9,344 m e azimute plano de 97°57'15" até o VÉRTICE P0005 de coordenadas UTM 8.582.073,154 m Norte e 560.076,057 m Leste; deste segue confrontando com SUDIC - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL, com distância de 61,969 m e azimute plano de 21°11'25" até o VÉRTICE P0006 de coordenadas UTM 8.582.130,933 m Norte e 560.098,457 m Leste; deste segue confrontando com SUDIC - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL, com distância de 41,491 m e azimute plano de 70°19'11" até o VÉRTICE P0007 de coordenadas UTM 8.582.144,906 m Norte e 560.137,524 m Leste; deste segue confrontando com SUDIC - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL, com distância de 93,663 m e azimute plano de 181°07'30" até o VÉRTICE P0008 de coordenadas UTM 8.582.051,261 m Norte e 560.135,686 m Leste; deste segue confrontando com SUDIC - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL, com distância de 68,000 m e azimute plano de 89°34'51" até o VÉRTICE P0009 de coordenadas UTM 8.582.051,758 m Norte e 560.203,684 m Leste; deste segue confrontando com SUDIC - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL, com distância de 86,649 m e azimute plano de 171°58'25" até o VÉRTICE P010 de coordenadas UTM 8.581.965,958 m Norte e 560.215,783 m Leste; deste segue confrontando com SUDIC - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL, com distância de 27,057 m e azimute plano de 101°11'46" até o VÉRTICE P0011 de coordenadas UTM 8.581.960,704 m Norte e 560.242,325 m Leste; deste segue confrontando com SUDIC - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL, com distância de 26,133 m e azimute plano de 101°11'42" até o VÉRTICE P0012 de coordenadas UTM 8.581.955,631 m Norte e 560.267,961 m Leste; deste segue con-

IMPRENSA NACIONAL
PROIBIDA A VENDA

frontando com SUDIC - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL, com distância de 24,389 m e azimute plano de 102°48'10" até o VÉRTICE P0013 de coordenadas UTM 8.581.950,226 m Norte e 560.291,743 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 9,441 m e azimute plano de 206°36'50" até o VÉRTICE P0014 de coordenadas UTM 8.581.941,786 m Norte e 560.287,514 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 0,924 m e azimute plano de 215°00'00" até o VÉRTICE P0015 de coordenadas UTM 8.581.941,029 m Norte e 560.286,984 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 1,416 m e azimute plano de 205°56'22" até o VÉRTICE P0016 de coordenadas UTM 8.581.939,756 m Norte e 560.286,365 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 4,580 m e azimute plano de 201°52'45" até o VÉRTICE P0017 de coordenadas UTM 8.581.935,505 m Norte e 560.284,658 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 32,266 m e azimute plano de 206°29'24" até o VÉRTICE P0018 de coordenadas UTM 8.581.906,627 m Norte e 560.270,266 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 1,155 m e azimute plano de 203°10'43" até o VÉRTICE P0019 de coordenadas UTM 8.581.905,565 m Norte e 560.269,811 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 6,920 m e azimute plano de 199°52'03" até o VÉRTICE P0020 de coordenadas UTM 8.581.899,057 m Norte e 560.267,460 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 1,155 m e azimute plano de 196°33'22" até o VÉRTICE P0021 de coordenadas UTM 8.581.897,950 m Norte e 560.267,130 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 2,291 m e azimute plano de 193°14'42" até o VÉRTICE P0022 de coordenadas UTM 8.581.895,719 m Norte e 560.266,605 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 1,155 m e azimute plano de 189°56'01" até o VÉRTICE P0023 de coordenadas UTM 8.581.894,582 m Norte e 560.266,406 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 6,920 m e azimute plano de 186°37'21" até o VÉRTICE P0024 de coordenadas UTM 8.581.887,708 m Norte e 560.265,608 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 1,155 m e azimute plano de 183°18'40" até o VÉRTICE P0025 de coordenadas UTM 8.581.886,555 m Norte e 560.265,541 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 26,454 m e azimute plano de 180°00'00" até o VÉRTICE P0026 de coordenadas UTM 8.581.860,100 m Norte e 560.265,541 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 4,046 m e azimute plano de 180°00'00" até o VÉRTICE P0027 de coordenadas UTM 8.581.856,055 m Norte e 560.265,541 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 1,713 m e azimute plano de 178°41'51" até o VÉRTICE P0028 de coordenadas UTM 8.581.854,342 m Norte e 560.265,580 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 0,979 m e azimute plano de 177°11'42" até o VÉRTICE P0029 de coordenadas UTM 8.581.853,364 m Norte e 560.265,628 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 1,469 m e azimute plano de 175°47'32" até o VÉRTICE P0030 de coordenadas UTM 8.581.851,899 m Norte e 560.265,736 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 49,185 m e azimute plano de 174°23'36" até o VÉRTICE P0031 de coordenadas UTM 8.581.802,950 m Norte e 560.270,541 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 56,295 m e azimute plano de 180°00'00" até o VÉRTICE P0032 de coordenadas UTM 8.581.746,655 m Norte e 560.270,541 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 0,122 m e azimute plano de 179°39'03" até o VÉRTICE P0033 de coordenadas UTM 8.581.746,533 m Norte e 560.270,542 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 0,731 m e azimute plano de 179°18'07" até o VÉRTICE P0034 de coordenadas UTM 8.581.745,802 m Norte e 560.270,551 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 0,122 m e azimute plano de 178°57'10" até o VÉRTICE P0035 de coordenadas UTM 8.581.745,680 m Norte e 560.270,553 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 0,244 m e azimute plano de 178°36'13" até o VÉRTICE P0036 de coordenadas UTM 8.581.745,437 m Norte e 560.270,559 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 0,122 m e azimute plano de 178°15'16" até o VÉRTICE P0037 de coordenadas UTM 8.581.745,315 m Norte e 560.270,563 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 0,731 m e azimute plano de 177°54'20" até o VÉRTICE P0038 de coordenadas UTM 8.581.744,584 m Norte e 560.270,590 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 13,272 m e azimute plano de 177°12'17" até o VÉRTICE P0039 de coordenadas UTM 8.581.731,328 m Norte e 560.271,237 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 0,732 m e azimute plano de 177°12'17" até o VÉRTICE P0040 de coordenadas UTM 8.581.730,596 m Norte e 560.271,273 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 31,496 m e azimute plano de 177°12'35" até o VÉRTICE P0041 de coordenadas UTM 8.581.699,137 m Norte e 560.272,806 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 28,831 m e azimute plano de 197°19'48" até o VÉRTICE P0042 de coordenadas UTM 8.581.671,615 m Norte e 560.264,218 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 37,143 m e azimute plano de 212°04'07" até o VÉRTICE P0043 de coordenadas UTM 8.581.640,139 m Norte e 560.244,497 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 36,074 m e azimute plano de 224°54'48" até o VÉRTICE P0044 de coordenadas UTM 8.581.614,593 m Norte e 560.219,028 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 13,483 m e azimute plano de 239°06'10" até o VÉRTICE P0045 de coordenadas UTM 8.581.607,669 m Norte e 560.207,458 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 129,053 m e azimute plano de 297°22'17" até o VÉRTICE P0046 de coordenadas UTM 8.581.667,002 m Norte e 560.092,853 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 84,594 m e azimute plano de 239°00'36" até o VÉRTICE P0047 de coordenadas UTM 8.581.623,446 m Norte e 560.020,335 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 38,351 m e azimute plano de 249°39'44" até o VÉRTICE P0048 de coordenadas UTM 8.581.610,117 m Norte e 559.984,374 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 46,690 m e azimute plano de 267°09'28" até o VÉRTICE P0049 de coordenadas UTM 8.581.607,802 m Norte e 559.937,741 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 45,976 m e azimute plano de 285°26'09" até o VÉRTICE P0050 de coordenadas UTM 8.581.620,039 m Norte e 559.893,423 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 0,422 m e azimute plano de 293°33'08" até o VÉRTICE P0051 de coordenadas UTM 8.581.620,207 m Norte e 559.893,037 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 10,965 m e azimute plano de 293°33'08" até o VÉRTICE P0052 de coordenadas UTM 8.581.624,589 m Norte e 559.882,985 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 32,555 m e azimute plano de 294°55'05" até o VÉRTICE P0053 de coordenadas UTM 8.581.638,305 m Norte e 559.853,460 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 7,289 m e azimute plano de 289°03'08" até o VÉRTICE P0054 de coordenadas UTM 8.581.640,684 m Norte e 559.846,571 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 11,385 m e azimute plano de 269°39'28" até o VÉRTICE P0055 de coordenadas UTM 8.581.640,616 m Norte e 559.835,186 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 220,942 m e azimute plano de 259°57'39" até o VÉRTICE P0056 de coordenadas UTM 8.581.602,101 m Norte e 559.617,627 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 10,835 m e azimute plano de 250°22'15" até o VÉRTICE P0057 de coordenadas UTM 8.581.598,462 m Norte e 559.607,422 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 88,769 m e azimute plano de 240°46'51" até o VÉRTICE P0058 de coordenadas UTM 8.581.555,129 m Norte e 559.529,948 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 92,364 m e azimute plano de 249°07'14" até o VÉRTICE P0059 de coordenadas UTM 8.581.522,210 m Norte e 559.443,649 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 72,040 m e azimute plano de 269°55'57" até o VÉRTICE P0060 de coordenadas UTM 8.581.522,126 m Norte e 559.371,609 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 69,473 m e azimute plano de 285°20'15" até o VÉRTICE P0061 de coordenadas UTM 8.581.540,502 m Norte e 559.304,610 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 60,077 m e azimute plano de 273°40'55" até o VÉRTICE P0062 de coordenadas UTM 8.581.544,360 m Norte e 559.244,658 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 62,114 m e azimute plano de 265°03'40" até o VÉRTICE P0063 de coordenadas UTM 8.581.539,012 m Norte e 559.182,774 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 60,858 m e azimute plano de 249°10'15" até o VÉRTICE P0064 de coordenadas UTM 8.581.517,372 m Norte e 559.125,893 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 10,694 m e azimute plano de 224°19'59" até o VÉRTICE P0065 de coordenadas UTM 8.581.509,723 m Norte e 559.118,420 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 10,694 m e azimute plano de 206°47'17" até o VÉRTICE P0066 de coordenadas UTM 8.581.500,176 m Norte e 559.113,600 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 10,694 m e azimute plano de 189°14'35" até o VÉRTICE P0067 de coordenadas UTM 8.581.489,621 m Norte e 559.111,882 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 81,267 m e azimute plano de 164°02'01" até o VÉRTICE P0068 de coordenadas UTM 8.581.411,490 m Norte e 559.134,237 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 36,464 m e azimute plano de 265°43'56" até o VÉRTICE P0069 de coordenadas UTM 8.581.408,776 m Norte e 559.097,874 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 68,946 m e azimute plano de 275°53'16" até o VÉRTICE P0070 de coordenadas UTM 8.581.415,848 m Norte e 559.029,291 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 110,901 m e azimute plano de 284°04'37" até o VÉRTICE P0071 de coordenadas UTM 8.581.442,823 m Norte e 558.921,721 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 68,857 m e azimute plano de 296°40'46" até o VÉRTICE P0072 de coordenadas UTM 8.581.473,739 m Norte e 558.860,195 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 106,830 m e azimute plano de 297°09'51" até o VÉRTICE P0073 de coordenadas UTM 8.581.522,512 m Norte e 558.765,148 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 159,492 m e azimute plano de 288°01'38" até o VÉRTICE P0074 de coordenadas UTM 8.581.571,869 m Norte e 558.613,485 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 52,629 m e azimute plano de 283°42'13" até o VÉRTICE P0075 de coordenadas UTM 8.581.584,337 m Norte e 558.562,354 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 95,218 m e azimute plano de 291°48'05" até o VÉRTICE P0076 de coordenadas UTM 8.581.619,700 m Norte e 558.473,947 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 133,580 m e azimute plano de 297°46'29" até o VÉRTICE P0077 de coordenadas UTM 8.581.681,948 m Norte e 558.355,757 m Leste; deste segue limitando com FAIXA DE DOMINIO DA RODOVIA ESTADUAL BA 528, que liga o município de Simões Filho ao município de Salvador, sentido Simões Filho, com distância de 101,485 m e azimute plano de 335°29'24" até o VÉRTICE P0078 de coordenadas UTM 8.581.774,288 m Norte e 558.313,656 m Leste; deste segue limitando com FAIXA DE DOMINIO DA RODOVIA ESTADUAL BA 528, com distância de 46,746 m e azimute plano de 342°52'45" até o VÉRTICE P0079 de coordenadas UTM 8.581.818,962 m Norte e 558.299,895 m Leste; deste segue limitando com FAIXA DE DOMINIO DA RODOVIA ESTADUAL BA 528, com distância de 35,271 m e azimute plano de 349°03'39" até o VÉRTICE P0080 de coordenadas UTM 8.581.853,592 m Norte e 558.293,201 m Leste; deste segue limitando com FAIXA DE DOMINIO DA RODOVIA ESTADUAL BA 528, com distância de 56,486 m e azimute plano de 349°57'13" até o VÉRTICE P0081 de coordenadas UTM 8.581.909,212 m Norte e 558.283,348 m Leste; deste segue limitando com FAIXA DE DOMINIO DA RODOVIA ESTADUAL BA 528, com distância de 72,575 m e azimute plano de 355°52'09" até o VÉRTICE P0082 de coordenadas UTM 8.581.981,599 m Norte e 558.278,119 m Leste; deste segue limitando com FAIXA DE DOMINIO DA RODOVIA ESTADUAL BA 528, com distância de 53,892 m e azimute plano de 352°48'16" até o VÉRTICE P0083 de coordenadas UTM 8.582.035,066 m Norte e 558.271,369 m Leste; deste segue limitando com FAIXA DE DOMINIO DA RODOVIA ESTADUAL BA 528, com distância de 33,003 m e azimute plano de 355°44'59" até o VÉRTICE P0084 de coordenadas UTM 8.582.067,979 m Norte e 558.268,923 m Leste; deste segue limitando com FAIXA DE DOMINIO DA RODOVIA ESTADUAL BA 528, com distância de 31,550 m e azimute plano de 359°04'38" até o VÉRTICE P0085 de coordenadas UTM 8.582.099,524 m Norte e 558.268,415 m Leste; deste segue limitando com FAIXA DE DOMINIO DA RODOVIA ESTADUAL BA 528, com distância de 40,581 m e azimute plano de 9°04'22" até o VÉRTICE P0086 de coordenadas UTM 8.582.139,597 m Norte e 558.274,814 m Leste; deste segue limitando com FAIXA DE DOMINIO DA RODOVIA ESTADUAL BA 528, com distância de 34,903 m e azimute plano de 24°55'54" até o VÉRTICE P0087 de coordenadas UTM 8.582.171,247 m Norte e 558.289,527 m Leste; deste segue limitando com FAIXA DE DOMINIO DA RODOVIA ESTADUAL BA 528, com distância de 8,104 m e azimute plano de 32°49'22" até o VÉRTICE P0088 de coordenadas UTM 8.582.178,057 m Norte e 558.293,919 m Leste; deste segue confrontando com SUDIC - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL, com distância de 40,186 m e azimute plano de 117°49'45" até o VÉRTICE P0089 de coordenadas UTM 8.582.159,297 m Norte e 558.329,458 m Leste; deste segue confrontando com SUDIC - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL, com distância de 202,091 m e azimute plano de 114°37'58" até o VÉRTICE P0090 de coordenadas UTM 8.582.075,065 m Norte e 558.513,158 m Leste; deste segue confrontando com SUDIC - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL, com distância de 202,661 m e azimute plano de 108°14'16" até o VÉRTICE P0091 de coordenadas UTM 8.582.011,640 m Norte e 558.705,639 m Leste; deste segue confrontando com SUDIC - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL, com distância de 325,881 m e azimute plano de 96°54'45" até o VÉRTICE P0092 de coordenadas UTM 8.581.972,418 m Norte e 559.029,151 m Leste; deste segue confrontando com SUDIC - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL, com distância de 122,027 m e azimute plano de 115°05'46" até o VÉRTICE P0093 de coordenadas UTM 8.581.920,662 m Norte e 559.139,659 m Leste; deste segue confrontando com SUDIC - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL, com distância de 181,061 m e azimute plano de 60°06'04" até o VÉRTICE P0094 de coordenadas UTM 8.582.010,916 m Norte e 559.296,622 m Leste; deste segue confrontando com SUDIC - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL, com distância de 134,746 m e azimute plano de 42°04'22" até o VÉRTICE P0095 de coordenadas UTM 8.582.110,937 m Norte e 559.386,912 m Leste; deste segue confrontando com SUDIC - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL, com distância de 110,932 m e azimute plano de 99°44'06" até o VÉRTICE P0096 de coordenadas UTM 8.582.092,179 m Norte e 559.496,246 m Leste; deste segue confrontando com SUDIC - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL, com distância de 78,318 m e azimute plano de 99°35'39" até o VÉRTICE P0097 de coordenadas UTM 8.582.079,126 m Norte e 559.573,469 m Leste; deste segue confrontando com SUDIC - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL, com distância de 96,721 m e azimute plano de 100°14'14" até o VÉRTICE P0098 de coordenadas UTM 8.582.061,936 m Norte e 559.668,650 m Leste; deste segue confrontando com SUDIC - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL, com distância de 19,393 m e azimute plano de 320°39'27" até o VÉRTICE P0099 de coordenadas UTM 8.582.076,935 m Norte e 559.656,356 m Leste; deste segue confrontando com SUDIC - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL, com distância de 28,800 m e azimute plano de 281°27'22" até o VÉRTICE P0100 de coordenadas UTM 8.582.082,655 m Norte e 559.628,129 m Leste; deste segue confrontando com SUDIC - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL, com distância de 29,110 m e azimute plano de 18°59'53" até o VÉRTICE P0101 de coordenadas UTM 8.582.110,179 m Norte e 559.637,606 m Leste; deste segue confrontando com SUDIC - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL, com distância de 27,076 m e azimute plano de 43°55'56" até o VÉRTICE P0102 de coordenadas UTM 8.582.129,678 m Norte e 559.656,391 m Leste; deste segue con-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

frontando com SUDIC - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL, com distância de 15,295 m e azimute plano de 107°29'37" até o VÉRTICE P0103 de coordenadas UTM 8.582.125,081 m Norte e 559.670,978 m Leste; deste segue confrontando com SUDIC - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL, com distância de 29,468 m e azimute plano de 142°56'45" até o VÉRTICE P0104 de coordenadas UTM 8.582.101,563 m Norte e 559.688,735 m Leste; deste segue confrontando com SUDIC - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL, com distância de 67,925 m e azimute plano de 52°06'48" até o VÉRTICE P0105 de coordenadas UTM 8.582.143,276 m Norte e 559.742,343 m Leste; deste segue confrontando com SUDIC - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL, com distância de 175,842 m e azimute plano de 47°41'48" até o VÉRTICE P0001, ponto inicial da descrição deste perímetro.

GLEBA 2:

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE: Com MARINHA DO BRASIL e VILA NAVAL

LESTE: Com MARINHA DO BRASIL e COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS

SUL: Com MARINHA DO BRASIL, COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS e RODOVIA BA 528

OESTE: Com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, RODOVIA BA 528 e VILA NAVAL

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se a descrição deste Perímetro partindo do VÉRTICE P001, definido pela coordenada geográfica de Latitude 12°50'12,89665" Sul e Longitude 38°27'13,92890" Oeste, pela coordenada plana UTM 8.580.836,287 m Norte e 559.262,420 m Leste, representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 39° WGr , tendo como Datum o SIRGAS 2000, situado no limite com MARINHA DO BRASIL , deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 70,176 m e azimute plano de 119°19'47" até o VÉRTICE P002 de coordenadas UTM 8.580.801,913 m Norte e 559.323,600 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 15,254 m e azimute plano de 106°07'25" até o VÉRTICE P003 de coordenadas UTM 8.580.797,677 m Norte e 559.338,254 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 70,053 m e azimute plano de 130°05'38" até o VÉRTICE P004 de coordenadas UTM 8.580.752,560 m Norte e 559.391,844 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 113,043 m e azimute plano de 204°20'55" até o VÉRTICE P005 de coordenadas UTM 8.580.649,571 m Norte e 559.345,238 m Leste; deste segue confrontando com MARINHA DO BRASIL, com distância de 78,372 m e azimute plano de 194°40'28" até o VÉRTICE P006 de coordenadas UTM 8.580.573,755 m Norte e 559.325,384 m Leste; deste segue confrontando com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, com distância de 0,287 m e azimute plano de 270°00'00" até o VÉRTICE P007 de coordenadas UTM 8.580.573,755 m Norte e 559.325,097 m Leste; deste segue confrontando com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, com distância de 20,889 m e azimute plano de 269°14'50" até o VÉRTICE P008 de coordenadas UTM 8.580.573,481 m Norte e 559.304,209 m Leste; deste segue confrontando com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, com distância de 122,280 m e azimute plano de 268°29'11" até o VÉRTICE P009 de coordenadas UTM 8.580.570,251 m Norte e 559.181,972 m Leste; deste segue confrontando com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, com distância de 9,299 m e azimute plano de 62°26'08" até o VÉRTICE P010 de coordenadas UTM 8.580.574,554 m Norte e 559.190,215 m Leste; deste segue confrontando com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, com distância de 6,873 m e azimute plano de 319°06'26" até o VÉRTICE P011 de coordenadas UTM 8.580.579,750 m Norte e 559.185,716 m Leste; deste segue confrontando com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, com distância de 26,055 m e azimute plano de 16°16'16" até o VÉRTICE P012 de coordenadas UTM 8.580.604,761 m Norte e 559.193,016 m Leste; deste segue confrontando com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, com distância de 31,964 m e azimute plano de 334°38'18" até o VÉRTICE P013 de coordenadas UTM 8.580.633,644 m Norte e 559.179,325 m Leste; deste segue confrontando com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, com distância de 36,884 m e azimute plano de 324°24'20" até o VÉRTICE P014 de coordenadas UTM 8.580.663,637 m Norte e 559.157,857 m Leste; deste segue confrontando com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, com distância de 19,483 m e azimute plano de 309°08'59" até o VÉRTICE P015 de coordenadas UTM 8.580.675,937 m Norte e 559.142,748 m Leste; deste segue confrontando com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, com distância de 14,124 m e azimute plano de 264°14'36" até o VÉRTICE P016 de coordenadas UTM 8.580.674,520 m Norte e 559.128,695 m Leste; deste segue confrontando com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, com distância de 5,209 m e azimute plano de 235°08'52" até o VÉRTICE P017 de coordenadas UTM 8.580.671,543 m Norte e 559.124,420 m Leste; deste segue confrontando com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, com distância de 10,623 m e azimute plano de 269°39'04" até o VÉRTICE P018 de coordenadas UTM 8.580.671,479 m Norte e 559.113,798 m Leste; deste segue confrontando com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, com distância de 14,940 m e azimute plano de 245°35'46" até o VÉRTICE P019 de coordenadas UTM 8.580.665,306 m Norte e 559.100,193 m Leste; deste segue confrontando com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, com distância de 19,001 m e azimute plano de 286°18'48" até o VÉRTICE P020 de coordenadas UTM 8.580.670,643 m Norte e 559.081,957 m Leste; deste segue confrontando com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, com distância de 8,198 m e azimute plano de 357°25'28" até o VÉRTICE P021 de coordenadas UTM 8.580.678,833 m Norte e 559.081,588 m Leste; deste segue confrontando com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, com distância de 14,852 m e azimute plano de 327°41'55" até o VÉRTICE P022 de coordenadas UTM 8.580.691,387 m Norte e 559.073,652 m Leste; deste segue confrontando com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, com distância de 17,928 m e azimute plano de 320°48'39" até o VÉRTICE P023 de coordenadas UTM 8.580.705,282 m Norte e 559.062,323 m Leste; deste segue confrontando com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, com distância de 6,312 m e azimute plano de 352°27'15" até o VÉRTICE P024 de coordenadas UTM 8.580.711,540 m Norte e 559.061,495 m Leste; deste segue confrontando com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, com distância de 10,285 m e azimute plano de 286°38'12" até o VÉRTICE P025 de coordenadas UTM 8.580.714,484 m Norte e 559.051,640 m Leste; deste segue confrontando com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, com distância de 30,064 m e azimute plano de 252°55'47" até o VÉRTICE P026 de coordenadas UTM 8.580.705,659 m Norte e 559.022,900 m Leste; deste segue confrontando com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, com distância de 84,418 m e azimute plano de 260°27'49" até o VÉRTICE P027 de coordenadas UTM 8.580.691,673 m Norte e 558.939,649 m Leste; deste segue confrontando com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, com distância de 17,946 m e azimute plano de 234°16'15" até o VÉRTICE P028 de coordenadas UTM 8.580.681,194 m Norte e 558.925,081 m Leste; deste segue confrontando com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, com distância de 10,777 m e azimute plano de 255°49'27" até o VÉRTICE P029 de coordenadas UTM 8.580.678,554 m Norte e 558.914,632 m Leste; deste segue confrontando com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, com distância de 15,429 m e azimute plano de 292°38'46" até o VÉRTICE P030 de coordenadas UTM 8.580.684,495 m Norte e 558.900,393 m Leste; deste segue confrontando com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, com distância de 3,278 m e azimute plano de 8°37'16" até o VÉRTICE P031 de coordenadas UTM 8.580.687,736 m Norte e 558.900,884 m Leste; deste segue confrontando com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, com distância de 5,288 m e azimute plano de 273°59'38" até o VÉRTICE P032 de coordenadas UTM 8.580.688,104 m Norte e 558.895,609 m Leste; deste segue confrontando com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, com distância de 3,652 m e azimute plano de 338°35'42" até o VÉRTICE P033 de coordenadas UTM 8.580.691,504 m Norte e 558.894,276 m Leste; deste segue confrontando com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, com distância de 15,587 m e azimute plano de 267°26'03" até o VÉRTICE P034 de coordenadas UTM 8.580.690,806 m Norte e 558.878,705 m Leste; deste segue confrontando com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, com distância de 17,654 m e azimute plano de 281°42'16" até o VÉRTICE P035 de coordenadas UTM 8.580.694,388 m Norte e 558.861,418 m Leste; deste segue confrontando com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, com distância de 18,554 m e azimute plano de 3°09'16" até o VÉRTICE P036 de coordenadas UTM 8.580.712,914 m Norte e 558.862,439 m Leste; deste segue confrontando com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, com distância de 2,968 m e azimute plano de 77°26'59" até o VÉRTICE P037 de coordenadas UTM 8.580.713,558 m Norte e 558.865,336 m Leste; deste segue confrontando com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, com distância de 15,778 m e azimute plano de 355°11'11" até o VÉRTICE P038 de coordenadas UTM 8.580.729,280 m Norte e 558.864,012 m Leste; deste segue confrontando com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, com distância de 2,469 m e azimute plano de 270°00'00" até o VÉRTICE P039 de coordenadas UTM 8.580.729,280 m Norte e 558.861,543 m Leste; deste segue confrontando com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, com distância de 24,288 m e azimute plano de 351°45'27" até o VÉRTICE P040 de coordenadas UTM 8.580.753,317 m Norte e 558.858,061 m Leste; deste segue confrontando com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, com distância de 28,103 m e azimute plano de 326°28'40" até o VÉRTICE P041 de coordenadas UTM 8.580.776,746 m Norte e 558.842,541 m Leste; deste segue confrontando com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, com distância de 5,229 m e azimute plano de 308°47'55" até o VÉRTICE P042 de coordenadas UTM 8.580.780,022 m Norte e 558.838,466 m Leste; deste segue confrontando com COMUNIDADE ALTO DOS MACACOS, com distância de 90,089 m e azimute plano de 225°54'57" até o VÉRTICE P043 de coordenadas UTM 8.580.717,346 m Norte e 558.773,754 m Leste; deste segue confrontando com FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA BA 528, que liga o município de Salvador ao município de Simões Filho, sentido Simões Filho, com distância de com distância de 12,531 m e azimute plano de 317°44'04" até o VÉRTICE P044 de coordenadas UTM 8.580.726,619 m Norte e 558.765,326 m Leste; deste segue confrontando com VILA NAVAL, com distância de 19,281 m e azimute plano de 48°02'57" até o VÉRTICE P045 de coordenadas UTM 8.580.795,699 m Norte e 558.839,458 m Leste; deste segue confrontando com VILA NAVAL, com distância de 101,719 m e azimute plano de 135°01'51" até o VÉRTICE P046 de coordenadas UTM 8.580.723,734 m Norte e 558.911,346 m Leste; deste segue confrontando com VILA NAVAL, com distância de 17,955 m e azimute plano de 82°08'34" até o VÉRTICE P047 de coordenadas UTM 8.580.726,188 m Norte e 558.929,132 m Leste; deste segue confrontando com VILA NAVAL, com distância de 2,845 m e azimute plano de 174°32'47" até o VÉRTICE P048 de coordenadas UTM 8.580.723,356 m Norte e 558.929,403 m Leste; deste segue confrontando com VILA NAVAL, com distância de 8,712 m e azimute plano de 174°35'14" até o VÉRTICE P049 de coordenadas UTM 8.580.714,683 m Norte e 558.930,224 m Leste; deste segue confrontando com VILA NAVAL, com distância de 7,252 m e azimute plano de 72°39'12" até o VÉRTICE P050 de coordenadas UTM 8.580.716,845 m Norte e 558.937,146 m Leste; deste segue confrontando com VILA NAVAL, com distância de 23,063 m e azimute plano de 72°59'24" até o VÉRTICE P051 de coordenadas UTM 8.580.723,592 m Norte e 558.959,200 m Leste; deste segue confrontando com VILA NAVAL, com distância de 6,695 m e azimute plano de 348°34'23" até o VÉRTICE P052 de coordenadas UTM 8.580.730,155 m Norte e 558.957,874 m Leste; deste segue confrontando com VILA NAVAL, com distância de 69,038 m e azimute plano de 82°08'34" até o VÉRTICE P053 de coordenadas UTM 8.580.739,592 m Norte e 559.026,263 m Leste; deste segue con frontando com VILA NAVAL, com distância de 190,372 m e azimute plano de 68°53'42" até o VÉRTICE P054 de coordenadas UTM 8.580.808,141 m Norte e 559.203,865 m Leste; deste segue confrontando com VILA NAVAL, com distância de 17,604 m e azimute plano de 25°57'16" até o VÉRTICE P055 de coordenadas UTM 8.580.823,970 m Norte e 559.211,570 m Leste; deste segue confrontando com VILA NAVAL, com distância de 52,321 m e azimute plano de 76°23'00" até o VÉRTICE P001, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Salvador, setembro de 2015
RAMON S. N. FONSECA
Engenheiro Agrimensor
Crea nº 57.329 - BA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO MÉDIO SÃO FRANCISCO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria/INCRA/SR(29)MSF/GAB/Nº 10, de 8 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial, nº 129 de 9 de julho de 2015, seção 1, página 81, que criou o Projeto de Assentamento PA. Rebeca, código SIPRA MF0317000, onde se lê: "...Fazenda Rebeca Alto.. leia-se: "...Fazenda Rebeca", onde se lê: "...com área de 106.055,006 ...", leia-se: "...com área de 106,5506 ha ...", onde se lê: "... tendo em vista a LVA.", leia-se: "... tendo em vista o Laudo de Vistoria e Avaliação e o Estudo da Capacidade de Geração de Renda do imóvel.".

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 566, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do art. 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n° 6.275, de 28 de novembro de 2007;

Considerando a alínea f do item 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Resolução Conmetro n.º 04, de 02 de dezembro de 2002, que outorga ao Inmetro competência para estabelecer diretrizes e critérios para a atividade de avaliação da conformidade;

Considerando a necessidade de que as Tintas Utilizadas em Dispositivos Antifurto para Tratativas de Numerário, comercializadas no país, apresentem requisitos mínimos de desempenho, resolve baixar as seguintes disposições:

Art. 1º Aprovar a Instrução Normativa Inmetro para Tintas Utilizadas em Dispositivos Antifurto para Tratativas de Numerário, disponibilizada no sitio www.inmetro.gov.br ou no endereço abaixo:

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

Divisão de Regulamentação Técnica e Programas de Avaliação da Conformidade - Dipac

Rua da Estrela n.º 67 - 3º andar - Rio Comprido

CEP 20.251-900 - Rio de Janeiro - RJ

Art. 2º Cientificar que a Consulta Pública, que colheu contribuições da sociedade em geral para a elaboração da Instrução Normativa Inmetro ora aprovada, foi divulgada pela Portaria Inmetro nº. 403, de 01 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 03 de agosto de 2012, seção 01, página 78.

Art. 3º Cientificar que a forma de avaliação dos requisitos insertos na Instrução Normativa Inmetro ora aprovada será estabelecida através de Portaria específica de aprovação dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tintas Utilizadas em Dispositivos Antifurto para Tratativas de Numerário.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 235, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, no uso de suas atribuições, legais e regulamentares que lhe confere a Portaria MDIC nº 558, de 04 de junho de 2007 e tendo em vista o disposto no inciso I do artigo 15 e no artigo 19 da Estrutura Regimental do Inmetro aprovada pelo Decreto n° 6.275, de 28 de novembro de 2007, considerando as informações e documentos constantes do processo Inmetro n.º 52600.022303/2013, resolve revogar as Portarias Inme-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

tro/Dimel n.º 004, de 10 de janeiro de 2007 e n° 196, de 30 de junho de 2011, referente à autorização para executar os ensaios metrológicos exigidos para a verificação após reparo de medidor de energia elétrica eletromecânico, concedida à Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., sob o código nº PSP07.

A íntegra da Portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/legislacao/pea.

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 237, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, no uso de suas atribuições, legais e regulamentares que lhe confere a Portaria MDIC nº 558, de 04 de junho de 2007 e tendo em vista o disposto no inciso I do artigo 15 do Decreto n° 7.938, de 19 de fevereiro de 2013, que aprova a Estrutura Regimental do Inmetro, assim como os dispositivos estabelecidos nas Resoluções do Conmetro n.º 13, de 20 de dezembro de 2006 e nº 04, de 6 de setembro de 2007, considerando as informações e documentos constantes do processo Inmetro n.º 52600.017126/2015, resolve autorizar a empresa Metrowatt Comércio e Manutenção Ltda., sob o código nº EA004, a declarar conformidade de medidor de energia elétrica eletromecânico e eletrônico, de acordo com as condições especificadas na íntegra da Portaria.

A íntegra da Portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/legislacao/pea.

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIANº 236, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, no uso de suas atribuições, legais e regulamentares que lhe confere a Portaria MDIC nº 558, de 04 de junho de 2007 e tendo em vista o disposto no inciso I do artigo 15 e no artigo 19 da Estrutura Regimental do Inmetro aprovada pelo Decreto n° 6.275, de 28 de novembro de 2007, considerando as informações e documentos constantes do processo Inmetro n.º 52600.007433/2013, resolve revogar a Portaria Inmetro/Dimel n.º 196, de 06 de agosto de 2010, referente à autorização para executar os ensaios metrológicos exigidos para a verificação após reparo de medidor de energia elétrica eletrônico, concedida à Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, sob o código nº PPA06.

A íntegra da Portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/legislacao/pea.

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria n° 554, de 13 de novembro de 2015, da Superintendência da Zona Franca de Manaus, publicada no DOU n° 219, Seção 1, terça-feira, de 17 de novembro de 2015, pág. 49

Onde se lê:

bem como determinar auditorias e verificações periódicas nessas áreas

Leia-se:

bem como solicitar auditorias e verificações periódicas nessas áreas

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 807, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 06/10/2015 e 04/11/2015.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 289, de 26 de outubro de 2015, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 06/10/2015 e 04/11/2015.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO DE CASTRO PATRÍCIO
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.002362/2015-11
Proponente: Associação Oásis de Pompéia
Título: Educação através do Esporte (V Edição)
Registro: 02SP020722008
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 51.526.002/0001-50
Cidade: Pompéia UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 257.499,84
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0328 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 14150-X
Período de Captação até: 31/12/2016

2 - Processo: 58701.002632/2015-85
Proponente: Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural
Título: Karate VIII: Inclusão Pelo Esporte
Registro: 02SP026072008
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 08.745.680/0001-84
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 1.355.875,88
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6998 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 7268-0
Período de Captação até: 04/10/2016

3 - Processo: 58701.011636/2013-92
Proponente: Instituto Unimed Santa Catarina - Filial Litoral
Título: Esporte Comunitário - SURF
Registro: 02SC110222012
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 11.407.122/0002-02
Cidade: Joinville UF: SC
Valor aprovado para captação: R$ 117.692,75
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3160 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 30898-6
Período de Captação até: 06/10/2016

4 - Processo: 58701.011996/2013-94
Proponente: Instituto Unimed Santa Catarina - Filial Alto Vale
Título: Esporte Comunitário - Tênis
Registro: 02SC131262013
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 11.407.122/0018-61
Cidade: Rio do Sul UF: SC
Valor aprovado para captação: R$ 71.136,31
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3160 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 30897-8
Período de Captação até: 06/10/2016

ANEXO II

1 - Processo: 58701.011524/2013-31
Proponente: Instituto Unimed Santa Catarina Filial Videira
Título: Esporte Comunitário - Karatê
Valor aprovado para captação: R$ 42.089,83
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3160 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 30677-0
Período de Captação até: 31/12/2016

2- Processo: 58701.002013/2014-18
Proponente: Federação Paranaense de Canoagem
Título: Equipe Permanente de Canoagem Slalom em Foz do Iguaçu - Ano III
Valor aprovado para captação: R$ 7.317.552,30
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3270 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 28692-3
Período de Captação até: 30/06/2016

3- Processo: 58701.002543/2014-58
Proponente: ADD - Associação Desportiva Para Deficientes
Título: Programa de Iniciação ao Esporte Adaptado
Valor aprovado para captação: R$ 1.362.958,84
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3567 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 35400-7
Período de Captação até: 31/12/2016

4- Processo: 58701.004243/2014-11
Proponente: Associação Crianças e Adolescentes no Esporte Beltrão de Queiroz
Título: Ampliando Horizontes III
Valor aprovado para captação: R$ 257.499,84
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0089 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 112052-2
Período de Captação até: 31/12/2016

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

RESOLUÇÃO Nº 1.273, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE ÁGUAS-ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 95, inciso XVII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 2020, de 15 de dezembro de 2014, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 591ª Reunião Ordinária, realizada em 16 de novembro de 2015, considerando o disposto no art. 7º, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e com base nos elementos constantes do Processo nº 02501.001041/2014, resolveu:

Art. 1º Alterar o Art. 7, § 2º da Resolução nº 1040, de 21 de julho de 2014, emitida pela Agência Nacional de Águas - ANA, e publicada no Diário Oficial da União em 23 de julho de 2014, Seção I, pg. 61 que passa a ter a seguinte redação:

...

""§ 2º O Contrato de Premiação será regido pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo a sua celebração condicionada à certificação da prévia disponibilidade orçamentária da Agência Nacional de Águas"

...

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VICENTE ANDREU

RESOLUÇÃO Nº 1.274, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 95, inciso XVII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 2020, de 15/12/2014, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 591ª Reunião Ordinária, realizada em 16 de abril de 2015, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei no 9.984, de 17/07/2000, resolveu emitir a outorga de direito de uso de recursos hídricos ao:

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, riacho Santa Inês, Município de Santa Inês/Paraíba, Reservatório (Açude Santa Inês).

O inteiro teor da Resolução de outorga, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

VICENTE ANDREU

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

RESOLUÇÕES DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere à Portaria nº 100, de 23/05/2013, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 591ª Reunião Ordinária, realizada em 16 de novembro de 2015, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, resolveu emitir as outorgas de direito de uso a:

Nº 1.275 - João Gilberto Serpa, Lagoa Mirim, Município de Santa Vitória do Palmar/Rio Grande do Sul, irrigação.

Nº 1.276 - Companhia de Saneamento do Paraná, Reservatório da UHE Itaipu e rio Paraná, Município de Foz do Iguaçu/Paraná, abastecimento público e Esgotamento sanitário.

Nº 1.277 - Mariela Oliveira de Marco, Lagoa Mirim, Município de Santa Vitória do Palmar/Rio Grande do Sul, irrigação.

Nº 1.278 - Celso Araujo Bins, Lagoa Mirim, Município de Santa Vitória do Palmar/Rio Grande do Sul, irrigação.

Nº 1.279 - Pedro Casarin, rio Tacutu, Município de Bonfim/Roraima, irrigação.

Nº 1.280 - Águas e Esgotos do Piauí S.A, rio Parnaíba, Município de Parnaíba/Piauí, abastecimento público e esgotamento sanitário.

Nº 1.281 - Ademar Katayama, rio Paranã, Município de Formosa/Goiás, irrigação.

Nº 1.283 - Magda Elaine Ulguim Teixeira, Lagoa Mirim, Município de Santa Vitória do Palmar/Rio Grande do Sul, irrigação.

O inteiro teor das Resoluções de outorga de direito de uso de recursos hídricos, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO Nº 1.282, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere à Portaria nº 100, de 23/05/2013, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 591ª Reunião Ordinária, realizada em 16 de novembro de 2015, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, resolveu emitir a outorga preventiva de uso de recursos hídricos a:

Notaro Alimentos Ltda., Reservatório da barragem Mundaú II, Município de Garanhuns/Pernambuco, indústria.

O inteiro teor da Resolução de outorga preventiva, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

RESOLUÇÃO Nº 168, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

Prorroga o prazo da delegação de competência ao Instituto BioAtlântica-IBIO para desempenhar as funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 9.984, de 17 de julho de 2000, e 12.334, de 20 setembro de 2010, pelo Decreto no 4.613, de 11 de março de 2003, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria no 437, de 8 de novembro de 2013, e

Considerando a Resolução nº 130, de 20 de setembro de 2011, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que delega competência ao Instituto BioAtlântica-IBio para o exercício de funções inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce - CBH Doce.

Considerando a proposta do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, constante da Deliberação CBH Doce nº 46, de 25 de junho de 2015, que aprova a prorrogação do Instituto BioAtlântica-IBIO para desempenhar as funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, resolve:

Art. 1º Prorrogar, até 31 de dezembro de 2020, a delegação de competência ao Instituto BioAtlântica-IBIO para desempenhar as funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, observadas as disposições da Lei nº 10.881, de 2004.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

IZABELLA TEIXEIRA
Presidente do Conselho

MARCELO JORGE MEDEIROS
Secretário Executivo

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 514, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R$ 488.854.489,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, tendo em vista a autorização constante do art. 4º, caput, incisos I, alínea "a", II, XII, alínea "b", item "1", XIX, alínea "b", item 2, e XXVIII, alínea "d", e §§ 1º e 5º, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, e a delegação de competência de que trata o art. 1º do Decreto nº 8.555, de 6 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R$ 488.854.489,00 (quatrocentos e oitenta e oito milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e nove reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON BARBOSA

ANEXOS

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20101 - Presidência da República
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais							40.000
		Operações Especiais							
28 846	0910 00O2	Contribuição ao Fórum das Federações - FOF (PR)							40.000
28 846	0910 00O2 0002	Contribuição ao Fórum das Federações - FOF (PR) - No Exterior							40.000
			F	3	2	80	0	100	40.000
	2044	Autonomia e Emancipação da Juventude							1.000.000
		Atividades							
04 122	2044 8699	Gerenciamento das Políticas Públicas de Juventude							1.000.000
04 122	2044 8699 0001	Gerenciamento das Políticas Públicas de Juventude - Nacional							1.000.000
			F	3	2	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.040.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.040.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20204 - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública							500.000
		Atividades							
04 125	2038 4917	Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP-Brasil							500.000
04 125	2038 4917 0001	Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP-Brasil - Nacional							500.000
			F	3	2	90	0	100	500.000
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							200.000
		Atividades							
04 122	2101 2000	Administração da Unidade							200.000
04 122	2101 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							200.000
			F	3	2	90	0	100	200.000
TOTAL - FISCAL									700.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									700.000

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2021	Ciência, Tecnologia e Inovação							4.366.890
		Atividades							
19 571	2021 20UK	Ciência, Tecnologia e Inovação no Observatório Nacional - ON							500.000
19 571	2021 20UK 0001	Ciência, Tecnologia e Inovação no Observatório Nacional - ON - Nacional							500.000
			F	3	2	90	0	100	500.000
19 572	2021 20UL	Ciência, Tecnologia e Inovação no Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI							536.490
19 572	2021 20UL 0001	Ciência, Tecnologia e Inovação no Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI - Nacional							536.490
			F	3	2	90	0	100	504.990

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

			F	3	2	90	0	150	31.500
19 571	2021 20US	Fomento à Pesquisa Voltada para a Geração de Conhecimento, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores							665.750
19 571	2021 20US 0001	Fomento à Pesquisa Voltada para a Geração de Conhecimento, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores - Nacional							665.750
			F	3	2	90	0	100	665.750
19 572	2021 20V6	Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo							2.089.650
19 572	2021 20V6 0001	Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo - Nacional							2.089.650
			F	3	2	90	0	100	2.089.650
19 571	2021 212H	Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais							350.000
19 571	2021 212H 0001	Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais - Nacional							350.000
			F	3	2	50	0	100	350.000
19 571	2021 4125	Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Ciências Sociais e Naturais no Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG							225.000
19 571	2021 4125 0010	Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Ciências Sociais e Naturais no Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG - Na Região Norte							225.000
			F	3	2	90	0	100	201.000
			F	3	2	90	0	150	24.000
	2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação							8.143.471
		Atividades							
19 122	2106 2000	Administração da Unidade							8.143.471
19 122	2106 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							8.143.471
			F	3	2	90	0	100	8.143.471
TOTAL - FISCAL									12.510.361
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12.510.361

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24204 - Comissão Nacional de Energia Nuclear
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2059	Política Nuclear							11.532.721
		Atividades							
19 572	2059 20UX	Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Nuclear							497.721
19 572	2059 20UX 0001	Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Nuclear - Nacional							497.721
			F	3	2	90	0	100	497.721
19 125	2059 20UY	Radioproteção, Dosimetria e Metrologia das Radiações Ionizantes							90.000
19 125	2059 20UY 0001	Radioproteção, Dosimetria e Metrologia das Radiações Ionizantes - Nacional							90.000
			F	3	2	90	0	250	90.000
19 662	2059 2478	Fornecimento de Radioisótopos e Radiofármacos no País							10.945.000
19 662	2059 2478 0001	Fornecimento de Radioisótopos e Radiofármacos no País - Nacional							10.945.000
			F	3	2	90	0	100	8.900.000
			F	3	2	90	0	250	2.045.000
	2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação							70.200
		Atividades							
19 122	2106 2000	Administração da Unidade							70.200
19 122	2106 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							70.200
			F	3	2	90	0	100	70.200
TOTAL - FISCAL									11.602.921
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.602.921

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24206 - Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2059	Política Nuclear							22.000.000
		Atividades							
19 662	2059 2482	Fabricação do Combustível Nuclear							19.000.000
19 662	2059 2482 0001	Fabricação do Combustível Nuclear - Nacional							19.000.000
			F	3	2	90	0	250	19.000.000
		Projetos							
19 572	2059 1393	Implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio com Unidade Tecnológica de Separação Isotópica							3.000.000
19 572	2059 1393 0030	Implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio com Unidade Tecnológica de Separação Isotópica - Na Região Sudeste							3.000.000
			F	4	2	90	0	100	3.000.000
	2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação							1.400.000
		Atividades							
19 122	2106 2000	Administração da Unidade							1.400.000
19 122	2106 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							1.400.000
			F	3	2	90	0	250	1.400.000
TOTAL - FISCAL									23.400.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									23.400.000

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24901 - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2021	Ciência, Tecnologia e Inovação							95.000.000
		Atividades							
19 571	2021 20I4	Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas							94.000.000
19 571	2021 20I4 0001	Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas - Nacional							94.000.000
			F	4	2	90	0	100	94.000.000
19 571	2021 4947	Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia							1.000.000
19 571	2021 4947 0001	Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia - Nacional							1.000.000
			F	4	2	50	0	180	1.000.000
TOTAL - FISCAL									95.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									95.000.000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2020	Cidadania e Justiça							1.730.000
		Atividades							
14 422	2020 20I7	Política Nacional de Justiça							1.730.000
14 422	2020 20I7 0001	Política Nacional de Justiça - Nacional							1.730.000
			F	3	2	30	0	100	1.430.000
			F	3	2	90	0	100	300.000
	2070	Segurança Pública com Cidadania							119.000.000
		Projetos							
06 183	2070 7U23	Implementação do Plano Nacional de Segurança Pública para a Realização dos Grandes Eventos							119.000.000
06 183	2070 7U23 0001	Implementação do Plano Nacional de Segurança Pública para a Realização dos Grandes Eventos - Nacional							119.000.000
			F	3	2	30	0	100	791.427
			F	3	2	90	0	100	7.960.143
			F	4	2	90	0	100	110.248.430
TOTAL - FISCAL									120.730.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									120.730.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30103 - Arquivo Nacional
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2020	Cidadania e Justiça							3.380.000
		Atividades							
04 391	2020 2810	Preservação do Patrimônio Arquivístico Nacional							3.380.000
04 391	2020 2810 0001	Preservação do Patrimônio Arquivístico Nacional - Nacional							3.380.000
			F	4	2	90	0	100	3.360.000
			F	4	2	99	0	100	20.000
TOTAL - FISCAL									3.380.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.380.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2070	Segurança Pública com Cidadania							15.983.752
		Atividades							
06 181	2070 20IC	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON							4.361.291
06 181	2070 20IC 0001	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON - Nacional							4.361.291
			F	4	2	90	0	174	4.361.291
06 181	2070 2723	Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais							1.985.601
06 181	2070 2723 0001	Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais - Nacional							1.985.601
			F	4	2	90	0	174	1.985.601
06 181	2070 86A1	Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal							9.636.860
06 181	2070 86A1 0001	Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal - Nacional							9.636.860
			F	3	2	90	0	174	9.636.860
	2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça							1.558.714
		Atividades							
06 122	2112 2000	Administração da Unidade							1.558.714
06 122	2112 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							1.558.714
			F	3	2	90	0	100	418.907
			F	3	2	90	0	174	1.139.807
TOTAL - FISCAL									17.542.466
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									17.542.466

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2070	Segurança Pública com Cidadania							42.558.055
		Atividades							
06 183	2070 20V2	Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CINTEPOL							3.000.000
06 183	2070 20V2 0001	Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CINTEPOL - Nacional							3.000.000
			F	3	2	90	0	174	3.000.000
06 181	2070 2586	Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros							24.931.805
06 181	2070 2586 0001	Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros - Nacional							24.931.805
			F	3	2	90	0	174	24.931.805
06 181	2070 2726	Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União							14.626.250
06 181	2070 2726 0001	Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União - Nacional							14.626.250
			F	4	2	90	0	174	7.126.250
			F	4	2	90	0	374	7.500.000
	2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça							3.632.194
		Atividades							
06 122	2112 2000	Administração da Unidade							3.632.194
06 122	2112 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							3.632.194
			F	3	2	90	0	174	2.497.195
			F	4	2	90	0	100	1.134.999
TOTAL - FISCAL									46.190.249
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									46.190.249

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30202 - Fundação Nacional do Índio - FUNAI
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2065	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas							2.470.000
		Atividades							
14 125	2065 20UF	Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Proteção de Indios Isolados e de Recente Contato							1.170.000
14 125	2065 20UF 0001	Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Proteção de Indios Isolados e de Recente Contato - Nacional							1.170.000
			F	5	2	90	0	100	1.170.000
14 423	2065 2384	Promoção do Desenvolvimento Sustentável dos Povos Indígenas							1.300.000
14 423	2065 2384 0001	Promoção do Desenvolvimento Sustentável dos Povos Indígenas - Nacional							1.300.000
			F	4	2	90	0	100	1.300.000
TOTAL - FISCAL									2.470.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.470.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2020	Cidadania e Justiça							2.300.000
		Atividades							
14 422	2020 2807	Promoção e Defesa da Concorrência							2.300.000
14 422	2020 2807 0001	Promoção e Defesa da Concorrência - Nacional							2.300.000
			F	3	2	90	0	100	2.300.000
TOTAL - FISCAL									2.300.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.300.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30907 - Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2070	Segurança Pública com Cidadania							2.700.000
		Atividades							
14 421	2070 20UG	Reintegração Social, Alternativas Penais e Controle Social							700.000
14 421	2070 20UG 0001	Reintegração Social, Alternativas Penais e Controle Social - Nacional							700.000
			F	3	2	90	0	118	700.000
14 421	2070 20WS	Consolidação do Sistema Penitenciário Federal							2.000.000
14 421	2070 20WS 0001	Consolidação do Sistema Penitenciário Federal - Nacional							2.000.000
			F	3	2	90	0	180	2.000.000
TOTAL - FISCAL									2.700.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.700.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2070	Segurança Pública com Cidadania							30.172.843
		Atividades							
06 181	2070 2B00	Força Nacional de Segurança Pública							29.822.843
06 181	2070 2B00 0001	Força Nacional de Segurança Pública - Nacional							29.822.843
			F	3	2	90	0	100	10.000.000
			F	4	2	90	0	100	19.822.843
06 181	2070 8124	Manutenção do Sistema Integrado de Prevenção da Violência e Criminalidade							350.000
06 181	2070 8124 1262	Manutenção do Sistema Integrado de Prevenção da Violência e Criminalidade - No Município de Natal - RN							350.000
			F	4	2	40	0	100	350.000
TOTAL - FISCAL									30.172.843
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									30.172.843

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2058	Política Nacional de Defesa							72.931.511
		Atividades							
05 153	2058 20X3	Mobilização e Logística para a Defesa Nacional							16.000
05 153	2058 20X3 0001	Mobilização e Logística para a Defesa Nacional - Nacional							16.000
			F	4	2	90	0	100	16.000
05 542	2058 20X4	Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM							20.607.083
05 542	2058 20X4 0001	Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM - Nacional							20.607.083
			F	3	2	90	0	100	1.700.333
			F	3	2	90	0	181	16.811.566
			F	4	2	90	0	100	2.095.184
		Projetos							
05 153	2058 14SY	Apoio à Realização de Grandes Eventos							52.308.428
05 153	2058 14SY 0001	Apoio à Realização de Grandes Eventos - Nacional							52.308.428
			F	3	2	90	0	100	15.168.428
			F	4	2	90	0	100	37.140.000
TOTAL - FISCAL									72.931.511
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									72.931.511

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52121 - Comando do Exército
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							19.600.000
		Atividades							
05 122	2108 2000	Administração da Unidade							19.600.000
05 122	2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							19.600.000
			F	3	2	90	0	100	19.600.000
TOTAL - FISCAL									19.600.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									19.600.000

ÓRGÃO: 61000 - Secretaria de Assuntos Estratégicos
UNIDADE: 61201 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública							1.100.000
		Atividades							
04 571	2038 4727	Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro							1.100.000
04 571	2038 4727 0001	Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro - Nacional							1.100.000
			F	3	2	90	0	100	1.100.000
TOTAL - FISCAL									1.100.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.100.000

ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil
UNIDADE: 62201 - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							300.000
		Atividades							
26 122	2101 2000	Administração da Unidade							300.000
26 122	2101 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							300.000
			F	3	2	90	0	280	300.000
TOTAL - FISCAL									300.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									300.000

ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil
UNIDADE: 62901 - Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2017	Aviação Civil							3.800.000
		Atividades							
26 128	2017 20SW	Formação e Capacitação de Profissionais da Aviação Civil							3.800.000
26 128	2017 20SW 0001	Formação e Capacitação de Profissionais da Aviação Civil - Nacional							3.800.000
			F	3	2	90	0	186	3.800.000
TOTAL - FISCAL									3.800.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.800.000

ÓRGÃO: 64000 - Secretaria de Direitos Humanos
UNIDADE: 64101 - Secretaria de Direitos Humanos
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2063	Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência							650.000
		Atividades							
14 242	2063 210N	Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência							650.000
14 242	2063 210N 0001	Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Nacional							650.000
			S	4	2	90	0	100	650.000
	2064	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos							1.000.000
		Atividades							
14 422	2064 20ZN	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos							1.000.000
14 422	2064 20ZN 0001	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos - Nacional							1.000.000
			F	3	2	90	0	100	1.000.000
	2102	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Direitos Humanos							2.500.000
		Atividades							
14 122	2102 2000	Administração da Unidade							2.500.000
14 122	2102 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							2.500.000
			F	3	2	90	0	100	2.500.000
TOTAL - FISCAL									3.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									650.000
TOTAL - GERAL									4.150.000

ÓRGÃO: 65000 - Secretaria de Políticas para as Mulheres
UNIDADE: 65101 - Secretaria de Políticas para as Mulheres
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2016	Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência							8.946.359
		Atividades							
14 422	2016 210B	Atendimento às Mulheres em Situação de Violência							8.946.359
14 422	2016 210B 0001	Atendimento às Mulheres em Situação de Violência - Nacional							8.546.359
			F	3	2	30	0	100	1.000.000
			F	3	2	90	0	100	7.546.359

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

14 422	2016 210B 0035	Atendimento às Mulheres em Situação de Violência - No Estado de São Paulo	F	3	6	40	0	100	200.000
14 422	2016 210B 5218	Atendimento às Mulheres em Situação de Violência - No Município de Campo Grande - MS	F	4	6	40	0	100	200.000
	2104	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas para as Mulheres							1.664.933
		Atividades							
14 122	2104 2000	Administração da Unidade							1.664.933
14 122	2104 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	100	1.664.933
TOTAL - FISCAL									10.611.292
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.611.292

ÓRGÃO: 67000 - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
UNIDADE: 67101 - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2034	Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial							665.846
		Atividades							
14 422	2034 6440	Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos e Outras Comunidades Tradicionais							665.846
14 422	2034 6440 0001	Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos e Outras Comunidades Tradicionais - Nacional	F	4	2	90	0	100	665.846
	2103	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial							2.807.000
		Atividades							
14 122	2103 2000	Administração da Unidade							2.807.000
14 122	2103 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	100	2.807.000
TOTAL - FISCAL									3.472.846
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.472.846

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos
UNIDADE: 68101 - Secretaria de Portos
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							900.000
		Atividades							
26 122	2101 2000	Administração da Unidade							900.000
26 122	2101 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	100	900.000
TOTAL - FISCAL									900.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									900.000

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos
UNIDADE: 68201 - Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							2.250.000
		Atividades							
26 122	2101 2000	Administração da Unidade							2.250.000
26 122	2101 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	100	2.250.000
TOTAL - FISCAL									2.250.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.250.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20101 - Presidência da República
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública							40.000
		Atividades							
04 122	2038 20D5	Gerenciamento das Relações Institucionais do Governo							40.000
04 122	2038 20D5 0001	Gerenciamento das Relações Institucionais do Governo - Nacional	F	3	2	90	0	100	40.000
	2044	Autonomia e Emancipação da Juventude							1.000.000
		Atividades							
04 122	2044 8699	Gerenciamento das Políticas Públicas de Juventude							1.000.000
04 122	2044 8699 0001	Gerenciamento das Políticas Públicas de Juventude - Nacional	F	4	2	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.040.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.040.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20204 - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública							200.000
		Atividades							
04 125	2038 4917	Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP-Brasil							200.000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

04 125	2038 4917 0001	Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP-Brasil - Nacional	F	4	2	90	0	100	200.000
									200.000
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							500.000
		Atividades							
04 122	2101 2000	Administração da Unidade							500.000
04 122	2101 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							500.000
			F	3	2	90	0	100	300.000
			F	4	2	90	0	100	200.000
TOTAL - FISCAL									700.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									700.000

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2021	Ciência, Tecnologia e Inovação							4.645.900
		Atividades							
19 571	2021 20UK	Ciência, Tecnologia e Inovação no Observatório Nacional - ON							480.051
19 571	2021 20UK 0001	Ciência, Tecnologia e Inovação no Observatório Nacional - ON - Nacional							480.051
			F	4	2	90	0	100	480.051
19 572	2021 20UL	Ciência, Tecnologia e Inovação no Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI							536.490
19 572	2021 20UL 0001	Ciência, Tecnologia e Inovação no Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI - Nacional							536.490
			F	4	2	90	0	100	504.990
			F	4	2	90	0	150	31.500
19 573	2021 20UO	Ciência, Tecnologia e Inovação no Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST							135.000
19 573	2021 20UO 0001	Ciência, Tecnologia e Inovação no Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST - Nacional							135.000
			F	4	2	90	0	100	135.000
19 571	2021 20US	Fomento à Pesquisa Voltada para a Geração de Conhecimento, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores							665.750
19 571	2021 20US 0001	Fomento à Pesquisa Voltada para a Geração de Conhecimento, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores - Nacional							665.750
			F	4	2	90	0	100	665.750
19 572	2021 20UT	Estímulo a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias da Informação e da Comunicação							350.000
19 572	2021 20UT 0001	Estímulo a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias da Informação e da Comunicação - Nacional							350.000
			F	3	2	90	0	100	350.000
19 572	2021 20V6	Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo							2.089.650
19 572	2021 20V6 0001	Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo - Nacional							2.089.650
			F	4	2	90	0	100	2.089.650
19 571	2021 4125	Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Ciências Sociais e Naturais no Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG							225.000
19 571	2021 4125 0010	Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Ciências Sociais e Naturais no Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG - Na Região Norte							225.000
			F	4	2	90	0	100	201.000
			F	4	2	90	0	150	24.000
19 573	2021 4132	Pesquisa e Desenvolvimento no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT							49.459
19 573	2021 4132 0001	Pesquisa e Desenvolvimento no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT - Nacional							49.459
			F	3	2	90	0	100	49.459
19 571	2021 4139	Pesquisa e Desenvolvimento no Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC							114.500
19 571	2021 4139 0001	Pesquisa e Desenvolvimento no Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC - Nacional							114.500
			F	4	2	90	0	100	114.500
	2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação							7.864.461
		Atividades							
19 122	2106 2000	Administração da Unidade							7.864.461
19 122	2106 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							7.864.461
			F	4	2	90	0	100	7.864.461
TOTAL - FISCAL									12.510.361
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12.510.361

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24204 - Comissão Nacional de Energia Nuclear
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2059	Política Nuclear							2.632.721
		Atividades							
19 572	2059 20UX	Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Nuclear							497.721
19 572	2059 20UX 0001	Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Nuclear - Nacional							497.721
			F	4	2	90	0	100	497.721
19 125	2059 20UY	Radioproteção, Dosimetria e Metrologia das Radiações Ionizantes							90.000
19 125	2059 20UY 0001	Radioproteção, Dosimetria e Metrologia das Radiações Ionizantes - Nacional							90.000
			F	4	2	90	0	250	90.000
19 662	2059 2478	Fornecimento de Radioisótopos e Radiofármacos no País							2.045.000
19 662	2059 2478 0001	Fornecimento de Radioisótopos e Radiofármacos no País - Nacional							2.045.000
			F	4	2	90	0	250	2.045.000
	2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação							70.200
		Atividades							
19 122	2106 2000	Administração da Unidade							70.200
19 122	2106 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							70.200
			F	4	2	90	0	100	70.200
TOTAL - FISCAL									2.702.921
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.702.921

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24205 - Agência Espacial Brasileira
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2056	Política Espacial							11.900.000
		Atividades							
19 572	2056 20VC	Desenvolvimento e Lançamento de Satélites							3.720.000
19 572	2056 20VC 0001	Desenvolvimento e Lançamento de Satélites - Nacional							3.720.000
			F	4	2	90	0	100	3.720.000
		Projetos							
19 572	2056 154L	Implementação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia no Âmbito do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC)							8.180.000
19 572	2056 154L 0001	Implementação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia no Âmbito do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) - Nacional							8.180.000
			F	4	2	90	0	100	8.180.000
TOTAL - FISCAL									11.900.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.900.000

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24206 - Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2059	Política Nuclear							19.000.000
		Atividades							
19 662	2059 2482	Fabricação do Combustível Nuclear							19.000.000
19 662	2059 2482 0001	Fabricação do Combustível Nuclear - Nacional							19.000.000
			F	4	2	90	0	250	19.000.000
	2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação							1.400.000
		Atividades							
19 122	2106 2000	Administração da Unidade							1.400.000
19 122	2106 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							1.400.000
			F	4	2	90	0	250	1.400.000
TOTAL - FISCAL									20.400.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.400.000

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24901 - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2021	Ciência, Tecnologia e Inovação							95.000.000
		Atividades							
19 571	2021 20I4	Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas							94.000.000
19 571	2021 20I4 0001	Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas - Nacional							94.000.000
			F	3	2	90	0	100	94.000.000
19 571	2021 4947	Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia							1.000.000
19 571	2021 4947 0001	Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia - Nacional							1.000.000
			F	3	2	50	0	180	1.000.000
TOTAL - FISCAL									95.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									95.000.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2070	Segurança Pública com Cidadania							91.672.584
		Atividades							
06 181	2070 20UD	Prevenção à Violência e à Criminalidade							4.417.142
06 181	2070 20UD 0001	Prevenção à Violência e à Criminalidade - Nacional							4.417.142
			F	3	2	90	0	100	4.299.036
			F	4	2	90	0	100	118.106
06 181	2070 8855	Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública							81.511.734
06 181	2070 8855 0001	Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública - Nacional							81.511.734
			F	3	2	90	0	100	11.144.152
			F	4	2	30	0	100	41.367.582
			F	4	2	40	0	100	16.000.000
			F	4	2	90	0	100	13.000.000
06 181	2070 8858	Valorização de Profissionais e Operadores de Segurança Pública							5.743.708
06 181	2070 8858 0001	Valorização de Profissionais e Operadores de Segurança Pública - Nacional							5.743.708
			F	3	2	30	0	100	562.936
			F	3	2	90	0	100	4.680.772
			F	4	2	30	0	100	500.000
	2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça							4.030.000
		Atividades							
06 122	2112 2000	Administração da Unidade							4.030.000
06 122	2112 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							4.030.000
			F	3	2	90	0	100	4.030.000
TOTAL - FISCAL									95.702.584
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									95.702.584

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30103 - Arquivo Nacional

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2020	Cidadania e Justiça							3.380.000
		Atividades							
04 391	2020 2810	Preservação do Patrimônio Arquivístico Nacional							3.380.000
04 391	2020 2810 0001	Preservação do Patrimônio Arquivístico Nacional - Nacional							3.380.000
			F	3	2	90	0	100	3.380.000
TOTAL - FISCAL									3.380.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.380.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2070	Segurança Pública com Cidadania							17.123.559
		Atividades							
06 181	2070 20IC	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON							4.361.291
06 181	2070 20IC 0001	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON - Nacional							4.361.291
			F	3	2	90	0	174	4.361.291
06 181	2070 2723	Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais							12.762.268
06 181	2070 2723 0001	Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais - Nacional							12.762.268
			F	3	2	90	0	174	12.762.268
	2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça							418.907
		Atividades							
06 122	2112 2000	Administração da Unidade							418.907
06 122	2112 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							418.907
			F	4	2	90	0	100	418.907
TOTAL - FISCAL									17.542.466
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									17.542.466

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2070	Segurança Pública com Cidadania							45.055.250
		Atividades							
06 183	2070 20V2	Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CINTEPOL							3.000.000
06 183	2070 20V2 0001	Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CINTEPOL - Nacional							3.000.000
			F	4	2	90	0	174	3.000.000
06 181	2070 2726	Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União							12.500.000
06 181	2070 2726 0001	Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União - Nacional							12.500.000
			F	3	2	90	0	174	5.000.000
			F	3	2	90	0	374	7.500.000
		Projetos							
06 181	2070 154Z	Construção da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Pará - Plano Estratégico de Fronteiras							2.100.000
06 181	2070 154Z 0269	Construção da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Pará - Plano Estratégico de Fronteiras - No Município de Belém - PA							2.100.000
			F	4	2	90	0	174	2.100.000
06 181	2070 155A	Construção da Delegacia de Tabatinga no Estado do Amazonas - Plano Estratégico de Fronteiras							600.000
06 181	2070 155A 0229	Construção da Delegacia de Tabatinga no Estado do Amazonas - Plano Estratégico de Fronteiras - No Município de Tabatinga - AM							600.000
			F	4	2	90	0	174	600.000
06 181	2070 155B	Construção da Delegacia de Santarém no Estado do Pará - Plano Estratégico de Fronteiras							1.350.000
06 181	2070 155B 0363	Construção da Delegacia de Santarém no Estado do Pará - Plano Estratégico de Fronteiras - No Município de Santarém - PA							1.350.000
			F	4	2	90	0	174	1.350.000
06 181	2070 155H	Construção da Delegacia de Juiz de Fora							2.126.250
06 181	2070 155H 2762	Construção da Delegacia de Juiz de Fora - No Município de Juiz de Fora - MG							2.126.250
			F	4	2	90	0	174	2.126.250
06 181	2070 155I	Construção de Unidades do Departamento de Polícia Federal							12.045.000
06 181	2070 155I 0001	Construção de Unidades do Departamento de Polícia Federal - Nacional							12.045.000
			F	4	2	90	0	174	12.045.000
06 181	2070 155J	Ampliação, Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal							11.334.000
06 181	2070 155J 0001	Ampliação, Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal - Nacional							11.334.000
			F	4	2	90	0	174	11.334.000
	2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça							1.134.999
		Atividades							
06 122	2112 2000	Administração da Unidade							1.134.999
06 122	2112 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							1.134.999
			F	3	2	90	0	100	1.134.999
TOTAL - FISCAL									46.190.249
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									46.190.249

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30202 - Fundação Nacional do Índio - FUNAI
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2065	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas							2.470.000
		Atividades							
14 125	2065 20UF	Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato							1.170.000
14 125	2065 20UF 0001	Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato - Nacional							1.170.000
			F	3	2	90	0	100	1.170.000
14 423	2065 2384	Promoção do Desenvolvimento Sustentável dos Povos Indígenas							1.300.000
14 423	2065 2384 0001	Promoção do Desenvolvimento Sustentável dos Povos Indígenas - Nacional							1.300.000
			F	3	2	90	0	100	1.300.000
TOTAL - FISCAL									2.470.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.470.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30907 - Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2070	Segurança Pública com Cidadania							2.700.000
		Atividades							
14 421	2070 20UG	Reintegração Social, Alternativas Penais e Controle Social							700.000
14 421	2070 20UG 0001	Reintegração Social, Alternativas Penais e Controle Social - Nacional							700.000
			F	4	2	30	0	118	300.000
			F	4	2	90	0	118	400.000
14 421	2070 20UH	Gestão do Sistema Criminal e Penitenciário							2.000.000
14 421	2070 20UH 0001	Gestão do Sistema Criminal e Penitenciário - Nacional							2.000.000
			F	3	2	90	0	180	2.000.000
TOTAL - FISCAL									2.700.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.700.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2070	Segurança Pública com Cidadania							57.500.259
		Atividades							
06 181	2070 20IC	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON							23.006.196
06 181	2070 20IC 0001	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON - Nacional							23.006.196
			F	3	2	30	0	100	23.006.196
06 181	2070 20ID	Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública							23.212.328
06 181	2070 20ID 0001	Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública - Nacional							23.212.328
			F	3	2	90	0	100	23.212.328
06 128	2070 2320	Manutenção do Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional							6.241.364
06 128	2070 2320 0001	Manutenção do Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional - Nacional							6.241.364
			F	3	2	90	0	100	5.532.740
			F	4	2	40	0	100	708.624
06 181	2070 8124	Manutenção do Sistema Integrado de Prevenção da Violência e Criminalidade							5.040.371
06 181	2070 8124 0001	Manutenção do Sistema Integrado de Prevenção da Violência e Criminalidade - Nacional							4.690.371
			F	3	2	40	0	100	2.952.659
			F	4	2	40	0	100	1.737.712
06 181	2070 8124 1262	Manutenção do Sistema Integrado de Prevenção da Violência e Criminalidade - No Município de Natal - RN							350.000
			F	3	2	40	0	100	350.000
TOTAL - FISCAL									57.500.259
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									57.500.259

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2057	Política Externa							45.550.000
		Atividades							
05 212	2057 20X1	Participação Brasileira em Missões de Paz							45.550.000
05 212	2057 20X1 0001	Participação Brasileira em Missões de Paz - Nacional							45.550.000
			F	3	2	90	0	100	45.550.000
	2058	Política Nacional de Defesa							27.381.511
		Atividades							
05 153	2058 20X3	Mobilização e Logística para a Defesa Nacional							16.000
05 153	2058 20X3 0001	Mobilização e Logística para a Defesa Nacional - Nacional							16.000
			F	3	2	90	0	100	16.000
05 542	2058 20X4	Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM							20.607.083
05 542	2058 20X4 0001	Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM - Nacional							20.607.083
			F	3	2	90	0	100	932.313
			F	4	2	90	0	100	2.863.204
			F	4	2	90	0	181	16.811.566
		Projetos							
05 153	2058 14SY	Apoio à Realização de Grandes Eventos							6.758.428
05 153	2058 14SY 0001	Apoio à Realização de Grandes Eventos - Nacional							6.758.428
			F	4	2	90	0	100	6.758.428
TOTAL - FISCAL									72.931.511
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									72.931.511

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015111800072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52121 - Comando do Exército
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2058	Política Nacional de Defesa							19.600.000
		Projetos							
05 153	2058 156M	Modernização Operacional do Exército Brasileiro							19.600.000
05 153	2058 156M 0001	Modernização Operacional do Exército Brasileiro - Nacional							19.600.000
			F	4	2	90	0	100	19.600.000
TOTAL - FISCAL									19.600.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									19.600.000

ÓRGÃO: 61000 - Secretaria de Assuntos Estratégicos
UNIDADE: 61201 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública							1.100.000
		Operações Especiais							
04 571	2038 00M6	Concessão de Bolsas para Pesquisa Econômica							1.100.000
04 571	2038 00M6 0001	Concessão de Bolsas para Pesquisa Econômica - Nacional							1.100.000
			F	3	2	90	0	100	1.100.000
TOTAL - FISCAL									1.100.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.100.000

ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil
UNIDADE: 62201 - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							300.000
		Atividades							
26 122	2101 2000	Administração da Unidade							300.000
26 122	2101 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							300.000
			F	4	2	90	0	280	300.000
TOTAL - FISCAL									300.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									300.000

ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil
UNIDADE: 62901 - Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2017	Aviação Civil							3.800.000
		Atividades							
26 128	2017 20SW	Formação e Capacitação de Profissionais da Aviação Civil							3.800.000
26 128	2017 20SW 0001	Formação e Capacitação de Profissionais da Aviação Civil - Nacional							3.800.000
			F	4	2	90	0	186	3.800.000
TOTAL - FISCAL									3.800.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.800.000

ÓRGÃO: 64000 - Secretaria de Direitos Humanos
UNIDADE: 64101 - Secretaria de Direitos Humanos
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2063	Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência							650.000
		Atividades							
14 242	2063 210N	Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência							650.000
14 242	2063 210N 0001	Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Nacional							650.000
			S	3	2	90	0	100	650.000
	2064	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos							2.500.000
		Atividades							
14 422	2064 4906	Disque Direitos Humanos							2.500.000
14 422	2064 4906 0001	Disque Direitos Humanos - Nacional							2.500.000
			F	3	2	90	0	100	2.500.000
	2102	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Direitos Humanos							1.000.000
		Atividades							
14 122	2102 2000	Administração da Unidade							1.000.000
14 122	2102 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							1.000.000
			F	4	2	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									3.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									650.000
TOTAL - GERAL									4.150.000

ÓRGÃO: 65000 - Secretaria de Políticas para as Mulheres
UNIDADE: 65101 - Secretaria de Políticas para as Mulheres
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2016	Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência							10.611.292
		Atividades							
14 422	2016 210A	Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres							1.400.000
14 422	2016 210A 0001	Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres - Nacional							1.400.000
			F	4	2	30	0	100	400.000
			F	4	2	40	0	100	400.000
			F	4	2	50	0	100	100.000
			F	4	2	90	0	100	500.000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

14 422	2016 210B	Atendimento às Mulheres em Situação de Violência							5.811.292
14 422	2016 210B 0001	Atendimento às Mulheres em Situação de Violência - Nacional							5.411.292
			F	4	2	30	0	100	3.041.321
			F	4	2	40	0	100	986.186
			F	4	2	50	0	100	657.785
			F	4	2	90	0	100	726.000
14 422	2016 210B 0035	Atendimento às Mulheres em Situação de Violência - No Estado de São Paulo							200.000
			F	4	6	40	0	100	200.000
14 422	2016 210B 5218	Atendimento às Mulheres em Situação de Violência - No Município de Campo Grande - MS							200.000
			F	3	6	40	0	100	200.000
14 131	2016 4641	Publicidade de Utilidade Pública							2.000.000
14 131	2016 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							2.000.000
			F	3	2	90	0	100	2.000.000
14 422	2016 8843	Incentivo a Políticas de Autonomia das Mulheres							1.400.000
14 422	2016 8843 0001	Incentivo a Políticas de Autonomia das Mulheres - Nacional							1.400.000
			F	4	2	30	0	100	600.000
			F	4	2	40	0	100	800.000
TOTAL - FISCAL									10.611.292
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.611.292

ÓRGÃO: 67000 - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
UNIDADE: 67101 - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2034	Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial							665.846
		Atividades							
14 422	2034 213Q	Fortalecimento Institucional dos Órgãos Estaduais e Municipais para o Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial							665.846
14 422	2034 213Q 0001	Fortalecimento Institucional dos Órgãos Estaduais e Municipais para o Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial - Nacional							665.846
			F	4	2	40	0	100	665.846
	2103	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial							2.807.000
		Atividades							
14 122	2103 2000	Administração da Unidade							2.807.000
14 122	2103 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							2.807.000
			F	4	2	90	0	100	2.807.000
TOTAL - FISCAL									3.472.846
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.472.846

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos
UNIDADE: 68101 - Secretaria de Portos
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							900.000
		Atividades							
26 131	2101 4641	Publicidade de Utilidade Pública							900.000
26 131	2101 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							900.000
			F	3	2	90	0	100	900.000
TOTAL - FISCAL									900.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									900.000

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos
UNIDADE: 68201 - Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							2.250.000
		Atividades							
26 122	2101 2000	Administração da Unidade							900.000
26 122	2101 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							900.000
			F	4	2	90	0	100	900.000
26 121	2101 20UC	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes							1.350.000
26 121	2101 20UC 0001	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes - Nacional							1.350.000
			F	3	2	90	0	100	1.350.000
TOTAL - FISCAL									2.250.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.250.000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

PORTARIA Nº 25, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2015

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NA BAHIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V, do art. 2º, da Portaria n° 200, de 29 de junho de 2010, publicada no DOU, de 30 de junho de 2010, Seção 2, página 75, e tendo em vista o disposto no parágrafo 3º, artigo 79 do Decreto-Lei 9.760, de 5 de setembro de 1946, e o disposto no art. 11, §3º, do Decreto-Lei nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001 e os elementos que integram o Processo nº 04941.005902/2014-77, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão de uso, sob a forma de utilização gratuita, ao Município de Brumado, Bahia, do imóvel localizado na Estrada Brumado - Livramento, Km 01, Brumado, Bahia, medindo 96.815,964m². A área em questão faz parte de uma área maior denominada Fazenda Santa Inês, com área total de 3.668.490,06m², registrada no Cartório de Imóveis da Comarca de Ituaçu, sob Registro nº 1.558, no Livro 3-C, Folhas 92, em 25 de julho de 1922.

Art. 2º O imóvel a que se refere o artigo anterior se destina a implantação do Parque da Cidade.

Art. 3º O prazo da cessão será de 10 (dez) anos a contar da assinatura do respectivo instrumento contratual, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, a critério da Secretaria do Patrimônio da União.

Art. 4º Fica o cessionário obrigado a promover a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, em observância à Lei nº 10.048, de 8/11/2000 e à Lei nº 10.098, 19/12/2000, regulamentadas pelo Decreto nº 5.296, de 2/12/2004, que estabelece normas gerais, critérios básicos e inclui como referência a Norma 9.050/2004 da ABNT, bem como atendimento ao Plano de Prevenção e Combate a Incêndios do estado da Bahia.

Art. 5º Responderá o cessionário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que se trata esta Portaria.

Art. 6º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 7º A cessão tornar-se-á nula, independente de ato especial, sem direito o cessionário a qualquer indenização, inclusive por obras realizadas, se, ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, se inobservados os prazos nela fixados, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDIA MEIRE CUNHA DE SALLES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015111800074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Trabalho e Previdência Social

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N° 100, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O SUBSECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, considerando a autorização contida no art. 5° da Portaria/GM n° 291, de 02 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União - DOU n° 125, de 03 de julho de 2015, Seção 1, página 48, retificada no DOU n° 128, de 08 de julho de 2015, Seção 1, página 46, tendo em vista o disposto na Lei n° 8.745, de 09 de dezembro de 1993, regulamentada pelo Decreto n° 4.748, de 16 de junho de 2003, e suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1° Convocar os candidatos relacionados no Anexo, aprovados no Processo Seletivo n° 01, referente ao Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social -PROPREV - Segunda Fase, de que versa o Edital n° 01, de 21 de dezembro de 2014, publicado no DOU n° 247, de 22 de dezembro de 2014, Seção 3, página 138, para realização da perícia médica e apresentação da documentação necessária à formalização da contratação.

Art. 2° Os candidatos receberão comunicado com informações acerca da documentação a ser apresentada, bem como dos exames necessários à prévia inspeção médica oficial, conforme estabelecido no art. 14 da Lei nº 8.112/1990.

Art. 3° Os candidatos deverão comparecer à Coordenação-Geral de Recursos Humanos, localizada no Ministério do Trabalho e Previdência Social, Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo A, sala 351, Brasília/DF, para a entrega da documentação, impreterivelmente até o dia 02 de dezembro de 2015. A apresentação dos documentos poderá ser efetuada por procuração registrada em cartório.

Art. 4° A assinatura do contrato de trabalho por tempo determinado dependerá do cumprimento das exigências relacionadas no art. 3° desta Portaria e será realizada no dia 07 de dezembro de 2015.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GERALDO FRANÇA DINIZ

ANEXO

Cargo	Nome do Candidato	Perícia Médica Data/Horário
Profissional de Nível Superior III / Tecnologia da Informação	- ANDRE PEREIRA DA SILVA DE CARVALHO	02/12/15 - 9h00
Profissional de Nível Superior IV / Análise de Legislação Previdenciária	- ALEX SANDER FERREIRA EUSEBIO	

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 507, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Altera o Anexo da Resolução nº 295/PRES/INSS, de 8 de maio de 2013.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999;
Decreto Legislativo nº 152, de 17 de julho de 2015; e
Portaria MPS nº 555, de 29 de dezembro de 2010.

A PRESIDENTA DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 26 do Anexo I do Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011, e considerando:

a) os acordos internacionais vigentes em matéria de Previdência Social;

b) o art. 85-A da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e o art. 382 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, que estabelecem que os tratados, convenções e outros acordos internacionais em que o Estado Estrangeiro ou Organismo Internacional e o Brasil sejam partes e que versem sobre matéria previdenciária, serão interpretados como lei especial;

c) a delegação de competência para o Presidente do INSS, constante da Portaria MPS nº 555, de 29 de dezembro de 2010;

d) a necessidade de atribuir a execução dos procedimentos relativos a cada Acordo Internacional a um único Organismo de Ligação, facilitando o intercâmbio de informação entre os países signatários;

e) a celebração de novos acordos internacionais visando proporcionar cobertura previdenciária aos imigrantes; e

f) a necessidade de redefinir as unidades encarregadas de desenvolver as atividades pertinentes, denominadas por Organismos de Ligação, resolve:

Art. 1º Fica alterado o Anexo da Resolução nº 295/PRES/INSS, de 8 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 88, de 9 de maio de 2013, acrescentando-se na relação dos Organismos de Ligação Brasileiros o Acordo firmado com a Coreia, o qual será operacionalizado pela Agência da Previdência Social Atendimento Acordos Internacionais Curitiba.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ELISETE BERCHIOL DA SILVA IWAI

ANEXO

RESOLUÇÃO Nº 295/PRES/INSS, DE 8 DE MAIO DE 2013
RELAÇÃO DOS ORGANISMOS DE LIGAÇÃO BRASILEIROS

PAÍS (ES)	ACORDOS	GERÊNCIA-EXECUTIVA	Agência da Previdência Social Acordos Internacionais - APSAI (ORGANISMO DE LIGAÇÃO)		
			CÓDIGO	NOME	
Portugal Cabo Verde Japão	Bilateral/Iberoamericano Bilateral Bilateral	São Paulo-Sul	21.004.12.0	APS Atendimento Acordos Internacionais São Paulo	APSAISP
Espanha França	Bilateral/Iberoamericano Bilateral	Rio de Janeiro - Centro	17.001.22.0	APS Atendimento Acordos Internacionais Rio de Janeiro	APSAIRJ
Itália	Bilateral	Belo Horizonte	11.001.14.0	APS Atendimento Acordos Internacionais Belo Horizonte	APSAIBH
Argentina, Paraguai e Uruguai (Mercosul) Alemanha	Multilateral MERCOSUL/ Iberoamericano Bilateral	Florianópolis	20.001.13.0	APS Atendimento Acordos Internacionais Florianópolis	APSAIFL
Coreia Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador	Bilateral	Curitiba	14.001.03.0	APS Atendimento Acordos Internacionais Curitiba	APSAICT
, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana,	Multilateral Iberoamericano				
Venezuela e Andorra					
Chile	Bilateral/Iberoamericano	Recife	15.001.12.0	APS Atendimento Acordos Internacionais Recife	APSAIRE
Bélgica, Canadá,	Bilateral	Brasília	23.001.14.0	APS Atendimento	APSAIBR
				Acordos Internacionais	
Grécia e				Brasília	
Luxemburgo					

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DA COORDENADORA
Em 17 de novembro de 2015

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu: negar provimento e efeito suspensivo ao recurso mantendo a interdição.

PROCESSO	INTERDIÇÃO	EMPRESA	UF
46212.015506/2015-13	35399/15/0210-01	Mexbras Ind e Comércio de Artefatos Plásticos Ltda	PR

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntário:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
01	46201.002320/2012-81	017310491	Limpel Limpeza Urbana Ltda	AL
02	46202.008695/2013-25	200581821	API SPE22 Plan.e Desenv. de Empreendimento	AM
03	46202.008697/2013-14	200581848	API SPE22 Plan.e Desenv. de Empreendimento	AM
04	46202.008702/2013-99	200581961	API SPE22 Plan.e Desenv. de Empreendimento	AM
05	46202.008703/2013-33	200582011	API SPE22 Plan.e Desenv. de Empreendimento	AM
06	46202.008716/2013-11	200581911	API SPE22 Plan.e Desenv. de Empreendimento	AM
07	46202.008698/2013-69	200581805	API SPE22 Planejamento e Desenv. de Empreendimentos	AM

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

08	46202.008713/2013-79	200581775	API SPE22 Planejamento e Desenv. de Empreendimentos	AM
09	46202.014159/2012-88	020617909	Auto Aviação Vitoria Regia Ltda	AM
10	46202.014160/2012-11	020617895	Auto Aviação Vitoria Regia Ltda	AM
11	46202.022035/2012-76	021248621	Brasalpla Amazônia Ind. de Embalagens Ltda	AM
12	46202.022036/2012-11	021248648	Brasalpla Amazônia Ind. de Embalagens Ltda	AM
13	46202.010295/2012-07	017896223	Checkup Hospital Ltda	AM
14	46202.004187/2013-78	200265946	Claudio Calheiros Monteiro - ME	AM
15	46202.004191/2013-36	200265954	Claudio Calheiros Monteiro - ME	AM
16	46202.004192/2013-81	200265962	Claudio Calheiros Monteiro - ME	AM
17	46202.004195/2013-14	200266071	Claudio Calheiros Monteiro - ME	AM
18	46202.001012/2013-17	200090305	Construtora Almeida Ltda	AM
19	46202.001013/2013-53	200090313	Construtora Almeida Ltda	AM
20	46202.001014/2013-06	200090224	Construtora Almeida Ltda	AM
21	46202.008501/2013-91	200574876	Construtora Almeida Ltda	AM
22	46202.008502/2013-36	200563840	Construtora Almeida Ltda	AM
23	46202.008503/2013-81	200564242	Construtora Almeida Ltda	AM
24	46202.008504/2013-25	200564251	Construtora Almeida Ltda	AM
25	46202.008506/2013-14	200564013	Construtora Almeida Ltda	AM
26	46202.008507/2013-69	200564315	Construtora Almeida Ltda	AM
27	46202.008508/2013-11	200564285	Construtora Almeida Ltda	AM
28	46202.008509/2013-58	200564293	Construtora Almeida Ltda	AM
29	46202.008510/2013-82	200564307	Construtora Almeida Ltda	AM
30	46202.008511/2013-27	200564331	Construtora Almeida Ltda	AM
31	46202.008512/2013-71	200564340	Construtora Almeida Ltda	AM
32	46202.008513/2013-16	200564358	Construtora Almeida Ltda	AM
33	46202.008514/2013-61	200563823	Construtora Almeida Ltda	AM
34	46202.008515/2013-13	200564374	Construtora Almeida Ltda	AM
35	46202.008516/2013-50	200564366	Construtora Almeida Ltda	AM
36	46202.008533/2013-97	200563921	Construtora Almeida Ltda	AM
37	46202.008534/2013-31	200563939	Construtora Almeida Ltda	AM
38	46202.008535/2013-86	200563947	Construtora Almeida Ltda	AM
39	46202.008536/2013-21	200563971	Construtora Almeida Ltda	AM
40	46202.008540/2013-99	200563980	Construtora Almeida Ltda	AM
41	46202.008589/2013-41	200563998	Construtora Almeida Ltda	AM
42	46202.008590/2013-76	200564005	Construtora Almeida Ltda	AM
43	46202.008591/2013-11	200564021	Construtora Almeida Ltda	AM
44	46202.008592/2013-65	200564030	Construtora Almeida Ltda	AM
45	46202.008593/2013-18	200564048	Construtora Almeida Ltda	AM
46	46202.008594/2013-54	200564064	Construtora Almeida Ltda	AM
47	46202.008595/2013-07	200564072	Construtora Almeida Ltda	AM
48	46202.008596/2013-43	200564099	Construtora Almeida Ltda	AM
49	46202.008597/2013-98	200564102	Construtora Almeida Ltda	AM
50	46202.008598/2013-32	200564463	Construtora Almeida Ltda	AM
51	46202.008599/2013-87	200564471	Construtora Almeida Ltda	AM
52	46202.008775/2013-81	200564234	Construtora Almeida Ltda	AM
53	46202.008776/2013-25	200564200	Construtora Almeida Ltda	AM
54	46202.008777/2013-70	200564161	Construtora Almeida Ltda	AM
55	46202.022765/2012-77	021261636	Corprint da Amazônia Gráfica e Ed. Ltda	AM
56	46202.022767/2012-66	021261547	Corprint da Amazônia Gráfica e Ed. Ltda	AM
57	46202.022768/2012-19	021258732	Corprint da Amazônia Gráfica e Ed. Ltda	AM
58	46202.022769/2012-55	021261628	Corprint da Amazônia Gráfica e Ed. Ltda	AM
59	46202.022770/2012-80	021261601	Corprint da Amazônia Gráfica e Ed. Ltda	AM
60	46202.016602/2012-55	017895049	Eletrolux da Amazônia Ltda	AM
61	46202.025417/2013-32	201244519	M S DA S Moraes & Cia Ltda EPP	AM
62	46202.025418/20 3-87	201244527	M S DA S Moraes & Cia Ltda EPP	AM
63	46202.025419/2013-21	201244535	M S DA S Moraes & Cia Ltda EPP	AM
64	46202.016635/2012-03	017895073	Panasonic do Brasil Ltda	AM
65	46202.003723/2013-18	021278938	São Raimundo Emp. Imobiliários Ltda	AM
66	46202.003724/2013-62	021278946	São Raimundo Emp. Imobiliários Ltda	AM
67	46202.003734/2013-06	021278776	São Raimundo Emp. Imobiliários Ltda	AM
68	46202.003735/2013-42	021278768	São Raimundo Emp. Imobiliários Ltda	AM
69	46202.003747/2013-77	021278903	São Raimundo Emp. Imobiliários Ltda	AM
70	46202.003748/2013-11	021278814	São Raimundo Emp. Imobiliários Ltda	AM
71	46202.009659/2012-06	017887801	Sierra do Brasil Ltda	AM
72	46202.009660/2012-22	017887810	Sierra do Brasil Ltda	AM
73	46202.016461/2012-71	021240140	Tecnosonda S/A	AM
74	46202.016462/2012-15	021240138	Tecnosonda S/A	AM
75	46202.016463/2012-60	021240124	Tecnosonda S/A	AM
76	46202.017270/2012-37	017895111	Weg Amazônia S/A	AM
77	46202.017278/2012-92	017895120	Weg Amazônia S/A	AM
78	46203.002797/2011-65	017388198	Comercial Norte Ltda	AP
79	46203.004102/2012-61	025100041	L.M.S Vigilância e Seg. Privada Ltda	AP
80	46203.004106/2012-49	25100092	L.M.S Vigilância e Seg. Privada Ltda	AP
81	47904.010658/2012-51	024845078	Construtora Link Ltda	BA
82	47904.010659/2012-04	024845060	Construtora Link Ltda	BA
83	47904.016656/2012-76	025476459	Construtora Link Ltda	BA
84	47904.016657/2012-11	025476060	Construtora Link Ltda	BA
85	47904.016658/2012-65	025476475	Construtora Link Ltda	BA
86	47904.016659/2012-18	025476041	Construtora Link Ltda	BA
87	47904.016660/2012-34	025476033	Construtora Link Ltda	BA
88	47904.016661/2012-89	025476483	Construtora Link Ltda	BA
89	47904.016662/2012-23	025476505	Construtora Link Ltda	BA
90	47904.016663/2012-78	025476491	Construtora Link Ltda	BA
91	47904.016664/2012-12	025476025	Construtora Link Ltda	BA
92	47904.016665/2012-67	025476017	Construtora Link Ltda	BA
93	47904.016666/2012-10	025476076	Construtora Link Ltda	BA
94	47904.016667/2012-56	025476068	Construtora Link Ltda	BA
95	47904.016668/2012-09	025468162	Construtora Link Ltda	BA
96	47904.016669/2012-45	025468154	Construtora Link Ltda	BA
97	47904.016670/2012-70	025468146	Construtora Link Ltda	BA
98	47904.016671/2012-14	025468138	Construtora Link Ltda	BA
99	47904.016672/2012-69	025468120	Construtora Link Ltda	BA
100	47904.016673/2012-11	025468111	Construtora Link Ltda	BA
101	47904.016674/2012-58	025468103	Construtora Link Ltda	BA
102	47904.016675/2012-01	025468090	Construtora Link Ltda	BA
103	47904.008172/2012-53	024442038	Super Oferta Supermercados Ltda EPP	BA
104	47904.008173/2012-06	024442046	Super Oferta Supermercados Ltda EPP	BA
105	47904.008178/2012-21	024442054	Super Oferta Supermercados Ltda EPP	BA
106	47904.008181/2012-44	024442062	Super Oferta Supermercados Ltda EPP	BA
107	47904.008625/2012-41	024443107	Super Oferta Supermercados Ltda EPP	BA
108	47904.008626/2012-96	024443115	Super Oferta Supermercados Ltda EPP	BA
109	47904.008627/2012-31	024443123	Super Oferta Supermercados Ltda EPP	BA
110	47904.008628/2012-85	024443255	Super Oferta Supermercados Ltda EPP	BA
111	47904.013475/2012-98	024797731	WN Empreend. Imobiliários Ltda	BA
112	47904.013476/2012-32	024797740	WN Empreend. Imobiliários Ltda	BA
113	47904.013481/2012-45	024793469	WN Empreend. Imobiliários Ltda	BA
114	47904.013483/2012-34	024793477	WN Empreend. Imobiliários Ltda	BA
115	47904.013484/2012-89	024793485	WN Empreend. Imobiliários Ltda	BA
116	47904.013485/2012-23	024793493	WN Empreend. Imobiliários Ltda	BA
117	47904.013489/2012-10	024793752	WN Empreend. Imobiliários Ltda	BA
118	47904.014302/2012-97	024811378	WN Empreend. Imobiliários Ltda	BA
119	46017.002971/2014-10	205259286	Ind. de Cerâmica do Arraial Ltda	CE
120	46205.001969/2013-25	025047671	TS comércio Farmaceutico Ltda	CE
121	46205.001970/2013-50	025047698	TS comércio Farmaceutico Ltda	CE
122	46205.005123/2013-64	025047850	TS comércio Farmaceutico Ltda	CE
123	46205.005124/2013-17	025047841	TS comércio Farmaceutico Ltda	CE
124	46205.005125/2013-53	025047817	TS comércio Farmaceutico Ltda	CE
125	46205.005126/2013-06	025047825	TS comércio Farmaceutico Ltda	CE
,126	46205.005127/2013-42	025047809	TS comércio Farmaceutico Ltda	CE
127	46205.005128/2013-97	025047833	TS comércio Farmaceutico Ltda	CE
128	46206.017298/2012-23	024260991	Coral Empresa de Segurança Ltda	DF
129	46206.012680/2013-21	201251949	Igreja Evangélica Assembleia de Deus	DF
130	46206.018470/2012-66	025122312	M Z F Aguiar Supermercado	DF
131	46290000430/2012-56	020440820	Alisul Alimentos S/A	GO
132	46290.000796/2012-25	020441169	Copocentro Ind. de Plásticos Ltda	GO
133	46290.000797/2012-70	020441177	Copocentro Ind. de Plásticos Ltda	GO
134	46208.006083/2012-67	020467974	Energética Serranopolis Ltda	GO
135	46223.005221/2012-01	005362431	Cobraço Serviços e Montagens ltda.	MA
136	46223.005260/2012-08	005367794	EP Engenharia com e Rep Ltda	MA
137	46223.005261/2012-44	020151365	EP Engenharia com e Rep Ltda	MA
138	46311.001678/2012-49	02516900	JBS S/A	MA
139	46311.001679/2012-93	025162896	JBS S/A	MA
140	46311.001680/2012-18	025162845	JBS S/A	MA
141	46311.001681/2012-62	025162853	JBS S/A	MA
142	46311.001682/2012-15	026162861	JBS S/A	MA
143	46311.001683/2012-51	025162870	JBS S/A	MA
144	46311.001684/2012-04	025162888	JBS S/A	MA
145	46311.001685/2012-41	025162918	JBS S/A	MA
146	46311.001686/2012-95	025162926	JBS S/A	MA
147	46311.001687/2012-30	025162837	JBS S/A	MA
148	46311.001688/2012-84	025162829	JBS S/A	MA
149	46223.008635/2011-01	020163290	Marka Engenharia Ltda	MA
150	46223.005031/2012-85	02017423	Memphis Pousada Ltda	MA
151	46223.005032/2012-20	020167431	Memphis Pousada Ltda	MA
152	46241.000286/2013-14	200335090	Confecções Barbosa Ltda	MG
153	46241.000287/2013-69	200335111	Confecções Barbosa Ltda	MG
154	46241.000290/2013-82	200335154	Confecções Barbosa Ltda	MG
155	46239.000258/2012-65	022270507	Irmandade de Misericórdia de Guaxupe	MG
156	46239.000268/2012-09	022274049	Irmandade de Misericórdia de Guaxupe	MG
157	46239.000269/2012-45	022274057	Irmandade de Misericórdia de Guaxupe	MG
158	46239.000351/2012-70	022274090	Irmandade de Misericórdia de Guaxupe	MG
160	46239000350201225	022274081	Irmandade de Misericórdia de Guaxupe	MG
161	46504.000308/2014-99	200227581	Mepel Mec Pesada Lafaiete A/C Francisco R Pereira	MG
162	46239.001219/2010-13	019661703	Noemia Maria Chame e Outro	MG
163	46239.001236/2010-51	022052810	Noemia Maria Chame e Outro	MG
164	46239.001347/2010-67	022053115	Noemia Maria Chame e Outro	MG
165	46653.006143/2013-74	202153053	Acobett Ind Metálica e comercio Ltda	MT
166	46017.002172/2013-62	200739204	Madeireira Macedão Ltda	MT
167	46017.002173/2013-15	200739255	Madeireira Macedão Ltda	MT
168	46017.002174/2013-51	200739247	Madeireira Macedão Ltda	MT
169	46017.002175/2013-04	200739239	Madeireira Macedão Ltda	MT
170	46017.002176/2013-41	200739221	Madeireira Macedão Ltda	MT
171	46017.002177/2013-95	200739212	Madeireira Macedão Ltda	MT
172	46017.002178/2013-30	200739191	Madeireira Macedão Ltda	MT
173	46222.008884/2012-89	021233543	Celestial Comércio de Alimentos Ltda	PA
174	46222.004127/2013-17	025219219	Consan Engenharia Ltda	PA
175	46222.004148/2013-32	016264754	Consan Engenharia Ltda	PA
176	46222.003869/2013-25	200606760	Construtora Canaã Ltda - EPP	PA
177	46222.003870/2013-50	200606000	Construtora Canaã Ltda - EPP	PA
178	46222.003871/2013-02	200605984	Construtora Canaã Ltda - EPP	PA
179	46222.000708/2013-80	019288298	Décio José Barroso Nunes	PA
180	46222.000719/2013-60	019288379	Décio José Barroso Nunes	PA
181	46222.007524/2013-41	201159325	Plano A Engenharia Ltda	PA
182	46222.007525/2013-95	201159384	Plano A Engenharia Ltda	PA
183	46222.007526/2013-30	201159511	Plano A Engenharia Ltda	PA
184	46222.007527/2013-84	201159520	Plano A Engenharia Ltda	PA
185	46222.007528/2013-29	201158051	Plano A Engenharia Ltda	PA
186	46222.007529/2013-73	201158230	Plano A Engenharia Ltda	PA
187	46222.007530/2013-06	201158299	Plano A Engenharia Ltda	PA
188	46222.007531/2013-42	201158329	Plano A Engenharia Ltda	PA
189	46222.007532/2013-97	201158400	Plano A Engenharia Ltda	PA
190	46222.007533/2013-31	201158451	Plano A Engenharia Ltda	PA
191	46222.007535/2013-21	201159929	Plano A Engenharia Ltda	PA
192	46222.007536/2013-75	201159783	Plano A Engenharia Ltda	PA
193	46222.007537/2013-10	201159805	Plano A Engenharia Ltda	PA
200	46222.007209/2004-22	008596905	Usimar Ltda	PA
201	46213.014883/2007-15	016849761	Camara de Dirigentes Lojistas do Recife	PE
202	46297.000337/2009-86	16899172	Centro Hospitalar São Francisco Ltda	PE
203	46297.000352/2009-24	016917006	Centro Hospitalar São Francisco Ltda	PE
204	46297.000353/2009-79	016922263	Centro Hospitalar São Francisco Ltda	PE
205	46213.016643/2011-31	016902181	Companhia Energética de Pernambuco	PE
206	46213.016666/2011-46	018530427	Companhia Energética de Pernambuco	PE
207	46213.016668/2011-35	018530443	Companhia Energética de Pernambuco	PE
208	46297.001281/2009-97	016840704	Hospital Memorial Petrolina S/S	PE
209	46297.001283/2009-76	016840721	Hospital Memorial Petrolina S/S	PE
210	46297.001284/2009-11	016840691	Hospital Memorial Petrolina S/S	PE
211	46297.001285/2009-65	016840682	Hospital Memorial Petrolina S/S	PE
212	46297.001286/2009-18	016840674	Hospital Memorial Petrolina S/S	PE
213	46297.001287/2009-54	016840665	Hospital Memorial Petrolina S/S	PE
214	46297.001288/2009-07	016840658	Hospital Memorial Petrolina S/S	PE
215	46213.006994/2009-10	016919483	Masterboi Ltda	PE
216	46297.001004/2007-11	016829352	Paulo Daniel Antunes Sposito	PE
217	46297.000654/2009-01	016933109	Vitivinicola Santa Maria S/A	PE
218	46297.000655/2009-47	016933095	Vitivinicola Santa Maria S/A	PE
219	46297.000656/2009-91	016933117	Vitivinicola Santa Maria S/A	PE
220	46297.000661/2009-02	016918096	Vitivinicola Santa Maria S/A	PE
221	47533.007157/2012-53	023403004	Bergsmaski Filho & Nacle Ltda ME	PR
222	47533.007159/2012-42	023402873	Bergsmaski Filho & Nacle Ltda ME	PR
223	47533.010066/2012-03	023681500	Cia Lav Lavanderia Ind. Ltda	PR
224	46212.021727/2011-05	023483571	Denecon Construção Civil Ltda	PR
225	46212.021730/2011-11	023483598	Denecon Construção Civil Ltda	PR
226	47533.007165/2012-08	023402954	Evandro Bergsmaski ME	PR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

227	47533.003273/2012-01	023529158	Tecnolimp Serviços Ltda	PR
228	46215.012116/2013-08	024144487	Espectro Engenharia Ltda	RJ
229	46215.012118/2013-99	024144347	Espectro Engenharia Ltda	RJ
230	46230.005678/2011-37	023209631	Espectro Engenharia Ltda	RJ
231	46230.007302/2011-67	022878588	Ind. de Plástico Rangel Ltda	RJ
232	46230.007304/2011-56	022876600	Ind. de Plástico Rangel Ltda	RJ
233	46230.007308/2011-34	022876634	Ind. de Plástico Rangel Ltda	RJ
234	46230.007309/2011-89	022876642	Ind. de Plástico Rangel Ltda	RJ
235	46215.035280/2011-13	023070633	MRL Eng. e Empreendimentos Ltda	RJ
236	46215.035282/2011-11	023070676	MRL Eng. e Empreendimentos Ltda	RJ
237	46215.035283/2011-57	023070609	MRL Eng. e Empreendimentos Ltda	RJ
238	46215.035284/2011-00	023070625	MRL Eng. e Empreendimentos Ltda	RJ
239	46215.035285/2011-46	023070595	MRL Eng. e Empreendimentos Ltda	RJ
240	46215.035286/2011-91	023070692	MRL Eng. e Empreendimentos Ltda	RJ
241	46215.035287/2011-35	023070641	MRL Eng. e Empreendimentos Ltda	RJ
242	46215.035290/2011-59	023070714	MRL Eng. e Empreendimentos Ltda	RJ
243	46215.035291/2011-01	023070730	MRL Eng. e Empreendimentos Ltda	RJ
244	46230.004190/2012-73	022954635	MRV Engenharia e Participações S/A	RJ
245	46230.004191/2012-18	022954643	MRV Engenharia e Participações S/A	RJ
246	46291.000159/2013-20	024389498	Medeiros e Lara, Advogados Associados	RN
247	46291.000161/2013-07	024389480	Medeiros e Lara, Advogados Associados	RN
248	46217.001396/2013-09	200244876	Varela & Varela Ltda ME	RN
249	46225.001513/2013-27	200682709	Tecsee Tecnologia Ltda	RR
250	46617.017416/2012-61	025321978	BRF Brasil Foods S/A	RS
251	46617.017417/2012-14	025321986	BRF Brasil Foods S/A	RS
252	46617.017418/2012-51	025321994	BRF Brasil Foods S/A	RS
253	46617.017420/2012-20	025322010	BRF Brasil Foods S/A	RS
254	46617.017423/2012-63	025321951	BRF Brasil Foods S/A	RS
255	46271.001017/2013-18	200340298	Claudio Vogel	RS
256	46271.001018/2013-62	200340581	Claudio Vogel	RS
257	46272.001879/2013-31	200907221	Comp. Est. de Geração e Trans. De Energia	RS
258	46617.012947/2012-68	023755997	Hidráulicos M F Ltda	RS
259	46617.012948/2012-11	023755989	Hidráulicos M F Ltda	RS
260	46617.013796/2012-65	024923893	Hidráulicos M F Ltda	RS
261	46617.013797/2012-18	024923907	Hidráulicos M F Ltda	RS
262	46617.002961/2013-34	023679972	Natupharma Farmácias Ltda ME	RS
263	46617.014190/2012-47	002061252	Olvebra Industrial S/A	RS
264	46617.014191/2012-91	002061236	Olvebra Industrial S/A	RS
265	46617.014192/2012-36	002061244	Olvebra Industrial S/A	RS
266	46617.016525/2012-61	023729996	Paulo Sérgio Amaral Ruas	RS
267	46617.016526/2012-14	023729970	Paulo Sérgio Amaral Ruas	RS
268	46617.016527/2012-51	023729988	Paulo Sérgio Amaral Ruas	RS
269	46617.015652/2012-43	024955264	Pinho Incorporadora e Const. Ltda	RS
270	46617.015653/2012-98	024955272	Pinho Incorporadora e Const. Ltda	RS
271	46617.015654/2012-32	024955281	Pinho Incorporadora e Const. Ltda	RS
272	46617.015655/2012-87	024955752	Pinho Incorporadora e Const. Ltda	RS
273	46617.015656/2012-21	024955299	Pinho Incorporadora e Const. Ltda	RS
274	46301.002309/2012-92	025229737	Distribuidora de Bebidas ACB Ltda	SC
275	46303.001622/2012-93	024402966	Fundição Erus Ltda	SC
276	46303.001623/2012-38	024402958	Fundição Erus Ltda	SC
277	46304.000344/2013-28	200312952	Interfibra Industrial S/A	SC
278	46304.000352/2013-74	200312901	Interfibra Industrial S/A	SC
279	46301.004181/2013-82	201059037	Lojas Volpato Ltda	SC
280	46305.000838/2012-11	20735391	Lunender Ind. do Vestuário Ltda	SC
281	46305.000840/2012-91	20735383	Lunender Ind. do Vestuário Ltda	SC
282	46305.000842/2012-80	20735375	Lunender Ind. do Vestuário Ltda	SC
283	46305.000844/2012-70	20735367	Lunender Ind. do Vestuário Ltda	SC
284	46301.002436/2012-91	012246395	Sadia S/A	SC
285	46301.002451/2012-30	012246441	Sadia S/A	SC
286	46303.001612/2012-58	025220306	Tartari e Almeida Empreend. Ltda	SC
287	46303.001612/2012-58	025220306	Tartari e Almeida Empreend. Ltda	SC
288	46303.001615/2012-91	025220322	Tartari e Almeida Empreend. Ltda	SC
289	46221.000713/2013-01	017994667	Hotel Fazenda Boa Luz Ltda	SE
290	46221.006732/2013-32	025285734	Nacelio Santos de Andrade	SE
291	46221.006734/2013-21	026285653	Nacelio Santos de Andrade	SE
292	46219.008302/2013-02	200056883	A.Azevedo Ind. e Com de Óleos	SP
293	46219.004745/2013-16	200146785	Albatroz Segurança e Vigilância Ltda	SP
294	46219.007426/2013-62	200465236	BCEM Com de Prod. Alim. Ltda (Baked Potatoes)	SP
295	46260.004302/2012-39	023882271	Briza Ind. e Comércio de Doces Ltda	SP
296	46254.000940/2013-41	200282000	Comercial e Construtora Fenix Ltda - EPP	SP
297	46219.026640/2012-37	024699268	Dia Brasil Sociedade Ltda	SP
298	46269.002199/2013-93	200889494	Electro Eletricidade e Serviços S/A	SP
299	46219.031260/2012-14	006070205	Empresa de Transp. Coletivos Novo Horizonte S/A	SP
300	46253.000918/2012-20	019829892	Engelider Infraestrutura Ltda	SP
301	46219.006948/2013-47	200433725	Formaplan Formas Planejadas Ind. e Comercio Ltda	SP
302	46393.000448/2007-32	015315193	George Luciano Bezerra Jundiá ME	SP
303	46268.000277/2012-44	021594996	GF Vigilância e Seg. Patrimonial Ltda	SP
304	46219.012734/2012-29	019832672	Gregory modas Ind. e Comércio Ltda	SP
305	46219.012262/2013-95	200700944	Grupo Ibmec Educacional S/A	SP
306	46219.019457/2012-85	021301840	Hope Recursos Humanos S/A	SP
307	46265.001762/2011-84	021768935	Instituto Educacional do Estado de SP	SP
308	46267.001992/2013-95	201034476	José Walteneor Mauad Junior	SP
309	46267.001993/2013-30	201035600	José Walteneor Mauad Junior	SP
310	46267.001994/2013-84	201035405	José Walteneor Mauad Junior	SP
311	46267.001995/2013-29	201035090	José Walteneor Mauad Junior	SP
312	46267.001996/2013-73	201035219	José Walteneor Mauad Junior	SP
313	46267.001997/2013-18	201034786	José Walteneor Mauad Junior	SP
314	46267.001998/2013-62	201034735	José Walteneor Mauad Junior	SP
315	46267.002000/2013-47	201034093	José Walteneor Mauad Junior	SP
316	46267.002001/2013-91	201033968	José Walteneor Mauad Junior	SP
317	46267.002002/2013-36	201033364	José Walteneor Mauad Junior	SP
318	46267.002003/2013-81	201033721	José Walteneor Mauad Junior	SP
319	46267.002004/2013-25	201037351	José Walteneor Mauad Junior	SP
320	46267.002005/2013-70	201037416	José Walteneor Mauad Junior	SP
321	46259.001183/2014-63	202770150	Laminação Limeira Ind. e Com. Ltda - ME	SP
322	46259.001184/2014-16	202781453	Laminação Limeira Ind. e Com. Ltda - ME	SP
323	46259.001185/2014-52	202782654	Laminação Limeira Ind. e Com. Ltda - ME	SP
324	46259.001186/2014-05	202780376	Laminação Limeira Ind. e Com. Ltda - ME	SP
325	46259.001187/2014-41	202770176	Laminação Limeira Ind. e Com. Ltda - ME	SP
326	46259.001189/2014-31	202779611	Laminação Limeira Ind. e Com. Ltda - ME	SP
327	46259.001191/2014-18	202779645	Laminação Limeira Ind. e Com. Ltda - ME	SP
328	46259.001192/2014-54	202779629	Laminação Limeira Ind. e Com. Ltda - ME	SP
329	46259.001194/2014-43	202779653	Laminação Limeira Ind. e Com. Ltda - ME	SP
330	46259.001195/2014-98	202779670	Laminação Limeira Ind. e Com. Ltda - ME	SP
331	46259.001196/2014-32	202779718	Laminação Limeira Ind. e Com. Ltda - ME	SP
332	46259.001197/2014-87	202779688	Laminação Limeira Ind. e Com. Ltda - ME	SP
333	46259.001198/2014-21	202779700	Laminação Limeira Ind. e Com. Ltda - ME	SP
334	46259.001199/2014-76	202770745	Laminação Limeira Ind. e Com. Ltda - ME	SP
335	46259.001201/2014-15	202770095	Laminação Limeira Ind. e Com. Ltda - ME	SP
336	46259.001202/2014-51	202770231	Laminação Limeira Ind. e Com. Ltda - ME	SP
337	46259.001203/2014-04	202770222	Laminação Limeira Ind. e Com. Ltda - ME	SP
338	46259.001204/2014-41	202780180	Laminação Limeira Ind. e Com. Ltda - ME	SP
339	46259.001205/2014-95	202779696	Laminação Limeira Ind. e Com. Ltda - ME	SP
340	46259.001206/2014-30	202780783	Laminação Limeira Ind. e Com. Ltda - ME	SP
341	46259.001207/2014-84	202781011	Laminação Limeira Ind. e Com. Ltda - ME	SP
342	46259.001208/2014-29	202780881	Laminação Limeira Ind. e Com. Ltda - ME	SP
343	46259.001214/2014-86	202779599	Laminação Limeira Ind. e Com. Ltda - ME	SP
344	46259.001229/2014-44	202781097	Laminação Limeira Ind. e Com. Ltda - ME	SP
345	46259.001230/2014-79	202784096	Laminação Limeira Ind. e Com. Ltda - ME	SP
346	46259.001232/2014-68	202782565	Laminação Limeira Ind. e Com. Ltda - ME	SP
347	46259.001233/2014-11	202770168	Laminação Limeira Ind. e Com. Ltda - ME	SP
348	46259.001234/2014-57	202770109	Laminação Limeira Ind. e Com. Ltda - ME	SP
349	46219.001416/2013-13	024699438	M Shimizu Elétrica e Pneumática Ltda	SP
350	46219.023942/2012-53	024664049	Mckinsey & Company Inc. do Brasil Consultoria Ltda	SP
351	46219.006744/2013-14	200381601	Medral Energia Ltda	SP
352	46219.006746/2013-03	200381547	Medral Energia Ltda	SP
353	46219.006747/2013-40	200045709	Medral Energia Ltda	SP
354	46219.006748/2013-94	200045768	Medral Energia Ltda	SP
355	46219.006749/2013-39	200045750	Medral Energia Ltda	SP
356	46219.006766/2013-76	200166654	Medral Energia Ltda	SP
357	46219.006767/2013-11	200166611	Medral Energia Ltda	SP
358	46219.006768/2013-65	200166565	Medral Energia Ltda	SP
359	46219.006770/2013-34	200166573	Medral Energia Ltda	SP
360	46219.006771/2013-89	200166590	Medral Energia Ltda	SP
361	46219.006772/2013-23	200166638	Medral Energia Ltda	SP
362	46219.006774/2013-12	200166603	Medral Energia Ltda	SP
363	46219.006775/2013-67	200166620	Medral Energia Ltda	SP
364	46219.004795/2013-01	200266853	Mira OTM Transp. Ltda	SP
365	46219.024836/2012-97	021306729	Myatech Ind. Com e Serviços de Informática Ltda	SP
366	46219.001249/2013-19	200077937	Navi Carnes Ind. e Comércio ltda	SP
367	46473.003215/2011-88	023909633	Oceanair Linhas Aéreas S/A	SP
368	46254.001398/2013-43	200425269	Paschoalotto Adm. E Serviços Ltda	SP
369	46473.008019/2006-32	008434204	Paulista Saúde S/A	SP
370	46219.005752/2013-35	200102401	Poiesis Inst. De Apoio A Cultura, Língua e literatura	SP
371	46267.003256/2012-91	024353299	Prefeitura Municipal Cristais Paulista	SP
372	46267.003257/2012-35	024353302	Prefeitura Municipal Cristais Paulista	SP
373	46267.003258/2012-80	024353311	Prefeitura Municipal Cristais Paulista	SP
374	46267.003259/2012-24	024353329	Prefeitura Municipal Cristais Paulista	SP
375	46267.003260/2012-59	024353345	Prefeitura Municipal Cristais Paulista	SP
376	46267.003262/2012-48	024353281	Prefeitura Municipal Cristais Paulista	SP
377	46219.030157/2012-57	024697991	Pricewaterhouse Coopers Contadores Publi. Ltda	SP
378	46219.015042/2012-32	018620671	Rápido 900 de Transp. Rodoviário Ltda	SP
379	46219.015043/2012-87	018620680	Rápido 900 de Transp. Rodoviário Ltda	SP
380	46219.015046/2012-11	018620663	Rápido 900 de Transp. Rodoviário Ltda	SP
381	46219.015047/2012-65	018620639	Rápido 900 de Transp. Rodoviário Ltda	SP
382	46219.015048/2012-18	018620655	Rápido 900 de Transp. Rodoviário Ltda	SP
383	46219.008301/2013-50	200528408	Refinaria Nacional de Sal S/A	SP
384	46219.000349/2013-10	024663492	Schneider Electric Brasil Ltda	SP
385	46219.006073/2013-83	200266969	SGD Brasil Vidros Ltda	SP
386	46617.002438/2013-16	025302728	SZ Incorporadora Ltda - EPP	SP
387	46617.002439/2013-52	025302698	SZ Incorporadora Ltda - EPP	SP
388	46617.002440/2013-87	025302710	SZ Incorporadora Ltda - EPP	SP
389	46617.002442/2013-76	025302701	SZ Incorporadora Ltda - EPP	SP
390	46617.003544/2013-17	025304577	SZ Incorporadora Ltda - EPP	SP
391	46617.004748/2013-67	025305964	SZ Incorporadora Ltda - EPP	SP
392	46219.007671/2013-70	200447319	T C Hoeti Fruti Ltda	SP
393	46256.001950/2009-05	015458741	Transbrasiliana - Concessionária de Rodovia S/A	SP
394	46261.005652/2009-15	015903729	Transportadora Cortes Ltda	SP
395	46219.005501/2013-51	200146807	VMT Telecomunicações Ltda	SP
396	46226.000647/2011-59	018420109	Prudência Vig. e Segurança Ltda	TO
397	46226.000648/2011-01	018420184	Prudência Vig. e Segurança Ltda	TO
398	46226.000649/2011-48	018420214	Prudência Vig. e Segurança Ltda	TO
399	46226.000650/2011-72	018420192	Prudência Vig. e Segurança Ltda	TO
400	46226.000658/2011-39	018420125	Prudência Vig. e Segurança Ltda	TO
401	46226.001643/2010-15	018406033	Real Construções Eng. e Projetos Ltda	TO

Nº	PROCESSO	NDFG	EMPRESA	UF
01	46202002868/2014-82	200236156	Integração Transportes Ltda	AM
02	46239.000271/2012-14	506586227	Irmandade de Misericórdia de Guaxupe	MG
03	46239.000355/2012-58	506589277	Irmandade de Misericórdia de Guaxupe	MG
04	46205.003663/2014-94	200241044	Vila Galé Brasil - Ativ. Hoteleiras Ltda	MG
05	46758.000184/2013-89	200074903	Transporte Coletivo Rio Madeira Ltda	RO
06	46218.013285/2011-65	705042979	Hospital Santa Lucia Ltda	RS
07	46218.013286/2011-18	100219403	Hospital Santa Lucia Ltda	RS
08	46256.001946/2012-34	100264085	Cervejaria Matta Ltda	SP

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
01	46203.003009/2010-77	017371945	Amapá Telhas Ind. Cerâmica Ltda	AP
02	46213.017676/2009-84	016949331	Hacata Comercio e Ind. Ltda	PE
03	46213.014512/2008-14	016881397	INSS - Agencia da Prev. Social em Araripina	PE
04	46213.014513/2008-69	016881435	INSS - Agencia da Prev. Social em Araripina	PE
05	46213.014962/2008-15	016881982	INSS - Agencia da Prev. Social em Araripina	PE
06	46213.014963/2008-51	016881991	INSS - Agencia da Prev. Social em Araripina	PE
07	46213.014964/2008-04	016882253	INSS - Agencia da Prev. Social em Araripina	PE
08	46213.014965/2008-41	016882245	INSS - Agencia da Prev. Social em Araripina	PE
09	46617.002441/2013-21	025302680	SZ Incorporadora Ltda - EPP	SP

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
02	46217.004968/2011-31	506525325	Assú Prefeitura	RN

2) Em apreciação de recurso de ofício:
2.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
01	46234.000930/2011-81	019689721	Luiz Tonin (Fazenda Paraíso)	MG
02	46239.000454/2012-30	022272755	Marisa Lojas S/A	MG
03	47747.001398/2012-83	02251569	Sudoeste Segurança e Vigilância Ltda	MG
Nº	PROCESSO	NDFG	EMPRESA	UF
01	46473.003611/2010-24	506386325	Paulo Gonçalves Jaquier	SP

2.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
01	46201.000530/2004-24	006886647	Usina Conceição do Peixe	AL
02	46202.022238/2013-43	201340658	Cidade Transportes Ltda	AM
03	46202.022239/2013-98	201340623	Cidade Transportes Ltda	AM
04	46202.022241/2013-67	201340631	Cidade Transportes Ltda	AM
05	46202.022242/2013-10	201340607	Cidade Transportes Ltda	AM
06	46202.022243/2013-56	201340593	Cidade Transportes Ltda	AM
07	46202.002956/2013-01	021273375	Jari da Amazônia S/A	AM
08	46202.002957/2013-48	021273383	Jari da Amazônia S/A	AM
09	46202.008658/2013-17	200582682	Mineração Taboca S/A	AM
10	46202.008663/2013-20	200582658	Mineração Taboca S/A	AM
11	46202.022673/2013-78	201385848	Nissin Brake do Brasil Ltda	AM
12	46202.001274/2013-73	021270589	Talento Recursos Humanos Ltda	AM
13	46202.021600/2013-69	201208725	Tespav Terrap. Pav. e Saneamento Ltda	AM
14	46205.003478/2013-19	200242628	ATSI - Serviços, Comércio e Projetos de Modernização e GE	CE
15	46205.006448/2013-64	200511556	CTZ Tower Ind. e Comércio Ltda	CE
16	46205.008875/2012-04	020309899	Fazenda Amway Nutrilite do Brasil Ltda	CE
17	46205.004057/2013-13	025039962	Vicente Ferrer Leitão	CE
18	46206.013361/2013-33	201313162	CPC Const. E Processos Científicos Ltda	DF
20	46207.005364/2012-11	020585519	Ana Bella Joias Ltda- ME	ES
21	46207.002159/2011-12	016586727	Soc. Capixaba de saneamento SPE Ltda	ES
22	46290.000676/2013-17	200498959	Associação de combate ao Câncer em Goiás	GO
23	46208. 009195/2012-70	025065157	Carvalho & Pinheiro Ltda	GO
24	46208.011108/2012-44	025069730	Charlles Transp. E Turismo Ltda - ME	GO
25	46208.001024/2013-83	020435851	Comercial Tilico de Secos e Molhados Ltda	GO
26	46208.000126/2013-81	025067745	HTC - Combustíveis ltda	GO
27	46208.004424/2012-60	020475039	Sotreq S/A	GO
28	46311.002678/2012-66	025111272	Construcar Const. Comercio e Serviços	MA
29	46240.001712/2011-85	022188363	Casa do Fazendeiro Ltda	MG
30	46245.002451/2011-71	022166491	CT Veículos Campos Ltda	MG
31	46240.001031/2012-06	024305855	Disvale Manhuaçu Veiculos Ltda	MG
32	46504.000563/2012-70	022521305	Gerdau Açominas S/A	MG
33	46504.000578/2012-38	022521844	Gerdau Açominas S/A	MG
34	46504.000467/2012-21	022438009	IMA - Ind. de Madeira Imunizada Ltda	MG
35	47747.005694/2010-91	021916985	Ind. Metalúrgica Califórnia Ltda	MG
36	46504.000260/2013-38	024626422	Irmãos Farid Ltda	MG
37	46245.003230/2011-10	022452087	João Baptista do Valle	MG
38	46240.000782/2011-16	022182241	José de Anchieta Marcial	MG
39	46240.000783/2011-61	022182250	José de Anchieta Marcial	MG
40	46240.001451/2011-01	022302239	José Horta Barbosa	MG
41	46246.001914/2013-39	200146033	Panificadora Aroma e Sabor Ltda	MG
42	46246.001921/2013-31	201459230	Panificadora Aroma e Sabor Ltda	MG
43	46246.002326/2013-12	201782758	Panificadora e Conf. Sensação Ltda - ME	MG
44	46245.002673/2011-93	022335692	Sadesul - Projetos e Construções Ltda	MG
45	46248.000662/2012-20	024125474	Sadia S/A	MG
46	46248.000663/2012-74	024125482	Sadia S/A	MG
47	46248.000683/2012-45	022538089	Sadia S/A	MG
48	46248.000690/2012-47	022536426	Sadia S/A	MG
49	46248.000703/2012-88	022511458	Sadia S/A	MG
50	46248.000715/2012-11	022536353	Sadia S/A	MG
51	46248.000716/2012-57	022536345	Sadia S/A	MG
52	46248.000773/2012-36	022563660	Sadia S/A	MG
53	46242.001039/2011-63	022353577	Sucocitrico Cutrale Ltda (Fazenda Sta Rita)	MG
54	46242.001087/2011-51	022281738	Sucocitrico Cutrale Ltda (Fazenda Sta Rita)	MG
55	46245.000129/2012-98	022473238	Suely do Rosário Paula de Souza	MG
56	46236.001398/2011-08	019634790	Transbrauna Transp. e Comercio Ltda	MG
57	46236.001399/2011-44	019634803	Transbrauna Transp. e Comercio Ltda	MG
58	46236.001400/2011-31	019634811	Transbrauna Transp. e Comercio Ltda	MG
59	46502.000037/2012-20	021947511	Villa Torres Rest. E Choperia Ltda EPP	MG
60	46653.002740/2012-49	022612980	Barros Nascimento & Oliveira Ltda	MT
61	46653.002745/2012-71	022612998	Barros Nascimento & Oliveira Ltda	MT
62	46653.002748/2012-13	019930224	Barros Nascimento & Oliveira Ltda	MT
63	46653.001792/2013-89	200564692	Caixa Construções Ltda	MT
64	46653.001793/2013-23	200564706	Caixa Construções Ltda	MT
65	46653.001794/2013-78	200564714	Caixa Construções Ltda	MT
66	46653.001798/2013-56	200564757	Caixa Construções Ltda	MT
67	46653.001799/2013-09	200564765	Caixa Construções Ltda	MT
68	46653.001800/2013-97	200564773	Caixa Construções Ltda	MT
69	46306.001191/2012-35	022746827	Carlos Roberto Assunção - Fazenda N.S. Fátima	MT
70	46653.000736/2013-27	20014892	Consorcio Const C.R Almeida - Sta Barbara	MT
71	46653.007452/2013-61	010802401	Coop. de Trab. Nos Segmentos Comb. Transp. Com. Prod. E Serviços	MT
72	46653.007451/2013-17	012838306	Correa Materiais para Construção Ltda	MT
73	46653.005169/2012-14	022683240	JBS S/A	MT
74	46224.003540/2012-63	017727987	Caixa Econômica Federal	PB
75	46224.003547/2012-85	017728088	Caixa Econômica Federal	PB
76	46213.008601/2005-89	005566053	Nutrinor - Ind. e Com de Alimentos Ltda	PE
77	47533.008885/2013-63	201291631	5 Oficio de Notas Comarca de Londrina	PR
78	47533.008886/2013-16	201291592	5 Oficio de Notas Comarca de Londrina	PR
80	46272.002997/2013-66	201318792	Dinkhuysen Atividades Desp. E Culturais Ltda - EPP	PR
81	47533.011201/2012-20	023518758	Ourograf Gráfica e Editora Ltda	PR
82	46232.000803/2013-64	200072676	Adita Comercio de Doces Ltda ME	RJ
83	46215.025230/2010-47	022932518	Ass. Congregação Sta. Catarina - Casa de Saúde S. José	RJ
84	46215.025231/2010-91	022938265	Ass. Congregação Sta. Catarina - Casa de Saúde S. José	RJ
85	46215.026724/2010-49	022972331	Companhia Distribuidora de Gás do RJ	RJ
86	46215.019184/2012-17	022902007	Concivis Concreto Armado Ltda	RJ
87	46215.019185/2012-53	023076739	Concivis Concreto Armado Ltda	RJ
88	46215.018415/2012-07	023055391	Felipe Bedran Calil	RJ
89	46215.018416/2012-10	023055383	Felipe Bedran Calil	RJ
90	46215.045753/2011-91	023230851	Hospital e Maternidade São Luiz - Hospital Quinta D'OR	RJ
91	46232.000807/2013-42	024905020	Letex VR Comércio Cama Mesa e Banho Ltda-ME	RJ
92	46215.017574/2013-25	201385651	OI S/A	RJ
93	46215.010423/2013-46	020763247	Richa S. Ipanema Rio Comercio de Calçados Ltda	RJ
94	46215.100779/2010-28	020038917	Star Show Calçados Ltda	RJ
95	46215.010779/2013-80	200634372	Transportes Paranapuan S/A	RJ
96	46062.002366/2012-31	024437077	Videverde Compostagem Ltda - EPP	RJ
97	46216.003838/2012-72	017798477	PW Construções Ltda	RO
98	46272.003003/2013-29	201352966	Centro de Formação de Condutores Dino Ltda - ME	RS
99	46272.003951/2013-64	201822717	Sind dos Trab. Na Mov. de Mercadorias	RS
100	46218.007584/2013-22	200736302	WMS Supermercados do Brasil S/A	RS
101	46256.003058/2011-75	021438803	Calamuchita Empreend. Imob. SPE Ltda	SP
102	46358.000120/2014-71	202756891	Marcio Antunes Souto Calçados ME	SP
103	46252.001519/2013-77	201509431	Tiago Pereira Francisco ME	SP
104	46393.000131/2012-63	024183598	Transportes Cidade de Ubatuba Ltda	SP
105	46226.014336/2012-58	25296183	Banco do Brasil S/A	TO
106	46226.014122/2012-81	025295527	E.A.R. Pereira Combustíveis - Posto Trevo2	TO
107	46226.009030/2012-80	018480209	M & M Comércio e Transp. De Gás Ltda	TO
108	46226.013498/2012-79	018434169	Serviço Nac. de Aprendizagem Rural Senat	TO
109	46226.014692/2012-71	026299981	Serviço Nac. de Aprendizagem Rural Senat	TO
Nº	PROCESSO	NDFG	EMPRESA	UF
01	46234.000298/2012-57	506589293	Lucia Marques de Paiva Cassaro e Outros	MG
02	46224.001184/2011-62	506479323	Sanccol Saneamento Const e Comercio Ltda	PB
03	47533.010605/2013-87	200135848	5 Oficio de Notas Comarca de Londrina	PR
04	46473.003058/2012-91	506619290	AMC - Advanced Medical Care Serviços em Saúde Ltda	SP
05	46736.004949/2004-17	100054510	Assoc. Portuguesa de Desportos	SP
06	46219.029852/2002-02	5058106931	Gente Banco de Recursos Humanos Ltda	SP

2.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
01	46202.001642/2013-83	021274789	Garantia Real Serviço Ltda	AM
02	46203.002819/2011-97	017389623	R Espindola & Cia Ltda - EPP	AP
03	46203.002820/2011-11	017389631	R Espindola & Cia Ltda - EPP	AP
04	46234.001082/2007-41	014583313	CIAV Corporação Ind. de Avicultura Ltda	MG
05	47747.006059/2010-21	019677364	Limpel Limpadora Padre Eustaquio Ltda	MG
06	46248.000666/2012-16	024127264	Sadia S/A	MG
07	46234.002579/2011-63	022419535	Sirlene de Oliveira Maia	MG
08	46239.000144/2012-15	022272895	Usina Açucareira Passos S/A	MG
09	47747.004933/2009-52	017220947	WR Conservação e serviço Ltda	MG
10	47747.004937/200931	017220971	WR Conservação e serviço Ltda	MG
11	46312.002860/2013-98	200691457	Projetando Arquitetura e const. Ltda - ME	MS
12	46224.003860/2013-02	201362368	Dom Felipe Praia Hotel Ltda	PB
13	46224.003863/2013-38	201362392	Dom Felipe Praia Hotel Ltda	PB
14	47533.009896/2012-80	025251961	Assoc. Hosp. De Prot. Infância Dr. Raul Carneiro	PR
15	46295.003161/2011-79	02338687	R.S. Jesus Confecções	PR
16	47533.011105/2012-81	023519827	Sconntec Construtora Ltda	PR
17	47533.011106/2012-26	023519835	Sconntec Construtora Ltda	PR
18	46212.021064/2011-11	023435186	Tehresult Soluções em Tecnologia da Informação Ltda	PR
19	47533.002511/2012-53	023481218	Transp. Imediato Ltda	PR
20	46272.003952/2013-17	201822571	Sind dos Trab. Na Mov. de Mercadorias	RS
21	46259.000896/2014-18	202720331	Loop Ind. e Comercio Ltda	SP
22	46259.000897/2014-54	202720349	Loop Ind. e Comercio Ltda	SP
23	46256.000615/2012-87	23860588	Santa Cruz Loteadora Ltda	SP
Nº	PROCESSO	NDFG	EMPRESA	UF
01	47747.006057/2010-32	100170021	Limpel Limpadora Padre Eustaquio Ltda	MG
02	46222.001871/2008-01	506022439	Berpa Distribuidora Comercio e Rep. Ltda	PA

3) Pelo arquivamento em razão de:
3.1 Incidência da prescrição prevista no §1º do art.1º da Lei 9.873/99:

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
01	46200.000160/2009-40	017263794	APE Construções e comercio Ltda	AC
02	46200.000227-2009-46	017256488	M.B Empreendimento Educacional Ltda	AC
03	46222.003648/2009-71	014422794	Albuquerque e Albuquerque Dist. De Deriv. De Petróleo	PA
04	46222.004586/2009-14	014414465	Amazônia Transp. Ltda	PA
05	46222.003069/2003-32	006598773	Atanas Madeira Ltda	PA
06	46222.008482/2008-06	014381524	Auto Desempenadora Somar Ltda	PA
07	46222.007937/2009-49	021090394	Camp Saude S/C Ltda	PA
08	46222.001000/2009-60	013242539	D.F de Matos - ME	PA
09	46222.002742/2009-11	014404117	Encicon Eng. Civil e Const.da Amazônia Ltda	PA
10	46222.008719/2008-41	014384248	Global ICS Construção Civil Ltda	PA
11	46222.007731/2009-19	014437210	Ildemar Rodrigues de Sousa	PA
12	46222.000544/2010-48	021105510	Jade Transportes Ltda	PA
13	46222.010340/2008-09	013282891	K.C.F Silva Confecções e Variedades	PA
14	46222.009458/2009-67	014426862	Luna Empreend. Imobiliarios Ltda	PA
15	46222.000706/2009-12	014403625	Matadouro Eldorado Ltda	PA
16	46222.006647/2009-88	014419874	Pescados Amazonas Imp. E Exp. Ltda	PA
17	46222.008873/2008-12	014404613	Rodoviário Cassiano Imp. E Exp Ltda	PA
18	46222.004498/2010-56	021108200	Soc. Coop. de Serv. Fluviais Espec. do Rio Trombetas	PA
19	46222.010245/2008-39	014411288	Viação Rio Guamá Ltda	PA
20	46213.003031/2006-11	009619441	LM Montagens Ind. Ltda	PE
21	46214.008198/2013-98	1822833	Banco Santander Banespa S/A	PI
22	46298.000004/2007-85	010866591	Burity e Rodrigues Ltda	PI
23	46298.000120/2006-13	010866558	Mercantil Junior Ltda	PI
24	46215.044335/2006-10	013957058	ABN AMRO	RJ

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

25	46215.004864/2005-07	011473584	AR Locadora de Eventos e Inst. Elétricas Ltda ME	RJ
26	46228.001580/2006-92	013838822	Ases - Estação Saúde Ltda	RJ
27	46215.051135/2005-31	014002086	Belocap Prod. Capilares Ltda	RJ
28	46215.002167/2005-11	011475331	Casa São Luiz Para a Velhice	RJ
29	46215.022905/2005-39	009951504	Centro Esportivo Bola de Fogo Ltda	RJ
30	46230.003869/2005-16	011410256	Condomínio do Edifício Espírito Santo	RJ
31	46334.002446/2006-00	013808672	Duqueplastic Ind e Com. de Plástico Ltda	RJ
32	46215.022991/2006-61	013996037	E.G Stiebler Ltda - ME	RJ
33	46062.000167/2003-06	009743022	Electra Montagens e Construções Ltda	RJ
34	46062.000665/2005-11	011521023	Furnas Centrais Elétricas S/A	RJ
35	46313.001828/2003-11	009785159	Imacil Iguaçu Manuf. de Cimento Ltda	RJ
36	46334.000305/2004-82	011281693	Pauliceia Com e Representações Ltda	RJ
37	46215.011868/2006-14	013643061	Policlínica Higienópolis	RJ
38	46215.055547/2004-60	011474165	Retifica Técnica de Cabeçotes Ltda	RJ
39	46666.001676/2006-91	013885120	Rosch Adm. De Serv. E Informática Ltda	RJ
40	46215.049517/2004-14	011439718	Vem - Varig Eng. de Manutenção S/A	RJ
41	46221.004698/2005-51	0096 67334	Torre Empreend. E Construções Ltda	SE
42	46219.034057/2004-90	0118770729	Basso Componentes Automotivos Ltda	SP
43	46219.034060/2004-11	011870664	Baxter Hospitalar Ltda	SP
44	46473.003861/2007-69	013667432	Baxter Hospitalar Ltda	SP
45	46219.023944/2004-41	000136051	Buni Metais Ltda	SP
46	47999.000483/2011-81	021579660	Golden Guará Comercio de Motos ltda	SP
47	47999.001238/2011-91	021579679	Guará Moto S/A	SP
48	46393.000358/2011-28	021494266	Israel Lima de Oliveira - ME	SP
49	47999.001765/2010-15	021578419	S.H Fukui Perfumaria ME	SP

LORENA GUIMARAES ARRUDA

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 34, II, da Portaria 326/2013; no Ofício CODIN 8892.2015, oriundo do Ministério Público da União, e no Relatório 05/2015 da CGRS, determina o CANCELAMENTO do registro sindical do SIPROEM - Sindicato Intermunicipal dos Professores das Escolas Públicas Municipais - CNPJ 08.847.134/0001-54, Processo 46257.002501/2007-02.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Nota Técnica 1308/2015/CGRS/SRT/MTPS, resolve, nos termos do Art. 27, Inciso I, da Portaria 326/2013, ARQUIVAR o Processo de pedido de Registro Sindical 46224.005170/2009-01, CNPJ 09.192.362/0001-04, referente ao SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região de Solanea, Bananeiras e Cacimba de Dentro - PB.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Nota Técnica 1309/2015/CGRS/SRT/MTPS, resolve, nos termos do Art. 27, Inciso I, da Portaria 326/2013, ARQUIVAR o Processo de pedido de Registro Sindical 46215.012645/2012-12, CNPJ 11.094.274/0001-03, referente ao Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas de São João da Barra e São Francisco de Itabapoana-RJ.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1307/2015/CGRS/SRT/MTPS, resolve, nos termos do art. 25, parágrafo único, da Portaria 326/2013, INDEFERIR o processo de pedido de alteração estatutária 47516.000127-2010-62 do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE CANOINHAS E BELA VISTA DO TOLDO/SC, CNPJ 82.727.991/0001-73, com fundamento no artigo 25, parágrafo único, da Portaria 326/2013.

Em 17 de novembro de 2015

Tendo em vista o trânsito em julgado da decisão judicial prolatada na Ação de Conhecimento, Processo Judicial 0029546-21.1999.4.01.3800, oriundo da 22ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, do Tribunal Regional do Federal da 1ª Região; o Parecer de Força Executória 040/2015/GAPP/PU/MG/PGU/AGU; a Portaria Ministerial 326/2013 e a Nota Técnica 532/2015/AIP/SRT/MTE, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve deferir o Registro Sindical ao SINTC-MG - SINDICATO DOS TRABALHADORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, Processo Administrativo 46000.005840/96-01, CNPJ 46000.005840/96-01 que representa a categoria dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, com fundamento no art. 25, inciso V, da Portaria 326/2013.

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 187, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Reestrutura as áreas de abrangência da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego e das Gerências Regionais no Estado do Rio Grande do Sul, com as respectivas vinculações administrativas, e dá outras providências.

O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº. 153, de 12 de fevereiro de 2009, publicada no D.O.U., em 13 de fevereiro de 2009, e:

Considerando o disposto na Portaria GM/MTE nº 1.982, de 05/10/2011, publicada no DOU de 06/10/2011, que fixa a localização das Gerências e Agências Regionais da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul; e ainda

Considerando a necessidade de equacionar a execução do papel institucional competente a esta SRTE, notadamente em relação à atuação da Inspeção do Trabalho, resolve:

Art. 1º Reestruturar as áreas de abrangência da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego e das Gerências Regionais no Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

FLÁVIO PÉRCIO ZACHER

ANEXO I

Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/RS		Área de Abrangência
Sede da SRTE/RS		Municípios
	1	ALVORADA
	2	ARROIO DO SAL
	3	ARROIO DOS RATOS
	4	BALNEARIO PINHAL
	5	BARAO DO TRIUNFO
	6	BARRA DO RIBEIRO
	7	BUTIA
	8	CACHOEIRINHA
	9	CANOAS
	10	CAPAO DA CANOA
	11	CAPIVARI DO SUL
	12	CARAA
	13	CERRO GRANDE DO SUL
	14	CHARQUEADAS
	15	CIDREIRA
	16	DOM PEDRO DE ALCANTARA
	17	ELDORADO DO SUL
	18	GENERAL CAMARA
	19	GLORINHA
	20	GUAIBA
	21	IMBE
	22	ITATI
	23	MAMPITUBA
	24	MAQUINE
	25	MARIANA PIMENTEL
	26	MINAS DO LEAO
	27	MORRINHOS DO SUL
	28	MOSTARDAS
	29	NOVA SANTA RITA
	30	PALMARES DO SUL
	31	PORTO ALEGRE
	32	SANTO ANTONIO DA PATRULHA
	33	SAO JERONIMO
	34	SENTINELA DO SUL
	35	SERTAO SANTANA
	36	TAPES
	37	TAVARES
	38	TERRA DE AREIA
	39	TORRES
	40	TRAMANDAI
	41	TRES CACHOEIRAS
	42	TRES FORQUILHAS
	43	TRIUNFO
	44	VALE VERDE
	45	XANGRI-LA

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

Em 16 de novembro de 2015

Em cumprimento à decisão judicial prolatada nos autos do processo 0001530-68.2015.5.10.0015, em trâmite na 15ª Vara do Trabalho de Brasília/DF do TRT da 10ª Região, o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência Social, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 27 da Portaria 326, de 1º de março de 2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46211.000454/2015-91
Entidade	SETHOP/ER - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM TURISMO, HOSPITALIDADE DE OURO PRETO E REGIÃO
CNPJ	14.026.659/0001-21
Fundamento	NT 1311/2015/CGRS/SRT/MTPS

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 5° da Portaria 186, publicada em 14 de abril de 2008 c/c o art. 27 da Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o processo do sindicato abaixo relacionado, em observância ao disposto no Art. 27, inciso I, da Portaria 326/2013:

Processo	46258.003791/2010-99
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Regente Feijó-STR-Regente Feijó
CNPJ	55.760.128/0001-45
Fundamento	NT 1310/2015/CGRS/SRT/MTPS

Gerências Regionais do Trabalho e Emprego (GRTE)		
GRTE/BAGÉ	1	BAGE
	2	DOM PEDRITO
	3	SANTANA DO LIVRAMENTO
GRTE/CACHOEIRA DO SUL	1	CACHOEIRA DO SUL
	2	SANTA CRUZ DO SUL
GRTE/CARAZINHO	1	CARAZINHO
	2	PALMEIRA DAS MISSOES
GRTE/CAXIAS DO SUL	1	ALTO FELIZ
	2	ANTONIO PRADO
	3	BARAO
	4	BENTO GONCALVES
	5	BOA VISTA DO SUL
	6	BOM JESUS
	7	CAMBARA DO SUL
	8	CAMPESTRE DA SERRA
	9	CANELA
	10	CARLOS BARBOSA
	11	CAXIAS DO SUL
	12	CORONEL PILAR
	13	COTIPORA
	14	ESMERALDA
	15	FAGUNDES VARELA
	16	FARROUPILHA
	17	FELIZ
	18	FLORES DA CUNHA
	19	GARIBALDI
	20	GRAMADO
	21	IPE
	22	JAQUIRANA
	23	MONTE ALEGRE DOS CAMPOS
	24	MONTE BELO DO SUL
	25	MUITOS CAPOES
	26	NOVA BASSANO
	27	NOVA PADUA
	28	NOVA PETROPOLIS
	29	NOVA PRATA
	30	NOVA ROMA DO SUL
	31	PINHAL DA SERRA
	32	PINTO BANDEIRA
	33	PROTASIO ALVES
	34	SANTA TEREZA
	35	SAO FRANCISCO DE PAULA
	36	SAO JOSE DOS AUSENTES
	37	SAO MARCOS
	38	SAO VENDELINO
	39	VACARIA
	40	VALE REAL
	41	VERANOPOLIS
	42	VILA FLORES
	43	VISTA ALEGRE DO PRATA
GRTE/IJUI	1	CRUZ ALTA
	2	IJUI
GRTE/LAJEADO	1	ANTA GORDA
	2	ARROIO DO MEIO
	3	ARROIO DO TIGRE
	4	ARVOREZINHA
	5	BARROS CASSAL
	6	BOM RETIRO DO SUL
	7	BOQUEIRAO DO LEAO
	8	CANDELARIA
	9	CANUDOS DO VALE
	10	CAPITAO
	11	CERRO BRANCO
	12	COLINAS
	13	COQUEIRO BAIXO
	14	CRUZEIRO DO SUL
	15	DOIS LAJEADOS
	16	DOUTOR RICARDO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	17	ENCANTADO
	18	ESTRELA
	19	ESTRELA VELHA
	20	FAZENDA VILANOVA
	21	FONTOURA XAVIER
	22	FORQUETINHA
	23	GRAMADO XAVIER
	24	HERVEIRAS
	25	IBARAMA
	26	ILOPOLIS
	27	IMIGRANTE
	28	ITAPUCA
	29	LAGOA BONITA DO SUL
	30	LAGOAO
	31	LAJEADO
	32	MARQUES DE SOUZA
	33	MATO LEITAO
	34	MUCUM
	35	NOVA BRESCIA
	36	NOVO CABRAIS
	37	PANTANO GRANDE
	38	PASSA SETE
	39	PASSO DO SOBRADO
	40	POUSO NOVO
	41	PROGRESSO
	42	PUTINGA
	43	RELVADO
	44	RIO PARDO
	45	ROCA SALES
	46	SANTA CLARA DO SUL
	47	SAO JOSE DO HERVAL
	48	SAO VALENTIM DO SUL
	49	SEGREDO
	50	SERIO
	51	SINIMBU
	52	SOBRADINHO
	53	TAQUARI
	54	TEUTONIA
	55	TRAVESSEIRO
	56	TUNAS
	57	VALE DO SOL
	58	VENANCIO AIRES
	59	VERA CRUZ
	60	VESPASIANO CORREA
	61	WESTFALIA
GRTE/NOVO HAMBURGO	1	ARARICA
	2	BOM PRINCIPIO
	3	BROCHIER
	4	CAMPO BOM
	5	CAPELA DE SANTANA
	6	DOIS IRMAOS
	7	ESTANCIA VELHA
	8	ESTEIO
	9	HARMONIA
	10	IGREJINHA
	11	IVOTI
	12	LINDOLFO COLLOR
	13	LINHA NOVA
	14	MARATA
	15	MONTENEGRO
	16	MORRO REUTER
	17	NOVA HARTZ
	18	NOVO HAMBURGO
	19	PARECI NOVO
	20	PAROBE
	21	PAVERAMA
	22	PICADA CAFE
	23	POCO DAS ANTAS
	24	PORTAO
	25	PRESIDENTE LUCENA
	26	RIOZINHO
	27	ROLANTE
	28	SALVADOR DO SUL
	29	SANTA MARIA DO HERVAL
	30	SAO JOSE DO HORTENCIO
	31	SAO JOSE DO SUL
	32	SAO PEDRO DA SERRA
	33	SAO SEBASTIAO DO CAI
	34	SAPIRANGA
	35	SAPUCAIA DO SUL
	36	TABAI
	37	TAQUARA
	38	TRES COROAS
	39	TUPANDI
GRTE/PASSO FUNDO	1	AGUA SANTA
	2	ALMIRANTE TAMANDARE DO SUL
	3	ALPESTRE
	4	ALTO ALEGRE
	5	AMETISTA DO SUL
	6	ANDRE DA ROCHA
	7	ARATIBA
	8	AUREA
	9	BARAO DE COTEGIPE
	10	BARRA DO GUARITA
	11	BARRA DO RIO AZUL
	12	BARRA FUNDA
	13	BARRACAO
	14	BENJAMIN CONSTANT DO SUL
	15	BOA VISTA DAS MISSOES
	16	BRAGA
	17	CACIQUE DOBLE
	18	CAICARA
	19	CAMARGO
	20	CAMPINAS DO SUL
	21	CAMPOS BORGES
	22	CAPAO BONITO DO SUL
	23	CARLOS GOMES
	24	CASCA
	25	CASEIROS
	26	CENTENARIO
	27	CERRO GRANDE
	28	CHAPADA
	29	CHARRUA
	30	CIRIACO
	31	COLORADO
	32	CONSTANTINA
	33	COQUEIROS DO SUL
	34	COXILHA
	35	CRISTAL DO SUL
	36	CRUZALTENSE
	37	DAVID CANABARRO
	38	DERRUBADAS
	39	DOIS IRMAOS DAS MISSOES
	40	ENGENHO VELHO
	41	ENTRE RIOS DO SUL
	42	EREBANGO
	43	ERECHIM
	44	ERNESTINA
	45	ERVAL GRANDE
	46	ERVAL SECO
	47	ESPUMOSO
	48	ESTACAO
	49	FAXINALZINHO
	50	FLORIANO PEIXOTO
	51	FORTALEZA DOS VALOS
	52	FREDERICO WESTPHALEN
	53	GAURAMA
	54	GENTIL
	55	GETULIO VARGAS
	56	GRAMADO DOS LOUREIROS
	57	GUABIJU
	58	GUAPORE
	59	IBIACA
	60	IBIRAIARAS
	61	IBIRAPUITA
	62	IBIRUBA
	63	IPIRANGA DO SUL
	64	IRAI
	65	ITATIBA DO SUL
	66	JABOTICABA
	67	JACUIZINHO
	68	JACUTINGA
	69	LAGOA DOS TRES CANTOS
	70	LAGOA VERMELHA
	71	LAJEADO DO BUGRE
	72	LIBERATO SALZANO
	73	MACHADINHO
	74	MARAU
	75	MARCELINO RAMOS
	76	MARIANO MORO
	77	MATO CASTELHANO
	78	MAXIMILIANO DE ALMEIDA
	79	MIRAGUAI
	80	MONTAURI
	81	MORMACO
	82	MULITERNO
	83	NAO-ME-TOQUE
	84	NICOLAU VERGUEIRO
	85	NONOAI
	86	NOVA ALVORADA
	87	NOVA ARACA
	88	NOVA BOA VISTA
	89	NOVO BARREIRO
	90	NOVO TIRADENTES
	91	NOVO XINGU
	92	PAIM FILHO
	93	PALMITINHO
	94	PARAI
	95	PASSO FUNDO
	96	PAULO BENTO
	97	PINHAL
	98	PINHEIRINHO DO VALE
	99	PLANALTO
	100	PONTAO
	101	PONTE PRETA
	102	QUATRO IRMAOS
	103	QUINZE DE NOVEMBRO
	104	REDENTORA
	105	RIO DOS INDIOS
	106	RODEIO BONITO
	107	RONDA ALTA
	108	RONDINHA
	109	SAGRADA FAMILIA
	110	SALDANHA MARINHO
	111	SALTO DO JACUI
	112	SANANDUVA
	113	SANTA BARBARA DO SUL
	114	SANTA CECILIA DO SUL
	115	SANTO ANTONIO DO PALMA
	116	SANTO ANTONIO DO PLANALTO
	117	SANTO EXPEDITO DO SUL
	118	SAO DOMINGOS DO SUL
	119	SAO JOAO DA URTIGA
	120	SAO JORGE
	121	SAO JOSE DAS MISSOES
	122	SAO JOSE DO OURO
	123	SAO PEDRO DAS MISSOES
	124	SAO VALENTIM
	125	SARANDI
	126	SEBERI
	127	SELBACH
	128	SERAFINA CORREA
	129	SERTAO
	130	SEVERIANO DE ALMEIDA
	131	SOLEDADE
	132	TAPEJARA
	133	TAPERA
	134	TAQUARUCU DO SUL
	135	TENENTE PORTELA
	136	TIO HUGO
	137	TRES ARROIOS
	138	TRES PALMEIRAS
	139	TRINDADE DO SUL
	140	TUPANCI DO SUL
	141	UNIAO DA SERRA
	142	VANINI
	143	VIADUTOS
	144	VICENTE DUTRA
	145	VICTOR GRAEFF
	146	VILA LANGARO
	147	VILA MARIA
	148	VISTA ALEGRE
	149	VISTA GAUCHA
GRTE/PELOTAS	1	ACEGUA
	2	AMARAL FERRADOR
	3	ARAMBARE
	4	ARROIO DO PADRE
	5	ARROIO GRANDE
	6	CAMAQUA
	7	CANDIOTA
	8	CANGUCU
	9	CAPAO DO LEAO
	10	CERRITO
	11	CHUI
	12	CHUVISCA
	13	CRISTAL
	14	DOM FELICIANO
	15	ENCRUZILHADA DO SUL
	16	HERVAL
	17	HULHA NEGRA
	18	JAGUARAO
	19	MORRO REDONDO
	20	PEDRAS ALTAS
	21	PEDRO OSORIO
	22	PELOTAS
	23	PINHEIRO MACHADO
	24	PIRATINI
	25	SANTA VITORIA DO PALMAR
	26	SANTANA DA BOA VISTA
	27	SAO JOSE DO NORTE
	28	SAO LOURENCO DO SUL
	29	TURUCU
GRTE/RIO GRANDE	1	RIO GRANDE
GRTE/SANTA MARIA	1	AGUDO
	2	CACAPAVA DO SUL
	3	CACEQUI
	4	CAPAO DO CIPO
	5	DILERMANDO DE AGUIAR
	6	DONA FRANCISCA
	7	FAXINAL DO SOTURNO
	8	FORMIGUEIRO
	9	ITAARA
	10	IVORA
	11	JAGUARI
	12	JARI
	13	JULIO DE CASTILHOS
	14	LAVRAS DO SUL
	15	MATA
	16	NOVA ESPERANCA DO SUL
	17	NOVA PALMA
	18	PARAISO DO SUL
	19	PINHAL GRANDE
	20	QUEVEDOS
	21	RESTINGA SECA
	22	ROSARIO DO SUL
	23	SANTA MARGARIDA DO SUL
	24	SANTA MARIA
	25	SANTIAGO
	26	SAO GABRIEL
	27	SAO JOAO DO POLESINE
	28	SAO MARTINHO DA SERRA
	29	SAO PEDRO DO SUL
	30	SAO SEPE
	31	SAO VICENTE DO SUL
	32	SILVEIRA MARTINS
	33	TOROPI
	34	TUPANCIRETA
	35	UNISTALDA
	36	VILA NOVA DO SUL
GRTE/SANTO ANGELO	1	AJURICABA
	2	ALECRIM
	3	ALEGRIA
	4	AUGUSTO PESTANA
	5	BOA VISTA DO BURICA
	6	BOA VISTA DO CADEADO
	7	BOA VISTA DO INCRA
	8	BOM PROGRESSO
	9	BOSSOROCA
	10	BOZANO
	11	CAIBATE
	12	CAMPINA DAS MISSOES
	13	CAMPO NOVO
	14	CANDIDO GODOI
	15	CATUIPE
	16	CERRO LARGO
	17	CHIAPETTA
	18	CONDOR
	19	CORONEL BARROS
	20	CORONEL BICACO
	21	CRISSIUMAL
	22	DEZESSEIS DE NOVEMBRO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	23	DOUTOR MAURICIO CARDOSO
	24	ENTRE IJUIS
	25	ESPERANCA DO SUL
	26	EUGENIO DE CASTRO
	27	GARRUCHOS
	28	GIRUA
	29	GUARANI DAS MISSOES
	30	HORIZONTINA
	31	HUMAITA
	32	INDEPENDENCIA
	33	INHACORA
	34	JOIA
	35	MATO QUEIMADO
	36	NOVA CANDELARIA
	37	NOVA RAMADA
	38	NOVO MACHADO
	39	PANAMBI
	40	PEJUCARA
	41	PIRAPO
	42	PORTO LUCENA
	43	PORTO MAUA
	44	PORTO VERA CRUZ
	45	PORTO XAVIER
	46	ROLADOR
	47	ROQUE GONZALES
	48	SALVADOR DAS MISSOES
	49	SANTA ROSA
	50	SANTO ANGELO
	51	SANTO ANTONIO DAS MISSOES
	52	SANTO AUGUSTO
	53	SANTO CRISTO
	54	SAO JOSE DO INHACORA
	55	SAO LUIZ GONZAGA
	56	SAO MARTINHO
	57	SAO MIGUEL DAS MISSOES
	58	SAO NICOLAU
	59	SAO PAULO DAS MISSOES
	60	SAO PEDRO DO BUTIA
	61	SAO VALERIO DO SUL
	62	SEDE NOVA
	63	SENADOR SALGADO FILHO
	64	SETE DE SETEMBRO
	65	TIRADENTES DO SUL
	66	TRES DE MAIO
	67	TRES PASSOS
	68	TUCUNDUVA
	69	TUPARENDI
	70	UBIRETAMA
	71	VITORIA DAS MISSOES
GRTE/SAO LEOPOLDO	1	SAO LEOPOLDO
GRTE/URUGUAIANA	1	ALEGRETE
	2	BARRA DO QUARAI
	3	ITACURUBI
	4	ITAQUI
	5	MACAMBARA
	6	MANOEL VIANA
	7	QUARAI
	8	SAO BORJA
	9	SAO FRANCISCO DE ASSIS
	10	URUGUAIANA
GRTE/VIAMÃO	1	GRAVATAI
	2	OSORIO
	3	VIAMAO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 86, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO - SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos do processo n.º 47544.000169/2015-71 e conceder autorização à empresa: FÁBRICA DE PAPEL E PAPELÃO NOSSA SENHORA DA PENHA S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 49.912.199/0003-85, situada à Rua Comendador Funabashi Tokuji, nº 170, Município de Itapira, Estado de São Paulo para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho. Esta autorização terá vigência pelo período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2017, a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta; observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. O intervalo e os turnos a serem observados são conforme fls. 02 e 03 do referido processo. A presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da supracitada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

VILMA DIAS

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA COLEGIADA

DELIBERAÇÃO Nº 333, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DCN - 262, de 12 de novembro de 2015, e no que consta do Processo nº 50505.027750/2015-19, delibera:

Art. 1º Autorizar a Rodovia do Aço S/A a promover a extinção sem resolução do mérito das Ações Judiciais ajuizadas com o objetivo de promover a regularização da faixa de domínio da Rodovia Lúcio Meira, BR-393/RJ, no que diz respeito aos trechos que poderão deixar de integrar o objeto do Contrato de Concessão quando da conclusão das obras de implantação dos Contornos de Barra do Piraí e Volta Redonda, bem como das Variantes de Jamapará, Sapucaia e Anta, sem prejuízo de nova propositura, caso não venha a se concretizar a supressão em questão.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 4.917, de 12.11.15, publicada no DOU nº 218, de 16.11.15, Seção 1, pág. 121, onde se lê: "...fundamentada no Voto DMB - 050, de 6 de novembro de 2015..."; leia-se: "...fundamentada no Voto DSL - 050, de 6 de novembro de 2015...".

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 345, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015 (*)

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo n.º 50520.045746/2015-36, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de rede de cabos de fibra óptica na faixa de domínio da Rodovia Deputado Wilson Mattos Branco, BR-392/RS, por meio de ocupação longitudinal, no trecho entre o km 071+300m e o km 199+700m, na Pista Sentido Santana da Boa Vista, em Pelotas/RS, Canguçu/RS, Piratini/RS e Santana da Boa Vista/RS, de interesse da Oi S/A.

Art. 2º Na implantação e conservação da referida rede de cabos de fibra óptica, a Oi deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela ECOSUL - Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A Oi não poderá iniciar a implantação da rede de cabos de fibra óptica objeto desta Portaria antes de assinar, com a ECOSUL, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A ECOSUL deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio Grande do Sul - URRS, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A Oi assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessa rede de cabos de fibra óptica, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A Oi deverá concluir a obra de implantação da rede de cabos de fibra óptica no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a Oi verifique a impossibilidade de conclusão da obra de implantação da rede de cabos de fibra óptica no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à ECOSUL sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que seja analisado o pedido e emitida a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo.

Art. 7º Caberá à ECOSUL acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente à rede de cabos de fibra óptica.

Art. 8º A Oi deverá apresentar, à URRS e à ECOSUL, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A implantação de rede de cabos de fibra óptica por meio de ocupação longitudinal autorizada resultará em receita extraordinária anual para a Concessionária no valor de R$ 448.722,00 (quatrocentos e quarenta e oito mil, setecentos vinte e dois reais), calculado conforme Resolução ANTT n.º 2.552/2008, que determina também o reajuste anual com base no IPCA.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A Oi abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO CASTILHO

(*) Republicada por ter saído com incorreção no texto original publicado no DOU nº 215, de 11-11-2015, Seção 1, pág. 95

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS

PORTARIA Nº 488, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentado no Processo nº 50500.348132/2015-41, resolve:

Art. 1. Indeferir o requerimento da NORDESTE TRANSPORTES LTDA. para redução de frequência mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros FOZ DO IGUAÇU (PR) - RIO DE JANEIRO(RJ), V. LONDRINA, prefixo 09-0829-00 .

Art. 2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MUÑOZ LOPES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 489, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentado no Processo nº 50500.073475/2015-47, resolve:

Art. 1. Deferir o requerimento da VIACAO SAMPAIO LTDA. para redução de frequência mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros BARRA MANSA(RJ) - VARGINHA(MG), prefixo 07-0969-00 , para 2 (dois) horários mensais, por sentido, todos os meses do ano.

Art. 2. Determinar à autorizatária sob regime especial de operação que comunique aos usuários do serviço acerca da redução da frequência mínima, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias de sua efetiva implantação, conforme o art. 8º da Resolução nº 597, de 2004.

Art. 3. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MUÑOZ LOPES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 490, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentado no Processo nº 50500.073468/2015-45, resolve:

Art. 1. Deferir o requerimento da VIACAO SAMPAIO LTDA. para redução de frequência mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros RESENDE(RJ) - QUELUZ(SP), prefixo 07-0798-20 , para 3 (três) horários semanais, por sentido, todos os meses do ano.

Art. 2. Determinar à autorizatária sob regime especial de operação que comunique aos usuários do serviço acerca da redução da frequência mínima, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias de sua efetiva implantação, conforme o art. 8º da Resolução nº 597, de 2004.

Art. 3. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MUÑOZ LOPES DE OLIVEIRA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

Regulamenta o procedimento para aplicação das sanções previstas nas Leis nº 8.666 de 21 de 1993, 10.520 de 17 de julho de 2002 e 12.462 de 04 de agosto de 2011, institui o rito do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR das infrações praticadas por contratos e licitantes contra o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 24, da Estrutura Regimental aprovado pelo Decreto nº 8.489, de 10 de julho de 2015, publicado no D.O.U de 13/07/2015, e aprovação da Diretoria Colegiada, em sua reunião do dia 26/10/2015, constante do Relato nº. 136/2015, incluído na Ata nº 39º/2015, e tendo em vista o constante no processo nº 50600.069452/2014-29, resolve:

Capítulo I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Instrução Normativa institui o rito do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR, referentes às infrações praticadas pelos contratados e licitantes contra o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, bem como regulamenta a competência para aplicação das sanções administrativas cabíveis, conforme previsto nas leis, normas, contratos e instrumentos convocatórios.

§ 1º As sanções de que trata esta Instrução Normativa são advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de licitar e contratar e declaração de idoneidade, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, art. 7º da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e art. 47 da Lei nº 12.462 de 04 de agosto de 2011.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 2º A adoção dos procedimentos descritos nesta norma não elide a realização, a qualquer tempo, do rito próprio da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, bem como do Decreto Regulamentador nº 8.420, de 18 de março de 2015, nos casos previstos.

Art. 2º Na aplicação das sanções administrativas de que trata esta instrução, a autoridade administrativa levará em conta a conduta praticada e a intensidade do dano provocado, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

Art. 3º Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Instrução Normativa, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

Art. 4º Para os fins desta Instrução Normativa consideram-se:

I - notificação de infração: documento pelo qual a autoridade competente á ciência ao contratado ou licitante da constatação de que ele praticou infração ao procedimento licitatório, ás normas contratuais ou à legislação pertinente;

II - fiscalização: atividade exercida de modo sistemático, com o objetivo de zelar pelo cumprimento das disposições relativas à execução do contrato e do total adimplemento das obrigações contratuais, a qual envolve a inspeção e o controle técnico permanente de obra ou serviço, com a finalidade de examinar ou verificar se sua execução obedece ao projeto, especificações e prazos estabelecidos. Podem ser designados para efetuar a fiscalização um servidor ou uma equipe de servidores que detenham conhecimento técnico do objeto contratado;

III - gestor do contrato: servidor designado para gerenciar e supervisionar a execução do contrato administrativo, dando suporte à formalização dos atos a serem praticados pelo DNIT, com vistas ao integral cumprimento do objeto contratual, salvo o de aplicar sanções administrativas atinentes ao contratado infrator, função esta, destinada à autoridade competente definida por esta instrução normativa;

IV - contratado: pessoa física ou jurídica que assume a obrigação de entregar os bens ou prestar serviços ao DNIT, mediante contrato, recebimento de nota de empenho e admissão à adesão a ata de registro de preços;

V - licitante: pessoa física ou jurídica que participa de certame licitatório promovido pelo DNIT, independente de vir a ser contratada ou não;

VI - autoridade competente: pessoa física investida de poder administrativo para expedir atos administrativos, que por competência exclusiva ou delegada - Presidente de Comissão de Licitação, Diretores, Superintendentes, Coordenadores, Chefes de Setor e fiscais de contrato;

VII - Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidades - PAAR: é procedimento formal destinado a identificar e documentar a infração informada, bem como registrar o contraditório e a ampla defesa da outra parte e a sanção eventualmente aplicada;

VIII - contrato: quaisquer instrumentos que expressem uma comunhão de vontades tendo como parte o DNIT, tais como contratos, termos de adesão e notas de empenho recebidas;

IX - interessado: contratado ou licitante que é parte de um PAAR.

Parágrafo único. As comunicações regulares dos fiscais com as contratadas, sob qualquer título e que versem sobre o andamento regular do contrato, não se constituem em notificação de infração.

Capítulo II

Das Disposições Gerais

Seção I

Das Competências

Art. 5º Conforme o fato apurado, são competentes para proferir decisões relativas aos PAAR, exceto nos casos de declaração de inidoneidade:

I - durante execução contratual ou em caso de recusa de assinar o contrato: o Coordenador-Geral, na Sede, ou Coordenador Setorial, na Superintendência, onde se encontra lotado o responsável pela fiscalização do contrato;

II - durante procedimento licitatório: o Coordenador-Geral de Cadastro e Licitações ou o Chefe da Seção de Cadastro e Licitações onde o procedimento for conduzido;

III - nos casos previstos nos parágrafos 2º e 3º deste artigo, o Diretor Executivo;

§ 1º Os recursos contra as decisões de PAAR serão apreciados, em uma única instância, pelo Diretor Executivo ou o Superintendente Regional, nos casos do inciso I, pelo Diretor Setorial ou Superintendente Regional nos casos do inciso II, e pelo Diretor-Geral nos casos do inciso III;

§ 2º O Superintendente Regional poderá propor que o PAAR iniciado em sua Unidade seja continuado na Sede do DNIT, mediante despacho fundamentado dirigido ao Diretor Executivo;

§ 3º Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação pelo Diretor Executivo da competência para processar e proferir decisões em PAAR iniciados na Superintendência Regional;

§ 4º Aquele que, no exercício de suas competências, tiver conhecimento de qualquer irregularidade que possa ensejar a aplicação de sanções previstas nesta instrução e não tomar as medidas cabíveis, retardando ou omitindo-se no seu dever, estará sujeito à apuração de responsabilidade.

§ 5º O fiscal do contrato ou o membro de equipe de fiscalização deverá informar à autoridade competente qualquer irregularidade identificada na execução do contrato sob seu acompanhamento, estando sujeito à apuração de responsabilidade nos termos do parágrafo anterior;

§ 6º O servidor que identificar irregularidade na participação em procedimento licitatório ou na execução de contratos do DNIT deverá comunicar o fato à autoridade competente, a qual solicitará ou determinará a instauração de PAAR;

§ 7º Os agentes indicados nos incisos I a III deste artigo são responsáveis pela documentação do resultado do PAAR, devendo providenciar a publicação de decisões de qualquer instância, a aplicação de registros cadastrais e a emissão e envio de guias de pagamento de multas.

Seção II

Dos Impedimentos e da Suspeição

Art. 6º Aplica-se às autoridades competentes para decidir o PAAR as regras de impedimento e suspeição da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

Art. 7º A autoridade que incorrer em impedimento deve comunicar o fato ao seu substituto, abstendo-se de atuar.

Parágrafo único. A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares.

Art. 8º O indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, sem efeito suspensivo.

Art. 9º Na hipótese de suspeição ou impedimento da autoridade para proferir decisão nos processos de PAAR, passará a ser competente o seu substituto legalmente designado.

Parágrafo único. O membro da Diretoria Colegiada impedido ou suspeito não votará na deliberação do recurso administrativo.

Capítulo III

Das Sanções Aplicáveis

Das Espécies de Sanções Administrativas

Art. 10. A contratada que não cumprir integralmente as obrigações assumidas ou o licitante, nos casos previstos em lei, garantindo o contraditório e a ampla defesa, está sujeito às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação;

IV - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal;

V - declaração de inidoneidade.

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos I, III, IV e V deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia ao interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Seção I

Da Advertência

Art. 11. Aviso por escrito emitido ao contratado pela inexecução total ou parcial do contrato e será expedida pelas autoridades dispostas nos incisos I e II do artigo 5º, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório.

Seção II

Da Multa

Art. 12. Sanção pecuniária imposta ao contratado ou licitante, que poderá ser:

I - de caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, quando será aplicada nos seguintes percentuais:

a)0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso não for superior 30 (trinta) dias corridos;

b)0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sob o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante;

II - de caráter compensatório, quando será aplicada nos seguintes percentuais:

a)15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, inexecução parcial do objeto pela contratada ou nos casos de rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida;

b)20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela sua inexecução total.

Art. 13. A multa será formalizada mediante apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e será executada observando-se a seguinte ordem:

I - mediante quitação do valor da penalidade por parte do fornecedor em prazo a ser determinado pela autoridade competente;

II - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

III - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada e;

IV - mediante procedimento judicial.

Parágrafo único. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo índice estipulado em contrato ou, na falta deste, pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGO-M) ou aquele que vier a substituí-lo.

Art.14. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

Parágrafo único. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias;

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança, nos termos dos atos regulamentares expedidos pela AGU.

Seção III

Da Suspensão

Art. 15. Impedimento temporário de participar de licitações e de contratar com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, pelo prazo que esta Autarquia fixar e arbitrado de acordo com a natureza e a gravidade da falta, respeitando o limite de 2 anos.

Seção IV

Do Impedimento

Art. 16. Nas licitações e contratos regidos pelas Lei nº 10.520/2002 e 12.462/2011, poderá ser impedido de licitar União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos e será descredenciado do SICAF, sem prejuízo de multas previstas no instrumento convocatório e no contrato, bem como das demais cominações legais, aquele que:

I - convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato;

II - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso;

III - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

IV - não mantiver a sua proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado; ou

V - comportar-se de modo inidôneo.

Parágrafo único. Incorre na mesma sanção o contratado sob o regime da Lei nº 12.462/2011 que der causa à inexecução total ou parcial do contrato.

Seção VI

Da Declaração de Inidoneidade

Art. 17. Penalidade cuja aplicação pode ser proposta ao Ministro de Estado dos Transportes, à vista dos motivos informados na instrução processual.

Parágrafo único. A declaração de inidoneidade prevista neste artigo permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção, não superior a 2 (dois) anos.

Capítulo IV

Do Processo Administração de Apuração de Responsabilidade

Seção I

Da Instauração

Art. 18. O procedimento de apuração de responsabilidade de que trata esta instrução será autuado em processo com numeração única e instruído pela sede, ou pela unidade regional, conforme disposto no art. 5º, devendo conter necessariamente os seguintes documentos, conforme o caso:

I - a descrição dos fatos, local, e demais circunstâncias que caracterizem o suposto descumprimento de obrigação;

II - qualificação da contratada ou licitante;

III - cópia integral do contrato, incluindo termos aditivos e apostilamentos;

IV - cópia da ata da sessão do procedimento licitatório;

V - cópia da garantia apresentada ao DNIT pelo fornecedor;

VI - cronograma e diários de obra;

VII - data de início da contagem do prazo de atraso para contagem da multa;

VIII - parecer técnico, relatando o impacto do descumprimento;

IX - outros documentos entendidos como de interesse à elucidação dos fatos.

§ 1º Verificada irregularidade contratual, deverá o fiscal ou gestor de contrato, notificar o fornecedor do ocorrido, pedindo-lhe providências e justificativas, no intuito de sanar a falta contratual.

§ 2º Tratando-se de irregularidade cometida por licitante, a notificação será produzida pelo pregoeiro ou pelo Presidente da Comissão de Licitação.

§ 3º Não tomando o fornecedor, providências para regularizar sua situação perante o firmado com a Administração, deverá então ser levado o fato a conhecimento da autoridade competente, obedecidas as disposições do caput deste artigo.

§ 4º Após abertura de PAAR a autoridade competente determinará a expedição de notificação de infração ao fornecedor, intimando-o e informará quais disposições contratuais, normas técnicas do DNIT e normas legais deixaram de ser atendidas, bem como a fundamentação legal para possível aplicação da sanção administrativa.

§ 5º Em uma mesma atividade de fiscalização, serão lavradas tantas notificações de infração quantas forem as infrações cometidas.

§ 6º As infrações correlatas, cometidas na mesma condição de tempo e lugar e contra o mesmo contrato ou licitação serão objeto do mesmo PAAR.

§ 7º Os responsáveis pela gestão ou pela fiscalização do contrato deverão abster-se de dirigir novas notificações ou tratativas relativas ao objeto da notificação, sem dar prévio conhecimento ao responsável pelo PAAR.

Art. 19. A intimação via notificação de infração, será realizada pessoalmente ou por meio de AR, pela agência dos correios.

§ 1º Quando não for possível a intimação conforme disposto no parágrafo anterior, ou no caso de interessado não encontrado ou com domicílio indefinido, a intimação será feita por edital, publicado uma única vez no Diário Oficial da União.

§ 2º A intimação pode ser anulada quando feita sem observância das prescrições legais e regulamentares, mas sua falta ou irregularidade pode ser suprida por ato sanatório da Administração, via publicação de edital no D.O.U ou pelo atendimento por parte do interessado.

§ 3º Constitui ônus do contratado manter seu domicílio atualizado junto ao gestor do contrato, o qual cientificará o encarregado do PAAR de quaisquer alterações informadas no decorrer do procedimento.

§ 4º Considerar-se-á feito a intimação quando assinada por preposto do licitante ou contratado, na data informada pelos Correios do efetivo recebimento da correspondência, no endereço expresso na notificação ou, no caso de interessado não encontrado ou com domicílio indefinido, na data de publicação da notificação no Diário Oficial da União.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 20. Nos casos de PAAR em que possa haver aplicação de multa, a Administração deverá oficiar a Seguradora da expectativa de sinistro.

Art. 21. O interessado poderá oferecer defesa prévia em até dez dias a contar de sua notificação.

Art. 22. As manifestações do interessado não serão conhecidas quando interpostas:

I - fora do prazo;

II - por quem não seja legitimado;

III - preclusas;

IV - após exaurida a esfera administrativa.

§ 1º A defesa prévia intempestiva poderá, a critério da Administração, ser conhecida quando a decisão ainda não tiver sido proferida.

§ 2º A autoridade competente, a requerimento do fornecedor, poderá, julgando relevantes as justificativas apresentadas, conceder dilação de prazo para apresentação de sua defesa.

§ 3º Cabe ao interessado a prova dos fatos de que tenha alegado, sem prejuízo do dever atribuído ao órgão competente para a instrução.

Art. 23. Somente poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas apresentadas pelos interessados quando forem ilícitas, inconsistentes, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

Art. 24. A autoridade competente poderá declarar extinto o processo a qualquer tempo, caso julgue procedentes as justificativas apresentadas pelo fornecedor, ocasião em que registrará nos autos, de forma fundamentada, os motivos pelos quais as considera procedentes.

Seção II

Da Instrução Processual

Art. 25. O responsável pelo PAAR fará constar nos autos os dados necessários à decisão, devendo elaborar nota técnica contendo análise dos fatos, dos argumentos e das provas apresentadas em sede de defesa e opinando sobre a materialização ou não do descumprimento.

Art. 26. Os fatos de inscrição que exijam providências por parte dos interessados devem realizar-se do modo menos onerosos para estes.

Art. 27. Quando for necessária a prestação de informações adicionais ou a apresentação de provas pelos interessados ou terceiros, serão expedidas intimações para esse fim, mencionando-se data, prazo, forma e condições de atendimento.

Parágrafo único. Não sendo atendida a intimação, o órgão competente poderá, se entender relevante a matéria, suprir de ofício a omissão, não se eximindo de proferir a decisão.

Seção III

Da Decisão

Art. 28. A autoridade competente analisará o processo e proferirá sua decisão, contendo, no mínimo, descrição sucinta dos fatos e, conforme o caso:

I - a fundamentação pelo acolhimento da defesa e arquivamento;

II - as normas, cláusulas contratuais ou editalícias definidoras da infração e as sanções aplicadas; ou

III - a fundamentação da proposta de declaração de inidoneidade.

Art. 29. O interessado será intimado do teor da decisão, nos moldes do art.19, e disporá do prazo de 10 (dez) dias para apresentar recursos administrativo.

Art. 30. Efetivada a intimação, caso a decisão seja por aplicação de sanção, será aplicada no Diário Oficial da União, na forma de extrato, o qual deverá conter:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo de impedimento ou suspensão para licitar e contratar e, nos casos de multa, o respectivo valor;

III - o descumprimento cometido;

IV - o fundamento legal da sanção aplicada;

V - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

Art. 31. Na hipótese de ser verificada situação que enseje a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, será apresentada proposta fundamentada para ser submetida ao Diretor-Geral e, caso aprovada pela Diretoria Colegiada, encaminha em seguida ao Ministério de Estado dos Transportes.

Art. 32. Interposto recurso administrativo, serão as razões deste analisadas pela Administração, que proferirá decisão definitiva.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade responsável por decidi-lo por intermédio da que proferiu a decisão recorrida, a qual que deverá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, exercer o seu juízo de retratação ou fazê-lo subir devidamente informados.

§ 2º A tempestividade recursal deve ser aferida pela data em que foi protocolado o recurso.

§ 3º A possibilidade de concessão de efeito suspensivo à penalidade aplicada se pautará pelo disposto no art. 61 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

Art. 33. Quando aplicada penalidade de multa, a Administração deverá, juntamente com a notificação da decisão de penalidade, encaminhar ao interessado GRU para pagamento, com prazo não inferior a 15 (quinze) dias corridos.

§ 1º Decorridos 5 (cinco) dias úteis do vencimento da GRU e sem o registro do pagamento, será promovida a cobrança nos moldes dos incisos II ou III do art. 13.

§ 2º Restando, ainda assim, impossibilitada a cobrança, será promovida a inscrição em dívida ativa e a cobrança judicial do interessado.

Art. 34. Após análise do Recurso Administrativo e de todos os documentos acostados nos autos, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada definitiva em até 5 (cinco) dias úteis, podendo:

I - ratificar a decisão de primeira instância; ou

II - reformar a decisão.

Art. 35. O extrato da decisão definitiva será publicado no Diário Oficial da União.

Parágrafo único. Após a publicação da decisão definitiva, esta será registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e o processo administrativo será apensado ao processo principal a que se encontrar vinculado.

Capítulo VI

Disposições Finais

Art. 36. Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

Art. 37. Além das sanções legais cabíveis, regulamentadas por esta Instrução Normativa, o fornecedor ficará sujeito, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias ou contratuais.

Art. 38. Os instrumentos convocatórios e os contratos deverão fazer menção a esta Instrução Normativa.

Art. 39. Caso haja disposições nesta Instrução que seja conflitante com editais já publicados ou contratos em curso, prevalecerão estes últimos.

Art. 40. Fica revogada a Instrução Normativa nº 01/2013/DG/DNIT, de 25 de novembro de 2013 e publicada no D.O.U de 26 de novembro de 2013, Seção 1, página 71, e todas as disposições em contrário.

Art. 41. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 16 de novembro de 2015

PROCESSO Nº: 50606.021394/2014-01 - INTERESSADO: EMPRESA RONCAFÉ MÁQUINAS AGRÍCOLAS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.325.189/0001-80 - ASSUNTO: Recurso Administrativo.

Conheço do Recurso Administrativo (fls. 64/70), por tempestivo, para no mérito negar-lhe provimento, acolhendo os fundamentos jurídicos exarados pelo Parecer Nº 00733/2015/PFE-DNIT/PGF/AGU (fl. 88/91), de 08/07/2015, da Procuradoria Federal Especializada/AGU junto ao DNIT/Sede.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CONSELHO SUPERIOR

EXTRATO DA ATA DA 177ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2015

Início: 09h17.

Presidência: Ronaldo Curado Fleury. Presentes os Senhores Conselheiros: Ivana Auxiliadora Mendonça Santos, Rogério Rodriguez Fernandez Filho, Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas, Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano, Sandra Lia Simón (Conselheira Secretária), Manoel Jorge e Silva Neto e Ricardo José Macedo de Britto Pereira. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente) e Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre e a Ouvidora do MPT Heloisa Maria Moraes Rego Pires. Presentes o Corregedor-Geral do MPT Maurício Correia de Mello e o Vice-Presidente da ANPT, o Procurador do Trabalho Ângelo Fabiano Farias da Costa.

Deliberação:

01 - Processo CSMPT nº 2.00.000.008925/2014-00.

Interessado: Associação dos Procuradores do Trabalho - ANPT.

Assunto: Regulamentação, no âmbito do MPT, da gratificação por exercício cumulativo de Ofícios.

Relatora: Conselheira Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano.

Revisor: Conselheiro Ricardo José Macedo de Britto Pereira.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, pela retirada do processo da pauta. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente) e Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre. CSMPT, 177ª Sessão Extraordinária, 13/11/2015.

Término: 10h16.

RONALDO CURADO FLEURY
Presidente do Conselho

SANDRA LIA SIMÓN
Conselheira Secretária

Poder Legislativo

SENADO FEDERAL
DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 185, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL ADJUNTO DE CONTRATAÇÕES DO SENADO FEDERAL, no exercício da competência estabelecida no inciso VI do artigo 10 do anexo V do Ato da Comissão Diretora nº 12, de 2014, pelos fundamentos expostos nos autos do Processo nº 00200.014356/2015-69, e com base no item 27.4 do Edital do Pregão Eletrônico nº 071/2015, combinado com o inciso VI do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 9.784/1999, aplica à empresa ALFAMAX COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LIMPEZA E ESCRITÓRIO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 16.812.837/0001-75, com endereço na ADE Conjunto 19, lotes 21/22, Águas Claras, CEP: 71.989-000 Distrito Federal, penalidade de MULTA no valor de R$ 2.444,25 (dois mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), cumulada com a pena de impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de 01(um) mês, por deixar de apresentar documentação exigida no Edital do Pregão Eletrônico nº 0071/2015, e consequentemente, não manter sua proposta de preços, em descumprimento ao item 10.1 do referido instrumento convocatório.

HUMBERTO LUCENA PEREIRA DA FONSECA

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

PORTARIA Nº 378, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

O DESEMBARGADOR DO TRABALHO-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o disposto nos artigos 54, III, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 04-05-2000, resolve

Art. 1º. Emitir o Relatório de Gestão Fiscal, para a republicação do demonstrativo da despesa com pessoal em relação à receita corrente líquida, referente ao período de setembro de 2014 a agosto de 2015.

Art. 2º. O Relatório de Gestão Fiscal, em anexo, será publicado na forma do disposto no § 2º do artigo 55 da Lei Complementar nº 101 de 04.05.2000.

EDSON MENDES DE OLIVEIRA

ANEXOS
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015
(REPUBLICAÇÃO)

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")			R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**526.952.879,60**	**4.693.997,08**	**531.646.876,68**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015111800083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Pessoal Ativo	389.754.181,05	1.500.740,99	391.254.922,04
Pessoal Inativo e Pensionistas	137.198.698,55	3.193.256,09	140.391.954,64
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	**128.952.246,60**	**4.065.517,09**	**133.017.763,69**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	42.611,37	0,00	42.611,37
Despesas de Exercícios Anteriores	1.795.135,55	4.065.517,09	5.860.652,64
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	127.114.499,68	0,00	127.114.499,68
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**398.000.633,00**	**628.479,99**	**398.629.112,99**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				656.857.643.000,00
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III / IV) x 100		0,060592%	0,000096%	0,060687%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,114128%			749.658.490,80
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,108422%			712.175.566,26
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	0,102715%			674.692.641,72

FONTE: SIAFI 2014 e 2015 e Serviço de Orçamento e Finanças - 18-09-2015 15h30min.
Notas: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.
2) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R$ 57.328.728,38;
3) Despesa Liquidada com Precatórios da Administração Indireta R$ 64.441,00 e
4) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R$ 40.763.992,46.

Des. EDSON MENDES DE OLIVEIRA
Presidente do Tribunal

MARCUS VINICIUS DE LIMA OLIVEIRA
Diretor-Geral da Secretaria Substituto

PAULO CÉSAR DIAS
Diretor da Secretaria Administrativa

SIDÔNIO JACINTHO DE OLIVEIRA NETO
Assessor de Controle Interno

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 382, 24 DE OUTUBRO DE 2015

Dá publicidade externa à Instrução Eleitoral do Conselho Regional de Biologia da 5ª Região - CRBio-05 (PE, CE, MA, PB, PI, RN), para o mandato de 16 de março de 2016 a 16 de março de 2020.

O CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA - CFBio, Autarquia Federal, com personalidade jurídica de direito público, criado pela Lei nº 6.684, de 03 de setembro de 1979, alterada pela Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982 e regulamentada pelo Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e Considerando a decisão do Plenário do CFBio na 302ª Sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 24 de outubro de 2015; resolve:

Art. 1º É dada publicidade externa à Instrução Eleitoral que regulamenta o Processo para Eleição e Posse dos Conselheiros do Conselho Regional de Biologia da 5ª Região - CRBio-05 (PE, CE, MA, PB, PI, RN), para o mandato de 16 de março de 2016 a 16 de março de 2020. Parágrafo único. Cópia da íntegra da Instrução Eleitoral encontra-se na sede do Conselho Regional de Biologia da 5ª Região - CRBio-05, e no site do CRBio-05: www.crbio5.gov.br, à disposição dos interessados.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

WLADEMIR JOÃO TADEI
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA BAHIA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

BALANÇO PATRIMONIAL COMPARADO 2014 / 2013 Valores expressos em Reais

ATIVO	2014	2013	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	2013
CIRCULANTE	2.453.247,25	2.071.943,63	CIRCULANTE	1.489.834,07	1.797.994,89
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.518.269,95	1.213.134,41	Obrigações Trabalhistas e Previd. a pagar	81.334,43	42.077,48
Créditos a Receber de Curto Prazo	648.197,47	570.530,56	Obrigações de Curto Prazo	385.097,67	151.324,21
Demais Créditos e valores de Curto Prazo	240.584,05	234.466,81	Demais Obrigações de Curto Prazo	81.024,56	81.778,44
Estoques	39.750,41	48.343,81	Provisões de Curto Prazo	942.377,41	1.522.814,76
Despesas Pagas Antecipadamente	6.445,37	5.468,04	NÃO CIRCULANTE	0,00	86.673,29
NÃO CIRCULANTE	4.667.046,33	7.531.532,65	Obrigações fiscais de Longo Prazo	0,00	86.673,29
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	1.517.979,74	4.559.342,14	PATRIMÔMIO LÍQUIDO	5.630.459,51	7.718.808,10
Investimentos e Imobilizado	3.149.066,59	2.972.190,51	Patrimônio Social	5.630.459,51	7.718.808,10
TOTAL DO ATIVO	7.120.293,58	9.603.476,28	TOTAL DO PASSIVO + PL	7.120.293,58	9.603.476,28
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	0,00	8.598,16	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00

BALANÇO FINANCEIRO COMPARADO 2014 / 2013 Valores expressos em Reais

INGRESSOS	2014	2013	DISPÊNDIOS	2014	2013
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	9.447.836,70	9.679.724,72	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	9.312.448,09	9.084.866,03
Receitas Correntes	9.381.336,70	9.484.349,72	Despesas Correntes	9.010.154,50	8.951.856,16
Receitas de Capital	66.500,00	195.375,00	Despesas de Capital	302.293,59	133.009,87
RECEBIMENTOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS	9.123.993,99	15.049.489,50	PAGAMENTOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS	8.954.247,06	14.817.406,01
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	403.985,82	522.915,06	Adiantamentos Concedidos a Pessoal	420.023,19	515.717,73
Adiantamentos a Terceiros	10.579,38	93,44	Adiantamentos a Terceiros	12.078,74	116,80
Tributos e Contribuições a recuperar	47.935,46	45.346,75	Tributos e Contribuições a recuperar	64.235,26	44.791,01
Créditos por Danos ao Patrimônio	0,00	700,00	Créditos por Danos ao Patrimônio	5.868,64	0,00
Depósitos Restituíveis e Val. Vinculados	0,00	259.037,28	Créditos e Valores a Receber	15.245,76	7.368.642,71
Créditos e Valores a Receber	48.833,69	7.369.780,56	Pessoal a Pagar	1.725.597,91	1.441.682,77
Pessoal a Pagar	1.725.597,91	1.441.682,77	Encargos Sociais a Pagar	846.882,36	835.251,05
Encargos Sociais a Pagar	886.139,31	810.774,04	Obrigações de Curto Prazo	2.872.773,60	2.095.467,61
Obrigações de Curto Prazo	3.106.547,06	2.072.399,35	Contas a pagar	686.911,23	337.936,73
Contas a pagar	652.253,32	279.033,36	Transferências Legais	1.657.490,82	1.739.343,48
Transferências Legais	1.667.254,03	1.742.665,11	Provisões Trabalhistas	559.368,45	438.456,12
Provisões Trabalhistas	573.770,20	487.114,35	Obrigações Fiscais de Longo Prazo	87.771,10	0,00
Obrigações Fiscais de Longo Prazo	1.097,81	12.403,07			
Cancelamento de Restos a Pagar	0,00	5.544,36			
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.213.134,41	645.229,51	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	1.518.269,95	1.312.134,41
Total	19.784.965,10	25.374.443,73	Total	19.784.965,10	25.115.406,45

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS COMPARADA 2014 / 2013
EXERCÍCIO DE 2014 Valores expressos em Reais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS 2014		2013	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2014	2013
Contribuições	10.031.698,04	9.149.366,40	Pessoal e Encargos	3.965.723,17	3.705.983,52
Exploração de Bens e Serviços	443.175,17	370.734,35	Benefícios Assistenciais	562,14	22.921,18
Financeiras	3.381.258,52	3.620.476,02	Uso de Bens e Serviços	2.889.251,26	2.997.616,75
Transferências	89.300,86	95.953,69	Financeiras	436.833,44	682.751,26
Valorização e Ganhos com Ativos	34.600,00	0,00	Transferências	164.803,09	147.050,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.818.517,79	6.736.793,73	Tributárias e Contributivas	2.013.819,95	2.592.267,69
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas	16.798.550,38	19.973.324,19	Desvalorização e Perda de ativos	2.981.168,91	6.026.632,72
			Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	358.921,55	351.491,51
			Total das Variações Patrimoniais Diminutivas	12.811.083,51	16.526.714,63
Superávit patrimonial do exercício				3.987.466,87	3.446.609,56

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS	2014	2013
Incorporação de Ativos	302.293,59	33.009,87
Desincorporação de Ativos	66.500,00	195.375,00
Desincorporação de Passivos	0,00	100.000,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
EXERCÍCIO DE 2014 Valores expressos em Reais

RECEITAS	Previsão	Previsão atualizada	**Receitas realizadas**	Saldo
RECEITAS CORRENTES	10.700.000,00	10.700.000,00	9.381.336,70	-1.318.663,30
Receitas de Contribuições	8.975.792,92	8.975.792,92	7.718.666,72	-1.257.126,20
Exploração de Bens e Serviços	473.854,99	473.854,99	398.462,32	-75.392,67
Financeiras	908.759,21	908.759,21	815.625,90	-93.133,31
Transferências	68.068,00	68.068,00	89.300,86	21.232,86
Outras Receitas Correntes	273.524,88	273.524,88	359.280,90	85.756,02
RECEITA DE CAPITAL	45.000,00	45.000,00	66.500,00	21.500,00
Alienação de Bens	45.000,00	45.000,00	66.500,00	21.500,00
Total	10.745.000,00	10.745.000,00	9.447.836,70	-1.297.163,30

DESPESAS	Dotação inicial	Créditos adicionais	Dotação atualizada	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Saldo da dotação
DESPESAS CORRENTES	9.679.057,39	732.784,31	10.411.841,70	9.010.154,50	9.010.154,50	1.401.687,20
Pessoal e Encargos	4.169.471,00	199.339,90	4.368.810,90	3.965.723,17	3.965.723,17	403.087,73
Benefícios Assistenciais	2.000,00	-1.172,00	828,00	562,14	562,14	265,86
Uso de Bens e Serviços	3.228.375,00	222.106,32	3.450.481,32	2.778.169,81	2.778.169,81	672.311,51
Financeiras	40.000,00	223.002,00	263.002,00	240.721,60	240.721,60	22.280,40
Transferências Correntes	170.000,00	3.553,09	173.553,09	172.953,09	172.953,09	600,00
Tributárias e Contributivas	2.059.211,39	26.649,00	2.085.860,39	1.795.486,46	1.795.486,46	290.373,93
Outras Despesas Correntes	10.000,00	59.306,00	69.306,00	56.538,23	56.538,23	12.767,77
DESPESAS DE CAPITAL	1.065.942,61	-732.784,31	333.158,30	302.293,59	302.293,59	30.864,71
Investimentos	1.065.942,61	-732.784,31	0,00	302.293,59	302.293,59	30.864,71
Superávit Orçamentário				135.388,61		
Total da Despesa	10.745.000,00		10.745.000,00	9.312.448,09	9.312.448,09	1.432.551,91

Salvador, 31 de Dezembro de 2014
VALNEI NASCIMENTO DA FONSECA
Contador CRCBA 20.705/O

WELLINGTON DO CARMO CRUZ
Presidente
Contador CRCBA 14.469/O

NOTAS EXPLICATIVAS

O Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia, localizado à Rua do Salete, nº 320, Barris, Salvador-Ba, criado pelo Decreto Lei 9.295/46 alterado pela Lei 12.249/2010, vinculado ao Conselho Federal de Contabilidade, dotado de personalidade jurídica de direito público e forma federativa, constitui uma Autarquia Federal da administração Indireta, que tem como finalidade o registro e a fiscalização dos profissionais da contabilidade, legalmente habilitados com formação escolar, e escritórios contábeis e promover a adequação profissional continuada. As demonstrações Contábeis apresentadas foram elaboradas em conformidade com a Lei 4.320/64, com a observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao setor Público; aos princípios contábeis geralmente aceitos, a Resolução CFC 1.161/09 que aprovou o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs. A metodologia de cálculo do percentual de inadimplência utilizada para constituir a provisão para devedores duvidosos foi a média dos exercícios de 2012, 2013 e 2014 conforme orientação VPCI nº08/2013. A depreciação dos bens patrimoniais exigida conforme NBCTSP nº 16.09 foi efetuada sendo utilizada a taxas de depreciação conforme a INT/VPCI 4/2012, considerando o fator vida útil. O valor residual aplicado foi de 10% para todos os bens móveis e imóveis. A provisão de férias é constituída mensalmente ao regime de competência, com base nos saldos de férias adquiridos e proporcionais, acrescidos dos respectivos encargos sociais. Segundo informação fornecida pela assessoria Jurídica dos processos judiciais existente contra o CRCBA foram registrados apenas aqueles com perda provável por parte deste Conselho. É constituída a provisão de cota parte que figura como provisão de cota parte no Passivo, representando 20% do valor dos créditos a receber, excluindo as perdas prováveis. No Balanço Patrimonial de 2013 são considerados como Ajustes de Exercícios Anteriores, o reconhecimento de ajustes decorrentes de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis (item 24 - NBC T 16.5. - Registro Contábil), desta forma, foram evidenciados os valores que pertenceram a exercícios anteriores assim distribuídos: baixa de provisão ativa referentes a processos judiciais (Tomada de Contas Especiais) com baixa expectativa de retorno positivo no valor de R$259.037,28 (duzentos e cinquenta e nove mil, trinta e sete reais e vinte e oito centavos) e crédito de R$7.544,36 (sete mil quinhentos e quarenta e quatro reais e trinta e seis centavos), referente à baixa de restos a pagar do exercício de 2012. Ressalta-se que a baixa da provisão ativa de valores referentes a processos judiciais acima mencionada gerou uma diferença entre Ingressos e Dispêndios no Balanço Financeiro 2013 uma vez que seu registro ocorreu anterior às alterações nos critérios contábeis, não constando este grupo de contas na parametrização do balancete financeiro o que gerou a diferença no ato da registro da baixa.

CERTIFICADO DE AUDITORIA 175/15

(Gestão Exercício 2014)

Quanto à gestão, consubstanciado nos trabalhos realizados, e de acordo com a Resolução CFC nº 1.101/07, e considerando as indicações e recomendações transcritas no Relatório de recomendações da Auditoria nº 175/15, atestamos pela REGULARIDADE DA GESTÃO, para o exercício de 2014, do Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia.

Brasília, 10 de abril de 2015. AUDILINK & CIA. AUDITORES CRCRS 003688/O-2 F-BA ROBERTO CALDAS BIANCHESSI CONTADOR CRCRS 40078/O-7 S-BA SÓCIO RESPONSÁVEL TÉCNICO

DELIBERAÇÃO CFC 50/2015 CÂMARA DE CONTROLE INTERNO

Processo CFC/CCI nº 2014/000143 Interessado: CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA BAHIA Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2014. Delibera: Aprovar a Prestação de Contas do exercício de 2014 do Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia, concluindo pela Regularidade da Gestão, conforme decisão da Câmara de Controle Interno. Relator: CT Maria do Rosário de Oliveira Ata CCI nº.: 273

Brasília DF, 17 de junho de 2015
Contadora Lucilene Florêncio Viana
Vice-Presidente de Controle Interno
Homologação: Decisão aprovada pelo Egrégio Plenário do CFC ATA nº 1007
Brasília-DF, 17 de junho de 2015
Contador José Martonio Alves Coelho
Presidente

Salvador, 3 de setembro de 2015
WELLINGTON DO CARMO CRUZ
Presidente do Conselho

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

RESOLUÇÃO Nº 388, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento analítico do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina para o Exercício de 2015.

O PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CRCSC, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o que preceitua a Resolução CFC nº 1161/09 de 13 de fevereiro de 2009 e a Lei nº 4320/64,

CONSIDERANDO a análise da execução orçamentária de 2015, onde foi verificada a necessidade de se proceder ajustes na previsão das receitas e nas dotações orçamentárias das despesas,

CONSIDERANDO o parecer favorável da Câmara de Controle Interno do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, resolve:

Art. 1º - Abrir Crédito Adicional Suplementar ao orçamento do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, para o exercício financeiro de 2015, no valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais);

Parágrafo Único - Para a abertura do presente Crédito Adicional Suplementar serão utilizados recursos provenientes de Excesso de Arrecadação do Orçamento de 2015 conforme quadro abaixo:

RECEITAS (em Reais)			
CÓDIGO	RUBRICAS	SUPLEMENTA	PROJETO
6.2.1.3.05.01.002	TÍTULOS DE RENDA FIXA	9.307,28	-
6.2.1.3.05.01.003	POUPANÇA	47.445,15	-
6.2.1.9.01.02.001	MULTAS DE INFRAÇÕES - PROFISSIONAIS	193.247,57	-
TOTAL		250.000,00	

DESPESAS (em Reais)			
CÓDIGO	RUBRICAS	SUPLEMENTA	PROJETO
6.3.1.3.02.01.018	SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	30.000,00	3017/3018
6.3.1.3.02.01.035	POST.DE CORRESPONDÊNCIA INSTITUCIONAL	20.000,00	3017
6.3.1.3.02.03.003	DIÁRIAS - COLABORADORES	39.000,00	3014/1007
6.3.1.3.02.01.009	SERV. DE SEGURANÇA PREDIAL E PREVENTIVA	9.000,00	5008
6.3.1.4.01.02.002	DESPESAS COM COBRANÇA	7.000,00	1005
6.3.1.6.01.02.001	COTA PARTE	140.000,00	5014
6.3.1.6.01.02.002	FIDES	5.000,00	5014
TOTAL		250.000,00	

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 14 de outubro de 2015.
ADILSON CORDEIRO
Presidente do Conselho

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL

ACÓRDÃO

RECURSO N. 49.0000.2013.013064-8/OEP. Recte: J.C.P.H. (Adv: João Carlos Pereira Hoeller OAB/SC 6169). Recdo: Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal José Guilherme Carvalho Zagallo (MA). Relator para o acórdão: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). EMENTA N. 136/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Segunda Câmara, que indefere pedido de revisão de processo disciplinar. Artigo 73, § 5º, da Lei n. 8.906/94. Erro de julgamento. Condenação em processo administrativo tendo por objeto os mesmos fatos apurados na instância judicial, restando absolvido o recorrente. Independência das instâncias que não permite simplesmente à instância administrativa desconsiderar os fundamentos do juízo criminal, que não vislumbrou indícios mínimos de autoria da infração penal que fora atribuída ao advogado, sendo ele, pelos mesmos fatos, punido na esfera disciplinar. Se o Ministério Público e o Poder Judiciário não encontraram um mínimo de elementos probatórios para imputar ao advogado a prática de ilícito penal, não é razoável que esses mesmos fatos sejam valorados negativamente em desfavor do advogado na instância administrativa. Recurso conhecido e provido para julgar procedente a revisão e absolver o advogado recorrente. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por maioria, em acolher o voto divergente, parte integrante deste, conhecendo e dando provimento ao recurso. Impedido de votar o Representante da OAB/Santa Catarina. Brasília, 22 de setembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Guilherme Octávio Batochio, Relator para o acórdão. RECURSO N. 49.0000.2012.012970-6/OEP. Recte: E.P.M. (Adv: Eliezer Pereira Martins OAB/SP 168735). Recdo: J.B.M.J. (Adv: João Bosco Maciel Junior OAB/SP 174887). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque (CE). EMENTA N. 137/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Audiência de instrução. Sucessivos requerimentos de adiamento. Ausência de comprovação de compromissos profissionais inadiáveis em um dos requerimentos formulados. Nomeação de defensor ad hoc para acompanhar oitiva de testemunha. Ausência de nulidade. Nítido desinteresse do recorrente na tramitação do processo disciplinar. Provimento n. 83/96. Ausência de violação. Matéria já enfrentada pelas instâncias de origem e pela decisão recorrida. Recurso conhecido e improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, conhecendo e negando provimento ao recurso. Brasília, 20 de outubro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Marcelo Lavocat Galvão, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2013.002074-3/OEP. Recte: M.L.P.S. (Adv: Marcos Luiz Pereira de Souza OAB/PR 53169). Recdo: Carlos Rosa. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Djalma Frasson (ES). EMENTA N. 138/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Terceira Turma da Segunda Câmara. Violação ao artigo 34, incisos XX e XXI, do EAOAB. Suspensão do exercício profissional até a satisfação integral da dívida. Recorrente que declara em petição judicial ter ciência de endereço atualizado do recorrido. Ausência de justificativa para não repassar o valor indevidamente apropriado em reclamação trabalhista há mais de 08 (oito) anos. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, conhecendo e negando provimento ao recurso. Brasília, 20 de outubro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Ercílio Bezerra de Castro Filho, Relator ad hoc. CONSULTA N. 49.0000.2015.007185-9/OEP - ED. Assunto: Embargos de Declaração. Consulta. Limite para assunção de despesas. Art. 8º, § 1º, do Provimento n. 101/2003. Embgte: Presidente do Conselho Seccional da OAB/Bahia - Gestão 2013/2015. Embgdo: Acórdão de fls. 18/21. Consulente: Presidente do Conselho Seccional da OAB/Bahia - Gestão 2013/2015. Relator: Conselheiro Federal Felipe Sarmento Cordeiro (AL). EMENTA N. 139/2015/OEP. Provimento 101/2003-CFOAB. Limite para a assunção de despesas. Investimentos. Obras. Contabilidade. Equilíbrio de tratamento entre as Secionais. Unificação dos procedimentos de contabilização. Sistema. OAB. Valores provisionados. Embargos declaratórios. Acolhimento. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por maioria, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 20 de outubro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Felipe Sarmento Cordeiro, Relator.

Brasília, 16 de novembro de 2015.
CLAUDIO PACHECO PRATES LAMACHIA
Presidente do Conselho

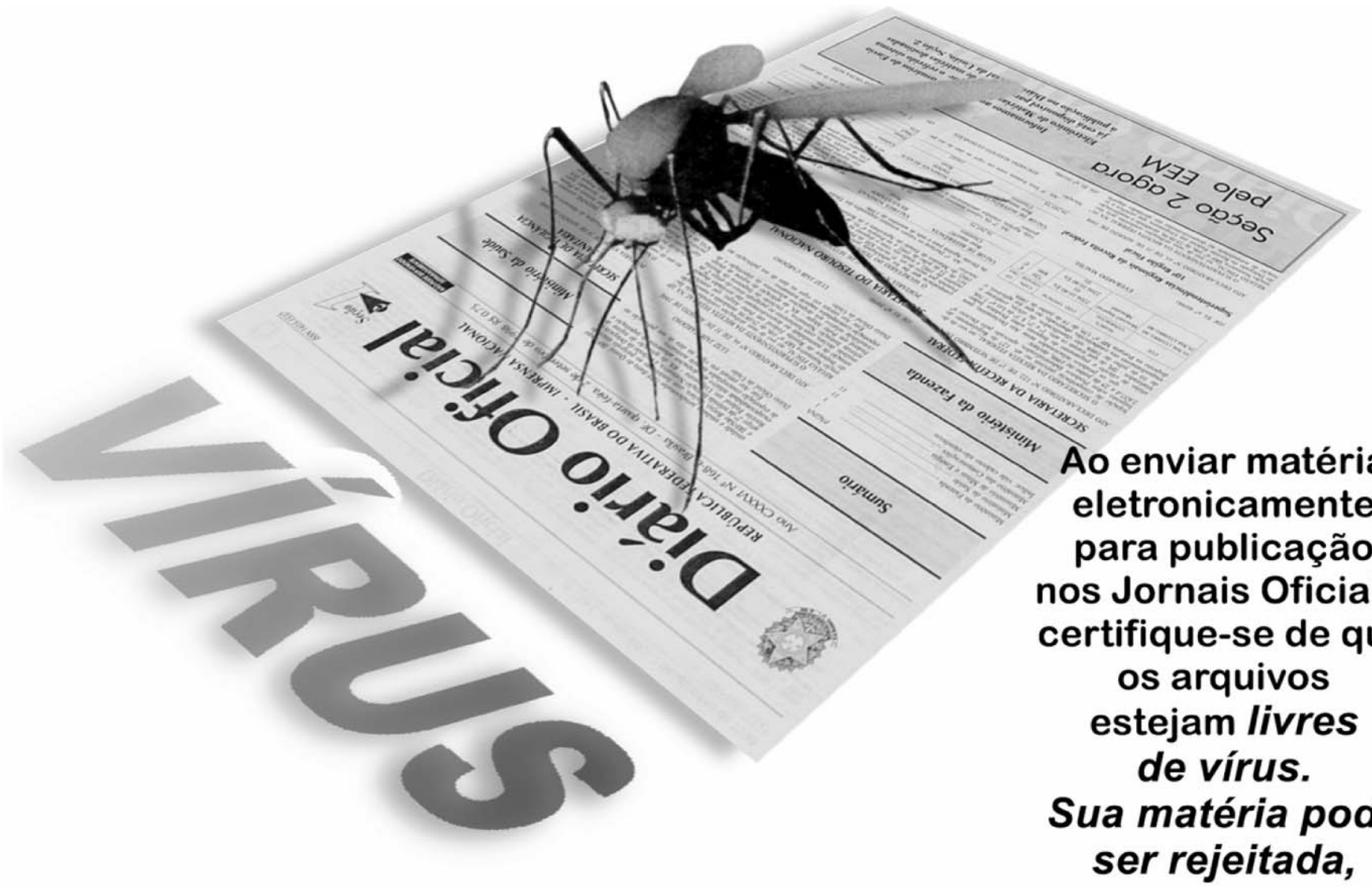
DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 16 de novembro de 2015

RECURSO N. 49.0000.2012.001950-5/OEP. Assunto: Recurso. Incompatibilidade. Servidor Público Estadual. Função de Inspetor de Administração Penitenciária. Incidente de Uniformização. Recte: Aldo Galvão de Araújo OAB/RJ 101836 (Adv: Marco Antônio Nossar OAB/RJ 65529). Recdo: Despacho de fls. 358/360, do Presidente do Órgão Especial. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Fernando Santana Rocha (BA). DESPACHO: "Retorna o advogado A.G.A. aos autos, agora por meio de INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA, em face do despacho de fls. 358/360, pelo qual este Órgão Especial indeferiu liminarmente o agravo de instrumento anteriormente por ele protocolado. (...). Ante o exposto, visando à máxima efetividade e autoridade das decisões proferidas pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - CFOAB, não conheço do presente incidente de uniformização de jurisprudência, por ser manifestamente protelatório, e determino à Secretaria deste Órgão Especial que certifique o trânsito em julgado da decisão de fls. 313/315, a contar da publicação de fl. 318. E, concomitante à publicação desta decisão ou ciência pessoal pelo requerente, sejam os autos remetidos à Seccional de origem, para execução da decisão da 1ª Câmara da Seccional (fl. 70). Determino, ainda nesse sentido, que qualquer manifestação recebida neste Conselho Federal posteriormente à publicação desta decisão ou ciência pessoal do interessado, referente ao presente processo, seja remetida diretamente à Seccional para que analise sua pertinência, já em sede de execução da decisão, sem necessidade de nova manifestação desta Relatoria ou de retorno dos autos a esta instância última. Brasília, 9 de novembro de 2015. Fernando Santana Rocha, Relator." DESPACHO: "Acolho o r. despacho proferido pelo eminente Relator, Conselheiro Federal Fernando Santana Rocha (BA), às fls. 375/379, adotando-o como razão de decidir.

CLAUDIO PACHECO PRATES LAMACHIA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

IMPRENSA NACIONAL 1808 INTERNET www.in.gov.br



ENVIO ELETRÔNICO DE MATÉRIAS

Ao enviar matéria eletronicamente para publicação nos Jornais Oficiais, certifique-se de que os arquivos estejam *livres de vírus.* *Sua matéria pode ser rejeitada, caso seja constatado algum tipo de contaminação.*

Novos tipos de vírus aparecem diariamente, causando transtornos e prejuízos para os usuários de computadores. Portanto, cuidado, seja prudente!

Atualize seu software antivírus **com freqüência, para evitar sua defasagem e ineficácia na eliminação de novos vírus que venham a surgir.**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015111800087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015111800088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.